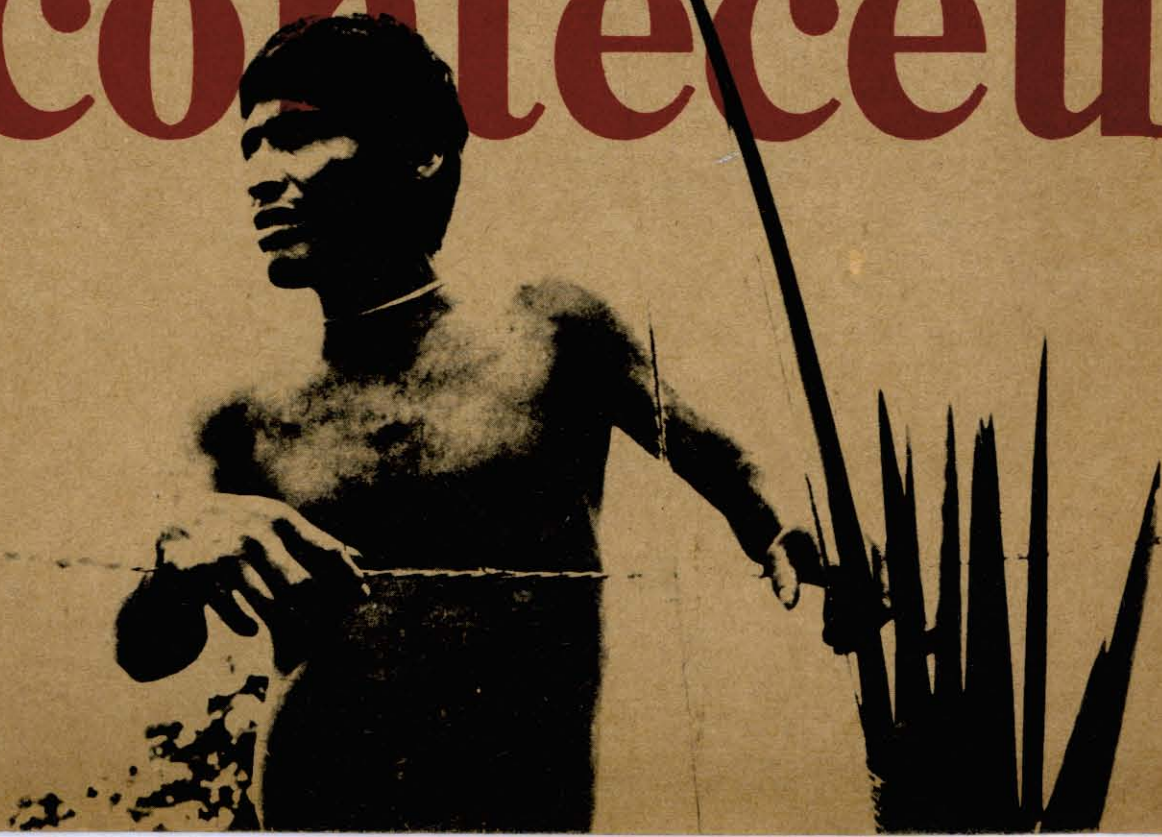


CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

ESPECIAL 10 Abril de 1982
Fatos destacados da imprensa

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL / 1981

Aconteceu



Aconteceu

O que é?

É o boletim semanal do CEDI, onde se encontram os fatos destacados da imprensa diária. Dirige-se aos trabalhadores do campo, aos operários, aos índios, às lideranças sindicais, aos agentes de pastoral visando informá-los o que se passa no Brasil, tocando, direta ou indiretamente, suas lutas e suas áreas de atuação.

Aconteceu Especial

Os números especiais do Aconteceu trazem um resumo das seções da edição semanal, complementando-se com notícias de outras fontes da imprensa, pequenos ensaios, comentários, documentos. São publicações anuais ou extraordinárias, quando determinados fatos tenham importância para aquelas lutas a que se dedica cada publicação. Solicitamos aos leitores que nos enviem por carta suas críticas, sugestões e especialmente recortes, boletins, ou reproduções de notícias surgidas na imprensa local sobre o tema.

Números já publicados do

Aconteceu Especial:

Trabalhadores 78 Especial 1
Trabalhadores 79 Especial 2
Trabalhadores 79 Especial 3
1980 ABC da Greve Especial 4
Novos Partidos Extraordinário
Greve nos Canaviais Especial 5
Povos Indígenas no Brasil 1980
Especial 6
Trabalhadores Urbanos no Brasil
1980 Especial 7
Uma Greve pelo Direito ao
Trabalho: FIAT 1981 Especial 8
Trabalhadores Rurais Especial 9
Povos Indígenas no Brasil 1981
Especial 10

Assinatura anual do Aconteceu
Cr\$ 500,00 pagáveis em cheque
no Rio para Tempo e Presença
Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro RJ

Assinatura de apoio
Cr\$ 2.000,00

Preço deste Aconteceu Especial
avulso: Cr\$ 350,00

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Aloísio Mercadante Oliva
Carlos Cunha
Carlos Rodrigues Brandão
Heloisa Martins
Jether Pereira Ramalho
Leticia Cotrim
Neide Estercei
Paulo Ayres Mattos
Paulo Cezar Botas
Rubem T. de Almeida
Zwinglio Mota Dias

Este Aconteceu Especial

Editores
Carlos Alberto Ricardo
Luiz Roncari

Participação especial na
pesquisa, redação e edição
André Amaral
Fany Ricardo
Vincent Carelli

Edição de fotos
Vincent Carelli

Mapas
Maurício Piza
(com base no mapa "Índios no
Brasil" e "Presença
Missionária", CIMI — 1982)

Programação visual

Maurício Piza
Anita Slade
Martha Braga

Produção gráfica
Maurício Piza
Álvaro A. Ramos

Arte final
Eliana Paiva

Fotocomposição
Forma
Rua Caramuru, 1.196 — Saúde
Telefone: 275.7586
São Paulo — SP

Gráfica Editora Prensa Ltda.
Rua Comandante Vergueiro da
Cruz, 26 — Olaria — Rio de
Janeiro.
Tel. 280-8507

Fotolitos
Reproffset

Impressão
Clip — Prod. Gráf. e Jorn. Ltda.
Rua do Senado, 200
Telefone: 252.4610

Foto de capa
Índio Waiksu-Nambiquara,
disputando suas terras com as
agropecuárias do Vale do
Guaporé
Vincent Carelli

Sumário

3	Apresentação
5	Região I: Amazonas, Roraima e Acre
17	Box: A expansão da exploração madeireira
19	Região II: Rondônia e Noroeste de MT
25	Box: Os objetivos do POLONORDESTE
26	Mapa: POLONOROESTE
29	Região III: Amapá, Pará, Maranhão, Goiás e Leste de MT
39	Box: Barragens atingirão 55 aldeias indígenas
41	Box: Parque Indígena do Xingu
43	Box: Projeto Carajás
45	Região IV: Leste e Noroeste
59	Região V: Sul
69	Movimentos de Organização Indígena
74	Box: Juruna
77	Política Indigenista / FINAI e MINTER
81	Emancipação e Critérios de Indianidade
82	Box: A concepção de Indianidade do Coronel Zanoni
85	Antropólogos
89	Igrejas e Índios
93	Entidades Cíveis de Apoio ao Índio

SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia	MS	Mato Grosso do Sul
AGESP	Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da FUNAI	OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ANAI	Associação Nacional de Apoio ao Índio	OEA	Organização dos Estados Americanos
BIRD	Banco Interamericano de Recursos para o Desenvolvimento	ONU	Organização das Nações Unidas
CCPY	Comissão pela Criação do Parque Yanomami	OPAN	Operação Anchieta
CEB	Comunidade Eclesial de Base	PAULIPETRO	Paulista de Petróleo S/A
CEME	Central de Medicamentos	PDS	Partido Democrático Social
CIMI	Conselho Indigenista Missionário	PDT	Partido Democrático Trabalhista
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	PF	Polícia Federal
COTRIJUI	Cooperativa Regional Triticula Serrana Limitada	PI	Posto Indígena/FUNAI
CPI/SP	Comissão Pró-Índio de São Paulo	PIX	Parque Indígena do Xingu
CPT	Comissão Pastoral da Terra	PM	Polícia Militar
CSN	Conselho de Segurança Nacional	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
DGO	Departamento Geral de Operações/FUNAI	PRODECOR	Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais
DGPC	Departamento Geral de Planejamento Comunitário	PT	Partido dos Trabalhadores
DGPI	Departamento Geral do Patrimônio Indígena/FUNAI	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento	SBI	Sociedade Brasileira de Indigenistas
DNPM	Departamento Nacional de Pesquisas Minerais	SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
DSGE	Diretoria do Serviço Geográfico do Exército	SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A	SIL	Summer Institute of Linguistics
EPM	Escola Paulista de Medicina	SNI	Serviço Nacional de Informações
ESG	Escola Superior de Guerra	SPI	Serviço de Proteção aos Índios
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco	SUCAM	Superintendência da Campanha de Saúde Pública
FUNAI	Fundação Nacional do Índio	SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	TFR	Tribunal Federal de Recursos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro	UFBA	Universidade Federal da Bahia
MINTER	Ministério do Interior	UNI	União das Nações Indígenas
		UNIND	vide UNI

JORNAIS UTILIZADOS

A Crítica	Folha de Goiás	O Dia (Rio de Janeiro, RJ)
A Gazeta de Notícias (RJ)	Folha de São Paulo (FSP)	O Estado (Florianópolis, SC)
A Tribuna de Santos	Folha da Tarde (FT)	O Estado do Paraná
Correio Braziliense	Gazeta de Alagoas	O Estado de São Paulo (ESP)
Correio do Estado (Campo Grande, MS)	Gazeta Mercantil (GM)	O Fluminense
Correio do Povo (Porto Alegre, RS)	Gazeta de Notícias	O Globo
Diário do Comércio e Indústria (DCI)	Gazeta de Vitória	O Liberal (Belém, PA)
Diário do Grande ABC	Jornal da Bahia	O Popular (Goiânia, GO)
Diário da Manhã (Goiânia, GO)	Jornal do Brasil (JB)	O Povo (Fortaleza, CE)
Diário do Paraná	Jornal de Brasília	Porantim
Diário de Pernambuco	Jornal do Commercio (Recife, PE) (JCR)	Província do Pará
Diário Popular (São Paulo, SP)	Jornal de Santa Catarina	Tribuna de Imprensa
Estado de Minas Gerais	Jornal da Tarde (JT)	Última Hora
	Luta Democrática	Zero Hora (Porto Alegre, RS)
	Notícias Populares	

Apresentação

Neste *Aconteceu Especial* procuramos ordenar cronologicamente, por povo indígena e temas afins, notícias veiculadas pela chamada “grande imprensa”, em 1981.

O primeiro fato a observar, é que, dos cerca de 180 povos existentes, apenas 76 tiveram alguma referência no noticiário jornalístico.

O *Aconteceu* semanal foi a fonte básica desta publicação, porém complementada com o noticiário de jornais de circulação local. Ao todo, foram utilizados 41 jornais diários e um mensal, amostra bastante significativa, embora incompleta.* Cada seção recebeu alguns comentários de abertura, procurando chamar a atenção do leitor para questões e temas específicos colocados para cada conjunto de notícias. Uma novidade, em relação ao *Aconteceu Especial* do ano passado, foi a introdução de fotos, na medida do possível coladas aos acontecimentos.

O agrupamento dos povos indígenas noticiados — assinalados nos mapas com (•) — em cinco *regiões* atendeu a um critério basicamente arbitrário, apenas para permitir uma divisão do material. Nessas seções foram dados destaques aos efeitos de dois grandes projetos econômicos sobre áreas indígenas: o POLONOROESTE (MT e RO) e o Grande Carajás (PA e MA).

O objetivo deste número especial, além de agrupar e reforçar as denúncias públicas que envolvem os direitos dos índios no país, é o de servir de material de apoio para as próprias comunidades indígenas e demais entidades e pessoas afins (igrejas, associações civis, jornalistas, etc.). A equipe de *Aconteceu* animou-se em fazer esse número especial, melhorado, depois da grande aceitação do Especial 80, cuja edição de 2.500 exemplares está esgotada.

Um dos aspectos que ficou claro, durante a realização desta publicação, é que as notícias e denúncias veiculadas pelos jornais em 81 foram quase sempre levadas até as redações ou sucursias pelos próprios índios e entidades de apoio. Foram

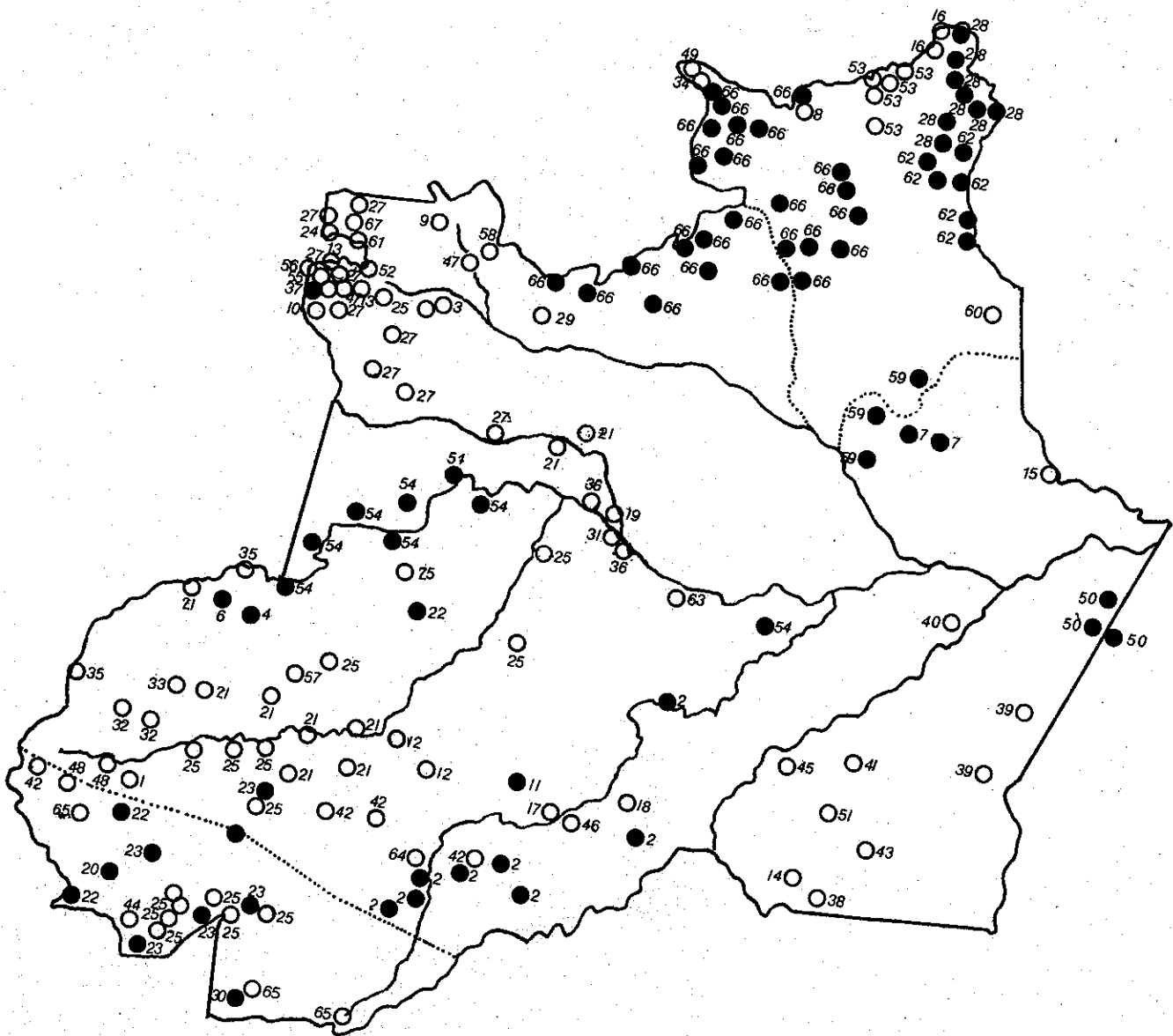
escassas as matérias especiais, com a visita de repórteres nas áreas indígenas. Daí a importância dos índios e das entidades de apoio tomarem as iniciativas para manter e ampliar a informação da opinião pública nacional e internacional, aliados importantes que nem todos os povos indígenas alcançaram.

A FUNAI-se utilizou freqüentemente de “releases” transmitidos à imprensa de todo país, para anunciar as metas — quase nunca cumpridas — dos programas de demarcação de terras, e as inversões de recursos para tornar as áreas indígenas rentáveis.

A imagem que a opinião pública forma a respeito da situação dos índios no país está, em grande parte, determinada pelo noticiário da imprensa. Daí a importância que os leitores — principalmente aqueles que têm fontes alternativas de informação — avaliem os fatos que foram notícia em 81 e tirem lições para o futuro.

Para finalizar, gostaríamos de pedir aos leitores que tivessem sugestões, acréscimos ou comentários a respeito da utilização desse ACONTECEU, que nos escrevessem. Até 82.

(*) A seleção de notícias é feita com base nos recortes de jornal recebidos pelo serviço “Lux Jornal”. O conjunto de jornais utilizados distribuem-se assim, por estado: SP—10, RJ—9, GO—3, AM—2, RS—2, PR—2, SC—2, PA—2, DF—2, PE—2, MS—1, MG—1, AL—1, ES—1, BA—1, CE—1. Isso quer dizer que não utilizamos, mas principalmente *não recebemos*, recortes de jornais dos seguintes estados e territórios: Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Maranhão e Piauí.



- | | | |
|-------------------------------------|------------------|---------------------|
| 1 — Amawaká | 24 — Kobewa | 47 — Pira-tapuia |
| 2 — Apurinã | 25 — Kulina | 48 — Poyanawá |
| 3 — Arapaso | 26 — Kuripako | 49 — Sanumã |
| 4 — Arredios da confl. Ituí/Itacoai | 27 — Maku | 50 — Satere-mawé |
| 5 — Arredios do alto Jandiatuba | 28 — Makuxi | 51 — Tenharim |
| 5 — Arredios do Rio Quixito | 29 — Mandawaka | 52 — Tariana |
| 7 — Atroari | 30 — Manitenéri | 53 — Taulipang |
| 8 — Awaké | 31 — Marajona | 54 — Tikuna |
| 9 — Baniwa | 32 — Marubo | 55 — Tukano |
| 10 — Barasano | 33 — Matis | 56 — Tuyuka |
| 11 — Coxodoá | 34 — Mayongong | 57 — Txunhuam-djapá |
| 12 — Deni | 35 — Mayoruna | 58 — Urukema |
| 13 — Desana | 36 — Miranha | 59 — Waimiri |
| 14 — Diahoi | 37 — Miriti | 60 — Wai-wai |
| 15 — Hiskariana | 38 — Morerebi | 61 — Wanana |
| 16 — Ingarikó | 39 — Munduruku | 62 — Wapixana |
| 17 — Jarawará | 40 — Murá | 63 — Witoto |
| 18 — Juma | 41 — Murá-pirahã | 64 — Yamamadi |
| 19 — Kambeba | 42 — Nukuini | 65 — Yaminawa |
| 20 — Kampa | 43 — Numbiaí | 66 — Yanomami |
| 21 — Kanamari | 44 — Papavô | 67 — Yepa-matsu |
| 22 — Katukina | 45 — Parintintin | |
| 23 — Kaxinawá | 46 — Paumari | |

REGIÃO I: Amazonas, Roraima e Acre

A situação dos povos indígenas nessa região apresenta grande diversidade de situações de contato com a sociedade nacional. No ano de 81, continuaram os trabalhos de primeiros contatos de missionários do CIMI com os índios do Coxodóá. Enquanto a FUNAI interditou a área dos Waimiri e Atroari (região que já estava delimitada como reserva e reduzindo-a) para prosseguir os trabalhos de "pacificação e controle", em território a ser parcialmente inundado pelas águas da hidroelétrica de Balbina. Ao mesmo tempo em que abria parte da antiga reserva para a exploração da cassiterita pela empresa Parapanema (Porantim — Jan./Fev. 82). Os Tikuna, Makuxi, Wapixana e Tucano — povos com grande número populacional e muitos anos de contato — reivindicaram diretamente à FUNAI a demarcação de suas terras. Os Tikuna, inclusive, tiveram apoio de vários parlamentares da oposição. A demarcação da área dos Manitenéri também foi requerida, mas através do delegado regional da FUNAI.

É importante ressaltar que, entre as fontes utilizadas, não se encontrou qualquer notícia dos povos indígenas que vivem ao longo dos rios Juruá, médio e baixo Purus e Madeira. Parte dessa região continuará a ser alvo do programa de exploração de gás natural da PETROBRÁS, que pretende aplicar 150 milhões de dólares na bacia sedimentar do Alto Amazonas em 1982. O programa de inversão desse capital se destinará à perfuração de poços no sudoeste do Juruá, com reservas confirmadas perto de 4 bilhões de metros cúbicos (FSP — 20/12/81). Essas perfurações da PETROBRÁS, feitas com auxílio de explosivos, tem ocorrido sistematicamente na região entre os rios Javari e Juruá desde o início dos anos 70, com consequências para os povos indígenas.

Os Sateré-Mawé do rio Andará entraram em litígio, em 81, com a companhia francesa Elf-Aquitainé, autorizada pela PETROBRÁS (mas não pelos índios) a fazer perfurações em busca de petróleo. Eles querem uma indenização pelos danos acusados em suas terras.

Alto Rio Negro

Santa Sé rechaça acusação de genocídio na Amazônia

O último número do Boletim da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) publicado pelo Vaticano, divulga um manifesto assinado pelo superior dos salesianos, Pe. Egidio Viganò, considerando "falsas" as acusações do Tribunal Russell.

O manifesto, redigido pelo Conselho Regional dos Salesianos no Brasil, qualifica de "deplorável" a atitude do Tribunal por não ter convidado representantes da Ordem para rebater as acusações.

Os salesianos manifestam ainda surpresa pelo fato de o bispo Miguel Alagna nunca ter vivido na região do Alto Rio Negro e de "a testemunha que o acusou", o índio Álvaro Sampaio, da tribo dos Tukano, educado nas escolas salesianas da prelazia, viver a quatro mil quilômetros do local em que ele teria presenciado os crimes praticados pelos religiosos. O manifesto lembra que em 1979, o índio defendeu publicamente a obra missionária da Ordem naquela área.

"Para restabelecer a verdade dos fatos" — a Congregação esclarece que sempre defendeu o direito dos índios à sua terra e que apresentou vários projetos ao Governo Brasileiro solicitando a demarcação das reservas indígenas do País. (O Globo — 28/1/81)

CNBB decide por desagravo a Dom Miguel

A 19ª Assembléia-Geral da CNBB elaborará uma moção de desagravo ao bispo da prelazia do alto Rio Negro, D. Miguel Alagna e aos religiosos salesianos que atuam na área, acusados, entre outras coisas, da prática de genocídio indígena, segundo denúncias feitas no Tribunal Russell. Em encontro privativo com bispos reunidos em Itaici, D. Miguel defen-



Dom Miguel Alagna, bispo do Rio Negro.
(foto Marcos Santilli)

deu-se das acusações e disse que apenas recebeu a convocação de comparecimento ao tribunal, três dias antes de sua instalação. Ele esclareceu ainda que a intimação não mencionava as incriminações que lhe eram feitas.

O teor da reunião de D. Miguel com bispos, em Itaici, foi revelado ontem por D. Benedito Ulhoa Vieira, arcebispo de Uberaba. Segundo D. Benedito, as acusações contra a atuação da prelazia do Alto Rio Negro foram feitas também pela imprensa e negadas pelo bispo da região. No encontro, D. Miguel Alagna afirmou que sua prelazia não conta com 150 ou 230 padres como foi publicado, mas com 20.

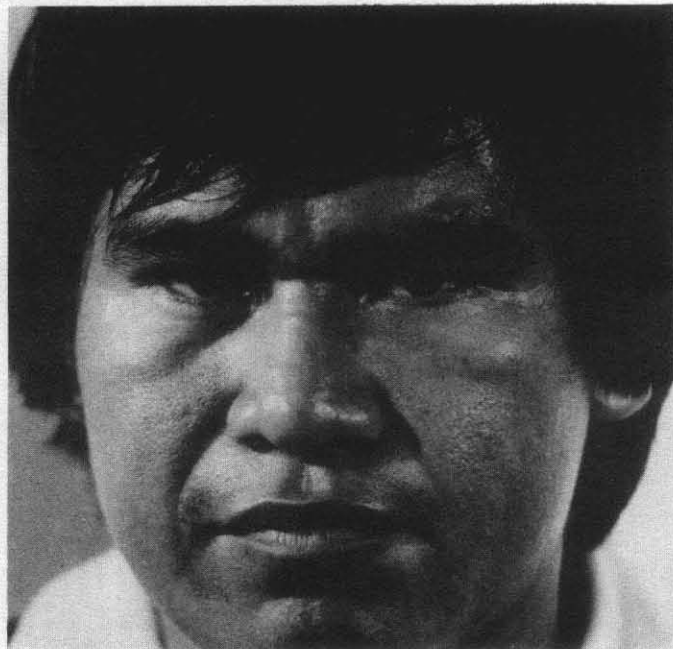
"Depois se disse — continuou D. Benedito — que está promovendo um massacre indígena. Ele mostrou que tem na prelazia 120 escolas, das quais 117 estão situadas em terrenos dos próprios índios. Outro ataque que foi feito — é que D. Miguel estaria mandando índios para Manaus, sobretudo moças, para se prostituírem."

De acordo com o relato — D. Miguel afirmou que há 22 mil índios na região de sua prelazia. "Pelo cômputo atual, explicou, não há mais do que 150 índios em Manaus, quase todas casadas com famílias bem constituídas. Não há prostituição organizada de índios do Rio Negro". (FSP — 20/2/81) (Ver seção "Igrejas e Índios").

Índios terão cartilha

O Conselho Estadual de Educação do Amazonas aprovou a adoção do livro de apoio às escolas do Alto Rio Negro, a Cartilha Indígena "Dashea Ye Bueri-Kari Puri" (Meu Primeiro Livro Tukano) que a partir deste ano já começa a ser aplicada junto às populações do Rio Negro. A proposta para a adoção da cartilha foi feita pela diretoria da Unidade Educacional "D. Pedro Massaa", sediada no município de S. Gabriel da Cachoeira, que pedia análise e julgamento do Conselho Estadual de Educação sobre o livro. O conselheiro-relator, José dos Santos Lins, disse em seu parecer que "tecnicamente bem elaborado, o livro teve a orientação do Pe. Casemiro Beksta, notável estudioso e destacado pesquisador da vida, uso, costumes e língua dos brasileiros indígenas, habitantes daquele pedaço do território nacional...

Pe. Casemiro disse que no plano institucional, o livro esbarra no artigo 176 da Carta Magna: "A educação inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e



Doethiro (Alvaro Sampaio Tukano), testemunha de acusação contra os salesianos no 4º Tribunal Russell. (foto Cláudia Andujar)

solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado e será dada no lar e na Escola". Porém, no parágrafo 3, item I, diz que, "o ensino primário somente será ministrado em língua nacional". Com o dispositivo legal e a realidade dos fatos, fica a situação a exigir um rápido questionamento das autoridades brasileiras visto que, o índio é brasileiro, tem em seu favor uma legislação específica que o ampara, numa visão microsocial e jurídica. Possui a Nação consenso favorável quanto à sua existência no plano físico e espiritual, quanto a seus valores, usos e costumes, e a uma língua dentro do território pátrio "não oficial, nem estrangeira". (FT — 4/4/81)

Presidente da FUNAI visitará Alto Rio Negro

O presidente da FUNAI, coronel João Carlos Nobre da Veiga, fará uma viagem de inspeção à região do Alto Rio Negro. Acompanhado do secretário-geral do Ministério do Interior, Augusto Cesar de Sá Rocha Maia, serão percorridas 13 áreas indígenas assistidas por missões católicas e protestantes, onde o órgão tutelar não tem representantes.

A viagem de inspeção foi decidida depois de denúncias, apresentadas no Tribunal Russell, de que as missões praticam o etnocídio naquela região. Na ocasião, Nobre da Veiga disse que as missões católicas são muito importantes no trabalho com o índio, observando, porém, que faria uma visita às aldeias do Alto Rio Negro para constatar se as denúncias tinham fundamento e elaborar estudos que resultem na implantação de postos da FUNAI em toda a região. (O Globo — 4/4/81).

FUNAI inspeciona missões

As localidades a serem visitadas pelo secretário do Ministério do Interior e o presidente da FUNAI são: Uaupes, Taraquá, Pari-Cachoeira, Bela Vista, Ocura, Santo Atanásio, Iaretê Jutice, Uapui, Icuqui, São Joaquim, Maturacá, Maiá e Tapurquara, onde vivem os grupos Tukano, Baniwa, Maku e Yanomami. (FT — 7/4/81).

Índio tucano acusa padres salesianos

Nos últimos dois anos cerca de 70 índios foram retiradas de suas aldeias, e levadas para Manaus pelos salesianos, onde

trabalharam, a princípio, como domésticas nas casas religiosas, e, depois, como prostitutas nos cabarés da cidade, porque não aceitavam os baixos salários pagos pelas freiras. Além disso, os salesianos fazem contrabando do artesanato indígena do Alto Rio Negro, transportando as peças nos aviões da FAB que fazem linha para aquela região. Estas duas acusações foram feitas ontem pelo índio Tukano Álvaro Sampaio em palestra proferida na UNB para alunos de antropologia.

A prostituição, contrabando e destribalização foram as principais denúncias feitas por Álvaro Sampaio, que recentemente foi testemunha do 4º Tribunal Russell contra os salesianos acusados de genocídio e etnocídio pelo júri internacional de Rotterdam.

Segundo Álvaro, "os padres levam as meninas da aldeia para Manaus e lá elas trabalham mais de oito horas por dia recebendo pouco (cerca de dois mil cruzeiros). Nos fins de semana começam a freqüentar cabarés e aprendem a beber cachaça e terminam sendo usadas. Elas preferem trabalhar nos cabarés porque os salários das freiras são baixos e quando voltam para a aldeia não querem mais comer o que nós comemos. Não respeitam mais os hábitos e seus pais ficam tristes. Com esse tipo de trabalho escandaloso, a moral da nação Tukano decai. Será que é esse o tipo de integração que querem de nós?" perguntou. (FSP — 12/4/81).

A FUNAI vai apurar denúncias

A direção da FUNAI está sendo autorizada a apurar as denúncias do índio Tukano Álvaro Sampaio, que acusou os salesianos de terem retirado 70 índias de suas aldeias, levando-as para Manaus — e posterior prostituição.

Os missionários, responsáveis não apenas pelos Tukano, mas pelos Baniwa, Desana, Yanomami e outros grupos que vivem no Alto Rio Negro, também foram acusados de contrabandear artesanato comprando abaixo do preço e revendendo as peças com lucros que chegam a 3.000%. (O Liberal — 18/4/81).

Nobre da Veiga: Trabalho dos salesianos "é maravilhoso"

Ao retornar da viagem de inspeção ao Alto Rio Negro, o presidente da FUNAI, disse que não constatou qualquer irregularidade no trabalho desenvolvido pelos salesianos junto aos índios daquela região.

Os missionários — disse o coronel — vêm desenvolvendo um trabalho maravilhoso. Devemos notar que eles estão ali há 50 anos, defendendo os índios. Qual o funcionário da FUNAI ou um sertanista que iria se propor a passar toda sua vida no mato, trabalhando somente pela causa indígena?

Sobre o problema de prostituição das índias, o coronel Nobre da Veiga disse que "isto é muito difícil de ser controlado". Observou que quando algum sílvcola manifesta desejo de abandonar a aldeia ninguém pode impedi-lo.

Nobre da Veiga afirmou que muitas denúncias feitas contra a FUNAI e contra os trabalhos desenvolvidos por outras missões em áreas indígenas não têm qualquer fundamento.

As pessoas são livres para denunciar o que quiserem. Quanto aos salesianos, pelo menos, posso garantir que não há qualquer irregularidade — concluiu. (O Liberal — 26/4/81)

Índios fabricam coca para sobreviver

A revelação feita pela ADEA, organismo norte-americano especializado no combate às drogas — de que a região amazônica é hoje uma grande produtora e exportadora de cocaína, não foi recebida com surpresa pelas autoridades da Polícia Federal em Manaus.

O superintendente regional da Polícia Federal, Ivo Americano, afirmou ontem não ter dúvidas de que os índios das tribos Maku e Tukano é que estão produzindo o "epadu" em maiores quantidades, dispondo já, inclusive, de técnicas que lhes permitem superar a fase da produção da folha seca para transformá-la em pasta.

Ivo Americano denunciou o fato de os índios Maku e Tukano receberem pouca ajuda da FUNAI, sendo assistidos parcialmente pelas missões salesianas, lamentou a falta de recursos financeiros e o interesse dos órgãos ligados ao setor para que se promova uma ação mais rigorosa na região, não contra os índios "que agem induzidos por terceiros", mas contra os traficantes. (ESP — 4/9/81)

FUNAI não cumpre compromisso com Tukano

Há um ano os índios Tukano Carlos Machado e Gabriel dos Santos Gentil estiveram em Brasília, na sede da FUNAI, para "cobrar promessa" de demarcação das áreas de 20 comunidades indígenas da região do Alto Rio Negro, mas, até hoje providência de espécie alguma chegou ali.

Desde 1970 que estamos sendo enganados — denunciaram Carlos e Gabriel — expressando a descrença e o protesto das tribos de Pari-Cachoeira e do rio Tiquié (município de São Gabriel da Cachoeira), onde as principais tribos são Tukano, Dessana e Tuiuka.

Recordaram que "na época do general Ismarth de Oliveira foram feitos vários mapas da área e enviados para Brasília, após entendimentos com os índios. Porém, desde aquela época, ninguém sabe os resultados até hoje". (A Crítica — 6/7/81)

Salesiano confirma castigos aos índios

O pe. salesiano Eduardo Lagório confirmou ontem as denúncias de que as índias Tukano, que vivem no Alto Rio Negro, continuam sendo levadas para Manaus, onde são empregadas domésticas e, posteriormente, se prostituem. Segundo o religioso, os salesianos sempre castigaram os índios que não falassem o português ou praticassem seus rituais, embora não se possa esquecer os numerosos aspectos positivos do trabalho feito pela ordem junto aos indígenas. (O Globo — 17/9/81) (Ver também a seção "Igrejas e Índios")

Ameaças ao líder indígena

"Os familiares e amigos do índio Álvaro Fernandes Sampaio, que moram em Manaus, têm sido freqüentemente visitados pela Polícia Federal, que quer saber seu paradeiro. Porque tem denunciado a realidade enfrentada por seu povo, a ação inconsequente dos missionários salesianos."

Álvaro, além de assistir ao roubo da identidade cultural e à marginalização de seu povo, tem ainda que fugir por falar a verdade. (FSP — 30/9/81 — "A palavra do leitor")

Índios temem municípios dentro da reserva

O índio Tukano Gabriel dos Santos Gentil disse ontem que as nações indígenas do Alto Rio Negro estão contra a criação de um novo município, dentro da reserva florestal, conforme prevê um projeto de emenda constitucional do governo do Estado.

Ao lembrar "que muitas lágrimas foram derramadas pelos indígenas desde 1.500 Gabriel disse que a intenção dos índios é mudar o curso da história e lutar pela criação de um território indígena".

"Não interessa — disse ele — a criação de mais um município. Isso só representa o interesse do governo em ganhar voto em 82." (A Crítica — 1/10/81)

Falta de verbas fecha escolas para índios

Cento e três escolas do Alto Rio Negro, a maior parte das quais freqüentadas por índios, estão para ser fechadas porque o Ministério da Educação e Cultura não repassou ao Estado até agora, a verba que as sustentam. A revelação foi feita pelo governador José Lindoso, na instalação do II Seminário de Prefeitos e Vereadores do Amazonas. Ainda na ins-

talação do seminário, o governador assinou decreto encaminhando à Assembléia Legislativa do Estado projeto de lei complementar dispondo sobre a organização dos municípios amazonenses. É a nova lei orgânica dos municípios, elaborada com base em encontro de vereadores e prefeitos realizado no ano passado. (O Liberal — 7/10/81)

Denúncia contestada

A FUNAI desconhece qualquer procedência na denúncia divulgada esta semana pela revista *Isto É*, segundo a qual os índios Tukano, estariam plantando coca e maconha para traficantes brancos.

O órgão tutelar já acionou a delegacia de Manaus para que o titular, Kazuto Kawamoto, investigue o que realmente está acontecendo. Reconhece, porém, que estes índios utilizam folhas de coca — epadu — em rituais. No início deste ano foi apresentada denúncia semelhante e a FUNAI comprovou que os índios estavam sendo aliciados para o plantio da droga. Os traficantes brancos foram expulsos da área mas ao que tudo indica, retornaram. (O Popular — 18/11/81)

Índios protestam contra inflação

“O tratamento do índio para com o branco, a partir de agora, vai depender do tratamento do branco para com os índios.” Essa declaração foi feita pelo índio Gabriel Gentil, líder da tribo Tukano de Pari-Cachoeira. Na última quinta-feira os Tukano realizaram uma assembléia-geral em Pari-Cachoeira, para debater os problemas que envolvem os índios amazonenses.

Os índios discutiram a atuação do presidente Figueiredo e de seu ministro do Planejamento, Delfim Netto, “que criaram tanta inflação que nem os índios conseguem mais viver”. Dentro desse aspecto, eles debateram também a situação dos índios na cidade e a questão da demarcação de terras indígenas, assim como a posição que devem adotar com relação às eleições de 1982. (FSP — 27/12/81)

Apurinã

Índio mata sindicalista

O índio apurinã, Nozinho Gonçalves, da aldeia de Terra Firme, no município amazonense de Boca do Acre, matou ontem com um tiro de espingarda, disparado à queima-roupa, o delegado sindical Manoel Ferreira Criado, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Segundo informações de Boca do Acre, os agricultores da região estão revoltados, atribuindo à FUNAI o trabalho que tem levado os índios a confrontos com a comunidade branca envolvente. Os conflitos na região surgiram em 1976, quando a FUNAI apareceu e começou a delimitar a área dos Apurinã. Na área habitam há alguns anos dezenas de famílias de pequenos agricultores e poucos fazendeiros. Por duas vezes já foi iniciada a demarcação da área indígena, mas os trabalhos foram interrompidos pelos índios, que não concordaram com os limites estipulados pela FUNAI. (ESP — 21/5/81)

Conflito entre índios e agricultores

A Comissão Pró-Índio, do Acre, divulgou uma nota, alertando a FUNAI e o INCRA para o perigo de um conflito armado entre agricultores do Município de Boca do Acre e índios Apurinã. Os colonos deram prazo de um mês para as autoridades prenderem o índio que matou um delegado do Sindicato dos Trabalhadores rurais daquele Município.

Passado esse prazo os trabalhadores ameaçam agir por conta própria, invadindo a reserva indígena do Camicua. Em sua nota a Comissão Pró-Índio acusa a vereadora Dirce Alves de Melo, do PMDB de Boca do Acre, de estar incitando os colonos contra os índios, visando interesses próprios. (JB — 27/5/81)

Sindicatos pedem punição

Dos 17 sindicatos dos Trabalhadores da Zona Rural, 14 se reuniram em praça pública, no Município de Boca do Acre, pedindo justiça pelo assassinato do agricultor Manoel Ferreira Criado ocorrido há nove dias, naquela localidade. Durante essa manifestação, todos os agricultores reiteraram o propósito de fazer justiça com as próprias mãos, se dentro de um prazo de trinta dias as autoridades do governo não punirem o assassino ou os responsáveis por esse crime. (A Crítica — 31/5/81)

Laudo avaliará assassino do sindicalista

A FUNAI designou a antropóloga Regina Müller para avaliar a aculturação do índio Apurinã, Nozinho Gonçalves, que no dia 20 de junho deste ano matou com um tiro de espingarda o delegado sindical Manoel Ferreira Criado. A especialista deverá apresentar um laudo antropológico que será incluído no inquérito sobre a morte de Manoel. Nozinho está sob custódia da Polícia Federal em Rio Branco. (ESP — 3/6/81)

Grau de integração determinará punição

A FUNAI divulgou ontem em Brasília nota oficial comunicando que a partir de agora, todo o indígena que cometer agressões contra pessoas ou propriedades fora dos limites de sua reserva estará sujeito à ação penal e a ações policiais próprias, sob a responsabilidade dos governos estaduais.

O órgão afirma estar se baseando no Estatuto do Índio, que prevê a condenação de indígenas por infração penal, ressaltando, entretanto, que a “pena deverá ser atenuada e, na sua aplicação, o juiz atenderá ao grau de integração do silvícola”.

A nota da FUNAI diz que ultimamente têm surgido na imprensa pretensões de grupos indígenas, no sentido de ampliar suas atuais reservas, ameaçando a integridade física de pessoas e bens. (ESP — 3/6/81)

Antropólogo sugere ampliação de área indígena e é demitido

O antropólogo Benedito Tadeu César, professor da Universidade Federal do Espírito Santo, contratado pela FUNAI para o Departamento de Identificação e Documentação, foi demitido do órgão porque elaborou um relatório sugerindo a ampliação do território dos Apurinã de Boca do Acre (AM) em 8 mil e 500 hectares.

A justificativa para sua demissão foi dada pelo coronel Cláudio Pagano, diretor do DGPI, sob o argumento de que “sua filosofia não é compatível com a do órgão”.

Em seu relatório, o antropólogo sugere a ampliação do território Apurinã, alegando entre outras questões, que o clima extremo de tensão que indis põe colonos e índios “impossibilita a ação da FUNAI, já provocou mortes e não apresenta sinais de distensão”.

Ele defende ainda, a necessidade dos índios terem acesso ao rio Acre, localizado próximo à região de caça e pesca e da castanha, “imprescindíveis à sobrevivência da população indígena”. (FSP — 7/6/81)

PM mata Apurinã e perde filha

Um soldado da PM matou a tiro Félix da Silva Ramos, um índio Apurinã, ao interferir em uma briga ocorrida durante festa junina em uma casa na cidade de Lábrea (AM) e, em represália, teve uma filha de três anos morta a coronhadas e um filho de um ano ferido por índios companheiros do Apurinã morto. Era filho do tuxáua (chefe) Agostinho, um dos mais influentes líderes dos Apurinã. Segundo o CIMI, NORTE I, em nota distribuída, o índio foi morto pelas costas, quando corria. Para o CIMI, o incidente tem origem no fato de as terras dos Apurinã, principalmente as da aldeia Caititu, perto de Lábrea, até hoje não terem sido demarcadas, apesar de os índios virem reivindicando a medida há anos. (JB — 23/6/81)

Posseiros acusam a FUNAI

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amazonas alertou ontem para o perigo de um conflito armado entre posseiros e índios na região de Lábrea, município do Alto Purus, se a FUNAI não definir uma área para a fixação dos índios. Atualmente, os índios invadem e depredam, segundo a Federação, a área ocupada por centenas de posseiros que já desenvolvem projetos agrícolas de pequeno ciclo. Próximo às terras dos posseiros, a FUNAI instalou um posto indígena, mas ao visitar o posto os índios ameaçam atacar as famílias se estas insistirem em continuar plantando ou morando na região, além de constantemente saquearem as roças e plantações. Como a FUNAI vem-se omitindo no caso e não fixa uma área específica para os índios, os posseiros temem um ataque mais sério, a exemplo do que vem acontecendo em Boca do Acre, onde os Apurinã vivem em constante atrito com os lavradores. (ESP — 1/8/81)

Apurinã acusa FUNAI de negar ajuda

O Apurinã Leopoldo Silva, que vive com nove índios do mesmo grupo na região do igarapé (rio pequeno) de Jatuarana, no Município de Manacapuru, revelou ter sido mandado embora da Casa do Índio de Manaus, onde se instalara no fim da semana passada em busca de mantimentos e ferramentas para usar na roça mantida na área que habita. Leopoldo contou que há alguns anos ele e seus companheiros deixaram o rio Muriá, região do Purus, fugindo das doenças que dominavam a área e, após viajarem dois meses e meio em barco a remo, chegaram ao local onde vivem hoje. (JB — 14/8/81)

Apurinã tentam acordo com colonos

Cansados das promessas que a FUNAI vem fazendo de resolver a questão da ampliação de sua reserva, localizada no quilômetro 45 da BR-317, no trecho que liga Rio Branco ao Município amazonense de Boca do Acre, os índios apurinãs, que há cerca de dois anos vêm sustentando um conflito com 20 famílias de colonos paranaenses, reivindicando as terras que estas habitam — decidiram, por conta própria, fazer uma nova proposta, de acordo com os colonos, dispensando grande parte das terras pretendidas e oferecendo condições especiais para um entendimento entre as partes. A atual Reserva Apurinã compreende 18 mil hectares que a FUNAI tomou do fazendeiro paulista João Sorbile, em 1976. O fazendeiro havia grilado as terras dos índios e vendido a colonos paranaenses, mantendo uma área para sua fazenda que foi sequestrada pela FUNAI. Dois anos depois da reserva demarcada, os índios começaram a reivindicar o restante das terras que consideram suas, sobretudo porque possuem cemitérios indígenas, castanhais e caminhos para igarapés e rios piscosos. Mas os colonos paranaenses já haviam plantado grande quantidade de café na área e reagiram, estabelecendo o conflito. (ESP — 20/8/81)

Polícia Federal investiga conflito

Quatro índios da tribo dos Apurinã, que na noite do dia 20 de junho passado mataram uma criança em Lábrea, poderão ser indiciados no inquérito que apura este crime e também a morte do índio Félix da Silva Ramos, causada pelo soldado da Polícia Militar amazonense, Antonio Lopes de Araújo, pai da criança assassinada. Segundo a Polícia Federal em Rondônia, que está apurando os tumultos envolvendo os soldados da PM e os Apurinã, o enquadramento dos quatro índios está dependendo apenas da FUNAI informar se eles estão emancipados ou ainda estão sob a tutela do órgão. (ESP — 27/8/81)

Reserva para os Apurinã

O presidente da FUNAI baixou portaria declarando como de posse permanente do grupo indígena Apurinã, a área já de-

marcada, de dezessete mil, quinhentos e dezessete hectares, quarenta e oito ares e doze centiares, localizada nos municípios de Boca do Acre e Lábrea, Estado do Amazonas. A portaria proíbe o ingresso, trânsito ou permanência, na aludida área, de pessoas ou grupos não-índios, salvo quando autorizados pela FUNAI e desde que a atividade não seja julgada nociva ou inconveniente ao processo de assistência aos índios. (Diário Popular — 2/9/81)

Índios do Coxodoá

Índios são recontatados

Missionários da Prelazia de Lábrea, que realizam também trabalhos para o CIMI Norte I, conseguiram realizar novo contato — o terceiro — com uma tribo de índios arredios e desconhecidos, habitantes de uma área situada nas proximidades dos igarapés Pretão e Coxodoá, na região do Purus. Os índios são em número de 80, manifestam desejo de não aprofundarem contatos com os brancos e, mesmo tendo recebido os dois missionários do CIMI na grande maloca em que vivem, comportaram-se de modo agressivo e tenso. Os dois religiosos, padres Gunter Droemer e Francisco Loebens, apresentaram os índios com um cachorro, atendendo pedido feito por eles, durante o contato anterior. Segundo os missionários, pelo que puderam observar, os índios pertenceriam ao grupo lingüístico Aruaque. Eles habitam uma única maloca, embora eventualmente ocupem outras menores, existentes em locais por onde transitam. O CIMI informou ter pedido a FUNAI a interdição da área, que sofre invasões de apanhadores de sorva e outros produtos. (JB — 10/7/81)

Kampa

Índio atacado na fronteira com Peru

O índio Minanco, integrante do grupo Kampa que habita as cabeceiras do rio Envira, na fronteira do Acre com o Peru, foi atacado por índios arredios nas proximidades de sua aldeia e atingido por vários tiros de espingarda e rifle. Segundo ele, estes índios — que ele chama de "brabos" — vinham rondando a aldeia há vários dias e chegaram a ser vistos por seu pai, Txompô que resolveu caçá-los. Segundo ele, esse tipo de ataque tem sido freqüente na região. Os índios "brabos" roubam rifles e espingardas dos seringueiros e dos próprios Kampa, para garantir a caça de animais, e passam a atacar outras aldeias. Ele não sabe direito quem são esses índios, mas acredita que pertençam a uma tribo ainda não identificada e que "mora com o macaco capelão, escondidos na mata, por onde circulam sem roupa". Os Kampa que habitam o Alto Envira são agricultores e possuem grandes plantações de macaxeira, milho e feijão. Não existem brancos nas proximidades e eles trocam os seus produtos com os Kampa do Peru, seus parentes. (ESP — 2/12/81)

Katukina

Índios reagem à invasão da reserva

Armado de revólveres, espingardas e facões, um grupo de índios Katukina, do Município de Feijó, no vale do Juruá, no Acre, começou a atacar famílias de colonos que habitam sua reserva, ainda não demarcada, queimando roçados e barcos, e advertindo sobre novos ataques. Os índios são chefiados pelo cacique Bruno, que deseja expurgar todos os colonos da área.

Os posseiros Antonio Thaumaturgo e Luis Gomes, entre outros, já foram atacados e estão preparando-se para resistir aos próximos ataques.

O deputado Walter Prado, do PDS, já vinha chamando a atenção das autoridades do Estado e da FUNAI, para esse

conflito eminente entre os índios e os colonos de Feijó, chegando a denunciar o fato ao CSN. Em outra ocasião, o deputado pediu a extinção da Ajudância da FUNAI no Acre, acusando o órgão de inoperante. A FUNAI, contudo, afastou dois membros do CIMI que atuavam entre os Katukina, acusando-os de incitar os índios.

Os Katuquina habitam parte do seringal Liege, que foi loteado e distribuído a colonos pelo próprio governo do Estado, há alguns anos. Mais recentemente, a FUNAI delimitou a área, mas não tomou providências para a retirada dos colonos. (ESP — 25/11/81)

Kaxinawá

Polícia Federal procura antropólogo acusado de incitar índios

Agentes da Polícia Federal estão à procura, no Acre, do antropólogo Terry Vale de Aquino, acusado pela ajudância da FUNAI de ter entrado na área dos índios Kaxinawá, no alto do rio Jordão, Município de Taracá, no Acre, onde teria incitado os índios a não receberem uma equipe de estudantes do Projeto Rondon que foram fazer um levantamento. Dois agentes da Polícia Federal e um funcionário da ajudância da FUNAI estiveram na área indígena na semana passada e apreenderam o material do fotógrafo e cinegrafista Renato Delarole, de Brasília, que estava fazendo um documentário sobre os Kaxinawá com o antropólogo. O fotógrafo declarou ontem, em Rio Branco, que apesar de ter autorização da FUNAI para entrar na área e fazer o trabalho, os agentes federais e o funcionário da FUNAI, Iberê Saches, armado de revólver, apreenderam seu equipamento e filmagens, procurando intimidá-lo. Insistiram para que incriminasse o antropólogo Terry de Aquino. (JB — 10/2/81)

Índio do Acre nega represália a brancos

O líder dos índios Kaxinawá, Alfredo Suero Bane, desmentiu que os índios pretendiam expulsar as duas estudantes do Projeto Rondon e o chefe de posto da FUNAI que foram até o Alto Rio Jordão fazer um levantamento sobre a situação do grupo: "É tudo mentira, é tudo conversa de branco", disse ele. Esclareceu que as duas estudantes e o funcionário da FUNAI chegaram só até a foz do rio Jordão, faltando ainda mais de um dia de viagem pelo rio para alcançar a aldeia dos índios. Além disso, acrescentou que os Kaxinawá nem estavam sabendo que o chefe de posto estava "subindo o rio" com as duas estudantes, mas que se chegassem até a aldeia, garantiu que "não fazia nenhum mal". Sobre a viagem do antropólogo Terry Vale de Aquino e do fotógrafo Renato Delarole à área, o chefe Kaxinawá explicou que foi ele quem os convidou para assistir e documentar a festa do Mariri, realizada todo mês de janeiro, na época do milho verde. (JB — 12/02/81)

Desviada verba para índios

Dos Cr\$ 2 milhões que a SUDHEVEA repassou à ajudância da FUNAI no Acre, para aplicar numa Cooperativa de produção de borracha dos índios Kaxinawá, do Município de Taracá, só chegaram às mãos da tribo Cr\$ 200 mil. A denúncia foi feita ontem, nesta Capital, pelo índio Getúlio Suero, que veio cobrar da FUNAI os recursos liberados. Ele esteve na Superintendência da SUDHEVEA, com sede em Rio Branco, onde teve a confirmação de que o órgão liberou, ainda em agosto passado, Cr\$ 2 milhões dos Cr\$ 5,8 milhões aprovados para o projeto da cooperativa Suero. Denunciou ainda que os Cr\$ 200 mil foram entregues pelo chefe do posto da FUNAI no Rio Jordão, Israel Freitas, a um comerciante do Município de Taracá, José Barreto da Silva, para comprar mercadorias e revendê-las aos índios, a preços mais caros. (JB — 19/02/81)

Antropólogo se defende e acusa FUNAI

Sobre as duas acusações principais contra o antropólogo,

a de entrar em área indígena sem autorização e a de comprar explosivos para os Kaxinawá, Terry de Aquino respondeu que a rigor "nem existe área indígena" já que a FUNAI até hoje não demarcou a reserva, enquanto os explosivos não são mais que munição de caça. Terry acusou a FUNAI de estar desviando as verbas destinadas à comunidade Kaxi pela SUDHEVEA, entre outras coisas, para a construção de infra-estrutura do posto indígena. Segundo o projeto original, as próprias lideranças deveriam estar gerindo estas verbas e o chefe de posto deveria atuar como animador e não assumir "as antigas posições de patrão".

Nestes dois anos em que o antropólogo vem trabalhando com o grupo, os próprios índios organizaram suas cooperativas e as lideranças aprenderam a administrar seus negócios. Com recursos doados pelo Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo, cerca de 1 milhão e 300 mil, os índios estão produzindo 30 toneladas de borracha por safra. (JB — 27/02/81)

FUNAI nega desvio de verba

A FUNAI negou a acusação de estar desviando as verbas da SUDHEVEA e diz estar aplicando (dos quase 6 milhões só foram aplicados 200 mil cruzeiros) os recursos conforme as especificações do projeto. (Jornal de Brasília — 3/3/81)

Sarampo entre os Kaxinawá: 6 crianças mortas

A FUNAI informou ontem que seis crianças índias do grupo Kaxinawá, que vive no Acre, morreram em consequência de uma gripe que está atacando também os velhos. A FUNAI nada informou sobre as providências adotadas para combater o surto de gripe. Os índios Kaxinawá já vivem em contato permanente com os brancos, trabalhando nos seringais do Acre. (FSP — 25/8/81)

Makuxi

Carta aberta das nações indígenas de Roraima

"Dirigimos por escrito ou pessoalmente os nossos sofrimentos, para que saibam da nossa situação.

Aqui em Roraima continua o problema de terra com os fazendeiros, a maior parte dos parentes sofrem prejuízos causados pelo gado do branco, pouco nos importa se o branco cria ou não, pode criar, mas não no meio dos índios, no campo dos índios, na roça dos índios. Queremos que cuidem de suas criações mais longe. Isto é, afastado dos índios. Eu que visito outras comunidades vejo que o problema é um só.

Todos (fazendeiros) falam de igualdade, mas para mim igualdade é viver igual, ter o mesmo direito de viver, direito de viver no seu terreno próprio, assim que eu entendo.

Estamos sempre fazendo reuniões, debatendo os problemas das nossas comunidades, das nossas terras, os nossos prejuízos. Queremos o acordo com os fazendeiros para que eles tirem do meio de nós suas criações, mas eles não querem acordo nenhum, onde eu moro (Aldeia Cumaná), nossas terras ainda não foram demarcadas pela FUNAI, mas agora fizemos demarcação por nossa conta, está feita, agora não queremos gado dos fazendeiros dentro de nossa Área. Não queremos viver dominados pelos criadores brancos, viver de empregados, pois o salário que dão não dá pra manter as nossas famílias. Assim estão perturbando a vida do nosso povo, muitos já não têm mais liberdade de viver por conta própria, o que acontecerá no nosso dia de amanhã? Será que nós vamos ser tratados como estrangeiros no dia de amanhã? Um dia estávamos reunidos, 15 tuxáuas na Boca-da-Mata, próximo da fronteira da Venezuela então chegaram 4 homens de Brasília, um representante do Ministério do Interior, um antropólogo e mais dois, chegaram a pedir que nós falássemos um pouco para eles ouvirem mas não foi possível falar tudo porque o tempo foi curto, falaram três tuxáuas, Bernardo, Macário, e eu. Eles disseram que para nos entender tinham

muitas dificuldades, mas tudo o que falei eles não concordaram com minhas palavras, mas o que falo é verdade o que sinto dentro das nossas comunidades. Eles me chamaram de revoltado contra os brancos, mesmo assim disseram que não me entenderam.

Falaram também que eu não podia chamar de Nação Indígena, porque os indígenas não são Nações, falaram que Nação é todo o Brasil e todos os brasileiros — brancos, pretos, índios. Será que antes de descobrirem a nossa terra aqui, não éramos uma Nação? Será que só depois que formamos uma Nação? Há muitos problemas em nossas comunidades, alguns muito graves, como na comunidade Taurepang (Sorocaina), onde ameaçam matar o tuxaua primeiro, porque daí é mais fácil dominar o resto do povo.

Aqui nós combinamos Assembléia Geral dos tuxaues de Roraima, são 5 dias de reunião, aí dá tempo de nós falarmos melhor, pode haver um tempinho para uma festinha indígena no último dia.

Sem mais,

Aldeia Cumaná, 23 de outubro de 1980"

Terêncio Luis Silva — Tuxaua da Nação Makuxi (Porantim — dez/80)

CIMI denuncia mortes

O CIMI divulgou ontem, em Goiânia, denúncia de sua Regional Norte 1 (Amazonas-Roraima) a respeito de um surto de sarampo e malária entre os índios Makuxi, do território de Roraima. Segundo a denúncia, dez índios morreram nos últimos seis meses sem terem recebido assistência médica adequada da FUNAI. (FSP — 2/7/81)

Demarcação das terras Makuxi

O presidente da FUNAI, coronel Paulo Moreira Leal, determinou ao DGPI que acelere o processo de regularização fundiária e registro cartorial de 175.921 hectares de terras dos índios Makuxi e Wapixana, no Território de Roraima.

Esta recomendação vinha desde a administração do coronel Nobre da Veiga da FUNAI. No ano passado, a questão da regularização destas terras indígenas gerou uma crise no Governo do Território que quase culmina com a exoneração do Governador Otomar de Souza Pinto, caso a FUNAI e o CSN não intervissem a seu favor. (JB — 21/11/81)

Manitenéri

Demora da FUNAI gera tensão em Mamuadate

A situação é muito tensa no posto indígena de Mamuadate, no Alto rio Iaco, no Acre, onde vivem os índios Manitenéri, que estão impacientes com a demora da FUNAI em demarcar sua área, prometida desde 1977. Funcionários da FUNAI que trabalham no posto estão com sua segurança ameaçada. O sertanista Apoena Meirelles cancelou uma viagem que faria àquela área esta semana, depois que foi informado da tensão. (Gazeta de Vitória — 24/5/81)

Satere-Mawé

Projeto de desenvolvimento

A FUNAI anunciou um projeto de desenvolvimento comunitário para as aldeias Vila Nova, Esperança, Nazaré, Curuatuba e Nanguru. O projeto, orçado em 2 milhões e meio de cruzeiros, prevê a produção de 14 toneladas de guaraná. (FSP — 25/01/81)

Guaraná

A indústria do guaraná aumentou seu preço em mais de 800%, fazendo com que os compradores disputem avidamente toda a produção local. (O Globo — 01/02/81)

Morte de índios

Padre Salesiano levou ao conhecimento do CIMI Norte I a morte de 21 índios Satere-Mawé devido à epidemia de sarampo. Os índios dizem que a "equipe de vacinação da FUNAI só vem quando o sarampo bate". (Notícias Populares — 14/08/81)

Líder Satere-Mawé denuncia "Elf-Equitaine"

O índio Emílio, 70 anos, um dos mais antigos Tuxaua (chefe) dos Satere-Mawé da região do rio Andirá, no Médio Amazonas, denunciou em Manaus — para onde veio tratar pessoalmente do assunto com o Delegado Regional da FUNAI — que os brancos do acampamento da empresa francesa Elf-Equitaine, autorizada pela PETROBRÁS a procurar petróleo na reserva da tribo, têm exibido filmes pornográficos vistos também pelos índios. Emílio afirmou que os brancos, além de terem chegado "como doença na reserva", isto é, sem aviso ou permissão, vêm poluindo o rio Andirá, lançando em suas águas latas vazias, garrafas e detritos. Disse que alguns dos técnicos estrangeiros que trabalham na área têm o costume de pousar de helicóptero nas aldeias. De acordo com Emílio os Satere-Mawé da região do rio Andirá, no Município de Barreirinha, não se conformam com a presença e o comportamento dos brancos na área. Anteriormente, durante um período de dois anos, a tribo viveu experiência semelhante e enfrentou graves problemas, principalmente devido à ingestão de bebida alcoólica, "que corria livre, era dada ou vendida aos índios". Isso sem contar o fato de os homens de tais acampamentos "não terem respeito pelas famílias" dos índios. (JB — 25/10/81)

Índios denunciam suborno de empresa estrangeira

Três tuxaues Satere-Mawé e um da tribo dos Mundurucu revelaram ontem em Manaus, onde trouxeram o caso à Delegacia Regional da FUNAI, que o encarregado do acampamento da empresa estrangeira que realizou pesquisas de petróleo na região do rio Andirá, no Município de Barreirinha, teria dado Cr\$ 50 mil ao chefe do posto da FUNAI na área e a um chefe índio, para que eles se posicionarassem a favor da realização dos trabalhos na reserva. Os chefes decidiram permanecer em Manaus até que a FUNAI traga o funcionário do posto e o tuxaua Antônio Michiles Ferreira — os dois acusados — para prestarem esclarecimentos "na presença de todos". Afirmando que um índio, Mundurucu, assistiu à proposta e depois viu também o encarregado do acampamento, Antônio Alvarana, entregar um cheque de Cr\$ 50 mil, descontado mais tarde em uma agência bancária da cidade de Parintins, no médio Amazonas. (JB — 13/11/81)

Índios irão à embaixada denunciar firma francesa

O cacique Satere-Mawé, Raimundo Ferreira da Silva, e mais dois outros índios do Posto Indígena Andirá (Amazonas) farão um relato, hoje, na Embaixada da França, quando vão manifestar-se contra o contrato de risco firmado entre a PETROBRÁS e a empresa francesa Elf-Equitaine, que fez prospecção de petróleo em terras da reserva indígena. Embora os trabalhos de prospecção já tenham acabado — começaram em agosto — o cacique espera obter da PETROBRÁS e da FUNAI indenização pelos danos causados, como a derrubada de rochas e árvores frutíferas, além do constrangimento sofrido pelos índios, com a exibição de filmes pornográficos feita por empregados da Elf-Equitaine, e também pela distribuição de bebidas alcoólicas. Ciente de que, pelo Estatuto do Índio e pela Constituição, as riquezas do solo pertencem à União, o cacique Raimundo disse que não se importava com as pesquisas, desde que tivesse sido avisado com antecedência: "Mas numa reserva demarcada como a nossa, eles deviam nos avisar antes de derrubar a mata e fazer os buracos. Isso foi um piso grande em nosso estômago", disse. Para ele, os culpados são o Delegado Regional da FUNAI e o chefe do Posto Indígena de Andirá, José Vito Santana. A Primeira Delegacia



Em Ponta Alegre, aldeia Satere-Mawé, um poço de prospecção de petróleo perfurado há 30 anos. Agora, está abandonado.
(foto Euripedes Claiton/Porantim)

Regional da FUNAI informou estar ciente de que houve irregularidades praticadas por funcionários da firma que fez prospecção de petróleo na reserva dos índios Satere-Mawé. Já encaminhou pedido de providências à Petrobrás, pois os trabalhos na área são feitos por contrato de risco com a Elf-Equitaine. A Delegacia Regional informou que, além da comunicação à PETROBRÁS, está tentando apurar denúncias de que um tuxaua de uma aldeia Satere, e o chefe do posto indígena, teriam recebido dinheiro para serem favoráveis aos trabalhos de pesquisas na reserva. (JB — 18/11/81)

Satere-Mawé ameaçam empresa de petróleo

Como a FUNAI até agora não tomou nenhuma providência para retirar da região do rio Andirá, no Baixo Amazonas, a empresa francesa Elf-Equitaine, de prospecção de petróleo, e acusada de ocupar ilegalmente a área, os índios Satere-Mawé prometem expulsar "a bala e a qualquer custo" os invasores de suas terras. A revolta dos índios aumentou depois que a empresa derrubou parte da floresta existente no local e criou sérios atritos com a comunidade indígena. Segundo o cacique dos Satere-Mawé, que estabeleceram prazo de 90 dias à FUNAI para demarcar a reserva, os trabalhadores e engenheiros da Elf-Equitaine deram cachaça, revistas e filmes pornográficos aos índios, que, agora, ameaçam matar todos os membros da empresa caso eles não deixem as terras. Ontem, o cacique Emílio Tibúrcio Filho fez outra exigência à FUNAI, durante sua visita a Manaus: o dinheiro da indenização a que tem direito terá que ser pago diretamente aos Satere, sem interferência do órgão ou de seus funcionários na área. (ESP — 23/12/81)

FUNAI autoriza pesquisa

Após reunião do presidente da FUNAI com o representante da Elf-Equitaine, Harry Bat, e outro da PETROBRÁS, ficou decidido que a Companhia Petrolífera Francesa poderá pros-

seguir com suas pesquisas por tempo indeterminado desde que não prejudique a comunidade Mawé. (JB — 19/11/81)

Tikuna

Verba para os Tikuna

O Posto Indígena Vendaval, no município amazonense de Olivença, vai receber verba de dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros da FUNAI. A verba será aplicada na ampliação das atividades agrícolas e de extrativismo vegetal desenvolvidas pelos 870 índios daquele Posto Indígena. (O Dia — 27/03/81)

Monitores de saúde com salários atrasados

Os Tikuna do PI Vendaval escreveram ao jornal Porantim, denunciando a situação dos monitores de saúde daquele Posto, que estão com os salários atrasados em até quatro anos, e trabalhando em situação irregular, uma vez que o Estado, através da FUNAI, não demonstrou até o presente a menor intenção de contratá-los efetivamente. Além dessa situação irregular dos monitores não-índios a FUNAI prometeu a contratação de monitores Tikuna para a área de saúde, o que não ocorreu. (Porantim — 08/81)

FUNAI promete delimitar a reserva Tikuna

Os líderes Tikuna, Pedro Custódio, José Demétrio e Inácio Pereira, do município de SP de Olivença (AM), estiveram com o presidente da FUNAI, Coronel Leal, e conseguiram a promessa de que, até o dia 15 de janeiro próximo, uma equipe de funcionários do órgão indigenista fará a delimitação da reserva Tikuna que está sendo invadida por madeireiros e pescadores equipados com barcos frigoríficos vindos de Manaus. (FT — 12/12/81)

Oposições apoiam a reserva Tikuna

Os líderes dos partidos de oposição divulgaram uma nota de apoio aos Tikuna do alto Solimões, afirmando que as terras deste grupo, que totaliza mais de 20 mil pessoas, estão sendo invadidas por madeireiros, empresários rurais e barcos pesqueiros, o que representa uma ameaça de devastação dos recursos naturais da reserva indígena. Na nota, os deputados Alceu Colares, pelo PDT, Aírton Soares, pelo PT, Odacir Klein, pelo PMDB, Thales Ramalho, pelo PP e Jorge Cury, pelo PTB exigem da FUNAI a urgente demarcação do território destes índios e o cumprimento da promessa do presidente da FUNAI, de que até o dia 15/01/82 seriam iniciados "in loco" os trabalhos de delimitação.

"A infiltração de brancos em território Tikuna — diz a nota — tem se acelerado nos últimos três anos, com a remoção de comunidades indígenas e a tentativa de descaracterização da área, através da fixação de 20 famílias de não-índios e com a obtenção, pelos invasores, de financiamento bancário para implantação de campos de gado e plantio de culturas permanentes." (Tribuna da Imprensa — 12/12/81)

Waimiri e Atroari

Barragem de Balbina inundará território dos Waimiri e Atroari

A construção da hidroelétrica de Balbina, no Estado do Amazonas, a 146 quilômetros de Manaus, vai inundar o território dos Waimiri-Atroari, confederação indígena que vive ao sul de Roraima. Um grupo ainda arredio, não contatado pela FUNAI, encontra-se na área a ser inundada. A barragem de Balbina se situa a 318 quilômetros da foz do rio Uatuma e seu canteiro de obras fica a 50 quilômetros da aldeia. Informa o missionário Egídio Schwade que a reserva indígena "foi delimitada pelo governo sem levar em conta critérios antropológicos e os direitos imemorais dos Waimiri e Atroari". Antes mesmo de ser iniciada a obra, os Waimiri e Atroari já estão proibidos de navegar pelo rio Santo Antônio do Abonari onde foi estendida uma cerca de arame farpado. (FSP — 31/03/81)

FUNAI adota novas técnicas para a atração

Os trabalhos de atração dos Waimiri e Atroari que habitam a região cortada pela rodovia Manaus-Caracará, no estado do Amazonas, vem alcançando bastante êxito, segundo a FUNAI, como se comprova pela frequência das visitas que os índios têm realizado aos Postos de vigilância, ao longo da rodovia, e aos demais postos de atração da área. Ainda segundo a FUNAI, as técnicas de atração foram bastante modificadas. Ao invés de se tentar estabelecer o "namoro" (fase inicial dos contatos) através do oferecimento de brindes, os sertanistas plantaram grandes lavouras ao redor dos Postos o que torna os Postos locais bastante atraentes para os índios que, além da alimentação, lá obtêm auxílio médico. (A Crítica — 11/04/81)

Sarampo entre os Waimiri e Atroari

A delegacia regional da FUNAI tomou todas as precauções para evitar que se alastre um surto de sarampo verificado na população indígena Waimiri e Atroari. Depois que foram verificados dois casos, a equipe médica imediatamente foi acionada e deslocada para o Posto Indígena, onde foi feita vacinação em massa. Os dois índios que contraíram sarampo estão em tratamento em Manaus e estão reagindo bem. Depois de confirmados os casos, o delegado regional Kazuto Kawamoto enviou uma equipe médica ao posto indígena na BR-174, onde foram registrados mais seis casos. (FT — 30/04/81)

FUNAI reconhece: epidemias atingem Waimiri e Atroari
O delegado da FUNAI em Manaus, em comunicação telefô-

nica com a Fundação Nacional do Índio, em Brasília, reconheceu ontem a existência de epidemias entre os Waimiri e Atroari. A doença entre os índios havia sido denunciada pelo CIMI, através de sua Regional Norte e pelo Grupo de Apoio Indígena Kukuro. (FSP — 23/5/81)

Presidente Figueiredo interdita área dos Waimiri e Atroari

O Presidente João Figueiredo decretou ontem a interdição temporária de 1,8 milhão de hectares no Amazonas e Roraima, ampliando, desta forma, a área onde estão sendo desenvolvidos os trabalhos de atração e pacificação dos Waimiri e Atroari. O decreto, publicado ontem no "Diário Oficial", atende à solicitação do chefe da frente de atração, Giuseppe Cravero. Segundo Cravero, os Waimiri e Atroari, sendo nômades, perambulam por uma área mais ampla do que a delimitada inicialmente. As áreas interditas pertencem aos municípios de Itapiranga e Novo Airão, no Amazonas, e Caracará, em Roraima. Após atração e pacificação dos Waimiri e Atroari, a FUNAI fará a delimitação definitiva da área ocupada efetivamente pelo grupo, iniciando depois a demarcação. Os trabalhos de atração, entretanto, não tem prazo para serem concluídos, porque os sertanistas não conseguiram, até o presente, visitar nenhuma das malocas tradicionais deste grupo indígena. (O Globo — 25/11/81)

"Interdição" diminui reserva dos Waimiri e Atroari

Membros da Equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de Itacoatiara (AM) e o indigenista Ezequias Heringer, que já trabalhou com os Waimiri e Atroari, denunciaram que a área "interditada" pelo decreto do presidente Figueiredo em novembro de 1981 é substancialmente menor que a área anteriormente dada como "reserva" dos Waimiri e Atroari e que facilita a penetração de companhias mineradoras no território desses índios. "O decreto do presidente Figueiredo é ilegal pois interdita uma reserva já definida em 1971 e ainda a diminui indiscriminadamente", afirma a reportagem do PORANTIM. Segundo a notícia o território Waimiri era composto de uma reserva indígena (Decreto nº 68.907 de 13/07/71), uma área interdita (Decreto 74.463 de 26/08/74) e duas áreas de acréscimo (Portaria 511 de 05/07/78). O governo teria unido as duas áreas de acréscimo à área interdita e depois de cortar um pedaço da reserva criada em 1971 considerou tudo como "interditado". Ignorou e anulou os decretos nº 68.907, 74.463 e a portaria 511. A área perdida pela reserva corresponde a 30% do total anterior. Na área que foi "liberada", já instalou-se uma mineradora, a Paranapanema, que explora uma reserva de estanho. A mineradora já teria instalado seu acampamento nas proximidades do igarapé Santo Antônio do Abonari, antes mesmo da "interdição", feita através do decreto do presidente Figueiredo, construindo pequena hidroelétrica e casas de alvenaria. (Porantim — jan./fev./82)

Wapixana

Regularização das terras dos Wapixana

O presidente da FUNAI, Coronel Paulo Moreira Leal, determinou ao DGPI que "acelere" o processo de regularização fundiária e registro cartorial de 175.921 hectares de terras dos índios Makuxi e Wapixana, no território de Roraima. Esta recomendação vinha desde a administração do coronel Nobre da Veiga na FUNAI. Em setembro do ano passado, a questão da regularização destas terras indígenas gerou uma crise no governo do território de Roraima, que quase culmina com a exoneração do governador Otomar de Souza Pinto, caso a FUNAI e CSN não intervissem a seu favor. (Notícias Populares — 22/11/81)

Fazendeiros pressionam e acuciam indígenas

"A demarcação das terras indígenas tem sido constantemente prometida e protelada pela FUNAI. Um exemplo: durante o

ano de 81, esse órgão apresentou nada menos que três datas "certas" para o início da demarcação na região da Serra da Lua, território do povo Wapixana, em Roraima. Das três promessas nenhuma se realizou, favorecendo unicamente a estadia, garantida, dos fazendeiros.

Esta política de descaso vem provocando em toda a área um grande número de conflitos. É o caso da Maloca do Moscou, onde a FUNAI é responsável direta dos problemas ali existentes, porque conseguiu induzir a pequena comunidade Wapixana do Mariru, tomada por fazendeiros, a se transferir para a maloca dos seus parentes do Moscou, acreditando na promessa de que lá teriam mais garantias de conseguir uma área demarcada. Várias famílias já se transferiram e outras deverão fazê-lo em breve. (Porantim — jan./fev./82)

Yanomami

Parque Yanomami é reivindicado

A urgente criação do Parque Yanomami foi pedida ontem em carta-aberta ao Ministro do Interior, divulgada em São Paulo pela Comissão Pró-Índio e assinada por outras 24 entidades de defesa dos indígenas brasileiros. Elas argumentam que há um estudo da FUNAI sobre o assunto, que recomenda a constituição do Parque e denunciam a "omissão do Ministério do Interior". Segundo a CPI-SP, entidades internacionais lideradas pela The American Anthropological Association, de Washington, e a Survival Internacional, de Londres, apresentaram à OEA queixa contra o Governo brasileiro, sob o título: Violação de Direitos Humanos do Povo Yanomami no Brasil. (JB — 14/01)

Projeto atinge Yanomami

Os índios Moxihete, subgrupo Yanomami, que vive nas proximidades do rio Apiaum, em Roraima, serão atingidos por um projeto de agropecuária da Companhia de Desenvolvimento de Roraima. O acordo entre o governo do Território e o INCRA, deverá ser assinado em breve. O projeto agropecuario inclui ainda a área do garimpo Santa Rosa, onde a FUNAI está tentando remover cerca de três mil garimpeiros, com a ajuda da Polícia Federal. A denúncia foi feita ontem pelo Conselho Indigenista Missionário, Norte 1.

Lembra o Regional Norte 1 do CIMI que o projeto agropecuario é mais uma ameaça contra a criação do parque indígena Yanomami. Os missionários afirmam ainda que um projeto de tal porte colocará em risco as comunidades que não têm contato com a sociedade envolvente, uma vez que esses grupos não têm assistência médico-sanitária e estarão "expostos às doenças ocasionais".

O CIMI denuncia ainda este projeto observando o caráter "malicioso" do governo, que pretende "ganhar tempo enquanto não se define a situação do parque". O CIMI diz que "esta é mais uma forma de extermínio do maior grupo indígena brasileiro e a espoliação do território Yanomami". (ESP — 25/01/81)

Comissão da ONU cobra a criação do Parque Yanomami

A Federação Internacional dos Direitos do Homem (FIDH) com sede em Genebra e representação permanente na ONU, encaminhou ao governo brasileiro uma petição em favor dos índios Yanomami, em que alerta para a invasão do território indígena por cerca de quatro mil garimpeiros e para os perigos de doenças que podem ser transmitidas aos índios. O documento afirma que são 8.500 os Yanomami no Brasil (existem outro tanto desses índios na Venezuela) que desde 1974 sofrem constantes atentados e declara ser "urgente que os poderes públicos brasileiros tomem medidas para paralisar esta nova invasão que ameaça a dizimação, a curto prazo, a população indígena da região". Outra petição no mesmo sentido, assinada por mil personalidades, entre as quais Adolfo Perez Esquivel e Alfred Kastler, agraciados com o Prêmio Nobel,

foi entregue no primeiro dia de fevereiro ao presidente Figueiredo, durante sua visita à França. Segundo nota da CPI-SP essa iniciativa partiu do Comitê Internacinal pela Defesa da Amazônia, com sede em Paris, do Comitê França-Brasil, Comitê Brasil-Anistia e Comitê França-América Latina. No documento os signatários afirmam que são numerosos os que na França estão preocupados com as possibilidades de sobrevivência dos índios Yanomami fora dos limites de uma reserva que assegure a inviolabilidade de seu território e que lhes permita reproduzir sua própria cultura. (FSP — 12/02/81)

Os Yanomami terão 7 áreas

D. Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB, após audiência no Ministério do Interior, informou ontem que nos estudos para a criação do parque Yanomami, em Roraima, estão previstas sete reservas em áreas descontínuas, ao contrário do que era esperado por índios e estudiosos da questão. A demarcação do parque Yanomami está sendo estudada pelo CSN. O secretário da CNBB também recebeu informação do Ministério do Interior de que providências estavam sendo tomadas para garantir o livre acesso de jornalistas na FUNAI, após a recusa do presidente do órgão, em receber uma repórter da Folha de São Paulo para entrevista coletiva marcada na manhã de ontem. (ESP — 15/4/81)

Governo propõe arquipélago indígena em lugar do "Parque Yanomami"

A CCPY divulgou ontem documentos em que critica a proposta de divisão da área a ser destinada aos índios Yanomami (Roraima e Amazonas) em sete reservas descontínuas dentro de um parque florestal, sob o controle de outros órgãos federais, além da FUNAI, por entender que isso impedirá a expansão e movimentação do grupo, e que a solução de ilhamento "nunca poderá corresponder às verdadeiras necessidades que este povo merece como dono legítimo de suas terras". A proposta inicial da comissão de criação do parque, feita em junho de 1979, era de uma reserva com um total de 6 milhões de hectares (4 milhões em Roraima e 2 milhões no Amazonas) para aproximadamente 8 mil indígenas. "O critério de desmembramento do território em arquipélago indígena — diz o documento — e a presença de tropas federais viriam apenas apressar a desorganização dos grupos e romper o equilíbrio sócio-cultural das comunidades, comprometendo a coesão étnica". (ESP — 22/4/81)

Sarampo mata 3 Yanomami

Três índios Yanomami — duas mulheres e uma criança — morreram na sede da missão evangélica da Amazônica-Meva, nas proximidades do rio Palimiu, em Roraima, em consequência de uma epidemia de sarampo que grassa na região. Outros 11 índios encontram-se internados na missão, e, segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, "o sarampo foi transmitido por garimpeiros que estão invadindo a área indígena". (FSP — 7/7/81)

Parque Yanomami: nova promessa

O Parque Indígena Yanomami, cuja criação foi anunciada pelo ministro do Interior, para 1979 e depois para 1980, voltou a ser prometido ontem pelo ministro, assegurando que sua instituição vai ocorrer durante o segundo semestre, depois de o governo definir o projeto da política florestal para a Amazônia. O ministro repetiu a promessa ao visitar Roraima, Território que deverá abrigar a maior parte da reserva, mas negou que ela dependa do projeto florestal, o que, no entanto, foi confirmado por seus assessores em Brasília. O CSN, onde ambos os projetos estão em estudo, já teria definido que o parque não será contínuo, devendo ficar circunscrito às áreas de maior incidência de população indígena, entre as quais existiriam reservas florestais. (ESP — 7/7/81)

Sarampo mata mais três Yanomami

São seis os índios Yanomami mortos em consequência do surto de sarampo que está atingindo as tribos indígenas que vivem na região da serra do Surucucu, em Roraima, segundo informações divulgadas ontem pela FUNAI, em Brasília. Diz a FUNAI que foram instalados dois hospitais avançados de emergência nas aldeias de Tabaxina e Palimiu, e que os doentes que apresentam risco de vida, estão sendo removidos para o Hospital Coronel Mota, em Boa Vista. Vivendo em pouco contato com nossa sociedade, os Yanomami são mais vulneráveis a esse tipo de doença. Em 1978, um surto de sarampo matou mais de 60 índios na área da Perimetral Norte, pouco depois da chegada dos peões que foram construir a estrada. (ESP — 17/7/81)

Conflitos na área Yanomami

O contrabando de armas na fronteira do Brasil com a Venezuela está contribuindo para aumentar as lutas entre os índios Yanomami que vivem no Brasil e outras tribos do mesmo grupo da Venezuela, segundo denúncia feita ontem pela comissão do Parque Yanomami, em Brasília. A situação na área, segundo os responsáveis pela comissão, estaria desagradando o governo venezuelano, pois as freqüentes incursões de índios brasileiros naquele país têm provocado uma situação desastrosa: somente no último ataque morreram 35 índios venezuelanos. Os índios brasileiros têm recebido armas de feitores e extratores de fibras vegetais que transitam na área Yanomami, como forma de pagamento por trabalhos prestados ou pela compra de peles de onça e ariranha. A comissão do Parque Yanomami afirma que este comércio de armas está alimentando vários focos de guerra intertribal, que já eram tradicionais, mas sem a ocorrência de mortes numerosas como tem acontecido depois da utilização de armas pelos índios brasileiros. (ESP — 22/7/81)

Epidemia de sarampo entre os Yanomami

Diversas associações de apoio ao índio divulgaram nota ontem afirmando que a gravidade do surto de sarampo que atinge a tribo dos Yanomami, residentes na fronteira do Brasil com a Venezuela, exige a imediata cooperação da Cruz Vermelha Internacional, para evitar o alastramento da epidemia que já matou 21 índios. “Estamos à frente de um quadro catastrófico” — diz a nota. “As epidemias atingiram as áreas de Palimiu, Surucucu, Couto Magalhães, Mucajaí e recentemente o Ajarani, regiões onde vivem mais de cinco mil índios.” “O que torna a situação inaceitável — prossegue — é o fato de que ela poderia ter sido evitada. Apesar dos repetidos alertas e solicitações das entidades de apoio ao índio e relatórios da própria FUNAI, medidas preventivas indispensáveis não foram tomadas e a doença chegou antes da vacina. Desde 1968, data da primeira proposta de criação do Parque Yanomami, este é o quinto surto de sarampo, tendo sido registradas 139 mortes.” Assinam a nota a ABA, a CPI-SP e a CCPY. (ESP — 28/7/81)

O sarampo amplia-se

Embora já tenha sido controlado em algumas áreas, o surto de sarampo e coqueluche que atingiu os índios Yanomami, que vivem em Roraima e no Amazonas, continua alastrando-se, atingindo agora várias tribos que vivem na fronteira do Brasil com a Venezuela. A FUNAI não fez, ainda, qualquer contato com o governo venezuelano, apesar da preocupação manifestada pelos indigenistas de que a doença já possa ter atingido grupos Yanomami que vivem fora do Brasil. Ontem, a CCPY divulgou nota afirmando que a ausência de um trabalho sanitário preventivo na serra do Surucucu é a principal responsável pela epidemia que continua se alastrando, “apesar do envio de socorro de última hora”. Os integrantes da comissão afirmam que a contaminação dos índios provém de contatos indiscriminados com agentes invasores, garimpeiros

Vacinação entre os Yanomami realizada pela CCPY no início de 1981. (foto Claudia Andujar)



e núcleos habitacionais que se instalam aceleradamente na área dos Yanomami. Somente na serra do Surucucu vivem 4.500 índios, e lá o surto já atingiu quase todas as aldeias. (ESP — 1/8/81)

Encontro de Puyo reivindica Parque Yanomami

Os participantes do encontro de Puyo aprovaram uma moção que recomenda ao governo brasileiro "a necessidade urgente de tomar medidas de emergência para controlar e erradicar as epidemias que ora assolam os Yanomami, inclusive com a participação de organizações nacionais ou internacionais competentes; estabelecer um sistema de cooperação com a Venezuela para erradicar essa epidemia e criar, imediatamente, o Parque Indígena Yanomami, como medida para garantir a esse povo um território contínuo e adequado e assistência médica necessária". (FSP — 5/8/81). (Ver mais informações sobre o Encontro de Puyo na seção "Movimentos de Organização Indígena".)

Yanomami na pauta de Campins

Um dos integrantes da comitiva do presidente da Venezuela, Herrera Campins, que a partir de amanhã inicia visita de três dias ao país, deverá conversar com representantes do Governo brasileiro e com elementos do CSN, sobre a situação dos 16.000 índios Yanomami que habitam a região fronteira de Brasil e Venezuela. Na pauta do encontro dos representantes dos dois países está a proposta de criação de um Parque Indígena destinado aos Yanomami a ser decidida pelo Conselho de Segurança Nacional. A possibilidade da criação de um parque binacional — cuja finalidade seria a de não quebrar a unidade do povo Yanomami que se distribui pelos dois países — será discutida, uma vez que a Constituição Brasileira não prevê nada neste sentido. (Diário do Grande ABC — 9/8/81)

Yanomami: 27 mortos com surto de sarampo

A FUNAI iniciou, ontem, a segunda fase da Operação Yanomami, na fronteira do Brasil com a Venezuela onde, há dois meses, irrompeu um surto de sarampo e coqueluche que causou várias mortes entre os índios. O médico Paulo Manoel Vieira, que chefiou uma das equipes da FUNAI na área, divulgou um relatório informando que morreram ao todo 27 índios durante o surto. O médico, que foi demitido nos últimos dias da FUNAI, alertou para a necessidade da imediata vacinação das outras comunidades indígenas da área que não foram atendidas durante a primeira fase da vacinação, para que seja evitado um novo surto. (ESP — 19/9/81)

Garimpeiros invadem área Yanomami

Um grupo de garimpeiros está invadindo o território Yanomami através dos rios Mucajá e Ericó. A notícia foi dada anteontem através da assessoria de imprensa do órgão com base nas informações da delegacia do órgão em Boa Vista (RR). Anteontem mesmo a FUNAI comunicou-se com o 2º Batalhão Especial de Fronteira e a Polícia Militar de Boa Vista, para retirar os invasores que estão se fixando na serra do Surucucu, onde vivem cerca de 3.505 índios, e na área do rio Couto de Magalhães. Nesta última, a FUNAI está encontrando dificuldades para retirar os invasores, pois os garimpeiros oferecem roupas e alimentos aos índios e estes pretendem deixar os garimpeiros em troca dos presentes oferecidos. (Gazeta de Notícias — 10/10/81)

Ecologistas defendem os Yanomami

Um grupo de defensores das minorias oprimidas, liderado pelo líder ecologista francês, Brice Lalonde, ex-candidato à presidência da República, expressou ante a embaixada brasileira na França sua preocupação com o futuro dos Yanomami do Brasil. O grupo chamou a atenção para a neces-

sidade de demarcação do território tradicional da tribo, segundo as disposições estabelecidas na Constituição Brasileira através do Estatuto do Índio e as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre os povos autóctones da terra. (Última Hora — 13/10/81)

Pedida intervenção em área Yanomami

A coordenadora da Comissão de Criação do Parque Yanomami (CCPY), Cláudia Andujar, está encaminhando à FUNAI o pedido de intervenção na área ocupada pelos índios Yanomami, objetivando a delimitação do futuro Parque Indígena, cujo projeto de criação se encontra na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Caso o pedido seja aceito, será interditada uma área correspondente a 10 milhões de hectares, dividida entre o Território de Roraima (6 milhões) e o Amazonas (4 milhões). O pedido de interdição coincide com a recente viagem de estudos feita por uma equipe do CSN, que visitou toda a área dos Yanomami dentro do território brasileiro. (FSP — 17/12/81)

Conselho de Segurança pode interditar área Yanomami

Segundo informações dadas por assessores da FUNAI, e confirmadas por funcionários do Ministério do Interior, a "equipe do CSN que visitou a área Yanomami ficou impressionada com a situação, e o parecer sobre a interdição está praticamente pronto". A medida objetiva preservar a área que será transformada em parque indígena. (FT — 18/12/81)

Javari: a expansão da exploração madeireira é fonte de conflitos.

A região do rio Javari está sendo hoje alvo da cobiça de grandes empresas madeireiras. Ilegalmente e não respeitando as terras indígenas, elas promovem ali uma exploração intensiva da madeira, entrando em conflito com os índios da região. Apesar de haver uma proposta de criação do *Parque Indígena do Vale do Javari*, em tramitação desde início dos anos 70, a FUNAI se omite na sua efetivação e deixa a área aberta para a invasão dessas grandes madeireiras. Os prejudicados, e que sofrem com essa depredação da área, são os *Marúbo*, *Mayoruna*, *Matis*, *Kulina*, *Katuquina* e outros índios só recentemente contatados.

FUNAI apreende madeira e retém lucros de venda

A FUNAI, com o auxílio da Polícia Federal, está apreendendo toda a madeira extraída ao longo do rio Javari e seus afluentes, sob a alegação de pertencerem às reservas indígenas. A denúncia foi feita pelo deputado Belo Ferreira (PDS), que também acusou a FUNAI de obrigar os madeireiros a venderem a madeira com a retenção de 50% do produto da venda.

O comportamento da FUNAI não está agradando aos madeireiros das áreas dos municípios de Benjamim Constant e Tabatinga, que alegam que para o trabalho de extração se documentam com licença do IBDF, além de serem financiados pelos bancos com prazos fatais para o pagamento dos financiamentos. (A Crítica — 26/3/81)

TFR anula liminar dos madeireiros

O TFR suspendeu ontem liminar concedida a madeireiros da cidade de Benjamim Constant que estavam explorando terras indígenas nas áreas de Ipiui, São Luís e Rio Branco — Município de Atalaia do Norte — habitada por índios *Marúbo*, *Kurubo*, *Kanamari* e

Matis. A decisão tomada na última sexta-feira suspende determinação do juiz federal do Amazonas, em favor do mandado de segurança impetrado pelos madeireiros, a partir de proibição de abate de madeira na região pelo chefe da Ajudância da FUNAI no Alto Solimões. (ESP — 28/4/81)

Índios expulsam madeireiros

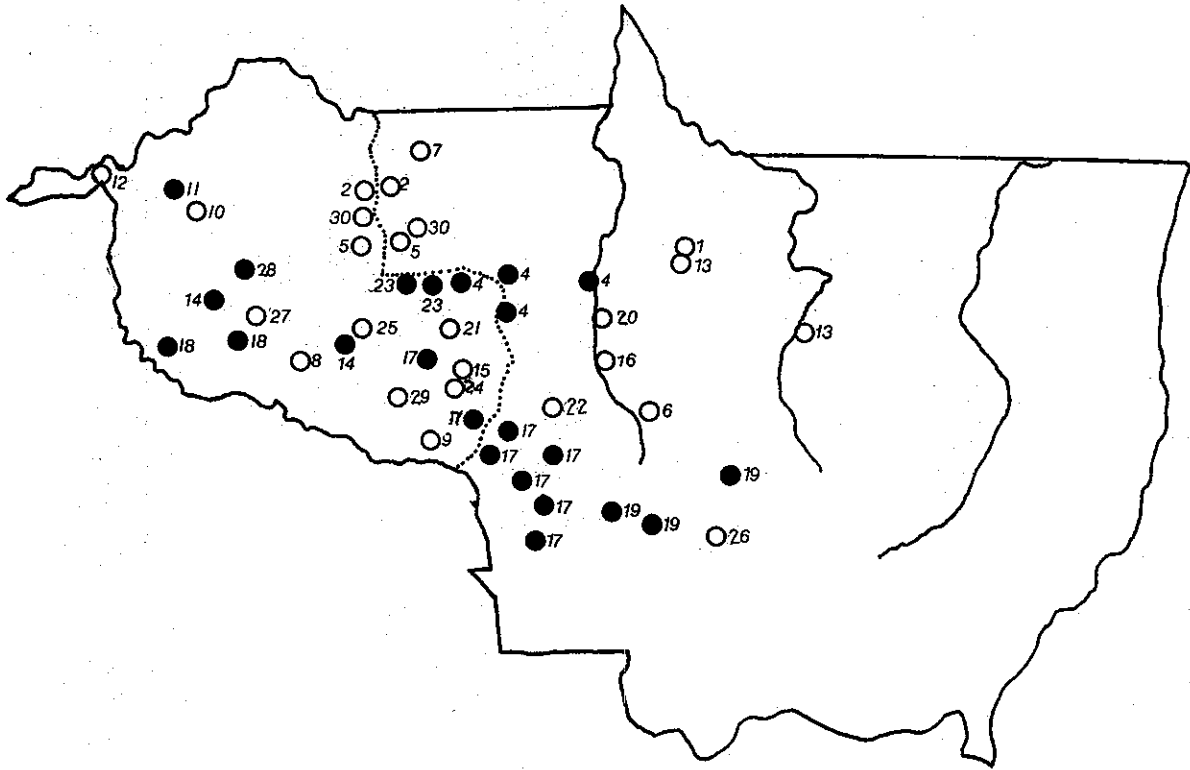
Notícias chegadas a esta capital, procedentes de Atalaia do Norte, dão conta de que os índios daquela região estavam expulsando os madeireiros que se encontram naquela cidade, pedindo providências da FUNAI.

A área de atrito é na região dos rios Itaquai e Curuçá, no rio Javari, onde existem os índios *Mayoruna*, *Kanamari*, *Marúbo* e *Kurubo*, sendo que esta última tribo ainda é arredia e seu "habitat" normal é o rio Itaquai. (Notícias Populares — 12/11/81)

Madeireiros em fuga

Dezenas de madeireiros da região do rio Itaquai, um afluente do Javari, estão deixando suas áreas de trabalho, rumando para a cidade de Atalaia do Norte, por temerem ataques dos índios, que nos últimos dias vêm dando sinais de que pretendem atacá-los. As informações são dos moradores de Atalaia do Norte e a delegacia regional da FUNAI já enviou um funcionário à região, para confirmar se existe mesmo clima de tensão na área. Os madeireiros que saem da região, próxima à fronteira com o Peru, seriam em número de 300, e dezenas deles já teriam chegado à cidade de Atalaia do Norte.

Há denúncias de que alguns índios estariam armados de espingardas. A área é considerada uma das mais ricas em madeiras de lei, razão pela qual é cobiçada. Além disso, a reserva indígena nela existente ainda não foi demarcada. (O Dia — 13/11/81)



- 1 — Apiaká
- 2 — Arara-kawahib
- 3 — Bakairi
- 4 — Cinta-larga
- 5 — Gavião-digut
- 6 — Irantxe
- 7 — Itogapuk
- 8 — Jabuti
- 9 — Kanoé
- 10 — Karipuna
- 11 — Karitiana
- 12 — Kaxarari
- 13 — Kayabi
- 14 — Makurap
- 15 — Massacá

- 16 — Mynky
- 17 — Nambiquara
- 18 — Pacaa-nova
- 19 — Pareci
- 20 — Rikbatsa
- 21 — Salamai
- 22 — Salumã
- 23 — Suruí
- 24 — Massacá (Tubarão)
- 25 — Tupari
- 26 — Umutina
- 27 — Urupain
- 28 — Uru-weu-wau-wau
- 29 — Wayoro
- 30 — Zoró

REGIÃO II: Rondônia e Noroeste de MT

Nesta região foram reunidos os povos indígenas que estão sendo afetados pelo POLONOROESTE, um gigantesco programa de desenvolvimento do noroeste do país com grandes investimentos de capital estatal e privado, em obras de infra-estrutura, projetos de extração vegetal e mineral, projetos de colonização e de agropecuária. Ao todo, estima-se que cerca de 8.000 índios reunidos em 58 aldeias (26 em Rondônia e 32 em Mato Grosso) e pertencentes a mais de 30 povos diferentes, vivem na área de influência desse programa. A maioria desses povos é desconhecida, e apenas 4.600 índios vivem em reservas oficialmente reconhecidas. Apesar das grandes diferenças de graus de contato entre os povos dessa região — alguns ainda vivendo os primeiros contatos com as frentes de atração da FUNAI, como os Uru-Weu-Wau-Wau, e outros já com um intenso processo de trocas comerciais como produtores de borracha, por exemplo os Massacá — todos estão igualmente ameaçados nos seus direitos à terra. A pavimentação da BR-364, estrada que liga Cuiabá a Porto Velho, e a transformação de Rondônia em Estado são apenas alguns fatos que apontam a transformação rápida dessa região, com enorme incremento populacional, proveniente principalmente da chegada de colonos gaúchos, paranaenses e nordestinos. Apesar de todo esse movimento de ocupação, gerador de uma onda crescente de conflitos, apenas 1/3 dos povos indígenas dessa região foi noticiado nos jornais consultados.

Cinta Larga

Morte de quatro Cinta-Larga

Quatro índios da tribo dos Cinta-Larga foram mortos por peões de uma fazenda localizada no rio Roosevelt, próximo à

aldeia, em Rondônia. Os índios estavam caçando e teriam chegado na fazenda, quando foram surpreendidos e mortos, conforme informação recebida pelo delegado regional da FUNAI. O diretor do Parque Aripuanã, onde estão os Cinta-Larga, viajou para a aldeia logo que soube do massacre, e conseguiu contornar a situação, evitando que haja qualquer retaliação por parte dos índios. Suspeita-se que eles tenham sido atraídos para uma armadilha. (ESP — 4/7/81)

Os Cinta-Larga estavam vivos

Os quatro índios Cinta-Larga que a FUNAI, em nota oficial divulgada sexta-feira última, dera como chacinados numa fazenda de Rondônia, reapareceram ontem, são e salvos. Eles estavam caçando tranqüilamente na selva, alheios à confusão que seu “desaparecimento” provocou entre os índios e na própria FUNAI, que chegou a deslocar para a região agentes da Polícia Federal e seus mais experimentados sertanistas, temendo que estivesse ocorrendo um novo e violento conflito entre os Cinta-Larga e os garimpeiros que atuam na região. (FSP — 7/7/81)

Karitiana

Ação missionária é denunciada

A ação missionária do SIL está quebrando a tradição dos índios Karitiana, ao impor à tribo uma educação bilíngüe — denuncia a antropóloga Denise Maldini Meireles, em relatório que enviará à FUNAI.

Criando entre os Karitiana “uma produção literária através deste aprendizado bilíngüe... os missionários do Summer passaram a deter um tipo de ferramenta ideológica que induz alguns Karitiana, atualmente, a afirmar: eu agora não sou mais índio, eu sou crente”, diz a antropóloga. (JB — 20/12/81)

Makurap

TFR nega liminar à FUNAI

O Ministro William Paterson, do TFR, negou ontem pedido de liminar em mandado de segurança requerido pela FUNAI para anular ato da juíza da Comarca de Porto Velho, Maria Rita Capone Krauze, que favoreceu a expulsão de dezenas de índios Makurap da reserva Rio Branco, pelo fazendeiro Milton Santos. A FUNAI ganhara da juíza uma liminar em ação própria para proteger as terras dos índios de invasões. Mas em 25 de maio último, a juíza cassou a medida, estabelecendo-se na reserva um clima de violências e arbitrariedades, com capangas armados investindo contra os índios, a mando de Milton Santos. O Ministro William Paterson negou a liminar, mas pediu informações à juíza sobre os motivos de seu ato. (JB — 5/8/81)

Juíza dá cobertura a grileiro que massacra índios

O Ministro William Paterson do TFR deu o prazo de cinco dias para a Juíza da Comarca de Porto Velho, Rita Capone Krauze, encaminhar ao Tribunal as informações referentes ao mandado de segurança impetrado pela FUNAI.

No processo, a FUNAI sustenta que o ato da juíza causa, no momento, verdadeiro clima de guerra naquela comunidade; Milton Santos se arvorando em legítimo proprietário da terra habitada pelos Makurap e usando de violência e arbitrariedade — auxiliado por capangas armados de rifles e revólveres — vem expulsando os índios, que, replicando às ameaças, vêm-se movimentando de modo também violento, o que a qualquer momento pode causar um conflito generalizado. A exemplo, aliás, do que aconteceu no final do ano passado quando o grileiro armou homens brancos que mataram diversos índios, inclusive crianças. (O Dia — 10/9/81)

Massacá

Policia Federal intervém contra fazendeiro

Os índios que vivem nas margens do rio Pimenta Bueno, em Rondônia, terão garantias da PF para continuar a explorar os seringais da área onde habitam, atualmente em litígio. Segundo denúncia encaminhada à 8ª Delegacia Regional da FUNAI em Rondônia, feita pelo chefe da aldeia, o fazendeiro Javet Xavier vem tentando expulsar os índios com armadilhas de espingardas, além de promover a derrubada de árvores. O delegado da FUNAI Apoena Meirelles, disse que a PF será acionada exclusivamente para paralisar a ação do fazendeiro contra os índios, pois ainda não existe qualquer definição sobre a posse da terra. (ESP — 7/3/81)

Nambiquara

Aberta concorrência para asfaltamento da BR-364

O diretor geral do DNER anunciou o lançamento dos editais de concorrência para o asfaltamento da BR-364 que poderá ter seus trabalhos concluídos dentro de três anos e meio. (ESP — 3/4/81)

TFR confirma área Nambiquara

O TFR negou provimento à ação possessória movida contra a FUNAI pela Agropecuária Florêncio Bonito S.A., que tem uma de suas fazendas — Fazenda Furnas do Sararé — na área onde se encontram os índios Nambiquara do Sararé. (Jornal de Brasília — 11/4/81)

Nambiquara readquirem terras

O TFR decidiu ontem em Brasília que pertencem à tribo dos

A rodovia BR-364 será asfaltada, passando dentro das malocas Nambiquara do Guaporé. (foto Vincent Carelli)



Nambiquara as terras vendidas pela firma "Sorana Comercial e Importadora S.A.", de São Paulo, em Cáceres, Mato Grosso, não obstante ter essa firma agido com cautela e obtido da FUNAI certidão negativa antes de alienar as áreas. Por isso, ontem, o Tribunal deu provimento a um recurso apresentado pela FUNAI e reincorporou entre os bens da tribo 1.300 alqueires adquiridos àquela firma pelo fazendeiro Hélio Pereira de Moraes, que trabalhou a gleba na formação de pastos. (FSP — 25/4/81)

50 milhões para proteger Nambiquara

O Banco Mundial liberou ontem uma verba de Cr\$ 50 milhões para que a FUNAI instale 12 postos de saúde e vigilância ao longo do trecho da BR-364 que corta a reserva Nambiquara no Guaporé. A instalação dos postos foi uma exigência do Banco Mundial para financiar o asfaltamento da estrada e, segundo a FUNAI, a comunidade Nambiquara será vacinada de imediato para evitar surtos epidêmicos. (ESP — 20/6/81)

FUNAI atrasa empréstimo do BIRD

O Ministério dos Transportes só está dependendo da demarcação de terras dos índios Alakatesu-Waiku, pela FUNAI, na região do Guaporé em Mato Grosso, para poder assinar com o Banco Mundial o contrato de empréstimo de 240 milhões de dólares. (JB — 14/10/81)

FUNAI reconhece reservas Nambiquara

Foram publicadas no Diário Oficial as portarias da FUNAI que reconhecem como posse dos índios Nambiquara as seguintes áreas: Pirineus de Souza de 30 mil ha, Sararé de 68 mil ha, e a do Vale do Guaporé de 243 mil ha. (ESP — 4/12/81)

Prefeito contra reserva Nambiquara

Alegando que as portarias da FUNAI que declaram como de posse permanente do grupo indígena Nambiquara a área com superfície aproximada de 340.580 hectares, nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda, em Mato Grosso, ferem sensivelmente os interesses de toda a região, principalmente de grupos econômicos, fazendas e projetos agropecuários, o prefeito de Porto dos Gaúchos enviou ontem telex, em nome do governo do Estado, ao ministro do Interior, Mário Andreazza, e ao presidente da FUNAI solicitando a revisão da matéria e conseqüentemente a revogação da portaria. (ESP — 18/12/81)

Empresários também contra Nambiquara

O empresário Edmundo José Rodrigues enviou telex ao ministro do Interior, pedindo apoio à classe empresarial do Vale do Guaporé para iniciar campanha contra as portarias da FUNAI que declaram de posse permanente dos índios Nambiquara 340.580 hectares de terras nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, no Mato Grosso. Edmundo José Rodrigues afirma que a portaria nº 1.125, de 27 de outubro, que estabelece a área de 243 mil hectares de posse permanente dos subgrupos indígenas Alantesu, Hahaintesu, Mamainde, Negarote, Uasusu, Uaic-su e Alanquetesu, pertencentes ao grupo indígena Nambiquara, irá afetar o desenvolvimento da região. "Nela existem diversos projetos agropecuários devidamente aprovados pela SUDAM e mais de 40 proprietários que transformaram o vale do Guaporé numa fonte inesgotável de produção. Essa portaria vai prejudicar os futuros investidores." O empresário ressaltou que durante todos esses anos de atividade "os proprietários nunca tiveram conflitos de ordem político-social, nunca houve conflitos de terras". (ESP — 20/12/81)

FUNAI indignada com governo de Mato Grosso

Em telefonema ao governador de Mato Grosso, o presidente da FUNAI manifestou-se indignado com o telex em nome do governo desse Estado enviado pelo desembargador Domingos Sávio Brandão ao ministro do Interior, ao próprio presidente da Fundação. O telex fez graves acusações a respeito das portarias que estabeleceram a posse permanente, por parte dos índios Nambiquara, de uma área de 340.580 hectares no Vale do Guaporé (MT). O desembargador protestava pelo fato de o governo estadual não ter sido consultado antes das portarias serem baixadas, afirmando que "Mato Grosso não é feudo da FUNAI" e anunciando uma campanha nacional para combater "esse ultraje do nosso território e nosso progresso". (ESP — 30/12/81)

Estado do MT combate Nambiquara

"Vou mobilizar a opinião nacional para combater e profligar esse ultraje ao nosso território e ao nosso progresso em prol de 135 silvícolas que possuem na área quase 2 milhões de hectares." Com essa ameaça o Secretário de Interior e Justiça do Governo de Mato Grosso, Desembargador Domingos Sávio Brandão de Lima, iniciou seu enérgico protesto à decisão tomada pela FUNAI de declarar área indígena 340 mil 580 hectares de terras do Vale do Guaporé, na região Oeste de Mato Grosso. O protesto do Secretário de Justiça foi formulado através de telegramas enviados ao Ministro do Interior e ao presidente da FUNAI. Na mensagem ao Ministro, o Secretário Domingos Sávio Brandão de Lima se diz profundamente preocupado "com o retorno do expansionismo da FUNAI em detrimento do território e do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso". (JB — 31/12/81)

FUNAI defende as portarias

Respondendo às críticas de empresários e do governo de Mato Grosso, o delegado regional da FUNAI em Cuiabá afirmou: "Não estamos tirando terra de nenhum empresário, apenas estamos devolvendo ao grupo indígena as áreas que lhes pertencem". A mesma posição foi assumida pelo Pe. Iasi, embora ele não acredite que a FUNAI tenha força para manter as portarias. (ESP — 1/1/82)

Governador de Mato Grosso insiste no combate às portarias

O governador de Mato Grosso, Frederico Campos, mandou mensagem ao Ministro do Interior e ao Presidente da FUNAI pedindo a suspensão dos efeitos das Portarias criando as reservas Nambiquara. A mensagem diz: "Considerando que as portarias abrangendo 340.580 ha de terras fertilíssimas do Vale do Guaporé, não tiveram conhecimento prévio uma vez que existem na área mais de 250 propriedades produtivas sem qualquer posse permanente ou temporária indígena, solicito sustar o efeito das portarias e rever o assunto..." (O Globo — 7/1/82)

Suspensa criação de reservas Nambiquara

O coronel Darcy Alvares da Cunha, delegado da FUNAI em Cuiabá, informou que foram suspensas as portarias delimitando as reservas Nambiquara do Guaporé. Segundo ele a FUNAI sofreu pressões tanto por parte dos empresários do Vale como do governo do Estado. Na próxima semana, ainda segundo o coronel, deverá chegar uma equipe composta pelo arqueólogo Carlos Eduardo Mills, a antropóloga Maria Helena de Amorin e de um topógrafo para reestudar a área em litígio. (ESP — 22/1/82)

Entidades de apoio pedem esclarecimentos e FUNAI desmente a notícia

Em telegrama enviado ao Presidente da FUNAI e ao Minis-

tro do Interior, 11 entidades de apoio ao índio pedem esclarecimentos sobre a situação jurídica das áreas Nambiquara e denunciam a situação precária em que se encontram os índios diante da invasão das empreiteiras que já instalaram seus canteiros de obras no Guaporé. O Presidente da FUNAI, o cel. Paulo Leal, por sua vez, desmentiu que tenha revogado as portarias. (FSP — 23/1/82)

Pacaa-Nova

Projeto extrativo entre os Pacaa-Nova

A FUNAI anunciou que deverão ser colhidas cerca de onze toneladas de borracha este ano pelos índios Pacaa-Nova, do posto indígena Igarapé Ribeirão. Para este projeto de extrativismo vegetal (borracha e castanha) serão destinados Cr\$ 1 milhão provenientes do Programa de Integração Nacional — PIN. (ESP — 10/1/81)

Portarias reconhecem áreas Pacaa-Nova

No dia 21 de setembro de 1981 foram publicadas no Diário Oficial da União, três portarias de nº 1.107/E, 1.108/E e 1.109/E reconhecendo de posse permanente do grupo indígena Pacaa-Nova as áreas denominadas respectivamente Rio Negro Ocaia, Igarapé-Lage e Igarapé-Ribeirão. As três áreas têm no total 258 mil ha. (Gazeta Mercantil — 23/9/81)

Pareci

Fazendeiro quer expulsar índios da região de Parecis

O chefe da nação Pareci, que habita a Chapada dos Parecis em Mato Grosso, esteve em Brasília para denunciar as ameaças de despejo que estão sendo feitas pelo fazendeiro José Eustáquio de Almeida Melo contra os índios. João Arrezomaré, o cacique, entregou ao presidente da FUNAI uma carta do índio Daniel Mantenho Cabixi onde este afirma que “vemos que as circunstâncias caminham para o lado que a gente nunca esperava chegar. E, para o bem da verdade, apelamos para uma tomada de posição da FUNAI. Caso a questão da reserva Pareci e a regularização da situação dos índios que moram fora da reserva não for definida, prevemos consequências graves”.

Os Pareci reivindicam uma área nas proximidades da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e o cacique Arrezomaré levou dois problemas ao presidente da FUNAI “regularização da situação dos índios que moram fora da reserva e solução imediata para o impasse da Aldeia Queimada, onde o clima está muito tenso”. (ESP — 18/1/81)

FUNAI ocupada por Pareci

Um grupo de oito índios Pareci, entre eles o líder Daniel Mantenho Cabixi, ocupou ontem, pacificamente, o gabinete do superintendente da Fundação Nacional do Índio, Otávio Lima. Os índios estão em Brasília para resolver o problema da demarcação da reserva Pareci dos municípios de Tangará da Serra e Diamantino, em Mato Grosso. Sentados no chão, sem qualquer atitude de agressividade, eles tentaram dialogar com o superintendente, que no momento responde pela presidência da FUNAI. Além da manifestação pacífica, os Pareci encaminharam uma carta ao ministro Mário Andreazza, pedindo ajuda. Diz a carta, assinada por oito índios, que essa iniciativa foi tomada “porque já estivemos aqui em Brasília para dialogar sobre nosso problema de demarcação das terras com a FUNAI mas sempre o que temos ouvido são os berros do coronel presidente da FUNAI em total desrespeito às lideranças Pareci, uma aldeia que nos manda dialogar como homens educados porém, como humanos, somos também sujeitos à impaciência”. Os Pareci estão há uma semana em Brasília. Durante todo esse tempo eles tentaram entrar em contato com dirigentes da FUNAI sem

conseguirem uma audiência. Diante disso, a ocupação do gabinete do superintendente foi o último recurso encontrado pelos índios que há mais de cinco anos esperam uma definição para a demarcação da reserva. (FSP — 17/9/81)

FUNAI nega protesto Pareci

A FUNAI distribuiu ontem uma nota informando que o encontro entre o superintendente do órgão e os oito índios representando a comunidade Pareci transcorreu “num clima de cordialidade e respeito mútuo”. A nota, entretanto, omite o fato de os índios terem levado suas bordunas e se sentado no chão, protestando porque, durante mais de quatro dias, não conseguiam conversar com os diretores do órgão tutor. (FSP — 18/9/81)

Suruí

Justiça autoriza despejo dos posseiros

O Tribunal Federal de Recursos (TFR) deferiu ontem mandado de segurança em favor da FUNAI, para que os posseiros e grileiros instalados numa faixa de 20 mil ha em Cacoal deixem imediatamente a reserva indígena dos Suruí. A luta dos índios Suruí para reaverem suas terras data de 1964 e no ano passado provocou a morte de 20 brancos. (O Globo — 2/2/81)

Suruí deverão ter terra liberada

O delegado regional da FUNAI em Porto Velho, enviou ofício à Secretaria de Segurança Pública do Território de Rondônia e à Polícia Federal pedindo cobertura aos funcionários do órgão que a partir da próxima semana começarão a retirar as famílias que ainda se encontram na área da reserva Suruí, no Posto Indígena 7 de Setembro. Até ontem ainda permaneciam na área cerca de 30 famílias. (ESP — 1/7/81)

Posseiros deverão deixar área Suruí

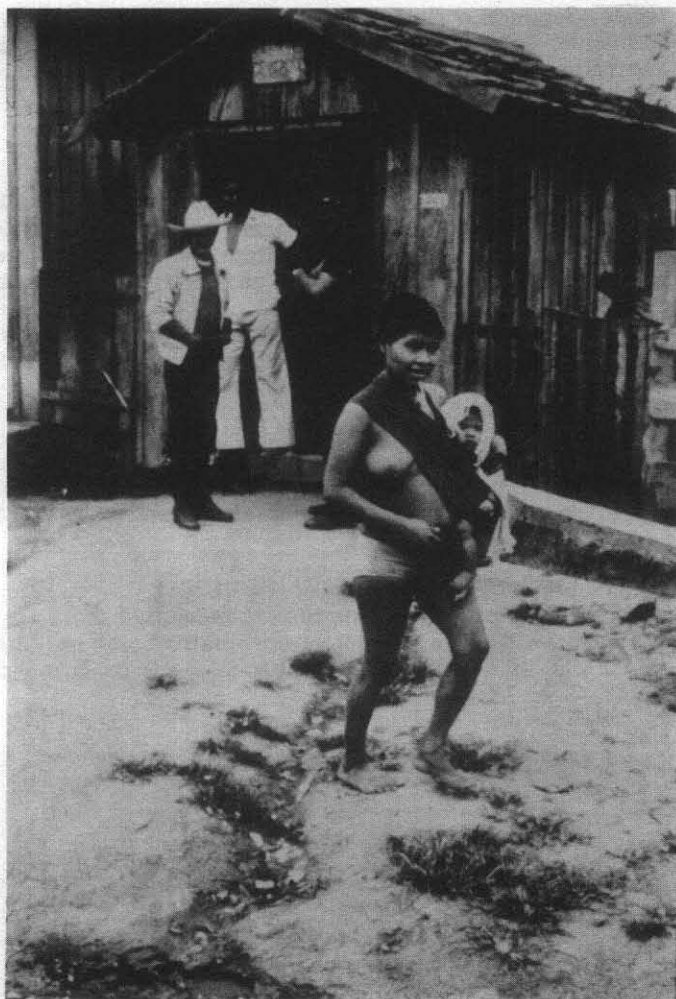
A partir da próxima semana, a FUNAI iniciará a retirada das 35 famílias de posseiros que continuam dentro da Reserva Suruí, no Parque Indígena Sete de Setembro, no município de Cacoal, e que tinham prazo até dia 30 de junho para sair e ocupar outra área cedida pelo INCRA. No entanto, como o governo de Rondônia não cumpriu sua parte, fornecendo o meio de transporte, conforme estabelecia um acordo entre a FUNAI, INCRA e o próprio governo, este grupo remanescente permaneceu no local, causando insatisfação entre os mais de 250 Suruí. (ESP — 9/7/81)

Polícia faz o despejo de colonos

Para evitar choques entre colonos e funcionários da FUNAI, que iniciam amanhã o cumprimento do mandato judicial que determinou a saída dos invasores, foi formado um contingente de policiais militares, civis e federais, tendo à frente o próprio secretário de segurança de Rondônia. Os posseiros serão transportados até Alvorada D'Oeste por caminhões do governo e ficarão em barracas de lona fornecidas pelo BNH. O Secretário de Segurança garante que em 30 dias estará aberta a estrada de 95 quilômetros entre Alvorada e os lotes de 100 ha que serão entregues aos posseiros. (ESP — 12/7/81)

Advogado requer a paralisação do despejo

Alegando “excesso de violência, abuso de autoridade e falta de respaldo legal”, o advogado Tadeu Fernandes entrou em nome de 200 famílias no fórum de Porto Velho com uma ação que requer a paralisação da ação de despejo na reserva Suruí. Já o Secretário de Segurança informou que a retirada está se processando “sem incidentes”. (Tribuna da Imprensa — 17/7/81)



Índios Suruí na cidade de Espigão do Oeste, antes de serem transferidos para o Parque do Aripuanã, em 1978. (foto Marcos Santilli)

Termina o prazo para retirada dos posseiros

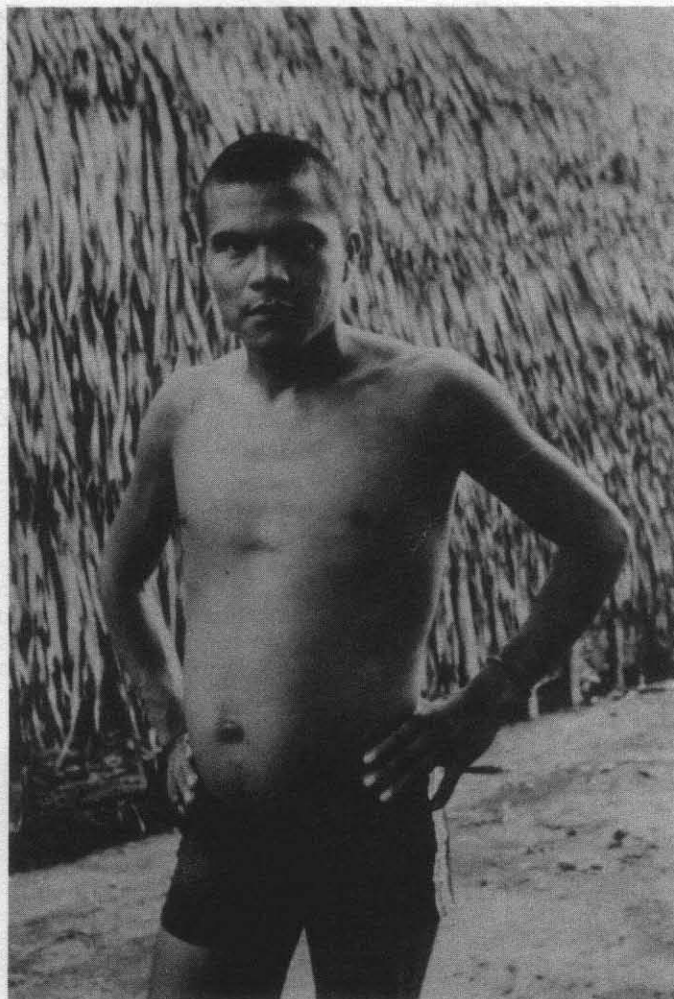
Terminado hoje o prazo para que as famílias invasoras da reserva Suruí aceitem o plano de reassentamento, o sertanista Apoena Meirelles promete tirar à força quem estiver dentro. Entre os colonos há esperança de que possam permanecer dentro da reserva: o advogado Tadeu Fernandes está tentando fazer voltar os colonos para seus lotes enquanto o Tribunal não se pronuncia. (Tribuna da Imprensa — 31/7/81)

Suruí matam dois colonos

A morte dos colonos Sebastião Costa Lemes e Almiro de Souza Batista, ocorrida no dia 1º, quando eles invadiram a reserva Suruí, representa um aviso aos colonos da região e significa o cumprimento da ameaça feita pelos chefes jovens da tribo, de que não tolerariam mais a entrada de nenhum "branco" para se estabelecer na reserva. (ESP — 4/10/81)

Suruí insistem na saída dos colonos

Uma comissão de técnicos da Delegacia Regional da FUNAI e agentes da Polícia Federal estão desde ontem na reserva Suruí, no Parque Sete de Setembro, investigando as causas da morte de dois colonos, ocorridas no dia 1º dentro da área indígena. O sertanista Apoena Meirelles, delegado regional da FUNAI, seguiu para o Posto Sete de Setembro, no centro da aldeia Suruí distante 500 quilômetros de Porto Velho (Rondônia), numa área muito cobiçada pelos colonos dos Municípios de Cacoal e Espigão D'Oeste. Apesar de não ter ainda muitos detalhes, a FUNAI suspeita que o líder jovem Tabira tenha sido o comandante do ataque, pois no final de



Tabira, líder jovem dos Suruí da linha 14. (foto Marcos Santilli)

junho, quando acabou o prazo dado pelos índios para que os brancos deixassem a reserva, ele prometeu que seria zelada a integridade física dos colonos que já estavam lá, mas não permitiria que os outros entrassem. (ESP — 7/10/81)

Termina a retirada dos colonos

A FUNAI conseguiu retirar as três últimas famílias de invasores da reserva Suruí no Parque Indígena do Aripuanã. (ESP — 6/11/81)

Urupain

Índios Urupain matam colono em Rondônia

Os índios Urupain, grupo até então desconhecido pela FUNAI, atacaram e mataram, domingo, um seringueiro no rio São Miguel, ao sul de Porto Velho, em Rondônia, e flecharam um colono no rio Muqui, município de Ji-Paraná. As terras dos Urupain ainda não foram delimitadas, pois até o momento a FUNAI acredita que esses índios sejam um subgrupo da nação Uru-Weu-Wau-Wau, que ainda está em fase de contato. (FSP — 6/5/81)

Uru-Weu-Wau-Wau

Novo ataque dos Uru-Weu-Wau-Wau

Os índios Uru-Weu-Wau-Wau atacaram segunda-feira a

expedição da FUNAI composta de trabalhadores, índios e sertanistas que vêm tentando atraí-los desde fevereiro do ano passado. É a quinta vez que os índios atacam a expedição e, como das outras vezes, sem causar ferimentos a ninguém, apenas cercaram o posto Alta Lídia, no rio Jamarí, e dispararam dezenas de flechas. O sertanista José do Carmo Santana, chefe do Posto de atração, indicou como sinal positivo o fato de os índios terem recolhido os brindes deixados num ponto de parada dos Uru-Weu, indicando a eminência de um contato pacífico. (ESP — 1/1/81)

Convênio para a demarcação de terras

O delegado substituto da FUNAI em Rondônia, Amauri Vieira, informou que foi assinado convênio com o Exército, para a demarcação das terras indígenas sob a jurisdição da 8ª Delegacia Regional. (O Globo — 3/1/81)

Massacre será investigado

A FUNAI vai iniciar uma investigação na região do rio Machado, município de Ji-Paraná, para tentar descobrir se são verdadeiras as informações levantadas pela Polícia Civil dando conta que fazendeiros da região teriam contratado pistoleiros em 1978 para massacrar um grupo dos Uru-Weu que vivia na

região. Segundo o Delegado João Lucena, da Delegacia de Homicídios, alguns pistoleiros presos, João dos Santos vulgo Sapecado e Azulão, revelaram que houve um massacre numa aldeia de índios na região do rio Machado. (ESP — 18/2/81)

Índios buscam contato

Os Uru-Weu-Wau-Wau voltaram a rondar o Posto de atração da FUNAI, chegando a sair do mato e ficar a apenas 30 metros da sede. Os índios se mostraram à equipe de atração, sem armas e trazendo uma mulher, quando vieram em busca dos brindes oferecidos.

Apesar de não ter sido realizado contato com nenhum dos membros da expedição, a FUNAI aguarda para as próximas semanas o contato final e definitivo com este grupo, que se tenta contatar desde fevereiro de 1980. Para o delegado da FUNAI em Rondônia, Apoena Meirelles, este é um dos trabalhos de atração dos mais difíceis devido às perseguições movidas contra o grupo por parte de seringueiros, colonos, garimpeiros e pistoleiros. (O Estado do Paraná — 24/2/81)

Uru-Weu-Wau-Wau visitam posto da FUNAI

Um grupo composto por 25 índios (16 homens, 6 mulheres e 3 crianças) estiveram anteontem por quatro horas no Posto Alta Lídia. É a primeira visita pacífica que os Uru-Weu



O "chefe Careca" dos Uru-Weu-Wau-Wau recebendo brindes do sertanista João Maia em outubro de 1981. (foto Jesco von Puttkamer)

realizam aos Postos de atração da FUNAI, desde que se tenta o contato com o grupo. O sertanista João Maia, presente ao Posto no momento do contato, acredita que os índios morem numa aldeia localizada a 20 km do Posto, a montante do rio Jamari. Segundo o sertanista, chegou ao fim o período de "namoro", estabelecido no ano passado, quando foram estabelecidos os Postos de atração de Nova Floresta, Alta Lídia e Antuérpia. O menino Fábio Prestes, que teria sido raptado pelos índios em 1979 durante um ataque que fizeram a colonos, não estava entre os índios que visitaram o Posto. O Delegado da FUNAI em Rondônia, Apoena Meirelles, disse que a preocupação principal é a de tentar evitar que os índios sejam molestados pelas famílias de colonos que estão entrando na área. Os membros desta tribo, segundo a FUNAI, seriam aproximadamente 200 pessoas, divididos em dois grupos nômades que vivem entre os vales do Guaporé e Jamari. Desde novembro de 1980 este grupo dos Uru-Weu vinha aproximando-se dos trabalhadores do Posto Alta Lídia. (ESP — 14/3/81)

Dois mortos no ataque de índios em Rondônia

Um seringueiro e um colono, assentado pelo INCRA foram mortos ontem às margens dos rios São Miguel e Muqui, no sudeste de Rondônia por índios Urupain, provavelmente um subgrupo dos Uru-Weu-Wau-Wau. Os dois trabalhavam no projeto Novo Mundo. A informação foi divulgada pela FUNAI em Brasília, de acordo com comunicação recebida pelo diretor do Parque do Aripuanã, João Luiz Dias. Em Porto Velho, entretanto, Apoena Meirelles, delegado regional da FUNAI em Rondônia, não falou nestes ataques ao relatar um ataque desses índios a um casal de colonos na localidade de Brasilândia em Rondônia. Nessa ocasião houve uma vítima fatal, José Domingos Pereira, morto a flechadas. Ver Uru-Pain. (ESP — 6/5/81)

Novo posto de atração para os Uru-Weu-Wau-Wau

A FUNAI e o Instituto de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás criaram o quarto Posto de atração para os Uru-Weu-Wau-Wau, no rio Jarú em Rondônia. A equipe é formada pelos sertanistas Apoena Meirelles, José do Carmo Santana, Hugo e um índio Suruí, além do fotógrafo Jesco da U.C.G. A área dos índios atinge uma extensão de 1,1 milhão de hectares e está localizada na margem

esquerda da BR-364 que liga Cuiabá a Porto Velho entre os municípios de Ariquemes e Presidente Médici. Os Uru-Weu são agora estimados em cerca de 500 índios, que vivem em grupos de aproximadamente 100 índios em áreas relativamente distantes umas das outras. (O Popular — 24/5/81)

Nova aparição dos Uru-Weu-Wau-Wau

Um grupo de índios Uru-Weu visitou novamente, nesta segunda-feira, o acampamento da frente de atração de Alta Lídia dirigido por Apoena Meirelles. Como na outra visita (ocorrida há 4 meses atrás), havia mulheres entre os visitantes, o que indica relativa confiança do grupo nas intenções dos frentistas. O acampamento foi visitado por cerca de 34 índios (20 homens, 8 mulheres e 6 crianças), que lá permaneceram por cerca de uma hora. (FSP — 8/7/81)

Índios deixam presentes

Um grupo de trinta índios Uru-Weu-Wau-Wau visitou novamente o posto de atração de Alta Lídia recebendo os brindes oferecidos pela equipe da FUNAI e, como novidade, retribuíram, pela primeira vez, com presentes. Foram oferecidos cocares, flechas, arcos e uma borduna. Para o sertanista João Maia, chefe do Posto de atração, o número de mulheres presentes ao encontro atesta as intenções pacíficas do grupo. A atração dos Uru-Weu esbarra, entretanto, numa dificuldade: a língua dos Uru-Weu ainda não foi classificada nem se conseguiu nenhum grupo indígena já contatado que a entendesse e que pudesse servir de intérprete. (ESP — 21/8/81)

Grupo Uru-Weu-Wau-Wau ataca mulheres

Um grupo dos Uru-Weu-Wau-Wau atacou duas mulheres de índios Pakaa-Nova que trabalham na frente de atração da FUNAI. O ataque ocorreu no rio Jamari, quando as mulheres lavavam roupas. As flechas recolhidas, mais de 60, serão enviadas ao Posto de atração Alta Lídia para serem devolvidas aos índios. Tentar-se-á demonstrar aos índios que o grupo de atração do rio Jamari tem os mesmos propósitos do grupo de P.A. Alta Lídia, com o qual os índios já mantiveram contatos pacíficos. Os sertanistas acreditam que os índios não queriam matar ninguém, pois apenas duas flechas acertaram as mulheres Pacaa-Nova. (ESP — 24/10/81)

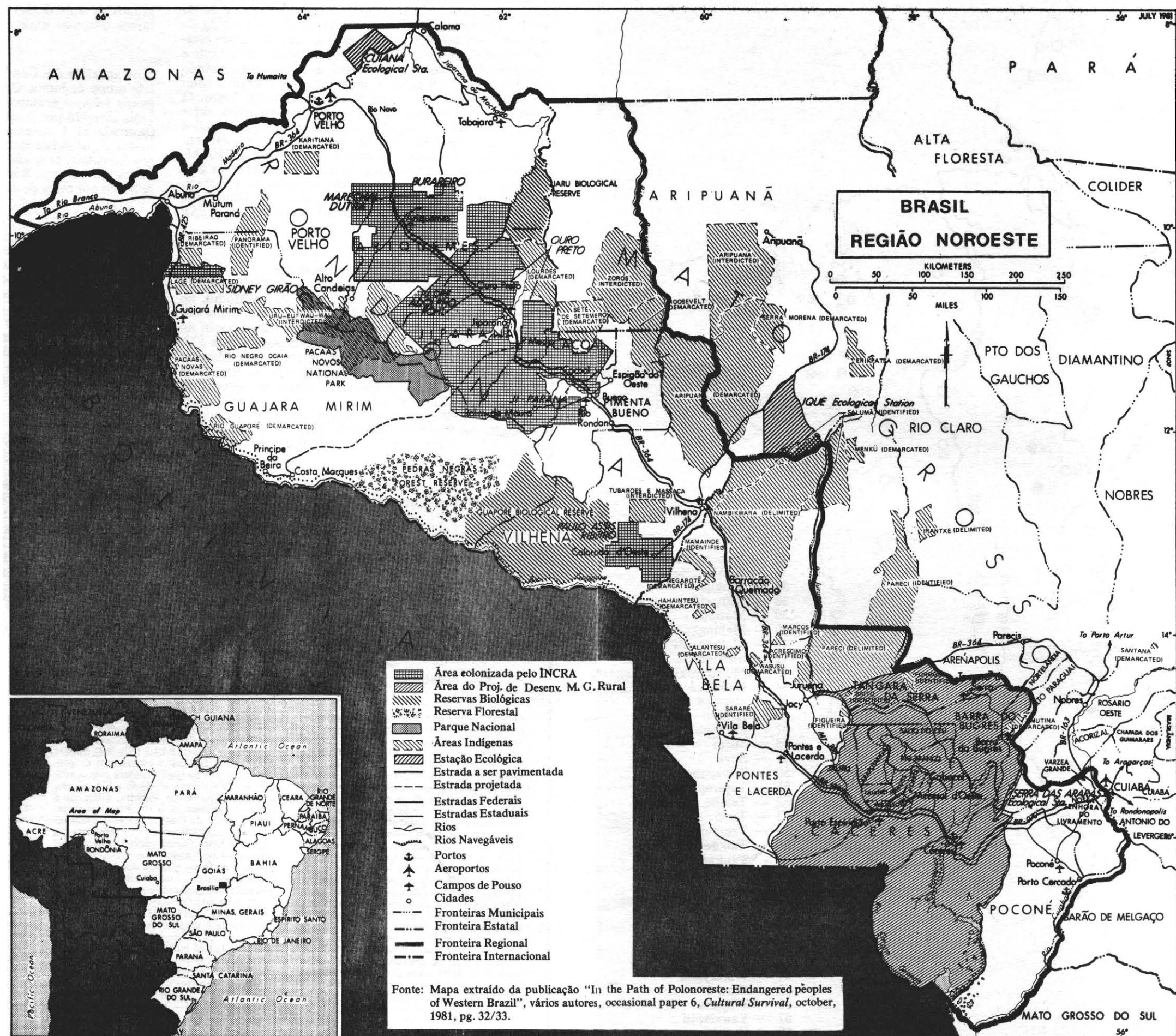
Os objetivos do POLONOROESTE

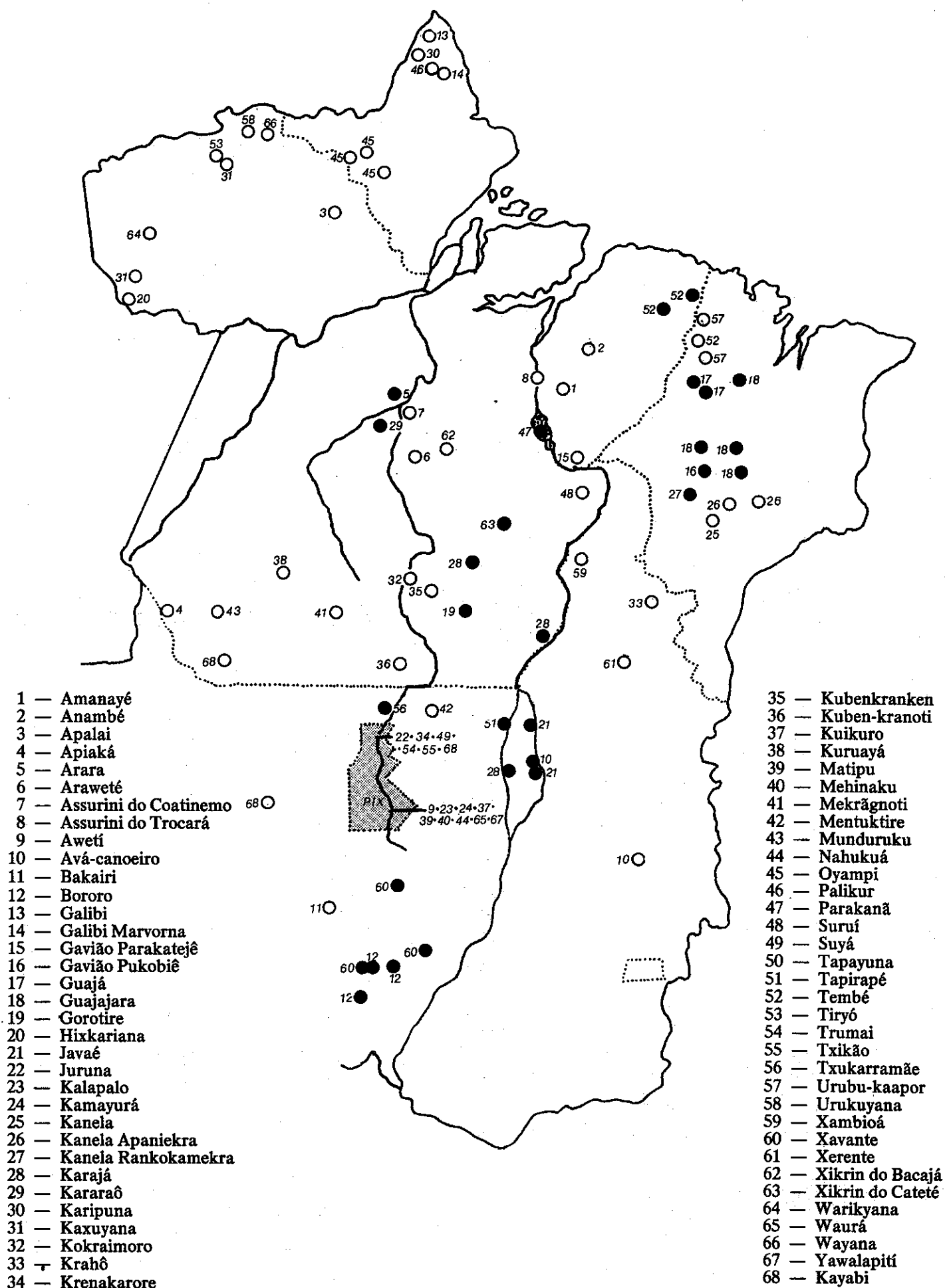
O principal programa do governo para o desenvolvimento em âmbito regional será o POLONOROESTE, localizado ao longo do eixo da rodovia Cuiabá—Porto Velho. Os recursos que totalizam 1,4 bilhão de dólares, dos quais um terço financiado pelo Banco Mundial. As informações sobre o programa, seus objetivos, etapas e obras de infra-estrutura centraram os pronunciamentos feitos ontem no primeiro dia dos trabalhos e debates do II Encontro do Centro-Oeste: a Nova Fronteira, que reúne cerca de 450 pessoas, das quais 300 representantes de empresas nacionais e estrangeiras, com interesses ou projetos de investimento na região. Falaram na ocasião o embaixador João Fernando Leite Ribeiro, em nome do ministro Delfim Netto, do Planejamento, e o Ministro dos Transportes, Elizeu Rezende, ressaltando a viabilidade do projeto. São 1.500 km de estrada, que demandarão recursos da ordem de 32 bilhões de cruzeiros, aplicados durante quatro anos. Deste total, cerca de Cr\$ 10,66 bilhões (valor de hoje) devem ser financiados pelo BIRD para a pavimentação da rodovia Cuiabá—Porto Velho. Dentro dessa primeira parte

estão incluídos 500 km de estradas vicinais, mas o conjunto de estradas vicinais que alimentarão a rodovia básica (BR-364) somará 3.500 km. Além disso o escoamento da produção agrícola da região contará com a articulação do sistema rodoviário e hidroviário, por intermédio do rio Madeira, atingindo a Bacia Amazônica, e o rio Paraguai, atingindo a Bacia do Prata. O projeto ainda inclui o "desenvolvimento rural integrado na região de Mato Grosso, principalmente nos municípios de Tangere da Serra, Cáceres, Mirassol do Oeste e Barra dos Bugres, com financiamento de 27 milhões de dólares que o governo está negociando com o BIRD". Outra parte do projeto prevê a colonização de "novas áreas", em Mato Grosso e Rondônia. Nessa etapa o governo deverá negociar, em meados de 82, um empréstimo do BIRD na ordem de 119,66 milhões de dólares. Paralelamente, o governo desenvolverá um programa de apoio às comunidades indígenas da região com recursos da ordem de 1,8 bilhão de cruzeiros, a valores de janeiro de 1981. (Gazeta Mercantil — 19/11/81)

Firmado empréstimo para o POLONOROESTE

O ministro do Interior Mário Andreazza, por ocasião da assinatura do contrato de empréstimo — no valor de 320 milhões de dólares — realizada ontem em Washington, na sede do Banco Mundial, destacou as vantagens do programa. "Hoje", disse Andreazza, "o Noroeste do Brasil produz cerca de 30 mil toneladas de culturas permanentes (café e cacau), cerca de 160 mil toneladas de culturas temporárias (arroz, milho, feijão, mandioca, amendoim e algodão, principalmente), cerca de 120 mil toneladas de madeira e cerca de 25 mil toneladas de carne. Até o final da década, essa produção poderá multiplicar-se por cinco. O Ministro resumiu os objetivos do programa, enumerando os seguintes pontos: "a programação da ocupação do Noroeste do Brasil e elevação dos seus níveis de produção, renda e emprego, em harmonia com a preservação ecológica e a proteção e assistência às comunidades indígenas". (DCI/SP — 16/ 12/81)





REGIÃO III: Amapá, Pará, Maranhão, Goiás e Leste de MT

O destaque do ano, nessa região, foi sem dúvida a divulgação do impulso a ser dado pelo governo à implantação do Projeto Grande Carajás, visando a exploração de enormes jazidas de ferro e outros minerais. De imediato, a teia de ocupação do Projeto (incluindo a construção da ferrovia de escoamento) afetará o território e os direitos de alguns povos indígenas entre os estados do Pará e Maranhão. A situação de contato desses povos afetados é bastante variável, bem como a maneira pela qual estão sendo afetados e das suas condições para reagir e fazer valer os seus direitos.

Nessa região também foram incluídas as poucas e desagradáveis notícias sobre a precária situação de saúde no Parque Indígena do Xingú, local que abriga quinze povos indígenas cuja comunicação para fora dos limites do Parque é bastante limitada, porque vigiada pela FUNAI.

Ainda em 81, ocorreram os primeiros contatos dos índios Arara com a frente oficial de atração da FUNAI, nas proximidades de Altamira (PA) reeditando as tradicionais conjunturas de pressão econômica que cercam as expedições deste tipo.

Os Xavante prosseguiram firmes na sua ampla mobilização, através da pressão direta a nível local, regional e nacional, para conseguir recuperar a integridade do território tradicional e angariar recursos econômicos oficiais. O "modelo político" e cultural dos Xavante dá o ritmo, por assim dizer, nas relações reivindicatórias deste povo com a FUNAI e com o Estado. Já no caso da resistência dos Tapirapé, um pacífico povo de agricultores com 170 pessoas, e outro destaque da imprensa em 1981, o apoio da Igreja foi fundamental para a recuperação de parte dos territórios tradicionais contra a ambição das agropecuárias vizinhas e da FUNAI na gestão Nobre da Veiga.

Arara

COTRIJUI abandona projeto no Pará

A COTRIJUI começa a abandonar no início deste mês a

usina de açúcar que pertencia à CIRA-PACAL e que vinha administrando desde o início do ano. Segundo o presidente da COTRIJUI, Ruben Ilgenfritz, entre os vários motivos que frustraram o projeto está a interdição pela FUNAI, dos 400 mil hectares no município de Prainha (PA) onde viveriam os Arara, e que seriam ocupados com um projeto de colonização. Dentre as dificuldades encontradas para a realização do projeto contou também o alto custo de operacionalidade da usina. (Correio do Povo — 4/2/81).

Arara procuram contato

No dia 2 último, diversos grupos de índios Arara, num total de 15 pessoas, estiveram no Posto de Vigilância nº 1 da FUNAI localizado no km 120 da Transamazônica, a 18 km da margem da estrada. O contato foi julgado bastante promissor pelo chefe da frente de atração, Sydney Possuelo. A FUNAI instalou quatro Postos de Vigilância na área de circulação dos 100 índios, que se distribuem em três grupos a partir do rio Iriri, ao sul da Transamazônica. O trabalho de atração dos Arara deverá desenvolver-se em três direções, segundo Possuelo. A primeira será garantir remédios para debelar epidemias causadas pelo contágio subsequente ao contato. A segunda é não forçar a ida do pessoal da frente às aldeias e sim esperar que os índios busquem o contato indo até os Postos da FUNAI. O terceiro objetivo é tentar garantir as terras em que o grupo vive: o sertanista vai reivindicar a ampliação da reserva, que têm atualmente, 260 mil hectares. A ELETRONORTE já realizou os levantamentos preliminares para a construção de uma hidroelétrica na grande volta do rio Xingú, e como a represa da barragem deve inundar parte do território dos Arara, o sertanista declarou que os índios devem receber uma compensação "enquanto há tempo". Os Arara têm conflitos com os civilizados desde 1943 quando foram atacados por extratores de óleo de copaíba, "gateiros", seringueiros e garimpeiros. A Transamazônica dividiu o grupo em dois. Ao norte da estrada vive um grupo completamente cercado por colonos, instalados pelo INCRA. Ao sul vive um outro grupo (estimado em 100 pessoas), em

terras vendidas pelo INCRA à COTRIJUI, num total de 400 mil hectares, nos quais a COTRIJUI pretendia assentar colonos gaúchos. Dois terços deste território são ocupados pelos índios. (ESP — 10/2/81)

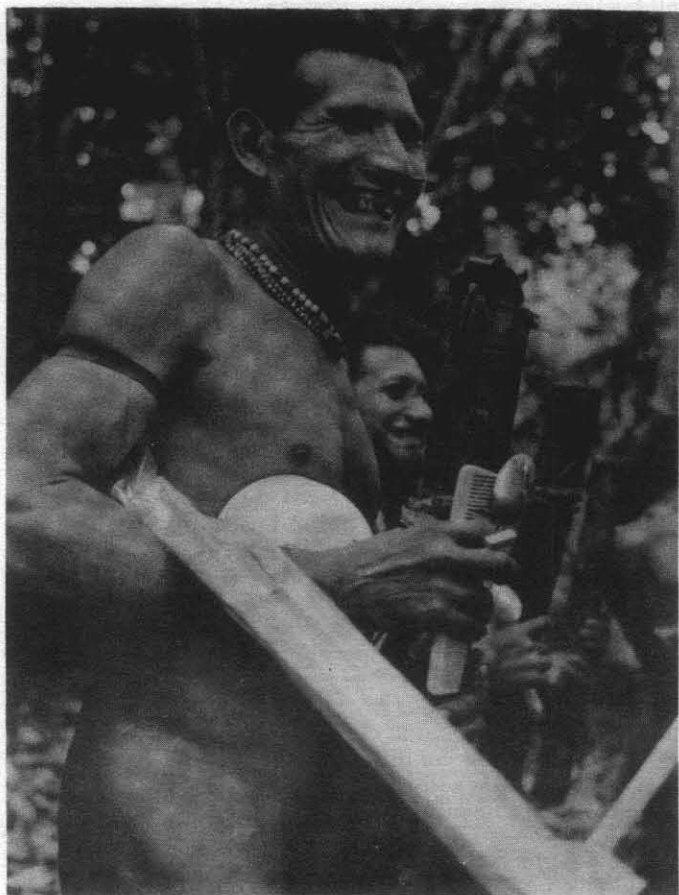
FUNAI adia decisão sobre a reserva dos Arara

No próximo mês a COTRIJUI do Rio Grande do Sul, completa três anos de espera pela decisão da FUNAI sobre o que será feito com quase 400 mil hectares que seriam usados para o reassentamento de duas mil famílias de colonos gaúchos nos municípios de Prainha e Altamira, no PA. A área foi interditada em 1978 pela FUNAI para a atração dos Arara. Até hoje a atração não foi conseguida e nem a direção da FUNAI decidiu se a área interditada será transformada em reserva. Uma usina de açúcar que pertence ao INCRA, e que estava sendo operada pela COTRIJUI em regime de comodato, será devolvida ao INCRA, uma vez que a área que seria ocupada pelos colonos, que produziram a cana para mantê-la funcionando, foi interditada pela FUNAI. (ESP — 15/2/81)

Coronel otimista em relação aos contatos

O presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, disse ontem em Belém que a criação da reserva dos Arara, na Transamazônica, vai depender dos trabalhos e dos resultados da frente de atração que o órgão mantém e que vem apresentando "um bom trabalho". O contato, segundo Nobre da Veiga, será intensificado "para sabermos qual a quantidade de índios existentes na área e a partir daí definirmos a extensão da reserva". O coronel acha que a COTRIJUI ainda tem condições de instalar seu projeto de colonização na área

Primeiros contatos com os Arara.
(foto Bitá Carneiro)



dos Arara, apesar de não se saber a extensão da área efetivamente ocupada pelo grupo. (ESP — 26/2/81)

FUNAI faz contatos pacíficos com os Arara

Após mais de 11 anos de tentativas de estabelecer contato com os Arara, a equipe de atração da FUNAI conseguiu realizar os primeiros contatos pacíficos com o grupo. Um grupo de cinco homens trocou presentes com os sertanistas da FUNAI, e visitou o Posto de Atração — PV 1. (JB — 6/3/81).

COTRIJUI aguarda solução sobre as terras no Pará

A COTRIJUI não exercerá nenhum tipo de pressão para que a área destinada a seu projeto de colonização na área dos Arara seja liberada pela FUNAI mas espera que continue com prioridade para a ocupação das terras. A declaração foi prestada pelo presidente da COTRIJUI, Rubem Ilgenfritz, que lembrou que a Cooperativa recebeu uma certidão negativa emitida pela FUNAI, atestando a inexistência de índios no local destinado à colonização. A Cooperativa, segundo Ilgenfritz, aguarda uma decisão da FUNAI e considera, entre outras alternativas, que a FUNAI transforme a área ocupada pelos Arara em reserva, destinando o restante dos 400 mil hectares interditados ao projeto de colonização. (Correio do Povo — 27/3/81)

Estudo da FUNAI propõe maior área para os Arara

A FUNAI encaminhou ao INCRA um estudo propondo a interdição de cerca de 800 mil hectares para os índios Arara contatados em fevereiro. A área interditada atualmente é de 257 mil hectares e o sertanista Sydney Possuelo disse que a área interditada não é, ainda, a futura reserva, mas que somente a partir dela é que se poderá saber as necessidades dos índios. Ontem os Arara visitaram novamente o Posto de Atração da FUNAI. Durante o tempo que os Arara se ausentaram do Posto, desde fevereiro, a área indígena sofreu três invasões: a primeira de dez garimpeiros que desceram o rio Iriri e duas outras por posseiros. Os invasores foram retirados da área pelo 51º Batalhão de Infantaria da Selva, que colabora com a FUNAI em Altamira. (FT — 1/4/81)

Arara voltam ao acampamento da FUNAI

Nove índios Arara, incluindo mulheres e crianças, apareceram na semana passada no posto de vigilância montado pela FUNAI perto da Transamazônica, no Pará, mantendo contatos pacíficos com os sertanistas. A sucessão de visitas desses índios, que até um ano atrás se mantinham inteiramente arredios e hostis, poderá consolidar seu processo de atração. Se ao sul o trabalho de atração vem dando bons resultados e a área parece garantida para os índios (a COTRIJUI, que havia adquirido as terras do INCRA, desistiu do seu projeto de colonização), ao norte, a frente da FUNAI ainda enfrenta muitos problemas. Ali, a 100 quilômetros de Altamira, mora uma família Arara desgarrada do grupo principal, cada vez mais cercada por colonos assentados pelo INCRA. (ESP — 5/8/81)

Avá Canoeiro

FUNAI diz que vai contatar os Avá-Canoeiro de Cavalcante
A FUNAI vai tentar contatar, no segundo semestre de 1981, o último dos grupos dos Avá-Canoeiro que ainda não mantém contato com a sociedade brasileira. Vivendo sempre escondidos e em fuga constante, os Avá-canoeiro não conseguiram evitar que uma embarcação rústica, por eles utilizada, fosse encontrada no alto rio Tocantins. A partir dessa pista a FUNAI decidiu aumentar o número de pessoas envolvidas na atração desse grupo e solicitar a colaboração da SEMA-GO

no sentido de fornecer pessoal com maior experiência na exploração em selva e locais montanhosos. Os Canoeiro, ou Cara-preta, como são chamados na região, estão sendo perseguidos por fazendeiros, de quem abatem o gado e eqüinos para se alimentarem. (O Popular — 28/6/81)

FUNAI diz ter feito contato com os Avá-Canoeiro

Um funcionário da frente de atração que tenta contatar os Canoeiro do município de Cavalcante (GO) afirma ter mantido contato com estes índios na última segunda feira. O contato teria sido feito na localidade denominada "Barra do Macaco", no rio Maranhão. O funcionário Antônio Bomis, ao se dirigir de barco para a fazenda do ex-sertanista da FUNAI Israel Praxedes, teria sido chamado através de gestos por um grupo de 14 índios que estavam na margem. O grupo foi apresentado com roupas e alimentos, além de utensílios de ferro. Este foi o segundo contato pacífico realizado com os Canoeiro em menos de dois meses: o primeiro teria sido feito por um funcionário de Israel, antigo chefe da equipe que tenta atrair estes índios. Na ocasião os índios se mostraram e pediram alimentos a um empregado da fazenda de Israel. Apesar dos contatos estarem se dando de forma rápida, o funcionário Antonio Bomis diz que existem dificuldades: caçadores e garimpeiros estão perseguindo os Canoeiro através de "bancas de espera" armadas na floresta e em locais de trânsito dos índios. (O Popular — 2/8/81)

FUNAI não fala dos contatos

A FUNAI, através da 7ª Delegacia Regional, até o momento não se manifestou quanto aos resultados da equipe de atração enviada para atrair os Canoeiro contatados por funcionários da FUNAI no rio Maranhão, há dois meses. Ao ser entrevistado sobre a demora da expedição encarregada de realizar os contatos definitivos com o grupo, o delegado regional da FUNAI, Ivan Baiocchi, declarou que "desconfia" do bilhete enviado por Antonio Bomis a Israel Praxedes dando conta dos contatos realizados na "Barra dos Macacos". A FUNAI tenta estabelecer contato com os Avá-Canoeiro há mais de 10 anos, infrutiferamente. Enquanto isso os índios estão em fuga constante, sendo perseguidos por fazendeiros, garimpeiros e caçadores. (O Popular — 27/9/81)

FUNAI alega que a chuva atrasa atração

Os Avá-Canoeiro do município de Cavalcante (GO), que a FUNAI tenta atrair, deixarão de ser perseguidos pela frente de atração que opera neste município goiano, devido às chuvas que tornaram impossível a continuidade das operações. Há trinta dias, o próprio delegado regional Ivan Baiocchi havia previsto que nos próximos meses a frente poderia obter o "contato definitivo". A partir de contatos realizados com funcionários do órgão no rio Maranhão, na "Barra dos Macacos", e da descoberta de carcaças de gado e eqüinos abatidos pelos índios, a FUNAI decidiu ampliar as atividades da frente de atração. Um índio Avá-Canoeiro, do grupo contatado em 1973 na Ilha do Bananal (que atualmente vivem na aldeia Javaé de Canoanã), foi enviado ao local para servir de intérprete. Como este índio conhece os adultos do grupo arredio, ele pode auxiliar muito os trabalhos de atração. Devido às perseguições que lhes são movidas, os Canoeiro de Cavalcante mostram-se arredios e evitam estabelecer contatos mais prolongados com os brancos. O número de índios do grupo é estimado em cerca de 20 pessoas. A frente de atração será reativada quando houverem condições climáticas, o que poderá ocorrer em janeiro de 1982. (O Popular — 11/12/81)

Bororo

Projeto agrícola para os Bororo

Cinco mil e setenta quilos de arroz, milho e feijão é o que a

FUNAI espera como resultado do projeto Teresa Cristina, implantado pelo órgão, no Posto Indígena Gomes Carneiro, município de Santo Antônio do Leverger (MT). O projeto, que segue orientação do MINTER, vai investir recursos da ordem de 2 milhões e setenta mil cruzeiros, propiciando a utilização de 40 hectares com lavouras de arroz, milho e feijão. O projeto deverá beneficiar 129 índios Bororo (a população do PI Gomes Carneiro). Além das lavouras, o projeto prevê também a melhoria da infra-estrutura de apoio assistencial e educacional, além da transmissão de práticas comerciais e cooperativas. Um importante objetivo do projeto, segundo a FUNAI, é levar aos índios técnicas mecanizadas de cultivo do solo. (O Fluminense — 5/3/81)

Projeto beneficia os Bororo

A comunidade indígena do município de Barão de Melgaço (MT), cerca de 101 pessoas, será beneficiada pelo "Projeto Perigara". A verba do projeto, cerca de 1,8 milhões de cruzeiros, será aplicada pela FUNAI e é originária do PIN — Programa de Integração Nacional. (O Dia — 1/7/81)

Novas revelações sobre a chacina do Meruri

O advogado José Mário Guedes Miguez, de Barra do Garças (MT), lançou recentemente um livro intitulado "A chacina do Meruri — a verdade dos fatos" em que aborda o problema das relações entre índios e brancos naquela localidade mato-grossense. O livro contém interessantes dados acerca do papel desempenhado pela FUNAI, Missão Salesiana e fazendeiros, na história de contato dos Bororo e nos conflitos com a população regional, que culminaram com a chacina de um índio e um padre Salesiano, na aldeia de Meruri, em 1976 por um grupo de fazendeiros armados. (Folha da Tarde — 8/7/81)

Gavião (MA)

Gavião passeiam por Fortaleza

Agressivos, pois tentaram atingir um repórter da televisão Verdes Mares com pedaços de pau, 12 índios Gavião que moram no município maranhense de Amarante, na região pré-amazônica, chegaram ontem a Fortaleza, alojando-se debaixo de árvores no bairro de São Geraldo. Arredios a qualquer contato, um deles revelou terem vindo "apenas passear, conhecer esta cidade". Acrescentou que a permanência deles não seria superior a 10 dias. Sempre cercados por curiosos, os Gavião demonstravam grande irritação. O único que se aproximou do repórter esclareceu que estavam acompanhados do cacique Miguel. Os Gavião chegaram de manhã a Fortaleza e ocuparam um terreno baldio cercado de arame farpado, a poucos metros do Centro de Triagem do governo do Estado. (ESP — 20/8/81)

Índio agredido por querer ouvir música

O índio Gavião Antônio Boaventura foi espancado com barras de ferro por dois homens, em Salvador, dentro da loja Renovasom Comércio de Discos Ltda. na Baixa dos Sapateiros. A agressão ocorreu no início da noite de anteontem, quando o índio se dirigia ao quartel central do Corpo de Bombeiros, onde faz as refeições. Boaventura está na capital baiana há uma semana, junto com mais seis índios Gavião — três homens e três mulheres. Testemunhas da agressão contaram ontem que o índio entrou na loja atraído pela música que tocava em uma das vitrolas e teria apanhado um dos discos expostos na prateleira para olhar. A proprietária da loja protestou e, logo que começou a discussão, dois funcionários foram convocados para expulsá-lo. Ainda segundo as testemunhas, o índio não ofereceu qualquer resistência. (ESP — 29/8/81)

Discriminação é denunciada

A seção baiana da ANAI pediu ontem à Comissão de Direitos Humanos da seção baiana da OAB que denuncie à Polícia Federal, exigindo abertura de inquérito contra os proprietários da loja "Renovasom Comércio de Discos Ltda.", por infração à Lei Afonso Arinos, que trata de discriminação racial. Os donos da loja, no último dia 27, determinaram que dois funcionários expulsassem e espancassem, com uma barra de ferro, o índio Gavião Antônio Boaventura, que está em Salvador com outros seis índios e entrou na "Renovasom" atraído pela música. A informação foi divulgada em Salvador pela antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso, presidente da seção baiana da ANAI, que também encaminhou denúncia sobre a agressão, solicitando providências urgentes ao presidente da FUNAI e ao ministro da Justiça. (ESP — 3/9/81)

Surra a Gavião deverá ser apurada

A FUNAI de Recife, através de advogado, apresentou queixa à Polícia Federal, na Bahia, para apurar o espancamento do índio Antônio Boaventura, por empregados da loja de discos Renovasom, em Salvador, no início de agosto. Além da queixa-crime, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-BA designou o advogado Pedro Gervásio para acompanhar o caso. (JB — 18/9/81)

Gorotire

Invasão de área Kaiapó pode provocar conflito

Sertanistas e antropólogos que conhecem a área informaram que 350 garimpeiros estão invadindo a reserva ao norte, no rio Branco. O capitão Pombo ameaçou de atacar os garimpeiros, que já foram expulsos em agosto do ano passado, e agora retornam em maior número. A leste a invasão chega a quase 10 mil homens (parte deles oriundos da Serra Pelada), que se transferiram para o garimpo do Cumarú, que está produzindo em torno de 10 quilos de ouro por dia. (ESP — 11/2/81)

Denúncia de ataque não preocupa FUNAI

Apesar do massacre de 20 pessoas ocorrido no ano passado, a demarcação da reserva Kaiapó ainda não foi providenciada. A demarcação da reserva, de 2 milhões e 800 mil hectares, está sob responsabilidade do Serviço Geográfico do Exército. Segundo a FUNAI, enquanto as condições climáticas não permitem o prosseguimento da demarcação, um posto de vigilância está impedindo a invasão da reserva. (ESP — 19/2/81)

Questão de terra na entrega de medalha

A questão da demarcação das terras dos índios Gorotire ocupou, em parte, a solenidade de entrega de medalha do mérito indigenista ao sertanista Pedro Silva, que trabalhara com o marechal Cândido Mariano Rondon, realizada ontem em Brasília. O cacique Raoni, dos Txukarramãe, fez um curto pronunciamento afirmando que comparecera à reunião com o propósito de ali encontrar o Ministro do Interior. Raoni disse que pretendia "resolver a questão das terras dos índios Gorotire que, Kaiapó como nós, são, portanto, irmãos". (ESP — 1/7/81)

Cumarú: produção de ouro atinge 800 kg

Técnicos do DNPM declararam que a região do Cumarú tornou-se "a mais nova grande esperança aurífera brasileira", produzindo quase 800 quilos de ouro. As perspectivas ali, são consideradas superiores às de Serra Pelada e da região do Tapajós. (ESP — 3/7/81)

Garimpo polue área Kaiapó

Os índios Kaiapó, que vivem no Sul do Pará, estão enfren-

tando um novo problema: a poluição causada pela atividade de quase 25 mil garimpeiros que se instalaram nas cabeceiras do rio, que passa ao lado da aldeia, despejando em suas águas mercúrio utilizado para a precipitação do ouro nas bateias. Com isso, parte dos 561 índios que vivem na divisa leste da reserva (que possui 2,7 milhões de hectares), passaram a ter disenteria, conforme denúncias feitas em Belém por funcionários da FUNAI. (ESP — 14/8/81)

Extração de ouro rende Cr\$ 1,4 milhão

A FUNAI informou que, em virtude do convênio assinado com a Caixa Econômica Federal, recebeu Cr\$ 1,4 milhão, relativo a um por cento da comercialização do ouro extraído do garimpo do Cumarú, limítrofe à reserva dos Gorotire. A assinatura do convênio deixa claro que o ouro continuará sendo extraído por garimpeiros independente da vontade dos índios manifestada pelo capitão Krenhok. Segundo este, os índios é que deveriam garimpar a área, já que esta lhes pertence. (O Globo — 30/9/81)

Guajá

Os Guajá do Turizinho, encurralados

Segundo artigo do Pe. Carlos Ubiali, coordenador do Regional Maranhão/Goiás do CIMI, tudo indica que esse subgrupo Guajá esteja atualmente situado nas cabeceiras do igarapé da Fome e perambulando entre o igarapé e o Turizinho. A região é rica em caça, pesca e babaçu, condições ideais para a sobrevivência de índios caçadores e nômades. Mas, apesar disso, a situação do grupo é precária e dramática devido à recente ocupação da região por sertanejos. A penetração dos lavradores sem terra, a instalação de fazendas e de grandes empresas, os processos de grilagem em curso, além de criar um clima de conflito e tensão, têm encurralado os Guajá no trecho das cabeceiras do igarapé da Fome (área aliás que já tem "dono"). É fácil concluir que, se não forem tomadas as devidas providências, os Guajá do Turizinho serão inexoravelmente destruídos. (O São Paulo — 10-16/7/81)

Guajajara

FUNAI acusada de apoiar invasão de terras da Igreja

O superior do convento dos frades capuchinhos da Vila do Alto Alegre, município de Barra do Corda (MA), Mario Cortinovis, acusou a FUNAI de estimular e acobertar a constante invasão de terras da missão por índios Guajajara e advertiu que as consequências podem ser muito graves.

O deputado estadual Sálvio Dino (PDS), advogado dos missionários capuchinhos, pediu à Secretaria do Interior e à Cia. de Terras do Maranhão a adoção de providências contra o que classificou de "terrorismo e injustiça" de que são vítimas os colonos e missionários em Barra do Corda.

Para o deputado, a FUNAI não pode afirmar que as terras de Alto Alegre fazem parte da reserva dos Guajajara, porque a questão está "sub-judice" na Justiça Federal, onde tramita ação demarcatória, promovida em outubro de 1980 pela Sociedade Educadora São Francisco de Assis, dos frades capuchinhos. Enquanto a sentença não for proferida — prosseguir — as 300 famílias residentes no Alto Alegre devem ser reconhecidas como legítimos posseiros e protegidos contra a violência dos 1.800 Guajajara que vivem ao seu redor. (O Globo — 28/3/81)

Indenização tira colonos da reserva dos Guajajara

Indenizadas pela FUNAI, em Cr\$ 15 milhões, depois de resistirem à proposta anterior de remanejamento para Buritupçu, 200 famílias de colonos — assentadas pelos frades capuchinhos numa área de 7 mil e 200 hectares, em Alto Alegre, Barra do Corda, dentro da reserva Canabrava, dos

Guajajara — estão deixando as terras rumo ao município vizinho de São Luís, Goiás e Pará. (JB — 20/4/81)

Guajajara obtém vitória na Justiça

Os índios Guajajara acabam de conseguir uma vitória que tentavam há mais de um século: o povoado Alto Alegre, distante 500 quilômetros de São Luís e encravado no centro de sua reserva de 130 mil hectares, foi desocupado pelas 183 famílias que para lá foram levadas, há 86 anos, por missionários capuchinhos. Os religiosos haviam construído no local, além de várias casas, uma Igreja, um colégio, postos médicos, duas serrarias e usinas para beneficiamento de arroz. Entretanto, apesar da vitória, os Guajajara ainda não podem ocupar Alto Alegre. Para isso precisam de uma decisão da Justiça Federal, onde tramita um processo que provará se o povoado realmente lhes pertence ou se é propriedade da Associação Educadora São Francisco de Assis, dos frades capuchinhos. Os religiosos chegaram à região em 1895 e dizem ter adquirido Alto Alegre por doação. Após uma tentativa frustrada de civilizar os Guajajara — em 1901 foram vítimas do maior massacre de índios contra brancos na história do País — levaram para Alto Alegre centenas de trabalhadores e com eles passaram a desenvolver um trabalho pastoral. (ESP — 10/5/81)

Javaé

Glória Pires filma entre os Javaé

A FUNAI autorizou ontem a realização do filme "Índia", dirigido por Fábio Barreto, na aldeia dos índios Javaé na Ilha do Bananal. O produtor do filme, Luís Carlos Barreto, pagará Cr\$ 500 mil à FUNAI antes do início das filmagens e destinará 0,5% da renda líquida do filme à comunidade Javaé. Além disso, os índios vão receber cachê quando participarem das tomadas de cena. A decisão foi tomada pelo grupo de trabalho da FUNAI que foi criado para examinar processos que envolvam direitos autorais indígenas. (O Globo — 22/7/81)

Javaé de Barreira da Cruz não recebem assistência da FUNAI

As terras dos Javaé de Barreira da Cruz, também chamada "Boto Velho", estão totalmente tomadas por fazendeiros e posseiros do Parque Indígena do Araguaia e do Parque Nacional do Araguaia, e seus rios ocupados por pescadores profissionais. Os Javaé exigem o afastamento do limite das terras do Parque Nacional do Araguaia (IBDF) em pelo menos cinco léguas. A aldeia de Boto Velho encontra-se, atualmente, dentro dos limites do Parque do IBDF e fora dos limites do Parque Indígena. A situação dessa aldeia se agrava com a recusa da FUNAI em dar assistência médica e escolar aos índios, que exigem a fundação de um PI na área e a ajuda da FUNAI para a manutenção de suas terras. (Porantim — 8/81).

Karajá

FUNAI é problema para arrendatários da terra dos Karajá

Em ofício encaminhado à Federação da Agricultura do Estado de Goiás, os criadores de gado do município de Cristalândia, através do Sindicato Rural de Cristalândia, denunciaram a situação difícil dos criadores em função dos aumentos pretendidos pela FUNAI, que arrenda as terras do Parque Indígena do Araguaia, onde vivem os Karajá e Javaé. Os criadores estão reivindicando da FUNAI que elimine as disparidades de tratamento, em termos de preço de aluguel de pastagens, entre o retireiro (pecuarista que ocupa a ilha temporariamente durante o verão goiano) e o fazendeiro permanente (que cria seu rebanho na ilha durante todo o ano). No ano passado a FUNAI cobrou Cr\$ 120,00 por cabeça de gado, tanto do retireiro como do fazendeiro per-

manente. Segundo a classe essa atitude induz a todos à permanência na Ilha do Bananal o que significará o fim das pastagens naturais devido ao pisoteio no período das chuvas. O Sindicato Rural sugere a fixação do preço do arrendamento em Cr\$ 70,00 por cabeça e pelo período de seis meses para o retireiro, e de Cr\$ 140,00, para o fazendeiro. A FUNAI propôs anteriormente o reajuste do preço de arrendamento para Cr\$ 200,00, o que constitui, segundo o Sindicato, numa medida que "enxotará os criadores da Ilha do Bananal". (O Popular — 28/4/81)

FUNAI diz que vai punir quem caçar na Ilha do Bananal

A partir de agora a fiscalização da caça e pesca na Ilha do Bananal, onde está localizado o Parque Indígena do Araguaia, será mais intensa. Os pescadores e caçadores que forem autuados em flagrante terão seu material apreendido e responderão juridicamente pela infração do Estatuto do Índio. A FUNAI informou ainda que não poderá se responsabilizar por medidas repressivas tomadas pelos índios contra os pescadores profissionais e caçadores que por acaso sejam surpreendidos em suas terras. (Jornal de Brasília — 16/5/81)

FUNAI não diminui aluguel dos pecuaristas

A FUNAI decidiu não acatar o pedido do Sindicato Rural de Cristalândia de reduzir o preço do aluguel das pastagens do Parque Indígena do Araguaia. Para o Sindicato, a não redução dos preços causará o colapso da pecuária regional. (O Popular — 17/6/81)

CIMI denuncia problemas para Parque Indígena Araguaia

Ao final da sua XII Assembléia Regional, o CIMI denunciou a ameaça que o projeto agropecuário Rio Formoso, e uma estrada que cortará a área habitada pelos índios Karajá e Javaé, representariam para o Parque Indígena do Araguaia, onde há um clima de insegurança, não só entre os índios, mas também entre os posseiros e fazendeiros que arrendaram terras na área da FUNAI. O conselho criticou as alterações no traçado da rodovia BR-364, que passará ao Norte de Mato Grosso, afirmando tratar-se de um traçado "genocida". (ESP — 1/7/81)

Deputado intercede por criadores

O deputado Adhemar Santillo (PMDB-GO) pediu providências ao presidente da FUNAI, no sentido de diminuir o valor dos aluguéis cobrados aos arrendatários do Parque Indígena do Araguaia. O aumento dos aluguéis, segundo o deputado, fará com que os posseiros deixem as terras do Parque Indígena, satisfazendo "interesses de grupos empresariais". (Diário da Manhã — 4/9/81)

Invasões estimuladas

O coronel Danilo Darcy, delegado do IBDF, em Goiás, confirmou ontem a existência de rumores segundo os quais funcionários da FUNAI que trabalham entre os Karajá do Parque Indígena do Araguaia estariam estimulando invasões, praticadas pelos índios, à área do Parque Nacional do Araguaia (do IBDF). A última dessas invasões foi feita por cerca de 80 Karajá que permanecem no Parque do IBDF depois de terem ameaçado de morte os fiscais que controlam a reserva ecológica e ameaçado tocar fogo no galpão onde os guardas se encontravam. Esses fatos se passaram num dos postos fiscais do interior da Ilha do Bananal. Ainda segundo o coronel, os índios teriam prometido "vingança" contra aqueles que ocupam as terras que julgam de sua propriedade. A direção do IBDF em Brasília estranhou a atitude dos indígenas, pois ainda este ano foi assinado um decreto pelo presidente da República estabelecendo novos limites para o Parque Indígena do Araguaia e Parque Nacional do Araguaia. Aparentemente, contudo, os novos limites ainda não atendem às necessidades dos índios nem delimitam a área efetivamente ocupada por eles.

Por outro lado técnicos do governo comentaram que este não é o único problema que enfrenta o Parque Nacional do Araguaia: continuam as pressões para que o IBDF autorize a construção de uma estrada cortando o Parque ao meio. A estrada, que seria financiada pela SUDECO, escoaria a produção de álcool de cana produzido no leste de Mato Grosso, através da Belém-Brasília. Para conceder a autorização o IBDF teria que ignorar toda a legislação que protege os parques nacionais do país. (ESP — 20/10/81)

Projeto da FUNAI para os Karajá

A FUNAI está executando um projeto agrícola entre os Karajá do município de Formoso do Araguaia em que foram empregados recursos da ordem de 1 milhão e 750 mil cruzeiros. Estes destinam-se ao incremento da produção de arroz, mandioca, feijão e milho. A notícia não menciona nome da aldeia beneficiada, esclarecendo somente a sua população: 342 índios. (Correio Brasiliense — 28/10/81)

Kararaô

FUNAI procura contato com grupo Kararaô

A FUNAI vai enviar na próxima semana uma expedição, para tentar contatar um grupo de jovens Kararaô, que desde o início do ano vem causando pânico entre as comunidades rurais nos municípios paraenses de Porto de Moz e de Prainha. Esses indígenas, que devem ter entre 16 e 18 anos de idade, desligaram-se da tribo Kararaô contatada em 1975 (que atualmente se encontra numa reserva no Vale do Xingu) quando a Transamazônica foi construída. A estrada provocou o desmantelamento da unidade tribal, deixando vários pequenos grupos perdidos na mata. (ESP — 29/5/81)

FUNAI quer transferir os Kararaô do rio Iriri

No caso dos 20 Kararaô, que ocupam uma área de 224 mil ha na confluência dos rios Iriri e Xingu, 16 são mulheres e apenas 2 rapazes, um de 14 e outro de 16 anos, enquanto o capitão já tem 70 anos. Para assegurar a sobrevivência da tribo o Kaiapó Pombo ofereceu-se para receber o grupo em sua aldeia, no rio Fresco, o que a FUNAI considera a melhor solução. (ESP — 22/7/81)

Kararaô atacam povoado no Pará

Um grupo de 50 a 100 índios da tribo Kararaô atacou ontem de manhã um povoado às margens do rio Guajará, a 150 km de Porto de Moz, no Pará, causando pânico entre os seus moradores, que fugiram para o outro lado do rio. A informação é do Prefeito do município que pediu ajuda para evitar um massacre, já que os índios ocuparam o povoado. (JB — 15/10/81)

Frente de atração Kararaô está pronta

Uma frente de atração, tendo à frente os sertanistas Sydney Possuelo e Afonso Alves, está em Porto de Moz procurando manter contatos com os índios Kararaô que apareceram na área há algumas semanas. A FUNAI acredita que o contato poderá ocorrer a curto prazo. (Província do Pará — 28/10/81)

Frente desiste de atrair os índios

A frente de atração organizada para tentar estabelecer um contato com índios desconhecidos que apareceram no Município de Porto de Moz encerrou a primeira fase de seus trabalhos sem sucesso. Depois de percorrer uma vasta área onde apareceram três ou quatro índios, os sertanistas desistiram por causa do início das chuvas. (Tribuna da Imprensa — 3/12/81)

Parakanã

Garimpeiros invadem área Parakanã

Cerca de 100 garimpeiros invadiram, na semana passada, a reserva dos Parakanã, às margens do rio Cajazeiras no município de Tucuruí, e estão sendo rastreados por agentes da Polícia Federal acompanhados de funcionários da FUNAI. A informação é do delegado regional da FUNAI em Belém (2ª Delegacia Regional), Paulo César Abreu. (FSP — 5/4/81)

Parakanã transferidos terão auxílios da FUNAI

A FUNAI liberou ontem 1,8 milhão para os índios Parakanã que estavam reunidos nos Postos Indígenas Parakanã e Lontra e que foram transferidos para as áreas de Murici e Poção do Caboclo. A mudança é devida à inundação da área tradicional dos Parakanã pelo lago da hidroelétrica de Tucuruí. Por causa da transferência os Parakanã se encontram em acentuado estado de desnutrição. (JB — 8/8/81)

Parakanã mudarão até outubro

Os índios Parakanã que vivem na área que será inundada pela barragem de Tucuruí, serão transferidos até final de outubro para nova área que lhes foi reservada pela FUNAI. A mudança estava prevista para o próximo ano mas a apatia dos índios em trabalhar a terra que será submersa foi a razão encontrada por Paulo Cesar Abreu, delegado da FUNAI em Belém, para antecipar a transferência. A FUNAI já liberou 4 milhões e 650 mil cruzeiros para os trabalhos iniciais de construção dos novos aldeamentos, sendo que o material necessário para a construção das casas já partiu de Belém. Como os Parakanã estão divididos em dois grupos, serão construídas duas aldeias. Os que habitam atualmente a aldeia do igarapé Lontra serão transferidos para o igarapé Murici (o grupo soma 121 índios), e os que vivem atualmente na aldeia Pucuruí serão transferidos para a localidade denominada Poção dos Caboclos (este grupo soma 35 índios). Segundo o delegado da FUNAI, as aldeias estão sendo construídas segundo o modelo tradicional do grupo e terão um número de habitações maior que o de índios para possibilitar o abrigo de arredios que existem na região. (FT — 21/8/81)

Tapirapé

Tapirapé estariam sendo insuflados

A FUNAI distribuiu nota ontem afirmando que "elementos interessados em criar tensão na área indígena" estariam insuflando os índios a se revoltarem contra a fazenda Tapiraguaia, limítrofe das terras do grupo e com a qual o grupo tem uma pendência de terras que já dura alguns anos. Segundo a FUNAI "a revolta dos Tapirapé decorre de boatos difundidos de que a FUNAI estaria de acordo em abrir mão das terras pleiteadas pelos índios. O que não condiz com a verdade, uma vez que o órgão tutelar encontra-se em entendimentos adiantados com os responsáveis pela fazenda Tapiraguaia". Os órgãos de segurança já foram acionados pela FUNAI para identificar os responsáveis pelo boato. Segundo a FUNAI a demarcação da reserva será feita este ano e as lideranças indígenas estariam de acordo com a proposta apresentada pelo órgão. (JB — 17/1/81)

CIMI desmente denúncia e acusa ineficiência da FUNAI

O desrespeito à proposta de demarcação dos índios feita através de uma picada na mata e a utilização de terras tradicionalmente de uso indígena pela fazenda Tapiraguaia irritaram os Tapirapé que no dia 13 de janeiro último abateram cerca de 24 reses da fazenda, que ocupavam o pasto reivin-

dicado. O fato foi revelado por um relatório elaborado pela equipe ligada ao CIMI e que atua junto aos Tapirapé desde 1953. Segundo o relatório, os Tapirapé reagiram violentamente à notícia de que a FUNAI teria acertado a entrega das terras reivindicadas à fazenda Tapiraguaia e de que a proposta de demarcação dos índios não havia sido respeitada. A aldeia dos Tapirapé foi recentemente visitada pelo diretor do Parque Indígena do Araguaia, sargento José Tempone, que não conseguiu acalmar os ânimos dos índios uma vez que não desmentiu a possibilidade de entregar as terras dos índios à fazenda. Diante do que parece ser a iminência de um conflito sangrento os Tapirapé advertiram ao sargento Tempone que se algum Tapirapé for morto adotarão medidas de represália no primeiro funcionário da FUNAI que aparecer na área.

Comentando a nota distribuída pela FUNAI que acusa a existência de elementos estranhos à área e que estariam atuando como "insufladores", um assessor do CIMI comentou estar certo de que a nota se referia ao pessoal da Igreja que trabalha na área. (Diário da Manhã — 22/1/81)

Tapirapé e FUNAI chegam a um acordo

Os líderes José Pio, José Antonio, José Miguel e Marcos, dos Tapirapé, e o presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, assinaram ontem um termo de compromisso para solucionar o problema de demarcação da reserva Tapirapé. No documento a FUNAI se compromete a demarcar 33 mil hectares para os índios até 30 de julho deste ano e adotar providências para a retirada de 13 famílias de posseiros que vivem dentro da área da futura reserva, além de respeitar os limites estabelecidos pelos índios para a demarcação de suas terras. Por sua vez as lideranças Tapirapé assumiram o compromisso de respeitar os limites que estão sendo estabelecidos pela FUNAI "em comum acordo com a população indígena Tapirapé" e também paralisar qualquer iniciativa que vise a demarcação da área sem a interveniência direta da FUNAI". Os Tapirapé voltam hoje para a aldeia com o documento sobre a demarcação e mais dois milhões de cruzeiros para serem aplicados em projetos de desenvolvimento comunitário. (Jornal de Brasília — 22/1/81)

Reunião do CIMI

Sob a presidência de dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, reúne-se hoje em Brasília o Secretariado Geral do CIMI. Um dos assuntos da pauta de discussão se refere à demarcação de terras dos índios Tapirapé, de Santa Teresinha (MT), que até agora não aceitaram os limites da nova reserva. A demarcação está sendo feita por uma equipe do Serviço Geográfico do Exército. A definição dos limites foi decidida pelo ex-presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, em agosto. A definição não é aceita, pois segundo o cacique José Pio, "mais da metade da reserva passa o ano inteiro inundada". O cacique reivindica 700 hectares na parte leste, mas essa área foi anexada à fazenda Tapiraguaia, cujo proprietário vem desde 1972 disputando terras com os índios. (FSP — 25/04/81)

Tapirapé não aceitam proposta da FUNAI

Os 60 mil hectares de terras oferecidos aos Tapirapé pela FUNAI não foram aceitos pelos líderes da comunidade que estiveram ontem em Brasília discutindo com o presidente do órgão os limites da reserva. A reserva proposta pela FUNAI não inclui duas áreas consideradas fundamentais para os índios, como locais de caça e de roça, e que a FUNAI se comprometera a demarcar no início do ano quando fez um acordo com as lideranças do grupo. A proposta da FUNAI foi aceita pelos Karajá, vizinhos dos Tapirapé. A não inclusão das áreas já delimitadas pelos índios, através de uma picada, foi justificada pela FUNAI com o argumento de que o custo da desapropriação ficaria muito elevado e que o custo social da retirada dos posseiros seria também bastante ele-

vado. Uma nota distribuída pela FUNAI afirma que o órgão está disposto a continuar "estudando uma fórmula visando resolver o problema de suas terras, sem prejudicar nenhum dos posseiros". (Gazeta de Notícias — 31/7/81)

Tapirapé podem invadir outra vez fazenda Tapiraguaia

Os índios Tapirapé, que vivem próximos à Ilha do Bananal, no Mato Grosso, estão ameaçando invadir novamente a fazenda Tapiraguaia, depois de terem falhados os entendimentos que a comunidade manteve, na semana passada, com o presidente da FUNAI. Os índios querem anexar à área que ocupam dois pastos da fazenda e outra área, também da Tapiraguaia, onde vivem 135 posseiros. Segundo informações do CIMI, em Brasília, o clima é de tensão na área. Por isso, o governo do Mato Grosso está mantendo na cidade de Santa Teresina 30 soldados da Polícia Militar para evitar conflitos na região. (ESP — 6/8/81)

Engodos e protelações da FUNAI sobre Tapirapé

O vice-presidente do CIMI, d. Tomás Balduino, disse que "após quase dez anos de engodos e protelações, a FUNAI está forçando, inclusive com coação de policiais militares, a que os Tapirapé aceitem uma demarcação lesiva a seus interesses, com limites que têm sido rejeitados por todos os integrantes da tribo". D. Tomás afirmou que, dia 29 último, o Presidente e outros dirigentes da FUNAI quiseram forçar seis líderes dos Tapirapé, em Brasília, a aceitar esse acordo pelo qual a tribo cederia uma área onde a fazenda Tapiraguaia formou pastos e outra onde se encontram 13 famílias de posseiros. Citando matéria publicada no Estado de 30 de julho, d. Tomás disse que o presidente da FUNAI ao argumentar que, como compensação, os Tapirapé receberiam dois mil hectares de outro lado, "ele se esqueceu de explicar que essa área é formada por alagados e o rio Araguaia". (ESP — 7/8/81)

FUNAI não abre mão dos pastos da fazenda para demarcar a terra dos Tapirapé

O presidente da FUNAI, Cel. Nobre da Veiga, afirmou ontem em Brasília que a fundação "não pretende mandar nos índios, mas também não admite ser mandada por eles". A declaração foi feita a partir da recusa das lideranças Tapirapé em aceitarem a proposta de reserva da FUNAI em que não estão incluídos os pastos incorporados pela fazenda Tapiraguaia nem a área intrusada por posseiros no morro do Cadete. (ESP — 7/8/81)

Irmãzinhas de Jesus não aceitam acusação

As Irmãzinhas de Jesus, missionárias que trabalham junto aos índios Tapirapé, no Mato Grosso, vão apresentar um amplo relatório ao núncio apostólico, dom Carmine Rocco, sobre os problemas fundiários existentes na área. A missão está preocupada com as acusações que estão sendo feitas por representantes do governo do Mato Grosso, segundo as quais os missionários que atuam na região estariam insuflando os índios a não fazer qualquer tipo de acordo com a FUNAI. Os índios reivindicam um aumento de sua reserva, que passaria a englobar parte da agropecuária Tapiraguaia. O relatório deverá informar à Nuniciatura que os missionários não estão insuflando os Tapirapé, mas tentando, assim como os índios, buscar uma solução "harmoniosa e pacífica para o problema". As irmãs missionárias afirmam, no entanto, que não podem concordar com uma proposta "unanimente repudiada pelos índios". (ESP — 11/8/81)

Solidariedade aos Tapirapé

Subscrito por 17 entidades ligadas à Igreja e ao indigenismo, entre elas o CIMI, a CPT e a ABA, foi divulgado ontem, em Goiânia, um manifesto de solidariedade aos índios Tapirapé.



As Irmãzinhas de Jesus que trabalham com os Tapirapé desde 1952, não aceitam as acusações da FUNAI de estarem “insuflando” os índios. (foto O Globo)

As entidades dizem que a terra reivindicada pelos índios “é sua de pleno direito, e por eles demarcada com agrimensor”. Por isso, rejeitam “como sendo uma solução genocida, a decisão do governo de entregar parte da terra à fazenda Tapiraguaia, do Grupo Medeiros, de São Paulo, e de assentar definitivamente dentro dessa área indígena algumas famílias de lavradores”. Para as entidades, “essa decisão arbitrária violenta frontalmente o direito anterior, garantido pela Constituição brasileira e pelo Estatuto do Índio, que o povo Tapirapé possui sobre a terra do seu habitat de sobrevivência física e cultural”. (ESP — 12/8/81)

Coronel da FUNAI acusa missionárias de “insuflar” Tapirapé

Em carta enviada ao núncio apostólico, d. Carmine Rocco, em Brasília, o presidente da FUNAI acusa as missionárias que trabalham com os índios Tapirapé — Irmãzinhas de Jesus — de estar orientando os índios para que eles consigam anexar à reserva dois pastos da fazenda Tapiraguaia e uma área da mesma fazenda onde vivem 18 famílias de colonos. O coronel da FUNAI pede a intermediação da Nunciatura para resolver esse problema e ameaça abandonar as negociações com os índios se não houver um acordo com base na última proposta feita pela FUNAI. (ESP — 12/8/81)

Ministro do Interior rejeita acusação às freiras

O ministro do Interior disse ontem, em Londrina, que não concorda com a denúncia feita pelo coronel-presidente da FUNAI, ao núncio apostólico no Brasil, d. Carmine Rocco, de que as missionárias que trabalham com os índios Tapirapé, no rio Tapirapé, estejam prejudicando a realização de um acordo na área entre a tribo e os fazendeiros. “Aí nin-

guém prejudica ninguém. Nós estamos vivendo um clima de abertura, de liberdades democráticas. Então, temos que admitir a participação de todos, admitir o debate. Isso não quer dizer, no entanto, que a gente concorde com todas as idéias que estejam sendo dadas pela Igreja, mas reconhecemos que devemos analisar tudo o que for dito e for sugerido no sentido de aproveitar tudo o que realmente contribuir para melhorar a situação das populações indígenas” — argumentou. O ministro desmentiu que “haja uma reação sistemática e organizada do governo aos religiosos”. (ESP — 14/8/81)

FUNAI investe em projeto para os Tapirapé

A FUNAI pretende investir 950 mil cruzeiros no PI Tapirapé para beneficiar as comunidades Tapirapé e Karajá que ali vivem. Segundo a FUNAI serão cultivados 24 ha de arroz e 10 ha de mandioca. A comercialização do excedente produzido será feita através de uma cantina reembolsável, que abastecerá os índios no período de entressafra. (Correio Braziliense — 29/8/81)

Tapirapé não aceitam reserva da FUNAI

Os índios Tapirapé disseram que não aceitarão “em hipótese alguma a delimitação estabelecida pelo órgão tutelar e não irão permitir o início dos trabalhos para a demarcação”. Os índios não aceitam os termos da portaria nº 1.093 que o presidente da FUNAI, João Carlos Nobre da Veiga, publicou no Diário Oficial dando os limites da reserva. (Folha de Goiás — 4/9/81)

Exército demarca área dos Tapirapé

O Serviço Geográfico do Exército iniciou, esta semana, a

demarcação dos 60 mil e 250 ha da área indígena Tapirapé-Karajá, no município de Santa Teresinha (MT), tarefa que deverá estar concluída em dezembro. A informação é do presidente em exercício da FUNAI, Otávio Ferreira Lima. (JB — 25/9/81)

FUNAI vai apurar ameaças aos Tapirapé

O presidente da FUNAI, coronel Paulo Leal, determinou ontem que sejam investigadas as ameaças feitas pelo funcionário Inimar Nascimento e Silva do DGPI da FUNAI. O referido funcionário teria ameaçado os Tapirapé ao afirmar que "o Exército devia passar bala nos Tapirapé para eles aprenderem". A afirmação teria sido feita depois que os Tapirapé ofereceram resistência à tentativa de demarcação feita pelo grupo de Serviço Geográfico do Exército. A demarcação estava sendo feita segundo a proposta do ex-presidente da FUNAI, João Carlos Nobre da Veiga, pela qual os índios perderam 750 ha e não tiveram de volta as terras ocupadas por posseiros e pela fazenda Tapiraguaia. Desde setembro os Tapirapé se mostravam frontalmente contra a proposta de demarcação feita pela FUNAI. Segundo Marcos Terena, presidente da União Nacional das Nações Indígenas, o funcionário teria convidado os representantes da UNI a "brigar na rua" quando estes lhe cobraram suas palavras e suas ameaças de matar os Tapirapé caso estes continuassem a não aceitar as propostas de demarcação feitas pela FUNAI. Depois de acatar a denúncia feita por Marcos Terena, o coronel Leal mais uma vez repetiu que quer "ouvir as lideranças e os índios-estudantes". (ESP — 28/10/81)

Presidente da FUNAI visita aldeia Tapirapé

O novo presidente da FUNAI, coronel Leal, visitou esta semana a aldeia dos Tapirapé no Mato Grosso. Os Tapirapé exigiram a presença de Marcos Terena, presidente da UNI e que era "persona non grata" à antiga administração da FUNAI. O coronel Leal concordou e levou Marcos Terena no seu avião. (FSP — 6/12/81)

Irmãzinhas denunciam demarcação arbitrária das terras dos Tapirapé

Em documento encaminhado à presidência da CNBB e ao Ministro do Interior, a Comissão Pastoral de Direitos Humanos da arquidiocese de Belo Horizonte denunciou a demarcação arbitrária da terra dos Tapirapé em benefício de empresários paulistas que exploram a fazenda Tapiraguaia, cujos posseiros estão sendo mobilizados contra os índios. A denúncia foi levada a Belo Horizonte pelas Irmãzinhas de Jesus, religiosas que trabalham com estes índios desde 1952. O documento é acompanhado por uma carta do CIMI na qual é dito que os índios não aceitam a proposta da FUNAI para a demarcação de suas terras e que as freiras estão sendo acusadas de terem insuflado os índios. Segundo a nota do CIMI é eminente um conflito entre índios, posseiros e fazendeiros. (JB — 28/12/81)

Tembé

FUNAI acusada de entregar terras dos Tembé

A FUNAI e o Instituto de Terras do Pará — ITERPA — estão sendo acusados pelo CIMI de liberarem para as empresas Denasa, Mejer, Grupiá e Swift do Brasil a área indígena dos Tembé, no município de Viseu (PA). A área está sendo invadida também por posseiros "encorajados por políticos que construíram uma estrada atravessando a reserva indígena". A FUNAI, segundo a denúncia do CIMI (apoiada em depoimento de cinco líderes Tembé), "está pressionando física e moralmente toda a comunidade para que suas 80 famílias aceitem lotes de terra de 200 hectares ou redução de 90% do território". Recentemente os Tembé destruíram uma ponte, que servia aos invasores, por decisão da comunidade, segundo o depoimento do líder Joca. O processo de invasão da

área dos Tembé começou em 1971 quando o general Bandeira de Mello, na época o presidente da FUNAI, transferiu os índios da margem esquerda do rio Guamá, entregando suas terras para a Swift do Brasil. Nesta mesma época o fazendeiro Mejer Kabacznick, principal invasor da área, derrubou cerca de 1.500 alqueires dentro da área Tembé, plantando pasto em seguida. Segundo o CIMI, a FUNAI "não tomou qualquer providência e, em 1974, Mejer Kabacznick abriu uma estrada para sua fazenda. A 2ª Delegacia da FUNAI, sediada em Belém, embargou a estrada mas a presidência do órgão autorizou a ação do fazendeiro, sob a alegação de que a estrada serviria para transportar máquinas para a propriedade". Atualmente existem seis mil posseiros na área, além dos fazendeiros e das empresas. Em agosto passado a FUNAI propôs a solução "definitiva" aos Tembé: a distribuição de lotes de 200 hectares para cada família, deixando o resto da área para as empresas, posseiros e fazendeiros. (FSP — 3/10/81)

Txukarramãe

Raoni pede território só para Kaiapó

Um território único estendendo-se do Norte de Mato Grosso até o Sul do Pará é a reivindicação do cacique Raoni, chefe dos Txukarramãe, subgrupo Kaiapó. Este território, explicou ele, "é para morar todos os Kaiapó, sem fazendeiro pelo meio e sem acabar com arara e papagaio". Para a concretização desta idéia Raoni pretende manter um encontro com todos os caciques Kaiapó, dos grupos Gorotire, McKranon-tire, Xicrin e Kuben-Kran-Kren. (FSP — 2/2/81)

FUNAI ainda não cumpriu prometido a Txukarramãe

O prazo dado pela FUNAI para demarcação de 15 ha às margens do rio Xingu, com a finalidade de separar o Parque do Xingu das 25 fazendas que lá se encontram, encerra-se este mês e os Txukarramãe — grupo mais atingido pelas fazendas — começam a se inquietar. O grupo espera o cumprimento da promessa feita em agosto do ano passado. A demarcação dos 15 hectares foi prometida pela FUNAI dias depois dos Txukarramãe terem invadido a fazenda São Luís, matando 11 peões. Na ocasião, a FUNAI convenceu os índios sobre a demarcação de uma "faixa neutra" para que não houvesse mais ataques. O prazo final encerra-se agora em junho e os Txukarramãe reclamam que "nada foi feito". Não sabem até quando podem esperar pela FUNAI. Os índios estão preocupados porque neste mês começam os desmatamentos para plantio e é nesta época que os problemas ocorrem. (FSP — 1/6/81)

Xavante

Índio acusa funcionário da FUNAI

O chefe da ajudância da FUNAI em Barra da Garça (MT), Rodolpho Valentim, está tentando dividir as lideranças Xavante mais representativas e é responsável pelo desvio de parte de 400 milhões destinados às comunidades Xavante de Mato Grosso. É o que denunciou esta semana um grupo de índios que veio a Brasília liderado pelo cacique Aniceto Tsudzaweré, da aldeia de São Marcos. O presidente da FUNAI recebeu a denúncia por escrito, cuja conclusão adverte sobre a possibilidade de ocorrer um conflito grave. "E se isso acontecer — diz o cacique Aniceto — de quem será a culpa? Dos índios ou da FUNAI?" O presidente do órgão tutelar disse que, caso sejam comprovadas as denúncias, o funcionário será afastado. (JB — 6/4/81)

Xavante ameaçam invadir fazendas

Cento e cinquenta índios Xavante das reservas de Sangradouro e Dom Bosco (MT) teriam se pintado com as cores de guerra e ameaçado invadir a qualquer momento quatro fazendas situadas no Município de Poxoréu, ao Norte do Es-



Raoni pede território só para Kaiapó.
(foto Claudio Alves/Jornal de Brasília)

tado. A informação é do Conselho Indigenista Missionário, que possui uma gravação com o cacique João Evangelista Babatire. A FUNAI afirmou desconhecer qualquer ameaça. Os índios querem que as duas reservas fiquem com um total de 35 mil hectares e, para isso, desejam retirar da área as fazendas Colibri, Langer, Florindo e Gaúcho, que ocupam 15 mil hectares. A FUNAI se dispõe a conceder 15 mil hectares numa faixa próxima e retirar 15 mil hectares ao Sul, onde está a reserva de Sangradouro, perto da BR-70 (Brasília-Cuiabá). De acordo com o CIMI, os índios já mandaram expedição para as outras reservas Xavante do Mato Grosso a fim de ampliar o número de guerreiros. Informam que as fazendas também já armaram seus peões. Os índios reivindicam esta faixa por ser área tradicional de perambulação, que serve para coleta, caça e pesca. Um assessor do DGO, que esteve recentemente na área, sugeriu que os índios abandonem esta idéia e dêem apoio aos projetos de desenvolvimento comunitário da FUNAI, que se baseiam no incentivo ao plantio de arroz. O objetivo da FUNAI, ao sugerir a troca da área próxima à BR-70, segundo o CIMI, é arrendá-lo futuramente para agropecuaristas que terão facilidades para escoar a produção pela rodovia. (JB — 9/5/81)

Tensão entre Xavante continua

A FUNAI admitiu que a situação na área Xavante de Sangradouro, no Mato Grosso, embora esteja sob controle, é de tensão, não afastando a possibilidade de um confronto entre fazendeiros e índios. Segundo informações da ajudância da FUNAI em Barra do Garça, tanto os fazendeiros envolvidos, como os Xavante, prometeram aguardar uma decisão final da FUNAI, que está estudando as reivindicações dos índios. Missionários salesianos afirmaram que houve movimentação na aldeia de Dom Bosco, onde os índios estão pintados para a guerra desde o início da semana passada, e que os fazendeiros estão se armando, embora assegurem que ainda não houve luta. (ESP — 12/5/81)

Xavante saqueiam quatro fazendas

As quatro fazendas localizadas na área reivindicada pelos índios Xavante, da reserva de Sangradouro, no Mato Grosso, foram saqueadas anteontem à tarde por um grupo de índios que roubaram bois, animais domésticos e destruíram cercas. Em nota divulgada ontem, em Brasília o presidente da FUNAI afirmou mesmo deplorando a atitude dos Xavante o órgão "evitará, a todo custo, qualquer revide por parte dos fazendeiros". As fazendas saqueadas foram a Colibri, Pindorama, Minuano e Santo Antônio. A FUNAI já pediu auxílio à Polícia Federal, que deslocou agentes para a região, e 21 soldados da Polícia Militar da cidade de Barra do Garça estão de prontidão para evitar um conflito de maior dimensão entre índios e fazendeiros. A área vive clima de guerra há 10 dias. (ESP — 13/5/81)

Xavante podem atacar de novo

Cerca de 200 índios Xavante deverão atacar hoje mais três fazendas situadas em área reivindicada por eles, como parte da reserva Sangradouro, em Barra do Garça (MT). A decisão foi transmitida ontem pelo cacique João Evangelista Babatire. O cacique disse que os índios estavam "cansados de promessas e mentiras". (FSP — 15/5/81)

Coronel da FUNAI retido por Xavante

Na terça-feira, quando o coronel Anael Lemos, assessor especial da presidência da FUNAI, desceu no campo de pouso da aldeia Dom Bosco, em táxi aéreo fretado em Barra do Garça, a primeira coisa que os índios fizeram foi flechar, por duas vezes, a aeronave. E o coronel Anael Lemos, juntamente com o piloto que tentou fugir do local, ficou cinco horas "de castigo" na maloca que serve também como escola na aldeia Dom Bosco. Segundo o cacique Babatire, o plano inicial era manter o coronel Lemos como refém até que o presidente da FUNAI solucionasse favoravelmente a questão de suas terras. "Como o coronel chorava como criança" — lembra Babatire — na tarde do mesmo dia os Xavante liberaram o assessor do presidente da FUNAI, que embarcou para Brasília, no dia seguinte. Assinalando que "não confiamos na FUNAI, que só presta para roubar e enrolar a vida do índio", Babatire explicou que a "liberação" do coronel era apenas uma estratégia. Tão logo ele fosse embora, começaria a preparação de um novo ataque. (FSP — 17/5/81)

Xavante tomam fazendas pacificamente

Cem guerreiros Xavante conquistaram anteontem a propriedade dos 36 mil hectares que reivindicavam, ao invadirem a fazenda Lança, no município de Barra do Garça, Mato Grosso, e dominarem seu proprietário, auxiliares e policiais que se encontravam no local para "evitar um conflito armado entre brancos e índios". A conquista das terras foi pacífica. O fazendeiro, a exemplo dos demais proprietários da região, fez um acordo com o cacique Babatire, pelo qual tem um mês de prazo para abandonar as terras. (FSP — 17/5/81)

As terras pleiteadas pelos Xavante

A área de terras que os Xavante querem incorporar à sua reserva, no município de Barra do Garça, é atualmente ocupada por nove fazendas e nela se encontram os restos mortais de alguns dos ancestrais mais venerados da tribo. Esse terreno é considerado sagrado pelos índios. Na área pretendida pelos Xavante de Sangradouro, estão as fazendas Santo Antônio (já atacada), Encantada, Minuano (já atacada), Pindorama (já atacada), Colibri (já atacada), Cabeceira Alta, Moda e Terra Roxa, além da fazenda Lança. (ESP — 17/5/81)

FUNAI atribui a ex-funcionários ataque Xavante

A FUNAI está investigando os nomes das pessoas que estiveram na área dos índios Xavante, na semana passada, e

estão sendo responsabilizados pelo presidente do órgão, de terem organizado o ataque realizado pelos índios sexta-feira à tarde. "Somente a ação de insufladores pode justificar a atitude dos índios que, na terça-feira, haviam concordado em esperar por mais tempo até que a FUNAI concluísse os estudos da proposta apresentada pelos Xavante". A acusação mereceu uma nota de protesto da SBI. Para a SBI, a FUNAI "está tentando transferir a terceiros os erros e a incompetência, já em diversas ocasiões comprovadas, durante a gestão Nobre da Veiga". A atual crise entre os Xavante — afirma a nota — não é um fato isolado, pois outras crises já ocorreram, provocadas pelo despreparo técnico dos dirigentes da FUNAI, que agem somente de forma repressiva contra as comunidades indígenas". (ESP — 19/5/81)

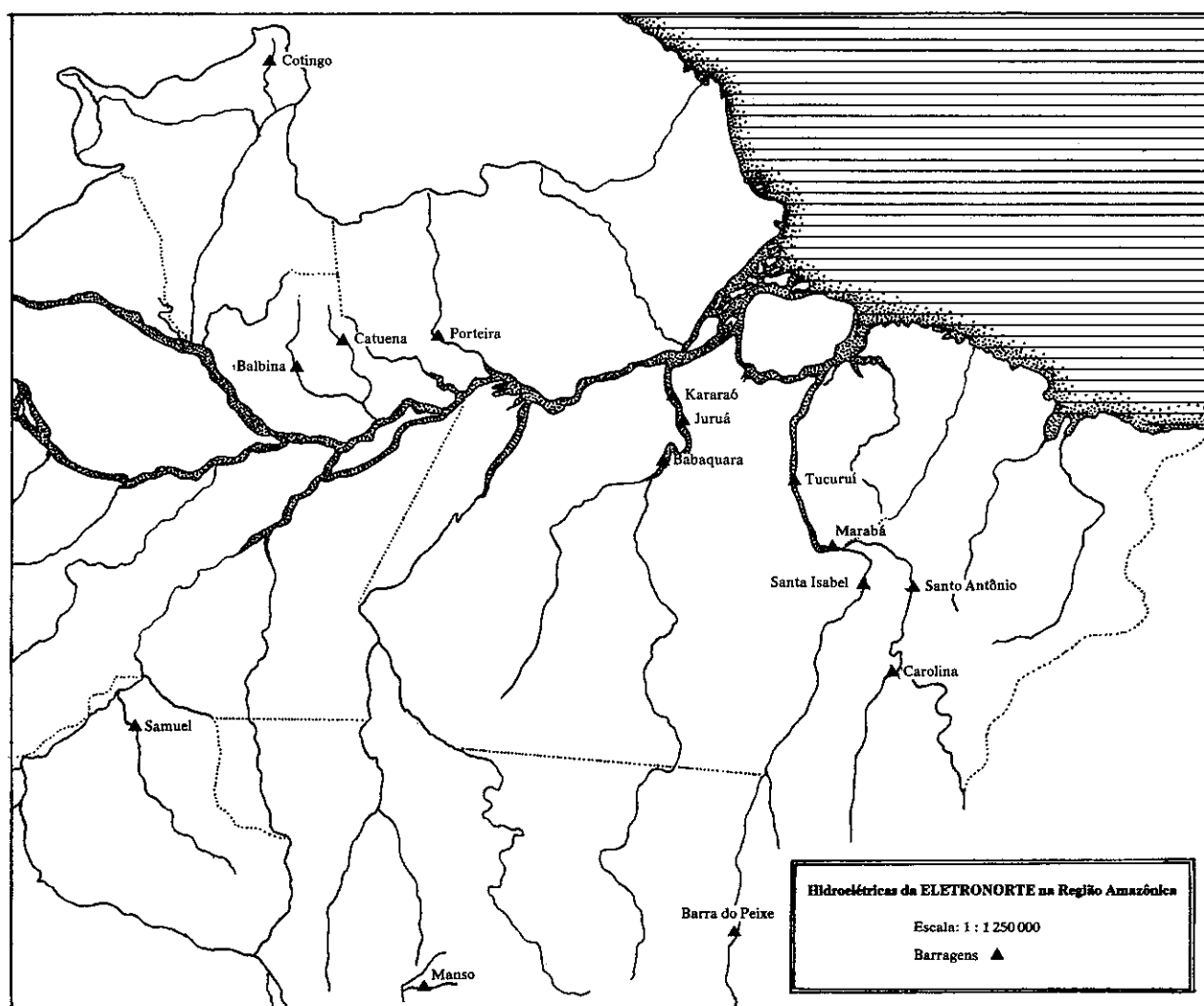
FUNAI interdita reserva de Sangradouro

O presidente da FUNAI decidiu ontem interditar a reserva Xavante de Sangradouro, em Mato Grosso, para evitar que os índios sofram represálias dos fazendeiros da região. A FUNAI já alertou o governo do Mato Grosso sobre a possi-

bilidade de um revide contra os Xavante, reafirmando que o órgão punirá criminalmente os autores de atentados que venham a ser praticados na área indígena. Ao proibir também o ingresso de jornalistas na reserva, o responsável pela FUNAI afirmou que as notícias que vêm sendo transmitidas pelos jornalistas são imprecisas e contraditórias. (ESP — 20/5/81)

Fazendeiros voltam às terras invadidas por Xavante

Os fazendeiros expulsos pelos índios Xavante da reserva de Sangradouro, no Leste matogrossense, retornaram ontem às seis fazendas invadidas nos últimos dez dias, "protegidos por 30 policiais militares e sete federais", segundo informou em Cuiabá o secretário de Interior e Justiça de Mato Grosso. Segundo ele, "a história de que a terra pretendida pelos índios — 35 mil hectares — contém cemitérios dos ancestrais Xavante e outros motivos sagrados é conversa fiada na visão da FUNAI". O secretário garantiu que a área não será aumentada, mesmo depois de os Xavante da aldeia Dom Bosco terem expulsado os fazendeiros e ocupado as terras. "A



Barragens atingirão 55 aldeias indígenas

As 21 hidrelétricas em construção ou projetadas na Amazônia Legal deverão atingir direta ou indiretamente pelo menos 27 mil índios, de acordo com um trabalho concluído pela FUNAI e a ELETRONORTE. Somente a barragem que será construída no rio Madeira, segundo os levantamentos prelimi-

nares, poderá exigir o deslocamento de 5.946 indígenas de 55 aldeias, e a barragem da hidrelétrica Santo Antônio Cotingo, em Roraima, atingirá 3.950 índios de 58 aldeias. O levantamento divulgado em Brasília revela que o complexo de Altamira, no Pará, deverá provocar a inundação de algumas reservas

habitadas por índios Kaiapó, inclusive a aldeia do rio Jarina, perto do PNX, além dos grupos Kararaó e Arara, este último ainda em fase de atração. A hidrelétrica que será construída na bacia do rio Negro, com um cronograma de execução previsto para o período 1990-1994, envolverá uma região habitada atualmente por pelo menos oito grupos indígenas, ainda isolados, que não tiveram qualquer contato com os brancos. (ESP — 25/8/81)

FUNAI não devolverá um centímetro de terra aos Xavante" — disse. (ESP — 21/5/81)

Juruna ameaça com revolução dos Xavante

O cacique Xavante Mário Juruna afirmou ontem em Barra do Garça, Mato Grosso, que "se alguém tocar a mão nos nossos irmãos da reserva de Sangradouro, haverá a grande revolução Xavante". Juruna, ao comentar as declarações do secretário do Interior e Justiça, Sávio Brandão, disse: "Que secretário é esse para dizer que índio é posseiro? Muito mais do que o secretário, governador do Estado, presidente da FUNAI ou presidente da República, índio é brasileiro autêntico. Eles sim são apenas mestiços que vieram tomar nossas terras". (FSP — 22/5/81)

Iminente novo ataque Xavante

Se até o dia 16 o Governo não definir os limites da reserva indígena, englobando seis fazendas que foram atacadas por índios Xavante há duas semanas, o cacique João Evangelista Babatire, da Aldeia Dom Bosco, promete fazer nova investida. E desta vez vai ser brabo — garante. O Governo, através do Ministro do Interior, já se manifestou pela impossibilidade de ampliação dos 88 mil hectares que constituem a reserva. A FUNAI é apontada por Xavante, fazendeiros, colonos, políticos e missionários locais como responsável pela tensão atual no município de Poxoréu, a 120 quilômetros de Cuiabá. (JB — 25/5/81)

Comissão Pró-Índio (SP) exige proteção a Xavante

A CPI-SP em nota distribuída ontem exige da FUNAI proteção "ao direito dos Xavante contra a infeliz declaração do secretário de Interior e Justiça de Mato Grosso", que em recente entrevista afirmou que "os índios são posseiros", ameaçando também usar força policial "com metralhadoras", caso os índios saíssem da reserva Sangradouro para invadir as terras ocupadas pelas fazendas. Diz a nota que o secretário de Mato Grosso "deveria saber que a Constituição assegura aos índios a posse permanente das terras por eles habitadas, cabendo-lhes o seu usufruto exclusivo, e que essa posse nada tem a ver com a do posseiro no sentido comum. A União não só não pode utilizá-las a seu bel-prazer, como tem a responsabilidade de fazer valer os direitos assegurados aos índios pela Constituição". Considerando as declarações do secretário "inoportunas e de teor grosseiramente intimidatório", a Comissão lamenta ainda a desinformação do secretário de Estado dizendo que "é triste saber que essas declarações se façam impunemente. Mais triste ainda é ver o descaso com que são tratados os índios e a levandade com que as autoridades enfrentam situações potencialmente explosivas". (ESP — 25/5/81)

Engenheiro acusado de incitar Xavante

O engenheiro Rubens Monteiro, auxiliar de ensino e enfermeiro na aldeia Dom Bosco, na reserva de Sangradouro, teria sido o responsável pelo insuflamento dos Xavante no ataque às fazendas da região, há cerca de dez dias. A informação foi dada ontem em Brasília, em nota oficial, distribuída pela FUNAI. O engenheiro, que é funcionário da FUNAI, foi acusado pelos caciques Abraão, Gabriel e José, da reserva de Culene, também Xavante. Tão logo cacique João Babatire, da aldeia Dom Bosco, soube das acusações, determinou que três líderes Xavante — Nicolau, Tibúrcio e Henrique — fossem até a ajudância da FUNAI, em Barra do Garça, e trouxessem Rubens Monteiro para colocá-lo sob a proteção dos índios. Afirmando que "Rubens é nosso professor e nosso enfermeiro", os três praticamente arrebatarem o engenheiro da ajudância, levando-o para a aldeia. (FSP — 28/5/81)

FUNAI protege fazendeiros contra Xavante

A situação dos conflitos entre índios Xavante das reservas

Dom Bosco e Sangradouro, em Mato Grosso, e fazendeiros vizinhos das áreas indígenas continua estável. A FUNAI mantém nas áreas tumultuadas, além de seus funcionários, 45 policiais-militares para manterem a segurança dos fazendeiros, evitando, com isso, novos ataques. Ontem à tarde, o Secretário de Segurança Pública de Cuiabá disse que os jornalistas autorizados pela FUNAI poderão "divulgar matérias" sobre os recentes conflitos surgidos entre os índios Xavante e os fazendeiros de Sangradouro, no Município de Barra do Garça. O Comandante da Polícia Militar declarou que a falta de informações e contatos com a área em conflito nos últimos dias deve-se apenas à ausência de radioamadores nas fazendas em que estão concentrados os policiais militares. E acrescentou: "Tenho mantido, porém, contatos diários, através de uma estação de radioamador, com os meus comandados e posso assegurar que a situação está tranqüila. Os policiais estão bem e encontra-se tudo em ordem", concluiu. (JB — 28/5/81)

Contradição

Enquanto nota oficial da FUNAI informa que três chefes da aldeia Dom Bosco, Tibúrcio, Nicolau e Henrique, estiveram na ajudância de Barra do Garças para comunicar que os Xavante desistiram do ataque marcado para o dia 16, no Mato Grosso, o líder Henrique afirmou que a posição dos índios não mudou. "Ou a FUNAI cumpre nosso acordo, ou no próximo mês atacaremos as fazendas, destruindo tudo". Henrique disse ainda que seu tio Babatire não quis deixar a aldeia, "pois não quer saber mais de FUNAI". Acreditando que os índios realmente desistiram do ataque, o presidente da FUNAI declarou que a reivindicação dos índios é inconstitucional, pois por decreto governamental não se pode aumentar as reservas indígenas já demarcadas. (FSP — 28/5/81)

Problema Xavante continua...

O cacique Xavante João Evangelista, da aldeia Dom Bosco, no Mato Grosso, esteve em Brasília para "uma última tentativa de resolver pacificamente" a questão das terras de sua tribo "caso contrário atacaremos as fazendas no dia 16". Sua tribo deseja ampliar a reserva em 36 mil hectares. Ele desmentiu informações de assessores da FUNAI, segundo os quais o problema já estaria resolvido, e disse que lutará até morrer para conseguir as terras. Prometeu também reunir todos os guerreiros Xavante caso o ataque do dia 16 não dê resultados. Esse ponto será decidido numa reunião entre os chefes das nove tribos Xavante, que será realizada dia 29 na aldeia Dom Bosco. "Há 14 anos a FUNAI vem nos enganando", disse João Evangelista. Para a FUNAI, o problema está resolvido e não há qualquer possibilidade de que a área indígena seja aumentada. O cacique vai falar terça-feira na Comissão do Interior da Câmara dos Deputados e, logo depois, tem audiência marcada com o coronel presidente da FUNAI. (ESP — 6/6/81)

Xavante e FUNAI não chegam a acordo

O cacique Xavante João Babatire e o coronel Nobre da Veiga, presidente da FUNAI, ainda não entraram em acordo sobre a ampliação da Reserva de Sangradouro. O presidente da FUNAI reafirmou ao cacique que há uma orientação governamental no sentido de não se ampliar áreas indígenas. Por sua vez, o cacique da aldeia Dom Bosco está disposto a ceder em suas reivindicações: os Xavante podem abrir mão da parte das fazendas, no limite Norte, mas não aceitam negociar 15 mil hectares de florestas, menos ainda trocar esta parte por 15 mil hectares ao Sul. O depoimento do cacique de Dom Bosco na Comissão do Interior da Câmara dos Deputados, durou cerca de três horas e ele afirmou que não quer brigar com fazendeiros "porque o erro é do governo", mas continuará defendendo os 15 mil hectares que ora são reivindicados. Já o deputado Antônio Carlos (PT — MS) — para quem a FUNAI é um "cabide de empregos para coronéis

da reserva" — afirmou durante a reunião da Comissão, que "o coronel Nobre da Veiga é um mau-caráter, e faço questão que isto conste dos documentos e dos anais desta Casa". (FSP — 10/6/81)

Apesar da política, ataque Xavante iminente

A população do Município de General Carneiro vive desde ontem momentos de apreensão com a ameaça dos índios da reserva de Sangradouro, aldeia Dom Bosco, chefiada pelo cacique João Evangelista Babatire, que podem invadir novamente as cinco fazendas localizadas próximas à aldeia. O cacique já declarou que desta vez a invasão será mais violenta. (JB — 12/6/81)

Xavante não deverão atacar fazendas

Os Xavante da aldeia Dom Bosco, na reserva de Sangradouro, em Mato Grosso, decidiram adiar o ataque que haviam marcado para hoje, às fazendas da região. A revelação foi feita ontem em Brasília pelo cacique João Babatire. Os Xavante só tomarão uma decisão depois do encontro dos líderes de todas as aldeias, no fim do mês. Babatire continuará em Brasília tentando um acordo com a FUNAI, que se nega a

atender a reivindicação feita pelos índios. O presidente do órgão concorda em ceder 15 mil hectares ao norte da reserva, desde que os índios cedam a mesma área ao sul. E isso não satisfaz os Xavante, pois ao sul passa a rodovia BR-070 (Brasília-Cuiabá), usada por eles para escoar sua produção de arroz. (FSP — 16/6/81)

FUNAI indeniza fazendeiros

A FUNAI iniciou processo de indenização dos fazendeiros e colonos que vivem nas áreas indígenas Xavante de Pimentel Barbosa e Parabubure, no Mato Grosso, que soma Cr\$ 554 milhões. Segundo a FUNAI, os "donos" da fazenda Xavantina, situada em Parabubure, já saíram da área, recebendo uma indenização de Cr\$ 250 milhões. O problema com os ocupantes dessas duas áreas vinha-se arrastando há dez anos, desde que os índios passaram a reivindicar a área ocupada pelas fazendas e os fazendeiros apresentaram certidões negativas liberadas pela FUNAI declarando que eles poderiam ocupar legalmente a área, que não era habitada indígena. O caso de Pimentel Barbosa foi mais grave, envolvendo inclusive corrupção de funcionários (Laia Matar Rodrigues, Getúlio Barros Barreto, Ronaldo Quirino, etc...) da FUNAI, pois os limites da reserva foram alterados e estas

Parque Indígena do Xingu

Surto de coqueluche ataca índios do Xingu

Um surto de coqueluche que já atingiu 84 índios do PIX e pode adquirir ainda maior gravidade caso se estenda às crianças que vivem na mesma região, calculadas em duas mil, bem como a outros índios adultos que se encontram no mato, foi diagnosticado por estudantes da Escola Paulista de Medicina, segundo comunicação transmitida à direção da FUNAI em Brasília pelo chefe do Parque, Francisco de Assis.

Até agora, segundo informações chegadas à FUNAI, a doença atingiu 34 índios do posto Kretire e 50 de Diauarum, que estão sendo assistidos por uma equipe de seis pessoas que trabalham com o chefe do serviço médico do Parque e recebem orientação dos estudantes da EPM. (Gazeta de Notícias — 14/3/81)

Coqueluche já atinge 115 índios no Xingu

Já subiu para 115 o número de casos de coqueluche registrados entre os índios que vivem no PIX, vítimas do surto identificado há 15 dias. (Tribuna da Imprensa — 16/3/81)

Andreazza assina convênio de assistência ao Parque do Xingu

O ministro do Interior Mário Andreazza, assinará dia 27 de abril, convênio entre a FUNAI e a EPM visando a assistência médica e sanitária às comunidades do PIX. Desde 1956 a EPM vem atuando junto aos índios do Parque sob a orientação do professor Roberto Baruzzi, chefe do Departamento de Medicina Preventiva daquela escola. As equipes médicas realizam trabalhos de vacinação e assistência às populações do Parque. Nos casos mais graves, promovem a remoção dos índios para São Paulo, onde são internados e assistidos pela equipe da escola. O convênio a ser firmado prevê a elaboração de levantamento e fichário completo da população indígena, para efeito de assistência médica, inquérito epidemiológico para melhor conhecimento da cadeia de transmissão de doenças de maior incidência no Parque, inclusive visando a ação preventiva e realização de campanhas profiláticas contra determinadas doenças, baseadas nos resultados de inquérito epidemiológico, além de estudos das condições de vida, alimentação e nutrição dos índios. (A Crítica — 26/4/81)

Já são 15 os mortos no Parque do Xingu

Um surto de sarampo ainda não debelado já matou sete crianças na faixa de dois anos no PIX, para onde a FUNAI deslocou uma equipe médica e medicamentos. O ex-diretor do Parque, antropólogo Olímpio Serra, culpou a FUNAI pela sequência de surtos epidêmicos que têm ocorrido na área indígena, revelando que morreram nas últimas semanas, no Hospital da Base de Brasília, mais oito crianças xinguanas que estavam com coqueluche.

O coronel Nobre da Veiga afirmou que essas doenças estão chegando aos índios levadas por pessoas estranhas ao Parque e também pelos próprios indígenas que visitam com frequência as cidades. Por esse motivo, o coronel determinou que a saída de índios de suas reservas será a partir de agora controlada com maior rigor, bem como a presença de pessoas estranhas aos quadros da FUNAI nas reservas.

Já o antropólogo Olímpio Serra acha que a ineficácia do programa de saúde da FUNAI tem causado estes surtos. (Gazeta de Notícias — 5/6/81)

Gripe se alastra e atinge quase todo o Parque

O surto de gripe que atinge todas as tribos que vivem no Norte do Parque, se alastrou, nos últimos dias, para outras aldeias do Sul do Parque, castigando principalmente a população infantil da área. Apesar do grande número de pessoas doentes, só ocorreu mais uma morte no domingo, de um recém-nascido da tribo Txucarramãe. Quatro crianças em estado grave foram removidas para Brasília.

A situação dos Txucarramãe que mais preocupava os médicos, pois toda a tribo acampou na roça, onde choveu no domingo, apresenta agora um quadro menos delicado, porque os índios concordaram em levar os casos mais graves para a aldeia, onde há uma infra-estrutura para o atendimento médico. No local em que o surto de gripe foi mais grave, matando 15 índios das tribos Suyá e Kayabi, a situação é de grande tensão depois que os índios acusaram dois médicos da FUNAI de terem sido negligentes. No sábado eles exigiram a presença dos médicos no posto para que explicassem a razão de tantas mortes, mas o diretor da divisão de saúde da FUNAI, Barros Lima, impediu o contato temendo uma reação violenta por parte dos índios.

O próprio Barros Lima, foi ao encontro dos índios e ouviu os parentes dos mortos. Entre

eles, Diauari, Mairauê e Caniço, da tribo Kayabi, e Cuiuci, da tribo Suyá, disseram-lhe que os médicos proibiram a remoção das crianças doentes para o posto Diauarum, afirmando que elas estavam bem, não sendo necessário que a enfermaria as atendesse. Os índios acrescentaram que, apesar da gravidade da situação, os médicos, chefiados pela doutora Deurides Ribeiro, permaneceram no posto Leonardo, distante 200 km do Diauarum, e visitaram a região atingida pelo surto apenas poucas horas. (ESP — 10/6/81)

Índios do Xingu acusam médicos da FUNAI

Os índios do Parque do Xingu não querem mais a presença da equipe médica da FUNAI, que está sendo responsabilizada pela morte de 15 Kayabi e Suyá da reserva, segundo afirmou ontem, em Brasília, o Txucarramãe Megaron. Megaron voltou a acusar a equipe médica, chefiada pela médica Deurides Ribeiro, de não ter prestado assistência às comunidades indígenas. O Txucarramãe discordou da posição manifestada pelo presidente da FUNAI de que os surtos epidêmicos no Parque estão aumentando pelo fato de os índios viajarem constantemente para as grandes cidades e que por isso eles passariam a ser mais controlados. "O índio vai para a cidade porque não conta com apoio no Xingu, onde falta tudo" — afirmou Megaron. (ESP — 12/6/81)

FUNAI diz que surto está sob controle

A FUNAI informou que o surto de coqueluche que atingiu o Parque está sob controle restringindo-se agora apenas ao PI Kretire, habitado pelos índios Txucarramãe. Segundo a FUNAI, os médicos do órgão estão na fase de tratamento das complicações pulmonares decorrentes da coqueluche. Para combater o surto a FUNAI contou com a colaboração de médicos da EPM, da SUCAM e da CEME. (Jornal de Brasília — 24/6/81)

Novo surto de gripe atinge o Xingu

Um novo surto de gripe atingiu esta semana o Parque do Xingu, alastrando-se agora entre as tribos que vivem ao Sul da reserva, perto do posto Leonardo. Segundo informações transmitidas à FUNAI, em Brasília, 20 índios estão gripados e seis já apresentam um quadro de broncopneumonia. Uma equipe médica da FUNAI foi deslocada para a área a fim de evitar que o surto assumisse maiores proporções. (ESP — 8/8/81)

terras foram vendidas a fazendeiros, entre eles um funcionário da FUNAI. Para liberar parte da reserva, foram trocados até nomes de rios e os índios receberam diversos presentes para aceitarem o novo traçado, inclusive cabeças de gado e uma caminhoneta. (ESP — 19/7/81)

STF: voto ajuda fazendeiros

Um voto do ministro Cordeiro Guerra, afirmando em julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão Fundiária, que o artigo 198 da Constituição Federal do Brasil “é mais ou menos o que está dito no Artigo 1º do Decreto Primeiro Bolchevique” — é o principal argumento dos fazendeiros de Mato Grosso que, em 11 ações judiciais cobram da União Federal indenizações por alegado confisco de suas terras, “englobadas” por decreto em área de reserva indígena. Os fazendeiros sustentam que o Governo, pelo Decreto 84.337/79, passou para a reserva indígena denominada “Parabubure” áreas de suas fazendas, no município de Barra do Garça, em Mato Grosso, sem qualquer ato ou desapropriação ou pagamento.

O ministro Cordeiro Guerra, no seu voto proferido em tom de crítica e agora usado como argumento pelos fazendeiros, começa manifestando a sua “apreensão” com a interpretação do artigo 198 da Constituição Federal, cujos parágrafos 1º e 2º poderiam provocar “o confisco da propriedade privada neste País”, nas zonas rurais, bastando para isso que a autoridade administrativa diga que as terras foram, algum dia, ocupadas por índios.

A preocupação do ministro em não permitir que os dispositivos constitucionais sejam interpretados contra a propriedade privada está registrada em trechos como este: “No meu entender, isso só pode ser aplicado nos casos em que as terras sejam efetivamente habitadas pelos silvícolas, pois, de outro modo, nós poderíamos até confiscar todas as terras de Copacabana ou Jacarepaguá, porque já foram ocupados pelos Tamoio”. (FT — 23/11/81)

Cacique deseja que no Natal a FUNAI demita funcionários
O cacique Xavante Aniceto Tsudzawere pediu, ontem, como “presente de Natal” ao presidente da FUNAI, coronel Paulo Moreira Leal, o afastamento do diretor do DGO, coronel José Antônio Silveira, e do chefe da Ajudância de Barra do Garças (MT), Rodolpho Valentin.

Esses funcionários, segundo o cacique, são “cabeçudos, caprichosos e enjoados”. O presidente da FUNAI, depois de ouvir uma série de queixas de Aniceto prometeu tomar providência para atender à comunidade de São Marcos e afastar “todo funcionário que não trabalhar bem com os índios” — (JB — 12/12/81)

Xikrin

Nova ameaça de conflito entre os Xikrin

Antropólogos da FUNAI advertiram que pode ser aberto um “novo foco de conflitos” entre os índios do sul do Pará, a partir do arrendamento da terras dos índios Xikrin aos proprietários da fazenda Gran-Reata, do grupo Pau D’Arco, para a exploração da pecuária, segundo denúncia feita ontem pelo CIMI. Os Xikrin, pertencentes ao subgrupo Kaia-pó, ameaçaram atacar a fazenda Gran-Reata há algum tempo por causa da derrubada predatória do mogno (madeira com alto valor de exportação) na reserva indígena. O CIMI prevê o aumento da tensão social na região porque acredita que os Xikrin não se conformarão com o arrendamento e sempre se manifestaram de forma agressiva contra a invasão de suas terras. (FSP — 11/6/81)

Xikrin perdem para gado de fazendeiro

A FUNAI autorizou a entrada de 500 cabeças de gado no interior da reserva indígena Xikrin, no Pará, depois que fazendeiro apelou ao Ministério da Agricultura, pedindo a interferência junto ao MINTER e à Fundação. A fazenda alega que o rebanho já estava na área e a proibição à entrada dele nas pastagens formadas pela fazenda dentro da reserva causaria a morte dos animais atacados pela aftosa. O litígio entre a FUNAI e o fazendeiro agravou-se em agosto do ano passado, quando o delegado da Fundação, no Pará, retirou homens e equipamentos da fazenda Gran-Reata e exigiu que abandonassem a reserva. Com o auxílio da Polícia Federal, o delegado apreendeu toras de madeira e impediu a continuação dos trabalhos. Segundo um levantamento feito pelo IBDF, 30 mil árvores já tinham sido derrubadas em território indígena, significando uma perda mínima de 60 mil metros cúbicos. O fazendeiro conseguiu uma liminar na Justiça para impedir a presença da FUNAI na área, mas a decisão foi modificada pelo Tribunal Federal de Recursos, onde a Fundação obteve um mandado de segurança contra a fazenda Gran-Reata. Com a interferência ministerial, a FUNAI acabou permitindo que o rebanho tivesse acesso à pastagem, para que não morresse de fome. A permanência, porém, será de apenas um ano, após o que o gado terá de sair do local. Durante esse período, o fazendeiro pagará Cr\$ 40 mil mensais de arrendamento aos índios, mas os Xikrin, segundo a informação de antropólogos, continuarão vigiando a área “e, se o fazendeiro fizer nova derrubada, poderão expulsá-lo da terra”. A FUNAI também pretende apresentar outra ação à Justiça para recuperar integralmente a área invadida pela fazenda. (ESP — 13/6/81)

Protestos a favor dos Xikrin

A Comissão Pró-Índio de São Paulo distribuiu nota, ontem, protestando contra o pagamento de Cr\$ 40 mil mensais aos índios Xikrin, do posto Cateté, no Pará, feito pela fazenda Gran-Reata, do Grupo Pau D’Arco, afirmando que ele é lesivo e prejudicial aos interesses dos índios. Segundo a nota, o grupo Pau D’Arco “já lesou os Xikrin retirando 30 mil toras de mogno, segundo estimativa do IBDF, e recorreu à Justiça várias vezes contra os índios e contra a FUNAI”. Destruíu também parcela considerável do meio ambiente dos Xikrin e “continuará lesando os índios, ocupando a reserva a pretexto de um acordo de pagamento aceito pela FUNAI”. A Comissão Pró-Índio de São Paulo protesta contra o acordo e contra a ausência do órgão tutor na defesa dos interesses indígenas. (ESP — 14/6/81)

Xikrin atacam para defender terras

Três trabalhadores contratados por uma empresa de Santa Catarina, para demarcar uma área dentro da reserva indígena do Cateté, foram atacados por um grupo de índios. (O Popular — 8/7/81)

Projeto Carajás

O debate que atualmente se inicia com relação ao Projeto Grande Carajás vai proporcionar, sem dúvida, a oportunidade de discutir amplamente, a nível nacional, as implicações profundas da implantação, por parte do governo, de macroprojetos de desenvolvimento na Amazônia. A inusitada grandiosidade do Projeto nos seus vários desdobramentos, minerometalúrgico, florestal e agropecuário, ao longo de uma extensa faixa territorial, coloca a Nação diante de uma importante opção histórica. Não será inútil repetir que qualquer projeto somente poderá trazer vantagens na medida em que a política que oriente seu desenvolvimento seja prioritariamente dirigida em benefício das populações que vivem nas áreas sob sua influência e que, afinal, todo homem em qualquer de suas dimensões ou realidades sócio-culturais deve ser visto como beneficiário das mudanças econômicas e não como uma vítima.

Infelizmente, uma constante de todos os projetos governamentais para a Amazônia é a falta total de reconhecimento, a nível de planejamento, da existência de populações nativas da região, entre as quais inúmeras comunidades indígenas. A rapidez do processo de expansão e as mudanças radicais provocadas pela implantação de sucessivos projetos de tipo empresarial têm dado origem a graves conflitos entre os diferentes grupos que atuam na região (fazendeiros, madeireiras, mineradoras, posseiros, garimpeiros, índios, companhias estatais, INCRA, GETAT, FUNAI).

A resposta do governo a esta situação ameaçadora tem sido a recusa sistemática de considerar os problemas relativos às camadas mais pobres da região, assim como reconhecer os direitos constitucionalmente assegurados às comunidades indígenas. Na realidade, a posse das comunidades indígenas tem sido continuamente diminuída ou extinta e esse desrespeito coloca-se no quadro mais amplo de prioridades político-econômicas definidas pelo governo em seu modelo desenvolvimentista, deixando de lado quaisquer considerações sobre os prejuízos sociais. Para o governo, o que prevalece, a nível de planejamento, é a consolidação do papel central a ser desempenhado pelas grandes empresas nacionais e multinacionais.

Último reduto

No caso específico do Projeto Carajás a displicência, por parte do governo, com relação à questão indígena repete-se mais uma vez. O assessor do ministro das Minas e Energia declarou ter tomado conhecimento da "possibilidade" de existirem nações indígenas dentro da área de implantação do projeto Grande Carajás e observou ainda que, nos contatos com a SUDAM, nunca houve a menção de problemas na área do minério de ferro de Carajás. Este problema só poderá surgir, segundo o assessor, quando forem estabelecidos os projetos específicos, com a localização das empresas e a definição de todas as situações, inclusive as de posse e domínio da terra. Fica claro que na mentalidade de nossos governantes, os direitos dos índios são somente serão considerados quando já tiverem perdido boa parte de suas terras, invadidas ou após o surgimento de graves atritos e de possíveis atos de violência. Quando isso acontece, cria-se de fato, um problema, que precisa de uma solução rápida em função dos interesses de um projeto irreversível.

A Amazônia constitui-se, atualmente, no último reduto do maior contingente de populações indígenas no Brasil. A situação específica dos diferentes grupos é extremamente diversificada tornando a questão indígena uma realidade complexa e que deve ser entendida e assumida como tal. Por estas razões, é imprescindível que desde a fase inicial de um projeto que venha a afetar uma área indígena, seja exigida a consulta e a participação dos povos indígenas, da comunidade científica e de advogados no processo decisório relacionado a esses projetos, assim como o acesso dos índios, antropólogos e outros cientistas a todas as informações necessárias ao acompanhamento sistemático desses projetos. (1) Caso contrário, se repetirão os crimes e erros já cometidos em ocasiões anteriores e não tão remotas, entre comunidades que se encontram na área de influência direta do Projeto Grande Carajás.

Indígenas afetados

O projeto (2) atinge no Pólo Metalúrgico do Tocantins (Marabá-Tucuruí) os Assurini do Trocará, os Parakanã do Lontra e Pucuruí, os Gaviões de Mãe Maria e os Surui do Sororó. No Pólo da Província Mineral de Carajás, os Kayapó-Xikrin e todos os grupos Kayapó do médio Xingu. A estrada de ferro Carajás-Itaqui cortará a reserva de Mãe Maria e passará ao longo do limite sul da reserva dos índios Guajajara e Guajá no Maranhão. Os projetos florestais, agropecuários e de álcool atingirão direta ou indiretamente todos os grupos de norte de Goiás e Maranhão. Se considerarmos também os grupos que serão atingidos pela construção de uma série de barragens ao longo do rio Xingu (3) já que não se pode arbitrariamente separar estes diversos projetos contíguos e que muitas vezes se sobrepõem, teremos, além das populações rurais e ribeirinhas, um contingente de milhares de índios submetido a mudanças radicais e de consequências imprevisíveis. É um problema que deve ser debatido com a maior urgência.

O Projeto Grande Carajás não é um empreendimento para o futuro, ele já está sendo implantado pelo menos desde 1973, data do início da construção da Hidroelétrica de Tucuruí. Portanto, já ocorreram e estão concretamente previstos sérios problemas em diversas áreas indígenas como mostram os casos enumerados a seguir.

Os Gaviões da Montanha. Em junho de 1977, após inúmeras mortes causadas pelo contato, representantes da FUNAI e da ELETRO-NORTE, em troca de 77 mil cruzeiros, tiraram à força os remanescentes do grupo Gavião da Montanha, local onde hoje se ergue a Hidrelétrica de Tucuruí. A maioria do grupo deslocou-se para a reserva de Mãe Maria. Uma família, porém, voltou às terras do Moju, reconhecidamente *habitat* tradicional desse grupo. Os índios Gavião pedem a urgente demarcação e garantia dessa terra.

Os Parakanã, cujas terras serão em grande parte inundadas pelo reservatório da Hidroelétrica de Tucuruí. O projeto de transferência dos Parakanã foi incompreensivelmente sustado em 1979 e o antropólogo que trabalhava com eles, demitido. Diante da urgência de se encontrar uma solução, foi realizado em dezembro de 1980, o Encontro Parakanã, em Tucuruí, com a presença da FUNAI, ELETRO-NORTE, GETAT e antropólogos de diversas universidades. Entretanto, até hoje, não foram cumpridas as sugestões formuladas e aceitas durante a reunião. No mês de

julho de 1981, não suportando mais o impacto devido ao acelerado desmatamento efetuado pela CAPEMI na reserva, os Parakanã, alguns dentre eles doentes, decidiram se transferir por conta própria. A nova área ainda não foi demarcada.

Os Gaviões de Mãe Maria. Em 1971, a reserva de Mãe Maria, rica em castanheiras, é cortada pela rodovia PA-70. Em 1980, foi construída em território Gavião uma linha de transmissão de alta tensão. Foi aberto um corredor de 150 m de largura, cortando a área em toda a sua extensão e passando por cima da aldeia. Oitocentos castanheiros e árvores de grande porte foram derrubados. Os índios nunca foram convidados a participar e opinar sobre o projeto. A antropóloga que trabalhava entre eles foi demitida. Com grande perseverança e resistência, os Gaviões conquistaram o direito a uma indenização. Hoje, porém, a reserva está novamente ameaçada pela construção da ferrovia Carajás-Itaqui, que cortará o território ao sul, justamente na área onde acabam de construir uma grande aldeia nova. "O corredor da Ferrovia será de 70 m. Os cálculos preveem a passagem, todos os dias, de doze trens com 160 vagões de carga cada, nos dois sentidos, durante os próximos oitenta anos. O barulho constante, a poeira, a poluição das águas, o trabalho das turmas de manutenção e a presença constante do trem, transformarão o projeto num verdadeiro "demônio de ferro" para os índios (4). Os Guajajara e Guajá do Maranhão serão afetados também pela ferrovia que passará ao longo do limite sul da reserva Pindaré, onde vivem 3.000 índios. A área é de floresta, sendo que haverá novamente derrubada maciça de árvores que, caindo, entulharão o rio, o que dificultará a passagem pelo alto Pindaré, até de canoa. A área de floresta virgem é disputada por posseiros e fazendeiros. Existe também o perigo destas áreas serem objeto de cobiça para a implantação dos projetos florestais do Projeto Grande Carajás. A última notícia é que a Carajás está planejando construir um aeroporto internacional dentro da reserva. A FUNAI já autorizou a construção. Técnicos e engenheiros da Aeronáutica já estiveram no local medindo o terreno de 5 km por 3 km e escolheram o local preferido dos índios: o último grande cocal de baça da região.

O presidente da República autorizou, finalmente, a execução dos planos do Projeto Grande Carajás. Os investimentos serão de 33 bilhões de dólares. A pergunta que resta a fazer é até quando as comunidades indígenas deverão custear o desenvolvimento de projetos que não foram ainda devidamente avaliados e que poderão causar irreversíveis prejuízos ao meio ambiente e à nossa sociedade no seu conjunto. Até quando os projetos desenvolvimentistas serão executados violando o estabelecido na Constituição Federal (Artigo 198), na lei (Artigo 20 do Estatuto do Índio) e em Convenção Internacional, que garantem aos povos indígenas, o direito à posse permanente da terra e ao usufruto exclusivo das riquezas nela existentes.

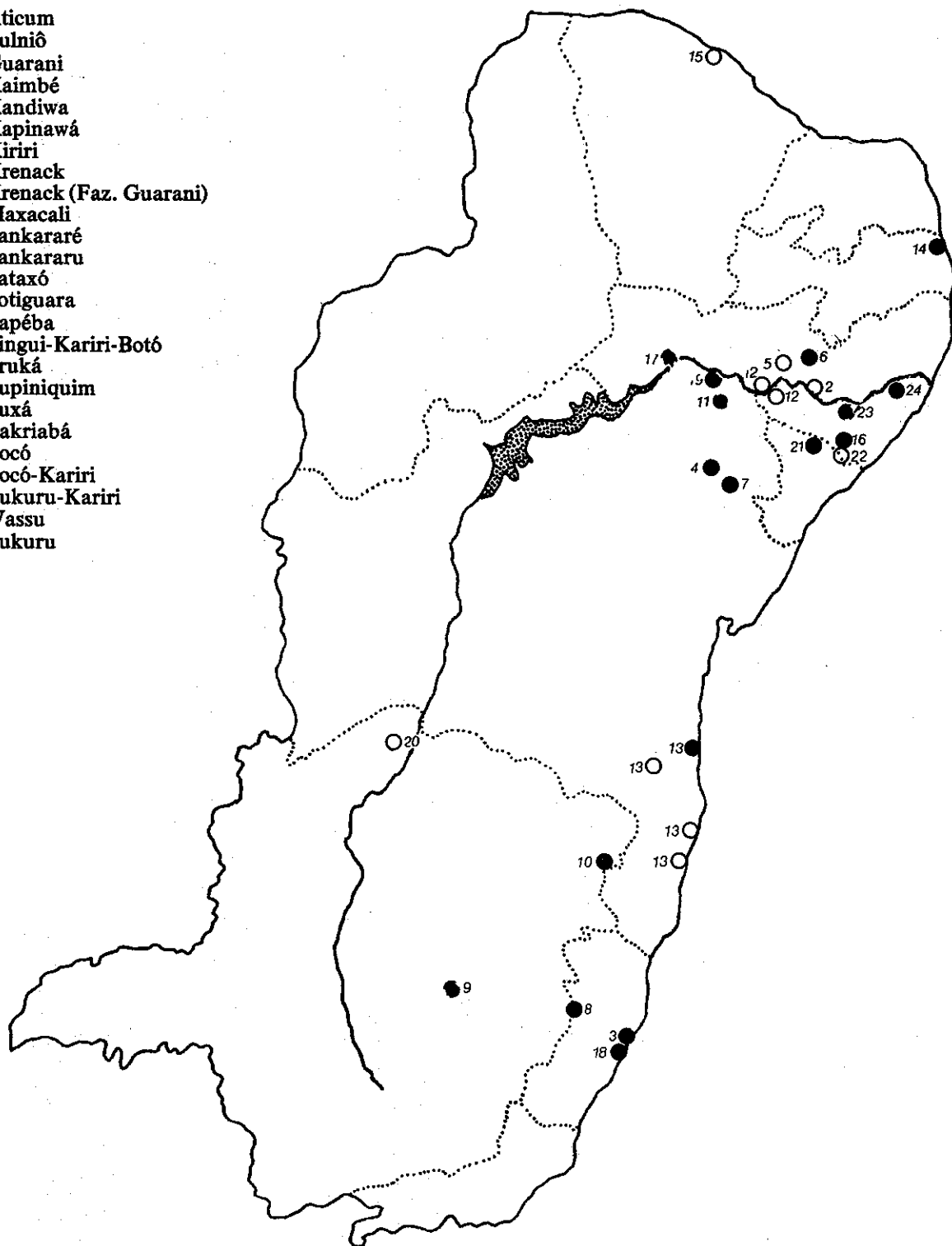
Fontes citadas:

- (1) "Os Índios perante o Direito", *Ciência e Cultura*, 33(2): 161-166.
- (2) *Amazônia*, Breno Augusto dos Santos. Mapa p. 241.
- (3) Lux Vidal, Antônio Carlos Magalhães et al.: "Grupos indígenas da bacia do Xingu. Informes preliminares".
- (4) Paul S. Aspinall and Silvio Coelho dos Santos: "Indian Areas Threatened by Hydro-electric Projects in Brazil".
- (5) Idem.

* * *

Lux Vidal é professora de Antropologia da USP e vice-presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

1. Aticum
2. Fulniô
3. Guarani
4. Kaimbé
5. Kandiwa
6. Kapinawá
7. Kiriri
8. Krenack
9. Krenack (Faz. Guarani)
10. Maxacali
11. Pankararé
12. Pankararu
13. Pataxó
14. Potiguara
15. Tapéba
16. Tingui-Kariri-Botó
17. Truká
18. Tupiniquim
19. Tuxá
20. Xakriabá
21. Xocó
22. Xocó-Kariri
23. Xukuru-Kariri
24. Wassu
25. Xukuru



REGIÃO IV: Leste e Nordeste

Boa parte dos povos indígenas dessa região foram noticiados de alguma forma em 81 pela imprensa. A grande maioria desses povos, os que sobreviveram à expansão da sociedade nacional na região — ocorrida, sobretudo, a partir do século XVII — está reivindicando à FUNAI o seu reconhecimento como povos diferenciados e direitos correspondentes. Exigem o direito à terra e à liberdade de manifestação de suas culturas. Um levantamento realizado pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e divulgado pela imprensa no mês de abril, constatou que parte desses grupos perdeu sua língua original, mas busca reafirmar sua identidade étnica através de rituais e outros processos.

Em parte, essa necessidade de provar que são índios perante a opinião pública nacional, é uma reação às tentativas de emancipação compulsória pretendida pela FUNAI (Ver seção “Emancipação e Critérios de Indianidade”).

Kaimbé

Denunciada a prisão de índio Kaimbé

Ordep Serra, da ANAI, revelou ter recebido informação de que um índio Kaimbé foi preso na região de Massacará na Bahia, onde, segundo ele, a tribo vive grandes dificuldades em consequência de atritos com brancos. “Prender índio é contra a lei”, protestou o indigenista. (O Liberal — 16/2/81)

Kapinawá

Fazendeiro provoca os índios Kapinawá

Um conflito entre índios da tribo Kapinawá e trabalhadores do fazendeiro Zuza Tavares está para acontecer no município de Buíque, no sertão pernambucano. Os atritos começaram

com a prisão do chefe indígena José Índio, e tendem a se agravar depois que homens armados passaram a intimidar os Kapinawá.

No momento em que José Índio era detido, o fazendeiro Zuza Tavares e seus capangas quebraram e queimaram trezentas braças de cercas feitas pelos índios para demarcar a localidade de Mina Grande, onde moram as 50 famílias que formam a tribo. Destruído o cercado das terras dos Kapinawá, seis homens armados a mando do fazendeiro, passaram a reconstruí-lo. Essa terra pertence agora ao fazendeiro e qualquer tentativa de aproximação dos índios é refreada com ameaças de tiros. (Jornal do Commercio — 15/4/81)

Índios denunciam ataque de grileiros

O chefe indígena, José Antonio dos Santos (Zé Índio), acompanhado de mais três Kapinawá, foram ontem à FETAPE denunciar as ameaças e pressões que vêm sofrendo dos fazendeiros Zuza Tavares e Ernesto Pedro Bezerra. Os índios pediram apoio e defesa do órgão na luta pelos seus direitos. Segundo os Kapinawá, os grileiros estão pressionando-os desde 1970, mas a situação vem se agravando há dois meses, quando os fazendeiros colocaram em suas terras trabalhadores armados em vigília permanente. Além de queimarem cercas e barracas, estragarem plantações e matarem animais, os ameaçam de tomar a terra sob a alegação de que compraram “e não sabemos de quem, pois somos donos de 1.600 ha, na localidade ‘Macaco dos Índios’, no município de Buíque, desde 10 de julho de 1874, por doação do Imperador D. Pedro II”.

Os Kapinawá tem a escritura de doação, registrada no Cartório do 1º Ofício de Buíque, que diz serem as terras dos índios Kapinawá, dando-lhes direito à hereditariedade. (Jornal do Commercio — 24/4/81)

Bispo dá o alarma: índios cercados por jagunços já estão sem viveres

O bispo de Garanhuns, D. Thiago Postuma, denunciou em comunicado à CNBB que os 200 índios Kapinawá da localidade de Buíque, estão cercados por jagunços a mando dos grileiros Zuza Tavares e Ernestino Pedro Bezerra, há uma semana. O cerco é de extermínio, e que, segundo o comunicado, todas as estradas de acesso a Buíque estão bloqueadas, os índios carecem de mantimentos e os padres da Diocese de Pesqueira, que os assistem, estão impedidos de prestar qualquer auxílio.

O delegado da 3ª DR da FUNAI, Leonardo Reis, com jurisdição em Pernambuco, Alagoas e Bahia, informou que embora esses índios ainda não sejam antropologicamente reconhecidos como tais pela FUNAI, já levou o caso ao conhecimento da Polícia Federal. (O Dia — 2/5/81)

Índio baleado na disputa de terras

O delegado da FUNAI, Leonardo Reis, juntamente com agentes da Polícia Federal da Secretaria de Segurança Pública e o Comando da Polícia Militar de Pernambuco, viajaram para a cidade de Buíque, onde manterão contato com a delegacia de Buíque para tentar restabelecer a ordem naquela área, pois os conflitos culminaram com o atentado de morte do índio Firmino Gomes da Silva.

Os índios ingressaram com uma ação de interdito proibitório na justiça devido à invasão de suas terras. Por outro lado, a FUNAI está fazendo um estudo de reconhecimento, para transformar aquela região em área indígena, enquanto a Polícia Federal irá estudar detalhadamente a situação para definir o direito da posse de terra dos índios Kapinawá. (Jornal do Commercio — 12/5/81)

Missa de solidariedade aos Kapinawá

Em solidariedade aos Kapinawá, a Diocese de Pesqueira promoveu uma missa em Buíque, no dia 21 de junho, que reuniu cerca de 3 mil pessoas, manifestando decidido apoio à luta persistente dos Kapinawá contra os grileiros. (Porantim — 8/81)

Continua o drama dos Kapinawá

O proprietário das terras ocupadas pelos índios Kapinawá, no município de Buíque (PE), onde a tribo formada por cerca de 40 famílias mantém seguidos conflitos com invasores, encaminhou à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife uma proposta para acabar com as divergências: ofereceu 200 dos 948 hectares da área. Mas o departamento jurídico da Comissão é de opinião que a FUNAI deve reconhecer os Kapinawá como índios, o que ainda não ocorreu, e que com isso faça a demarcação das reservas. E contestou a informação do empresário, intitulado proprietário da área, de que os Kapinawá ocupam apenas 80 dos 948 hectares. Diz ele que, na verdade, os indígenas estão em todos os 948 hectares. (ESP — 14/5/81)

Kiriri

FUNAI executa plano de assistência aos Kiriri

À proporção que a FUNAI prossegue com os trabalhos de demarcação das terras dos índios Kiriri, no município baiano de Ribeira do Pombal, grupo considerado "em adiantado estado de aculturação", está sendo desenvolvido um projeto de apoio e assistência técnico-financeira visando beneficiar as atividades produtivas dos 2.675 índios, com um investimento de Cr\$ 2.100.000,00.

Com isso a FUNAI pretende permitir aos índios obter uma safra de 108 toneladas de farinha de mandioca, 45 toneladas

de milho e 36 toneladas de feijão, das quais uma parte considerável será destinada à comercialização. (ESP — 3/1/81)

Polícia Federal confirma: Interrogou invasores de terras dos Kiriri

A Superintendência da Polícia Federal confirmou, ontem, o envio de uma equipe de agentes para o distrito de Mirandela, Município de Ribeira do Pombal, onde foram presos e interrogados 10 posseiros acusados de terem rompido a cerca construída pela FUNAI para demarcar a reserva dos Kiriri. A antropóloga Maria do Rosário de Carvalho, do Departamento de Antropologia da UFBA, confirmou ter sido comunicada de que os posseiros que ocupavam as terras da reserva têm realizado reuniões e estão encaminhando documento à FUNAI, pedindo explicações sobre as áreas que serão destinadas a eles.

A cerca que foi derrubada, segundo os posseiros, estava impedindo a livre circulação deles pelas estradas da região. A questão principal, contudo, esclareceu a antropóloga, é a existência de 150 a 200 famílias de posseiros na área da reserva. "O direito dos índios é líquido, certo e secular, conforme documentos que comprovam aquela área como indígena", disse ela.

A área a ser demarcada para os Kiriri tem em torno de 13 mil hectares e nela, além das famílias de posseiros, há "pelo menos cinco grandes fazendeiros, os maiores interessados em criar problemas para a demarcação", afirmou a antropóloga Maria do Rosário de Carvalho. (JB — 24/3/81)

Fazendeiros e grileiros ameaçam indígenas

João Leonardo dos Reis, delegado regional da FUNAI, informou em Recife, que a FUNAI vinha dirigindo os trabalhos de demarcação da reserva sem conflitos e contando com o apoio do governo da Bahia. Na última semana, porém, os fazendeiros derrubaram um quilômetro e meio de cercas de um projeto agrícola, com 30 hectares de área, desenvolvido pelos índios. Apesar do incidente, garante que os trabalhos vão continuar e os índios "terão o que for deles". Em função dessa demarcação, há um plano de reassentamento de posseiros que estiverem na área e um critério para indenização das benfeitorias.

O problema pela posse de terras na área existe há alguns anos, já tendo registrado atrito entre os Kiriri e fazendeiros da região. Em novembro do ano passado, por exemplo, o coordenador do CIMI no Nordeste, Fábio Alves dos Santos, denunciou em Salvador que o cacique Lázaro de Souza estava ameaçado de morte por grileiros. Dias antes um grupo de índios fora atacado por brancos armados. Um índio, ao se defender, atingiu um dos agressores com uma pedrada, hospitalizando-o. (ESP — 24/3/81)

Governador defende índios

O governador Antonio Carlos Magalhães afirmou ontem que "jamais haverá massacre dos índios Kiriri, em Ribeira do Pombal, porque o governo não permitirá". Frisou que "os índios são muito indefesos para sofrerem um ataque desses sem a proteção das autoridades".

A secretária da ANAI da Bahia, antropóloga Maria do Rosário de Carvalho, porém, encaminhará ao secretário de segurança um relatório sobre a situação dos índios, cujo cacique está desaparecido e ameaçado de morte por fazendeiros de Ribeira do Pombal.

Há cerca de um mês, o cacique Lázaro Gonçalves de Souza viajou a Brasília, para cobrar do Governo uma demarcação territorial prometida no ano passado, e não voltou. Na região, os comentários são de que os fazendeiros "só o deixarão entrar em Mirandela morto". Além disso, foi proibida a prática do "toré", um ritual primitivo da tribo. (O Globo — 29/4/81)

Deputado é acusado de manter invasão

O secretário geral do PDS, deputado Prisco Viana (BA), é o responsável pela manutenção da invasão organizada de grandes fazendeiros, médios e pequenos posseiros na reserva dos índios Kiriri de Mirandela.

A denúncia foi feita na Câmara pelo vice-líder do PMDB, deputado Jorge Viana (BA), baseado em documento preparado pelo Departamento de Antropologia da UFBA, que relata o clima de conflito na área.

Os principais invasores são fazendeiros com influência política local, que afirmam contar com o apoio do deputado Prisco Viana, secretário-geral do PDS. Os políticos ligados a Prisco vêm garantindo aos invasores que ninguém perderá suas "propriedades" ou será removido.

O povoado de Mirandela, centro da área indígena, porém habitada por não índios, está sendo "modernizada" pelo prefeito de Ribeira do Pombal, também acusado de ocupar terras dos Kiriri. Estão sendo feitas obras de calçamento atualmente.

As reivindicações indígenas, segundo os antropólogos da Universidade da Bahia podem ser resumidas em duas: homologação urgente da reserva e preparação urgente, pelo Governo, de um plano de desocupação da área, e que tal plano seja divulgado publicamente. (Jornal de Brasília — 12/9/81)

Krenack

Jogadores e artistas promovem jogo beneficente para os Krenack

Liderados por Reinaldo, jogador do Atlético Mineiro, diversos artistas e jogadores de futebol como Chico Buarque, Sócrates, Gonzaguinha, Moraes Moreira, Djavan, Fagner, o goleiro Raul, Toquinho, Fernando Brant e outros farão uma partida no Estádio Independência, em Belo Horizonte, cuja renda reverterá para a Cruz Vermelha de Minas (60%) e para os índios Krenack (40%). O jogo está marcado para dia 7 de dezembro na capital mineira. (Jornal de Brasília — 7/12/80)

Renda do jogo será entregue à Justiça e não aos Krenack

A diretoria da Cruz Vermelha Brasileira de Minas Gerais, em nota oficial ao jornal Estado de Minas, esclareceu que "A importância de Cr\$ 379.105,68, correspondente a 40% da renda líquida, em prol dos índios Krenak, embora objeto de contrato com a entidade Grupo de Estudo da Questão Indígena, teve sua entrega disputada pela FUNAI, órgão tutelar das comunidades indígenas, razão pela qual a Cruz Vermelha estava aguardando entendimentos entre os interessados. Não tendo sido conseguido tal entendimento, a Cruz Vermelha irá efetuar, até segunda feira próxima, a consignação judicial da referida importância, a fim de que o Juiz competente julgue a quem deve ser entregue". (Estado de Minas — 20/2/81)

Índios reclamam assistência

Quatro representantes dos índios Krenack que moram na fazenda Guarani, município de Carmésia (MG), reclamaram ontem da falta de assistência por parte da FUNAI, nos aspectos de saúde, alimentação e educação. Os índios passaram o fim de semana em Belo Horizonte participando de debates comemorativos da Semana do Índio e ontem dois deles viajaram para São Paulo, para representar os índios mineiros na reunião de lideranças indígenas que se realizará na capital paulista. A falta de assistência médica foi um dos pontos críticos levantados pelo índio Manuel. (Diário do Grande ABC — 28/4/81).

Fazendeiro ameaça Krenack de expulsão

Um grupo de índios Krenack, que em 1972 havia sido transferido à força pela FUNAI e que posteriormente voltou ao seu lugar de origem, às margens do rio Doce (município de Resplendor, MG) estão ameaçados de expulsão por um fazendeiro da região que está movendo uma ação de manutenção de posse contra os indígenas, acusando-os de terem invadido sua propriedade.

Os Krenack habitam a região às margens do rio Doce, desde tempos imemoriais, e, em 1920, a situação foi legalizada com a fundação de um Posto Indígena e a doação, pelo Estado de Minas à União, de quatro mil hectares para serem ocupados pelos grupos indígenas Potichá e Krenack. Em 1958, parte dos índios foi transferida para o norte de MG, junto dos Maxakali, retornando em seguida. Em 1972, os Krenack foram novamente transferidos para a Fazenda Guarani, município de Carmésia. O local era uma colônia penal de índios e nesse período os Krenack conviveram com remanescentes dos Pataxó, Maxakali e outros índios que viviam no presidio. Algum tempo depois, alguns dos índios começaram a retornar para Resplendor a pé. Ao longo do tempo a área foi sendo ocupada por grileiros e já em 1970 estava reduzida a apenas 13 alqueires. Nesse ano a FUNAI entra com uma ação de reintegração de posse na justiça. Um memorial de fazendeiros foi entregue pelo filho do então presidente, Sérgio H. Medici. A ação de despejo é sustada, alegando-se que os Krenack e Potichá se achavam "extintos". Em 1972, a FUNAI permutou a área com a da fazenda Guarani. Em maio de 1980 os Krenack começam a voltar novamente e a pé para as terras do Resplendor. Desde a volta de parte dos Krenack, os fazendeiros passaram a se mobilizar contra a entrada dos índios na região, segundo denúncia do Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena — GREQUI, de Belo Horizonte. (Estado de Minas — 28/6/81)

Krenack pode ficar sem terras do Resplendor

Os índios Krenack, que vivem no município de Resplendor, Minas Gerais, podem ficar sem as terras de onde foram transferidos em 1972 e para onde retornaram em 1980. O fazendeiro Balbino Laignier de Lacerda está movendo uma ação contra eles que será julgada hoje pela Justiça de Resplendor.

O Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena manifestou ontem, em Belo Horizonte, apreensão com o resultado do julgamento, pois somente a FUNAI poderia representar os Krenack no julgamento, mas até o final da tarde não havia informações sobre providências do órgão para a defesa, embora a ação estivesse ajuizada desde novembro. Hoje, na Assembléia Legislativa de Minas, o deputado Marcelo Caetano (PMDB) vai apresentar requerimento pedindo a criação de uma comissão "para acompanhar os interesses da tribo junto às autoridades". (ESP — 26/8/81)

Deputados querem solução para índios Krenack

"Se a decisão da Justiça for favorável aos índios, nós não teremos o que fazer. Mas se ela for negativa, prejudicando-os, considerá-los invasores de terra, aí sim, nós faremos tudo para informar e sugerir ao governador Francelino Pereira uma solução definitiva para eles." Essa declaração foi feita pelo deputado Mario Assad do PDS e componente do bloco parlamentar encarregado de acompanhar os interesses dos Krenack. A Comissão Especial da Assembléia Legislativa foi nomeada pela própria presidência da casa e integra ainda os deputados Raimundo Albergaria e José Laviola (efetivos), Rui da Costa Val, Rufino Neto e Nunes Coelho (suplentes) pelo PDS. Pelo PP foram designados os deputados Sérgio Emílio (efetivo) e Eurípedes Graide (suplente). E pelo bloco parlamentar do PMDB os deputados Ademir Lucas (efetivo) e João Pinto Ribeiro (suplente). A essa comissão, que será convocada ainda esta semana para definição de cargos e competências, caberá levantar a questão das terras que fo-

ram doadas pelo Estado aos Krenack, segundo Decreto nº 5.652. (Estado de Minas — 10/9/81)

Krenack perdem terra

O juiz Leogivildo Forte Júnior, da comarca de Resplendor (MG), concedeu medida liminar proposta pelo fazendeiro Balbino Laignier contra os índios Krenack, determinando a expedição de mandado de reintegração de posse de terras em favor do fazendeiro. A informação foi dada em Brasília, pela Regional Leste do CIMI. "Com isso, os Krenack ficarão confinados em apenas 13 alqueires, que a Rural Minas cedeu em 1974 à sociedade São Vicente de Paula", advertiu a Regional do CIMI. (FSP — 24/9/81)

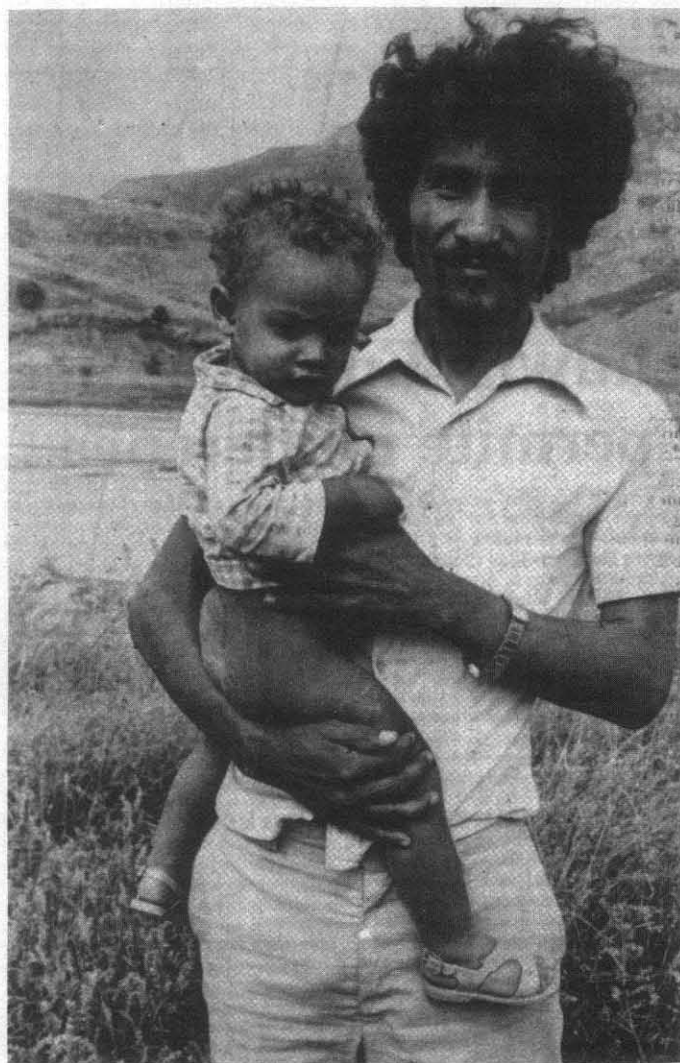
Krenack não abandonarão suas terras

O grupo Krenack que vive em Resplendor (31 crianças e 24

adultos) decidiram não abandonar os quatro alqueires de terras que ocuparam em maio de 1980 às margens do rio Doce. Os Krenack, segundo o Delegado Regional da FUNAI, Carlos Roberto Grossi, "preferem resistir, recusando-se a voltar para a fazenda Guarani, apesar da liminar do juiz de Resplendor". A FUNAI já entrou com um agravo de instrumento contra a decisão judicial. A alternativa da FUNAI, para impedir "um grave problema social", é ter sucesso no mandato de segurança que deverá apresentar ao Tribunal Federal de Recursos, impedindo a execução da sentença liminar até que seja julgado o mérito da ação do fazendeiro Balbino Laignier, informou ainda o delegado regional da FUNAI em Minas Gerais. (ESP — 30/9/81)

TFR garante terra aos Krenack

O ministro William Patterson, do TFR, concedeu ontem, em Brasília, liminar favorável aos índios Krenack, transferidos



José Alfredo, o cacique dos Krenack.
(foto O Estado de Minas)



Os Krenack, famintos e ameaçados na terra que é deles.
(foto O Estado de Minas)

em 1972 pela FUNAI, em um acordo entre fazendeiros e o governo de Minas Gerais, da área que ocupavam no Município de Resplendor para a fazenda Guarani, no mesmo Estado. A liminar foi concedida contra o ato do juiz de Resplendor, Leovigildo da Silva Fortes Júnior, que deu ganho de causa ao fazendeiro Balbino Laignier de Lacerda na ação de reintegração de posse que impetrou. (ESP — 1/10/81)

TFR não julga ação

O Tribunal Federal de Recursos julgou-se incompetente, ontem em Brasília, para examinar e decidir sobre a situação dos índios Krenack de Resplendor. Afirmou o TFR que o mandato de segurança impetrado pela FUNAI em favor dos índios não era de sua competência e determinou a remessa dos autos para a justiça estadual mineira, que deverá resolver o litígio entre os indígenas e o proprietário das terras, Balbino Laignier de Lacerda, que afirma ser o dono legítimo do imóvel rural de 212 hectares situado à margem esquerda do rio Doce. Ele também diz que os índios na verdade não se instalaram em suas terras, mas numa propriedade vizinha da Fundação Rural Mineira — RURALMINAS. Há mais ou menos seis meses, acentuou, os Krenack invadiram os limites da RURALMINAS, instalando-se em casas em ruínas. (ESP — 25/11/81)

Liminar garante terra

O Tribunal de Alçada de Minas concedeu, ontem, liminar à FUNAI no mandado de segurança contra a decisão do Juiz de Resplendor, Leovigildo da Silva Júnior, que havia determinado, em setembro, a retirada de 55 remanescentes dos índios Krenack das terras por eles ocupadas às margens do rio Doce, cuja posse é reivindicada pelo fazendeiro Balbino Laignier de Lacerda. Os índios receberam a notícia com euforia já que, de acordo com o cacique José Alfredo, "este é o único local que temos para plantar, criar nossos filhos e viver; se tivéssemos que sair daqui, seria o fim". (JB — 6/12/81)

Maxacali

Projeto de ajuda

Segundo a FUNAI a transformação dos Maxacali de caçadores nômades em agricultores forçados e mal pagos não lhes deixou outra alternativa senão roubar ou pedir. A penúria chegou a tal ponto que em 1939 sua população estava reduzida a 140 indivíduos. O SPI começou então a assistir os índios que contam hoje com mais de 400 índios nos postos indígenas Maxacali e Pradinho. A FUNAI anunciou que este ano iniciará nesta área um programa de desenvolvimento integrado que envolverá uma antropóloga, um psicólogo e outros técnicos num total de 17 pessoas. O trabalho se propõe, mediante a educação bilíngüe/bicultural, a uma reestruturação psicológica, conscientizando-os sobre as oportunidades ao seu alcance para enfrentar e sobreviver às condições geradas pelo convívio com a sociedade nacional. (Jornal de Brasília — 24/3/81)

Fazendeiro acusa índios de roubar gado

O presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Águas Formosas, Raul Abrantes, disse ontem em Belo Horizonte que os Maxacali continuam roubando gado em sua região. Segundo Abrantes os índios agora só matam gado para comer, e não para vender, porque a FUNAI está atenta, mas os funcionários da FUNAI deverão agir com mais rigor para que o roubo cesse. Muitos fazendeiros preferem não denunciar os índios com receio de enfrentar dificuldades na venda de suas propriedades. Há dois anos, com a onda de roubos de

gados, as terras em volta da aldeia perderam muito valor. (Estado de Minas — 10/8/81)

Fazendeiros pedem intervenção do Ministro

Os fazendeiros Valdevino da Silva Cabral e Laurindo Ferreira Sena, de Águas Formosas, no Vale do Mucuri, apresentaram à imprensa cópia da carta enviada ao ministro Mário Andreazza pedindo providências contra as invasões dos Maxacali. Segundo os fazendeiros a situação vem se agravando depois que a Polícia Federal esteve na área protegendo os índios contra seus empregados que resolveram descontar a surra que os índios lhes haviam dado. Nos últimos cinco anos os dois fazendeiros perderam 173 reses que avaliadas no preço de hoje somam um prejuízo de Cr\$ 3,4 milhões. A culpa é da FUNAI, dizem eles, que não ensina os índios a cultivarem os 4 mil ha que possuem na área. (Estado de Minas — 17/11/81)

FUNAI pede calma

Os fazendeiros do Norte de Minas devem ter paciência com os índios Maxacali, dando tempo para que os programas de assistência aos índios surtam seus efeitos. Esta é a recomendação da FUNAI aos fazendeiros que enviaram denúncias ao Ministro do Interior através da Federação da Agricultura de Minas. O subchefe do gabinete do ministro do Interior enviou carta à Federação dizendo que a FUNAI já tomou as seguintes providências: 1) criação do Posto Indígena Pradinho em 1980, 2) assinatura de convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora para estudos que possibilitem a elaboração de programas para desenvolvimento do grupo. Segundo a carta a atuação da FUNAI já surtiu efeito: diminuição do consumo de álcool, retorno ao plantio de roças, frequência na escola além do retorno à prática dos rituais. (Estado de Minas — 5/1/82)

Fazendeiros temem conflito

O presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais, disse que é grande o risco de um confronto entre fazendeiros e índios Maxacali no município Bertópolis. Os fazendeiros não ficaram satisfeitos com a resposta do ministério porque, segundo eles o problema se arrasta a mais de dez anos apesar das constantes denúncias. Segundo a nota dos fazendeiros muitas famílias passam fome porque não podem plantar nas terras onde moram, e vários colonos tiveram suas casas saqueadas e queimadas pelos índios embriagados. (Estado de Minas — 11/2/82)

Pankararé

Emboscada o irmão do assassino do cacique

Numa emboscada caracterizada pela polícia como típica de vingança, foi morto a tiros de revólver o lavrador José Vieira de Lima, irmão de Antônio de Lino, o assassino do cacique da tribo Pankararé, Ângelo Pereira Xavier. O homicídio ocorreu dentro da reserva de Brejo do Burgo, dos índios Pankararé, localizada próxima à cidade de Paulo Afonso. O criminoso, contudo, está foragido, embora a justiça da comarca de Paulo Afonso tenha decretado sua prisão preventiva. Agora, a morte de seu irmão numa emboscada reativa a tensão entre os Pankararé, que continuam reivindicando a demarcação de suas terras, e a prisão do assassino do cacique.

Para o delegado Antônio Martins Gonçalves, foi um crime de vingança. Contudo ele não possui elementos para atribuir a emboscada aos índios. Por isso ele se deslocou até Brejo do Burgo para arrolar testemunhas e prosseguir o inquérito. (Diário Popular — 30/5/81)



A reserva Maxacali é uma área abandonada pela FUNAI.
(foto O Estado de Minas)



Alheios à troca de acusações, os Maxacali continuam famintos.
(foto O Estado de Minas)

Pataxó

Pataxó elogia a FUNAI

O cacique Pataxó, Tururim, e o subcacique Alfredo Braz enviaram ao Presidente da FUNAI, cel. Nobre da Veiga, carta em que expressam a sua satisfação por, após 20 anos de luta, ter a FUNAI conseguido a demarcação de suas terras. A carta afirma ainda que "os índios são procurados por muitas pessoas que só sabem criticar a FUNAI, mas não fazem nada pelos índios. Tem muita gente querendo 'salvar' o índio mas com isso só ajudam a criar confusão e briga entre nossos irmãos". (Correio Braziliense — 27/12/80)

Violência contra os Pataxó

A ANAI/BA denunciou a política não-ecológica e violenta exercida pela administração do Parque Monte Pascoal, no sul da Bahia, que estabeleceu um verdadeiro campo de concentração na terra dos índios em Porto Seguro. Ordep Serra, presidente da Associação, revelou que tudo começou há mais de um ano, quando a FUNAI resolveu fazer uma criminoso barganha com o IBDF criando uma reserva florestal que lesa os verdadeiros donos da terra. O administrador do Parque implantou patrulhamentos, vigias, e prometeu inclusive cercar a área, impedindo que os 1.800 índios tenham livre trânsito pelo território em busca de caça e pesca principalmente nos mangues próximos à aldeia. (Jornal de Brasília — 16/1/81).

Índio Pataxó assassinado

A Polícia Federal está apurando, no Sul da Bahia, o assassinio do índio Pataxó Carlito Mariano Ferreira, cometido a tiros por um branco, do qual só se sabia ontem, em Salvador, chamar-se Gérson. O crime ocorreu na localidade de Caraiíba, próxima à aldeia de Barra Velha, onde vivem os mil indígenas da tribo Pataxó, e foi praticado há três dias. A polícia afirma que sabia ontem apenas que o crime teria sido consequência da antiga dívida entre vítima e acusado. (?) Em Salvador, uma antropóloga da UFBA, disse que no último domingo recebeu notícias da aldeia Pataxó e que tudo estava tranquilo na tribo, apesar da insatisfação geral pela demarcação das terras concluída no ano passado pela FUNAI, uma vez que a área original da reserva havia sido reduzida; disse também que conheceu o índio assassinado. Era um homem pacato, com pouco mais de 50 anos, e que em 1977 tinha 10 filhos. (ESP — 9/4/81)

Pataxó recebem cadernetas de poupança como indenização
Cerca de 30 índios foram indenizados individualmente com cadernetas de poupança, distribuídas pela agência do Banco do Estado da Bahia, na cidade de Eunápolis (BA), para deixarem suas roças que ficaram fora dos limites da área demarcada para ser ocupada pela tribo Pataxó, no extremo Sul da Bahia. Os valores das cadernetas variaram de acordo com a extensão das roças, sabendo-se, contudo, que houve índio que recebeu caderneta no valor de Cr\$ 1,7 milhão e que vive de rendas. A diretoria da ANAI-BA considerou o fato como "gravíssimo", acrescentando que "o processo de indenização individual é, na verdade, uma emancipação às avessas, e só contribui para o esfacelamento dos Pataxó como povo e como grupo ético". (ESP — 24/4/81)

Potiguara

Projeto da FUNAI para os Potiguara

A FUNAI vai pôr em execução o "Projeto Potiguara" com a finalidade de "melhorar as condições de vida" dos índios da Baía da Traição, com alocação de Cr\$ 2 milhões. O projeto

prevê o plantio de 250 ha de lavoura com a produção estimada em 360 toneladas de inhame, 5 mil sacas de farinha de mandioca e 135 mil toneladas de banana. (Jornal da Bahia — 21/12/80)

Projeto Potiguara recebe críticas

O governo da Paraíba acaba de lançar o Projeto Integrado Potiguara para assistir 588 famílias indígenas de 29 aldeias situadas na reserva de Baía da Traição. O governo diz que serão investidos Cr\$ 280 milhões do Ministério da Agricultura e do PRODECOR para melhorar a vida destes índios. Por sua vez membros da Pastoral do Índio da Arquidiocese da Paraíba identificaram no programa "uma manobra para bloquear a luta dos índios pela demarcação de suas terras, seu maior objetivo". (ESP — 1/3/81)

Índios pedem afastamento de religiosos

O afastamento de uma jovem chamada Salete, representante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese da Paraíba, e de Antonio Wellington, também da Cúria Metropolitana deste Estado, foi pedido por 116 índios que vivem na reserva indígena Potiguara. O documento entregue à FUNAI acusa os dois de provocarem atritos entre os índios, jogando-os, ao mesmo tempo contra as autoridades e brancos de modo geral. Das 15 aldeias que seriam beneficiadas pelo Projeto Potiguara, 14 aguardam o início do plantio e repudiam a presença dos agentes pastorais e dos três padres "que foram no dia 25 de fevereiro de 1981 nos solicitar que desistíssemos do Projeto". (Diário de Pernambuco — 16/3/81)

Polícia proíbe ação pastoral

Atendendo solicitação da FUNAI a Polícia Federal proibiu a entrada de Maria Salete da Silva, agente pastoral da arquidiocese de João Pessoa, alegando que a mesma está orientando os índios a não aceitar o projeto do governo. As famílias da aldeia São Francisco, a maior da reserva, resolveram impedir a execução do Projeto, ameaçando destruir tratores e outros equipamentos. Em vista desta reação os trabalhos foram paralisados e os representantes das outras aldeias foram ao governador Tarcísio Burity, pedir proteção policial e o prosseguimento dos trabalhos. Por sua vez o arcebispo dom José Maria Pires orientou sua agente pastoral a permanecer na reserva apoiando os indígenas, que pedem a demarcação de sua área como medida prioritária. (O Globo — 16/4/81)

Passeata de protesto contra agentes pastorais

Com faixas e cantando, cerca de 200 índios Potiguara realizaram passeata no centro da cidade de João Pessoa, protestando contra a ação dos agentes pastorais da Cúria Metropolitana. Dom José Maria Pires disse que levará o caso ao CIMI e adiantou que quem está gerando disputas são os agroindustriais e os pequenos fazendeiros invasores da reserva indígena. (O Globo — 26/4/81)

Tingui-Kariri-Botó

Descoberta comunidade de 500 índios em Alagoas

Foi descoberta em Alagoas, no município de Feira Grande, ao sul do Estado, uma comunidade indígena de 500 pessoas, os Tingui-Kariri-Botó. A descoberta foi comunicada à FUNAI, em outubro do ano passado, pelo professor Clovis Antunes da Universidade de Alagoas. Esses índios vivem na região há mais de 70 anos, ocupando dois hectares de terra cercadas pelas fazendas nas quais trabalham por 80 a 100 cruzeiros por dia.

De acordo com relatório da Comissão Pró-Índio de São Paulo, "mais do que qualquer outro grupo do Estado, estes índios preservaram parcialmente sua língua e se apegaram zelosamente aos rituais. Os Tingui ainda praticam o ritual do Ouricuri e se queixam que o ritual é escarnecido ao mesmo tempo que objeto de curiosidade". Diz ainda o relatório que as crianças Tingui "são pressionadas nas escolas para revelar o segredo do Ouricuri". Dos dois hectares de terras ocupados pelos índios, mais da metade é conservada com o máximo de vegetação para se realizar o ritual.

A comunidade Tingui, diz a Comissão Pró-Índio, "encontra-se em condições extremamente precárias". Além de trabalharem nas fazendas, alguns índios procuram tarefas nas usinas de cana-de-açúcar, distantes da aldeia, limpam e cultivam roças com a condição de devolverem dentro de um ano a terra já plantada com pasto para o gado". Os Tingui foram prejudicados com a última seca, quando perderam toda a lavoura e por essa razão "alguns estão abandonando a comunidade". (Jornal de Brasília — 24/2/81)

Falta terra para trabalhar

Eis a transcrição da carta dos Tingui enviada ao presidente da FUNAI:

"Olho D'água do meio, Feira Grande, Alagoas
Carta do Pajé João Ferreira Botó, da Aldeia Tingui, de Olho D'água do meio

Cacique Adalberto Ferreira Botó

Conselheiros: José Saraiva e Eraldo Campos

Reclamação do Pajé João Ferreira Botó.

Eu com os meus índios vivem neste local de terra que não dar para ninguém trabalhar. Os índios já estão saindo da minha aldeia para ir para outras aldeias só a fim de arrumar serviço para trabalhar.

A minha aldeia está faltando terra, pasto, escola, medicamento. Nós vivemos na aldeia muito preocupado com medo dos branco para não descobrir os nossos segredos indígenas... Nós índios precisamos das ajudas de vocês maiores do que nós porque nós somos pobres e precisamos de tudo isto principalmente de terra e um posto." (O São Paulo — 27/2 a 5/3/81)

Índios Tingui ignorados pela FUNAI

Até agora a FUNAI "ainda nada apurou oficialmente sobre este grupo Tingui-Kariri"; a afirmativa é do assessor de imprensa do órgão, Odil Telles, referindo-se ao grupo recentemente identificado no Município de Feira Grande, ao sul de Alagoas.

Disse o assessor de imprensa que "se for considerado o relatório do professor, há desconfiança, isto porque já apareceram inclusive índios louros. Ser índio hoje em dia no Brasil é muito vantajoso, é um grande negócio". Apesar disso, informou, informou Odil Telles, "A FUNAI vai fazer um estudo minucioso através da sua delegacia regional de Recife".

Para a antropóloga Manuela Carneiro, da UNICAMP, o fato da FUNAI estar negando a existência desses índios é uma maneira de discriminá-los. Disse que "a questão de ser ou não ser índio não depende da miscigenação: depende da consciência de continuidade histórica da comunidade". (FT — 3/3/81)

Índios vão a Brasília se FUNAI não cumprir promessa

Os cem remanescentes da tribo Tingui-Kariri-Botó, voltarão a Brasília no início de novembro, caso até o final de outubro a FUNAI não cumpra sua promessa de enviar um delegado a fim de constatar a identidade indígena do grupo, que os dirigentes regionais da FUNAI no Recife se recusam a reconhecer.

O anúncio foi feito pelo cacique Adalberto Ferreira da Silva, que esteve recentemente em Brasília com alguns dos inte-

grantes da tribo, todos vestidos de índios, a fim de convencer a FUNAI de sua identidade. (FSP — 18/10/81) (Ver seção "Emancipação e Critérios de Indianidade").

Truká

Índios ameaçados de morte pedem proteção à FUNAI

Um grupo de índios Truká que residem na ilha de Assunção (a 8 km de Cabrobó), solicitou, ontem, à 3ª Delegacia da FUNAI, proteção para as famílias indígenas, ameaçadas de morte por parentes do fazendeiro Pedro Gomes de Sá, morto em um tiroteio ocorrido no cemitério de Assunção, no dia de Finados. Nesse incidente, além de Pedro Gomes e dois sobrinhos, morreu o índio Antônio Bingó e mais dois outros ficaram feridos.

Em entrevista que tiveram com o delegado da FUNAI, os índios Truká exigiram que o órgão demarcasse — "o mais urgente possível" — as terras pertencentes à comunidade indígena, e que instalasse um posto na ilha de Assunção. Eles advertiram também que novos conflitos sangrentos poderão ocorrer, caso a FUNAI não tome providências imediatas. A índia Maria Júlia, filha de Antonio Bingó, contou que seu pai, juntamente com alguns familiares, tinha ido ao cemitério de Assunção orar pelos parentes mortos, quando sobrinhos do fazendeiro Pedro Gomes de Sá o mataram a sangue frio. Para se defender, um dos seus irmãos, que saiu ferido do tiroteio, também começou a atirar. Entretanto, ela assegura que os tiros que mataram Pedro Gomes de Sá e seus dois sobrinhos foram disparados por amigos das vítimas que lhes davam cobertura, dentro do cemitério.

Ela explicou ainda que a família de Pedro Gomes de Sá é conhecida na região como "desordeira" e, por ser rica, comete as maiores arbitrariedades, sempre com a proteção da Justiça e da Polícia. (Diário de Pernambuco — 7/11/81)

CIMI conta morte de fazendeiro

O CIMI esclareceu ontem que o fazendeiro Pedro Gomes de Sá e seus dois sobrinhos mortos, juntamente com o índio Antônio Bingó, no cemitério da ilha de Assunção, não foram vítimas dos índios Truká, mas dos próprios pistoleiros que davam cobertura ao fazendeiro na emboscada ao único índio morto. Em nota distribuída ontem, o CIMI reproduziu informações da índia Maria Júlia, filha de Antonio Bingó, que foi primeiramente assassinado pelo fazendeiro e os dois sobrinhos, no cemitério onde rezava pelos mortos no dia 2 de novembro. (JB — 15/11/81)

Tupiniquim e Guarani

Documento indígena faz acusações

Os índios Tupiniquim e Guarani, que vivem no Espírito Santo, não estão dispostos a aceitar pacificamente a intenção da empresa Aracruz Florestal de reduzir a área da reserva de Caieiras Velhas em 800 ha, a exemplo do que já foi feito com a área de reserva de Pau-Brasil, reduzida de 1.500 para 900 hectares.

Essa advertência consta do documento final do encontro que representantes de cinco tribos indígenas de Minas, Espírito Santo e Bahia fizeram em Teófilo Otoni, no último fim de semana, com apoio do Grupo de Estudos da Questão Indígena e da Regional Leste II da CNBB. No documento, divulgado ontem em Belo Horizonte, Minas Gerais, os índios detalham problemas de cada tribo e se afirmam "cada vez mais críticos com relação à FUNAI", concluindo que, "desta maneira, é melhor que ela não exista". (ESP — 21/1/81)

Os Tupiniquim fazem acordo com Aracruz

Conforme negociações mantidas entre o cacique José Size-

nando, a diretoria da Aracruz Celulose e a FUNAI, os Tupiniquim aceitaram abrir mão de 700 ha dos 2.700 de sua reserva prevista, recebendo em troca barcos pesqueiros, redes, frigoríficos, sementes, merenda escolar gratuita, escola e posto de saúde, dentro de um programa comunitário que será supervisionado pela FUNAI. (O Dia — 22/1/81)

Os Guarani não aceitam acordo

O representante do CIMI — Espírito Santo, Fábio Vilas, foi preso ontem por agentes da Polícia Federal em Santa Cruz, a 80 quilômetros de Vitória, depois de se recusar a abandonar a reserva habitada por 80 Guarani, ao lado do rio Perequê-Açu. Funcionários da FUNAI começaram a demarcar a reserva pela manhã, sob protesto dos índios Guarani, que alegam ser sua dimensão inferior à área originalmente traçada pelo órgão, conforme a Portaria nº 609, de novembro de 1980. Armados de facões e foices, os Guarani chegaram a impedir a entrada na área dos funcionários da FUNAI. O bispo de Teófilo Otoni, denunciou que a demarcação das terras dos índios Guarani e Tupiniquim está sendo feita pela FUNAI de acordo com o que pretendia a Aracruz Celulose, reduzindo sensivelmente a área que pertence aos índios. (ESP — 14/5/81)

"Guarani não tem direito à Terra", diz a FUNAI

A FUNAI divulgou nota informando que a reserva de Caieiras Velhas (ES), que vem sendo demarcada atualmente, pertence aos índios Tupiniquim e não aos Guarani, "visto que estes últimos são nômades e estão somente de passagem pela área, não tendo direito sobre as terras". Uma área da reserva seria destinada aos Guarani, caso os Tupiniquim concordassem com sua permanência nas terras, acrescentou a FUNAI. O CIMI disse que a FUNAI está tentando indispor os Tupiniquim contra os Guarani. (Diário do Paraná — 16/5/81)

Bispo denuncia a FUNAI

O bispo de Goiás Velho e vice-presidente do CIMI, Dom Tomás Balduino, denunciou ontem em Vitória, onde se realiza uma reunião nacional da entidade, que a FUNAI vem adotando estratégias para "conflitar tribos indígenas e facilitar o trabalho de expropriação de terras por parte de empresas, como a Aracruz Celulose". (Tribuna da Imprensa — 22/5/81)

Ameaças do coronel e acordo dos Tupiniquim

Depois de distribuir ontem Cr\$ 20 mil a cada um dos 50 chefes de família de Caieiras Velhas, aldeia Tupiniquim a 70 quilômetros de Vitória, o coronel presidente da FUNAI negou que parte da reserva tenha sido cedida à Aracruz Celulose como parte de um acordo. "Na verdade" — disse — "o que houve foi uma cessão de terras por parte da Aracruz. Esses índios apresentaram documento que caducou no final do século passado. Além de doar terras, ela resolveu dar um auxílio aos índios para melhorar seu padrão de vida e mostrar sua liberalidade". O coronel, que permaneceu na aldeia apenas o tempo necessário para entregar pessoalmente o dinheiro, ainda ameaçou: "Já ganharam terras, estão com esse dinheiro e têm o apoio da FUNAI. Não quero mais ver vocês envolvidos com o pessoal do CIMI. Eles só querem atrasar a vida de vocês. Eu já botei um deles na cadeia e vou mandar vocês para lá também, se não pararem com agitações". Discordando dos historiadores, que sempre localizaram os Tupiniquim, desde a colonização portuguesa, na região Norte da antiga capitania do Espírito Santo, o coronel defendeu a tese de que "os Tupiniquim nunca foram habitantes daqui, e por isso não podem reivindicar terras". Porém, o cacique José Sizenando, chefe de um dos três grupos Tupiniquim da região, além de afirmar que "o coronel está mal-informado"

a respeito da origem da tribo, desmentiu-o afirmando que cedeu parte da reserva de Caieiras Velhas "para acabar de uma vez por todas com os atritos que há anos a gente vem tendo com a Aracruz Celulose". (ESP — 6/6/81)

CIMI desmente coronel da FUNAI sobre Aracruz

O CIMI distribuiu nota ontem, em Brasília, desmentindo as afirmações do presidente da FUNAI, sobre a doação de terras por parte da multinacional Aracruz Celulose aos índios Tupiniquim e Guarani de Caieiras Velhas, no Espírito Santo. Nobre da Veiga declarou na semana passada que a Aracruz cedeu terras aos índios e que eles nunca foram habitantes daquela região, e, por isso, não podem reivindicar terras. Segundo o CIMI, esta declaração é falsa, pois os índios ocupam estas terras desde 1610 e, em 1940, o governo do Espírito Santo fez uma concessão de 10 mil hectares para a Companhia de Ferro e Aço, que mais tarde foi negociada com a Aracruz, que também ocupou os 30 hectares restantes da área indígena. O CIMI diz, ainda, que em maio do ano passado o coronel visitou sigilosamente, dentro de um carro da Aracruz, a aldeia de Caieiras Velhas, sem se entrevistar com os índios. No dia 12 de maio deste ano, a FUNAI iniciou a demarcação das terras, reduzindo de 1.500 hectares para 400 a de Pau-Brasil. Com isso, os índios perderam dois mil hectares dos 4.200 compreendidos pelas duas aldeias. (ESP — 9/6/81)

Posseiros fazem manifestação na Câmara de Aracruz

30 famílias de posseiros, ameaçados de expulsão da reserva indígena de Caieiras Velhas, estiveram reunidos com vereadores na Câmara de Aracruz para denunciar os índios Tupiniquim que, sob orientação da FUNAI estariam invadindo propriedades e ameaçando os moradores. Em pedido dirigido ao Ministro do Interior à FUNAI e ao Governo do Estado (ES) o prefeito pede que os posseiros sejam indenizados. (Gazeta de Vitória — 10/10/81)

Cacique denuncia vereador

O cacique Tupiniquim José Sizenando disse que as acusações do Vereador de Aracruz são mentirosas, que os índios não estão invadindo "propriedades", e que se houver algum atrito entre índios e posseiros o responsável será o vereador que está incitando os últimos a reagirem. Por outro lado o representante da FUNAI na área, Oduvaldo Mota, confirmou que a FUNAI vai indenizar os posseiros que deverão sair da reserva. (Gazeta de Vitória — 15/10/81)

Tuxá

Índio desaparecido

A FUNAI entrou em contato com a polícia e acionou a sua assessoria jurídica em Brasília para descobrir o paradeiro do índio José Nabor Tuxá, que se encontra desaparecido desde o último dia 20 de março. O desaparecido fazia parte do grupo de índios estudantes que se hospedava na Casa do Ceará. O pai de Nabor está em Brasília e quer saber onde se encontra o filho. O rapaz trabalhava para a CAESB, na Granja do Torto e havia voltado de férias. (O Povo — 8/5/81)

Índio pede proteção a advogados

O índio Marcos Terena, presidente da UNI, denunciou, ontem, à Comissão dos Direitos Humanos da OAB-DF, o "desinteresse da FUNAI na apuração do desaparecimento do segundo índio em Brasília" que vivia sob a tutela daquela fundação. Terena comentou ainda que a FUNAI não se dignou a designar uma pessoa para acompanhamento de qualquer providência. Por esta negligência, os demais índios

que residem em Brasília — na Casa do Ceará — estão temerosos de terem o mesmo destino.”

Marcos Terena pediu à OAB-DF para designar um representante com a finalidade de acompanhar o caso, informando ainda que a Secretaria de Segurança do DF achou uma ossada humana, em Taguatinga, que foi identificada como restos mortais de José Nahor Araujo Cruz, o índio desaparecido. Ele estudava no GISNO — Ginásio da Asa Norte, trabalhava na CAESB e desapareceu entre os dias 19 e 20 do mês de maio. (Correio Braziliense — 26/6/81)

Xocó

Em Sergipe, fazenderio proíbe índios de acesso a estradas
Os índios Xocó, que habitam a ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe, estão revoltados e exigindo providências das autoridades porque foram proibidos pelos proprietários de uma fazenda, de utilizar uma estrada que lhes dá acesso mais fácil às povoações vizinhas.

A CPI-SP recebeu a denúncia dos Xocó e informou que hoje o delegado da região vai tentar solucionar o problema diretamente com o prefeito de Propriá.

Os índios já tentaram, sem sucesso, obter autorização para o uso da estrada recorrendo ao secretário do governador Augusto Franco, ao juiz de Direito, ao prefeito e até ao delegado. Para os Xocó a situação fica difícil porque o prefeito de Propriá pertence à família Brito, proprietária da Fazenda Caiçara e em litígio com os índios há muitos anos. Os donos da fazenda alegam que a estrada também é de sua propriedade, mas a CPI-SP garante que ela foi construída antes da chegada da família Brito à região. Ainda segundo a Comissão, existe documentação que prova a posse da Ilha por parte dos Xocó, desde fins do século 17. (FSP — 10/2/81)

Índios são atacados e a FUNAI se omite

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município sergipano de Porto da Folha, Manoel Rodrigues de Oliveira, denunciou ontem, em Aracaju, que há cerca de 15 dias foram feitos vários disparos de arma de fogo em direção à Ilha de São Pedro, localizada no Rio São Francisco, em Sergipe.

Manoel Oliveira disse que os disparos partiram do matagal existente na margem sergipana do São Francisco e foram feitos para o alto, sem ferir ninguém. (Tribuna da Imprensa — 27/2/81)

Estilingues × pistoleiros armados

Desconfiado, pensando muito antes de falar, o índio Xocó Paulo Acácio dos Santos, um dos 225 da tribo que ocupa a ilha de São Pedro, em Sergipe, disse ontem à tarde, durante a reunião das CEBs, em Itaici (SP), que a disputa por terra em sua região está levando os índios a enfrentar pistoleiros armados, “com rudimentares estilingues, utilizados para a caça de pássaros”. A tribo Xocó integra a CEB da Diocese de Propriá, e “a partir da conscientização dos nossos direitos”, passou a reivindicar a posse de uma vasta área, atualmente da família João Brito, doada aos índios por D. Pedro. “A FUNAI”, afirma Paulo Acácio, um dos líderes da CEB local, “reconhece que a área é nossa, mas o governo só nos deu de volta uma pequena gleba de 319 tarefas”, o equivalente a 98 hectares. (ESP — 24/4/81)

Ameaça a Xocó denunciada em Sergipe

O chefe das famílias sergipanas descendentes da tribo Xocó, Paulo Acácio, denunciou ontem, em Aracaju, que o antigo cemitério dos índios poderá ser destruído por tratores que estão preparando o solo para plantio na área em que ele está localizado, na região do Baixo São Francisco. Durante a

mesa-redonda realizada como parte da Semana de Estudos sobre o Índio do Nordeste, promovida pela Universidade Federal de Sergipe, a Prof.^a Beatriz Góis, presidente da Comissão Pró-Índio de Sergipe, lembrou que a destruição do cemitério Xocó representaria sério atentado à preservação cultural do grupo indígena, que ainda não foi reconhecido oficialmente pela FUNAI.

O cemitério fica na fazenda Belém, de propriedade da família Brito, com quem os índios Xocó disputaram a posse da Ilha de São Pedro, do rio São Francisco, até a questão ser resolvida pelo governador Augusto Franco, que em 1979 desapropriou as terras pagando Cr\$ 2,4 milhões aos Brito e garantindo a permanência dos caboclos na área. (ESP — 31/10/81)

Xukuru

Projeto da FUNAI para os índios

A FUNAI vai implantar um projeto de desenvolvimento econômico na comunidade indígena dos Xukuru, que vivem no município de Pesqueira (PE). O projeto, com recursos de um milhão e setecentos mil cruzeiros, destina-se à produção de milho, feijão, tomate, pimentão e hortaliças, informou ontem a assessoria de imprensa do órgão tutor.

Segundo previsões da FUNAI, os 100 ha. das lavouras mistas de milho e feijão devem produzir cerca de 1.500 sacas de milho e 1.200 de feijão. A produção de hortaliças, informa ainda a FUNAI, será comercializada entre janeiro e maio do próximo ano. (FSP — 10/12/81)

Xukuru-Kariri

Xucuru impedem ocupação de terras

Dois técnicos da FUNAI, um topógrafo e outro engenheiro, estão em Palmeira dos Índios — 157 km da capital, demarcando as terras dos índios Xucuru-Kariri, que as ocuparam em dezembro de 1979 depois de saberem que a Prefeitura do Município iria vendê-las para construir a sede da sua universidade autônoma. Até hoje cerca de 800 índios se revezam em vigília para impedirem a ocupação das terras.

Conhecida como Cafurna, a fazenda tem cerca de 200 ha avaliados pelo Cacique Antonio Celestino em Cr\$ 3 milhões. O prefeito Enéas Simplicio (PDS) não quer confusão com os índios, mas exibindo uma escritura de 1922 deseja vender as terras. Os Xukuru contestam a escritura e mostram outra do século passado.

As terras servem de cemitério para os índios e o cacique sustenta que seu valor é incalculável, porque lá estão enterrados seus antepassados, e, também, existe a área sagrada onde cantam e dançam em louvor aos mortos. (Jornal de Santa Catarina — 15/1/81)

FUNAI regulariza terra dos Xukuru-Kariri em Alagoas

A FUNAI regularizou, através de escritura, a área denominada Mata da Cafurna, em Palmeira dos Índios (AL), destinada aos índios Xukuru-Kariri. Segundo a assessoria de imprensa do MINTER, essa área tem 117 ha e vem sendo reclamada há 200 anos pelos indígenas. (FT — 28/2/81)

Índios comemoram em praça pública retomada de terra

Todas as tribos indígenas de Alagoas irão participar neste sábado, da festa dos índios Xukuru-Kariri, na cidade de Palmeira dos Índios, a 140 km de Maceió. A comemoração é pela vitória da demarcação das terras da Fazenda Cafurna, após 170 anos de lutas. A informação foi dada pelo antropólogo Clóvis Antunes, coordenador da Comissão Pró-Índio de Alagoas, da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos. (O Dia — 27/3/81)

Questionada a liderança do cacique

A FUNAI informou que apesar da ocorrência de brigas dentro da comunidade Xukuru-Kariri em consequência de disputa interna de liderança e, embora já esteja acompanhando o problema, o órgão está interferindo diretamente. O esclarecimento foi prestado pelo chefe da 3ª Delegacia da FUNAI, com sede em Pernambuco, Leonardo Reis, que já realizou duas reuniões na comunidade conseguindo acalmar os índios.

Segundo Leonardo Reis, os Xukuru-Kariri acusam o cacique Manoel Celestino de utilizar as verbas destinadas à comunidade para viajar a Brasília. Esta suspeita dividiu o grupo e passou a interferir inclusive no desenvolvimento dos projetos elaborados pela FUNAI para a área. O problema foi amenizado com a doação pela fundação de 117 ha de terras na Mata da Cafurna há cerca de um mês aos Xukuru-Kariri, quando houve uma segunda reunião entre Leonardo e os índios. Na ocasião, a comunidade decidiu dar mais uma chance ao cacique e os trabalhos da FUNAI na área estão sendo retomados. (ESP — 23/4/81)

Cacique afastado por criticar FUNAI

O Conselho Tribal dos Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, destituiu ontem seu cacique, Manoel Celestino, por ter acusado "em nome da tribo, o delegado e todos os funcionários da FUNAI de ladrões". A destituição do cacique foi decidida sob pressão do pajé Miguel Celestino da Silva e do vice-cacique Paulo Jorge, que disseram reconhecer na FUNAI "um órgão que promove medidas que vão de encontro aos interesses de muitas tribos indígenas". (O Globo — 2/7/81)

FUNAI conclui regularização da área Xukuru-Kariri

A FUNAI concluiu, ontem, os trabalhos de regularização da área indígena Mata da Cafurna, habitada pelos índios Xukuru-Kariri, esta é a primeira e única área indígena até o momento, efetivamente regularizada, após cumpridas todas as fases técnico-administrativas inerentes ao processo global de organização fundiária. A área da Mata da Cafurna com uma superfície de 117 hectares e 60 ares, foi doada à comunidade indígena Xukuru-Kariri pela municipalidade de Palmeira dos Índios, conforme lei de 21 de agosto de 1980, passando a integrar as terras de domínio pleno dos índios, de acordo com o Estatuto do Índio. (Jornal do Commercio — 2/8/81)

Cacique deposto retorna ao poder pelo plebiscito

Um plebiscito impôs a vontade da maioria entre os índios Xukuru-Kariri, e devolveu o poder, com autoridade reforçada, ao cacique Manoel Celestino. Há dois meses, ele havia sido vítima de um golpe aplicado por três membros do Conselho Tribal, liderados pelo pajé Miguel Celestino, tio do tuxaua.

Reempossado em clima de festa, mas sem ter ainda superado a crise com o pajé, Manoel Celestino denuncia "manobras externas" para destruí-lo e acusa o chefe do posto local da FUNAI. Para ele, houve reação à sua posição em defesa dos índios e à liberdade que concedeu a universitários ligados ao PMDB para transitarem pela Aldeia. (JB — 21/8/81)

Cacique repele ação golpista

Depois de rechaçar o golpe de Estado com um plebiscito, o cacique dos Xukuru-Kariri, em Alagoas, Manoel Celestino, vem recusando o acordo que os golpistas, liderados pelo pajé, estão propondo para criação da função de vice-cacique. A proposta, para Celestino, é absurda, "pois não existe essa função entre índios", e também porque ele vê nisso uma nova ação golpista. Desde quando aliou-se a movimentos políticos de oposição — Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos —

o cacique Manoel Celestino vem sofrendo uma forte campanha, que visa incompatibilizá-lo com a tribo, instalada no Município de Palmeira dos Índios, a 137 km de Maceió. As pressões cresceram depois que comandou a invasão das terras da fazenda Cafurna, que a Prefeitura queria vender, para assegurar a posse dos Xukuru. (JB — 9/9/81)

Xukuru-Kariri vão falar por "orelhão"

Os Xukuru-Kariri serão os primeiros índios do País a contar com um serviço de telefone a partir do mês de janeiro de 82. Atendendo pedido feito pelo cacique Manoel Celestino da Silva, a Telecomunicações de Alagoas — TELASA — já está providenciando a instalação naquela comunidade que conta com cerca de 600 pessoas de um posto telefônico, que, apesar de ser do estilo "orelhão, também poderá receber ligações". (Notícias Populares — 2/11/81)

Wassu

Os Wassu em pé de guerra contra ameaças

Os Wassu, que habitam a Fazenda Cocau, estão ameaçados de ter suas terras invadidas a qualquer momento por posseiros. A localidade dista aproximadamente 100 km de Maceió, e segundo o cacique José Manuel de Souza, a eles foi doada por D. Pedro II, através do capitão Salazar.

A doação, segundo explicou, foi uma recompensa pela bravura de guerreiros da tribo que foram lutar na Guerra do Paraguai. Outrora as terras eram bem maiores, conforme explicou o líder indígena, mas "foram tomando por todos os lados, acochando a gente agora querem nos tirar de vez. Mas para onde é que a gente vai, se sair daqui?".

Ontem de manhã, quando souberam da intenção dos posseiros de invadir suas terras, derrubaram a única ponte que dava acesso a elas, formada de meia dúzia de toras de madeira, de grande largura. Ainda bem cedo, conforme denunciou o cacique, três caminhões chegaram até o local, "mas quando viram que a gente estava disposto a defender de toda maneira a terra, eles voltaram". (Gazeta de Alagoas — 21/4/81)

Jaca e rato alimentam índios

— "Os homens tão com vergonha de contar, mas eu vou dizer, seu moço: a gente tá passando fome, num tem cumida nenhuma... Sabe o que é que a gente tá comendo? Jaca cozinhada, calango, gabiru, rato e miolo de dendê." O desafo é de Joelita Francisca na presença do Cacique e demais irmãos da tribo que falavam da situação em que se encontram. (Gazeta de Alagoas — 21/4/81)

Entrincheirados, índios Wassu repelem invasores de terras

Armados de rifles, escopetas e facões, cerca de 100 índios Wassu, dos quase mil que vivem ao norte de Alagoas, esperam entrincheirados fazendeiros e capangas que anunciaram a invasão de suas terras. Eles destruíram a ponte de madeira para obrigar os invasores a entrar a pé na aldeia, que fica a 100 km da capital, no município de Joaquim Gomes.

Os índios descendem dos Caeté e ganharam seis léguas de terras de D. Pedro II. Da área só restam 80 ha, grande parte impraticável para a lavoura, porque os fazendeiros, plantadores de cana-de-açúcar, começaram a tomar suas terras. Os índios acusam o fazendeiro Amaro Galdino de chefiar os capangas que ameaçam invadir as terras da fazenda. O cacique José Manuel de Souza disse, claramente, que agora a tribo está consciente das maldades que os fazendeiros fazem e vão brigar pela posse da terra. Da parte dos fazendeiros houve um recuo quando o caso passou a ser comentado pela imprensa. (O Liberal — 22/4/81)

FUNAI apura violência contra índios Wassu

A FUNAI pediu o envio de agentes federais ao município alagoano de Joaquim Gomes a fim de apurar denúncias contra fazendeiros que estariam invadindo as terras dos índios Wassu e praticando violências. O presidente da FUNAI, Nobre da Veiga, informou que a área habitada pelos remanescentes Wassu está sendo estudada por técnicos, objetivando o reconhecimento daquele grupo e a regularização de suas terras. (Última Hora — 25/4/81)

Polícia desarma índios que temiam ataque de fazendeiros

A polícia desarmou os índios Wassu, entrincheirados há oito dias para uma guerra com fazendeiros e jagunços, que queriam invadir suas terras, no Município de Joaquim Gomes, a 86 km de Maceió. Diante da promessa dos policiais de que não haveria invasão, os 100 índios mobilizados para a guerra entregaram suas espingardas, foices e escopetas. Os Wassu destruíram a ponte que leva à aldeia para obrigar os fazendeiros e jagunços a irem a pé até suas tocaias. Estrategicamente espalhados no mato e às margens da estrada, os índios só permitiam o acesso de membros da CEB que atua em Joaquim Gomes e da imprensa. Localizados em 1968, os Wassu ainda lutam para que a FUNAI demarque suas terras, calculadas, inicialmente, em 6 quilômetros quadrados. Vivendo em completa miséria, a maioria dos Wassu está empregada no corte da cana, em fazendas vizinhas, muitas das quais, de acordo com a versão do cacique José Manuel, tomadas da própria tribo. (JB — 25/4/81)

Prefeito vê agitação em revolta de índios

O prefeito de Joaquim Gomes, a 86 km da capital, Genderaldo Cicero dos Santos (PDS), denunciou a presença de agitadores entre os índios Wassu, que se armaram para enfrentar fazendeiros da região, e individualmente identificou um dos membros das comunidades de base da igreja que atua no município.

Negou estar havendo "grilagem" nas terras pertencentes aos Wassu, que foram desarmados, esta semana, pela polícia, após passarem oito dias entrincheirados. (Gazeta de Vitória — 26/4/81)

Reserva Wassu de novo invadida por brancos

A reserva dos Wassu voltou a ser invadida pelos posseiros brancos, que estão plantando cana-de-açúcar em suas terras e ameaçando as famílias de despejo.

O local mais atingido pela ação do posseiro Amaro Batista é o Sítio Pedrinhas, onde residem mais de dez famílias, todos descendentes da tribo Wassu, onde plantam o feijão, mandioca, milho, banana, inhame e conservam uma casa-de-farinha, vendendo seus produtos nas feiras livres das cidades próximas. A cana plantada pelos índios serve para o consumo deles próprios, enquanto a área invadida pelo posseiro é vendida a usinas de açúcar. (Gazeta de Alagoas — 22/9/81)

REGIÃO V: Sul

A região Sul do país conta com populações indígenas bastante numerosas e que mantêm estreita relação com a população regional da área, que se apresenta como uma região de colonização consolidada. As frentes de colonização alcançaram as últimas áreas onde os índios viviam em relativo isolamento, no início deste século. A essa população original vieram se somar contingentes populacionais (principalmente Guarani) vindos do sul do MS e que já tinham um contato mais antigo com as populações brasileiras. No MS, exíguas reservas abrigam grandes contingentes populacionais (como no caso dos Terena e Guarani) obrigando os grupos, como solução de sobrevivência, a entrarem numa economia de mercado, tanto na escolha do que e como plantar, como procurando emprego nas cidades. A FUNAI tenta nessa área, Sul e MS, implantar o modelo de lavouras mecanizadas voltadas para a produção de gêneros exportáveis, conforme o perfil agrário regional. O caráter empresarial desses "Projetos de Desenvolvimento Comunitário", a que se destinam enormes recursos, acabou por criar um modelo autoritário e desenvolvimentista, que trouxe no seu bojo a imposição de numerosas lideranças indígenas nas áreas por eles afetadas. Paralelamente, continua a luta, agora travada a nível jurídico e por iniciativa dos próprios índios, contra a retirada clandestina de madeira e a expropriação institucional das reservas feitas no final da década de 40 pelo então governador Moisés Lupion. Mas, enquanto numerosos grupos indígenas travam verdadeira luta nos tribunais, suportando juntamente com suas lideranças o peso da repressão feita a partir da articulação dos interesses antiindígenas, outros grupos, como os Kadiweu, ainda não conseguiram se impor, não só frente a essa articulação de interesses (expressa por verdadeiras associações de grileiros) mas junto ao órgão tutor (FUNAI), que arrendou as terras que ocupam e que lhes foram reservadas, desde a participação da tribo na Guerra do Paraguai.

Guarani

Morre "Paraguaio", líder Guarani

Depois de três meses em estado de coma, morreu na noite do dia 30, "Paraguaio", líder Guarani da aldeia de Mangueirinha, no sudoeste paranaense. Foi internado em consequência de ferimentos recebidos em acidente automobilístico ocorrido em setembro do ano passado. As causas do acidente, muito parecido ao acidente em que perdeu a vida o líder Kaingang da mesma reserva de Mangueirinha, Angelo Cretã, até hoje não foram esclarecidas. As investigações foram acompanhadas por um assessor direto do ministro do Interior, Mário Andreazza. Ontem, na reserva, a situação era tensa. Há mais de vinte anos os Kaingang e Guarani lutam para reaver quase 19 mil hectares de terras, explorados pela madeireira Slaviero e Filhos. (O Globo — 2/1/81)

FUNAI libera verba para Guarani

A FUNAI liberou Cr\$ 2 milhões e 930 mil aos 350 índios Kaingang e Guarani que estão sob a jurisdição do Posto Indígena Cacique Doble, no Rio Grande do Sul. O dinheiro será aplicado na ampliação das áreas de cultivo do trigo, milho, soja, arroz e feijão e também para a construção de armazém e barracão para as máquinas. O objetivo do projeto é oferecer à população indígena "melhores condições de vida e a efetiva posse e exploração de suas terras". (Zero Hora — 9/1/81)

Mais apoio às roças Guarani

Os índios Kaiowá-Guarani que vivem nas aldeias de Sanga-Puitam, Bacajá, Savera e Caatim, sob a jurisdição do Posto Indígena Caarapó, no município de mesmo nome no Mato

Grosso do Sul, receberam cerca de 950 mil cruzeiros que serão utilizados em projeto agrícola ali implantado, a pedido da comunidade, pela FUNAI. Os recursos se destinam à plantação de 90 hectares de terras, além de financiar o funcionamento de uma cantina reembolsável que deverá fornecer aos quase 1.300 indivíduos da reserva, os gêneros e produtos de necessidade a serem pagos depois da colheita. (Folha de Goiás — 30/1/81)

Índios de Dourados obtêm boa produção agrícola

A produção agrícola da reserva indígena de Dourados atingirá nesta safra 15.000 sacas de grãos na melhor colheita já realizada desde que a FUNAI implantou um plano de aproveitamento de 3.500 hectares onde estão assentados os grupos Terena e Kaiowá-Guarani. Atualmente 280 famílias estão trabalhando nas lavouras da reserva, em lotes individuais que variam de cinco a sete hectares. Segundo o chefe de posto da FUNAI, Vandelino Bravim, algumas famílias já possuem até televisão a cores, sendo que apenas os da tribo Kaiowá ainda praticam a lavoura de subsistência. O Posto Indígena de Dourados desmentiu informações segundo as quais os índios da reserva estariam proibidos de realizarem cultos na reserva. "Por enquanto, somente a Missão Evangélica Kaiowa (Igreja Presbiteriana) tem autorização da FUNAI para atuar na área", devendo os índios simpatizantes de outras religiões,



Ameaçados de perder suas terras, resta aos Guarani de Ocoí apelar aos seus deuses. (foto Luis Carlos Murauskas/FSP)



Uma das famílias Guarani que será despejada de Ocoí. (foto Luiz Carlos Murauskas/FSP)

se deslocarem para as cidades mais próximas para participarem de cultos. (Correio do Estado — 26/2/81)

Mais um projeto agrícola para os Guarani

Aproximadamente 1.500 índios Kaiowá-Guarani, sob a jurisdição do Posto Indígena Amambá, no município do mesmo nome (MS), estão sendo mobilizados em projeto agrícola solicitado pela comunidade e aprovado pela FUNAI. Serão aplicados recursos da ordem de 1,5 milhão de cruzeiros. O projeto visa o aproveitamento das terras da reserva através de lavouras familiares e comunitárias, não só prosseguindo nos trabalhos já em andamento na aldeia Rancho do Jacaré (Mate Laranjeira) e em torno da sede do Posto, como ainda, iniciando as atividades agrícolas na aldeia Limão Verde, como pretendem há algum tempo os indígenas ali radicados. (O Fluminense — 21/3/81)

Índios vão exigir área à Itaipu

Três índios Guarani, representando 13 famílias de Barra do Ocoí que terão suas terras alagadas no próximo ano pelo reservatório da hidrelétrica de Itaipu, no Oeste do Paraná, reuniram-se ontem, em Curitiba, com o delegado regional da FUNAI, reivindicando respeito pelos seus direitos. Da reunião participaram ainda a ANAI, CIMI e Comissão Justiça e Paz, que apresentaram por escrito um relatório da situação. Os índios explicaram ao delegado da FUNAI que desejavam outras terras em troca da área a ser inundada e rejeitaram de imediato a idéia de serem transferidos para alguma reserva. O índio Cecilo Gomes, de 27 anos, que disse desconhecer até agora a existência da FUNAI, argumentou que as reservas já não têm mais lugar para eles. Ele informou que todas as famílias de Barra do Ocoí, situada a dois quilômetros de Porto Irene, falam Guarani e são índios. "Meus pais nasceram e morreram naquela terra", lembrou. Segundo o CIMI, em 1979, a FUNAI transferiu algumas famílias de Ocoí para a reserva de Rio das Cobras, mas algumas retornaram à área e outras foram trabalhar em fazendas. Isto porque os Guarani de Rio das Cobras são do grupo Mbyá, e os de terra do Ocoí são do grupo Xiripá. Ainda segundo o relatório entregue à FUNAI, de acordo com recortes de jornais da época, o INCRA em 1976 desmatou a região e queimou as casas dos índios, demarcando uma área destinada ao Projeto Ocoí, onde foram morar os colonos que residiam no Parque Nacional do Iguaçu, desapropriado pelo INCRA. (ESP — 24/3/81)

Guarani próximos a Itaipu reivindicam terras

Uma comissão técnica da FUNAI chega hoje à Barra do Ocoí, região próxima a Itaipu, para elaborar um laudo antropológico sobre 13 famílias de lavradores que se dizem Guarani e que também terão suas terras alagadas pelo reservatório da futura hidrelétrica. Os índios querem reconhecimento oficial de sua origem para que possam ter respeitados seus direitos. Três Guarani de Barra do Ocoí estiveram há dois meses na 4ª Delegacia, em Curitiba, informando que, como índios, querem terras equivalentes à que perderão e se recusam a morar nas reservas já existentes, porque a terra é pouca. (ESP — 13/5/81)

Polícia Federal protege Guarani de Ocoí

A Polícia Federal do Paraná desde ontem está dando proteção às famílias Guarani ameaçadas de morte e expulsão de suas terras, calculadas em 1.500 hectares, que serão inundadas pela hidrelétrica de Itaipu. A informação foi dada ontem pelo Delegado Regional da FUNAI, Harry Telles, após receber documento assinado pela Comissão Justiça e Paz, CIMI e ANAI, relatando as denúncias de perseguições. Os índios, segundo as denúncias, estão sendo perseguidos desde há 4 meses, quando procuraram a FUNAI para reivin-

dicar seus direitos de indenização, uma vez que sua área será inundada. O paraguaio Nicola Fernandes pretende a expulsão dos índios do local porque se julga o único proprietário da área e, conseqüentemente, pretende ser indenizado pela totalidade da área. (O Liberal — 18/6/81)

Índios Guarani do Paraná não são índios para FUNAI

A Comissão Justiça e Paz do Paraná acusou ontem a FUNAI de estar tentando classificar como não-índias diversas famílias da tribo Guarani que terão suas terras alagadas pela barragem de Itaipu. Ontem, em Brasília, o advogado da Comissão, Wagner D'Angelis, discutiu o problema com a CNBB e com a direção da FUNAI, pois há suspeitas de que o laudo antropológico feito pelo órgão para identificar os índios Guarani tenha sido influenciado pelo paraguaio Nicolau Fernandes, que se diz cacique da tribo. A Comissão Justiça e Paz e outras entidades de apoio ao índio do Paraná realizaram um laudo antropológico paralelo e agora querem confrontá-lo com o da FUNAI, pois o trabalho realizado confere a identidade indígena a todas as 14 famílias Guarani que ocupam a área há mais de 100 anos. (ESP — 4/8/81) (Ver seção "Antropólogos").

Índios também reclamam de Itaipu

Além dos oito mil pequenos agricultores que estão sendo prejudicados com a indenização de suas terras a serem inundadas pela hidroelétrica de Itaipu, no Paraná, os índios Guarani que habitam a área a ser inundada por um lago de 1.400 km² entre o Brasil e o Paraguai também reclamam por uma mudança mais justa. Segundo a Regional Sul do CIMI, o delegado regional da FUNAI no Paraná, Tenente José Carlos Alves, e o coordenador do INCRA, Sr. José Guilherme, estão transferindo índios para o rio das Cobras, Município de Cascavel (PR), em flagrante atentado ao Estatuto do Índio, porque esta remoção só poderia ocorrer mediante decreto presidencial. Na margem esquerda do rio Paraná, no Município de Foz do Iguaçu, encontra-se um grupo Guarani composto de 19 famílias do grupo Nhandeva (Xiripá) que tradicionalmente habitam o lugar chamado Jacutinga, pouco abaixo da Foz do Ocoí. Há cerca de quatro anos, policiais fardados expulsaram diversas famílias guarani de suas terras, ateando fogo às casas. E, desde 1979, têm transferido outras famílias para rio das Cobras, mas ocorre que esta transferência nunca termina, porque os índios retornam para Ocoí, e quando a FUNAI vai buscar um novo grupo de famílias encontra diversos que já havia transferido anteriormente. (JB — 21/8/81)

Guarani (Paraná) perdem terra na Justiça

Em Brasília, o ministro do TFR José Cândido deferiu, ontem, o pedido de interdito proibitório feito pelos índios Guarani, que estão em litígio com a Slaviero e Filhos S/A Indústria e Comércio de Madeira, no Paraná. Os índios reivindicam a posse de uma área de 900 hectares, e são apoiados pela FUNAI. Os Guarani e Kaingang perderam essas terras localizadas nos municípios de Manguaçu e Chopinzinho em 1949, quando, através de um convênio, a área foi transferida para o domínio do Estado, que, por sua vez, a vendeu a terceiros. (ESP — 19/9/81)

FUNAI nega identidade de índio

O funcionário do DGO da FUNAI de Brasília, José Fagundes, negou a identidade indígena ao Guarani Simplicio da Silva, que vive na aldeia de Peruíbe, em São Paulo. A denúncia foi feita pelo próprio índio de 70 anos que se encontra em Brasília para receber a aposentadoria retida no INPS a partir de dezembro de 1979. O índio teme ser enquadrado dentro dos critérios de indianidade elaborado pelo órgão. Segundo Simplicio, o funcionário da FUNAI queria mandá-lo de volta

para Peruíbe "à força". Assim como Simplicio, os demais índios Guarani espalhados por São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná estão ameaçados de serem enquadrados nos critérios de indianidade. Até agora a FUNAI já aplicou os "critérios" aos Guarani de Ocoí, Paraná, devendo ainda aplicá-los a outras comunidades desse grupo que não tem terra definida, uma vez que seus integrantes estão espalhados e vivendo ao lado de outros grupos indígenas, como os Tupiniquim e Kaingang. (FSP — 8/10/81) (Ver seção "Emancipação e Critérios de Indianidade").

A Igreja cede terras a Guarani

Em São Paulo, a 45 quilômetros do centro da cidade, no bairro de Campo Limpo, 15 indígenas da tribo Guarani — quatro casais e sete crianças — habitam as terras da Igreja Católica há 15 anos. Eles ocupam uma pequena faixa de terra no terreno de 13 alqueires — 314.600 m² em alqueires paulistas — que a Arquidiocese de São Paulo recebeu como doação de dona Lúcia Maria da Conceição, no século passado, e ao qual, no último fim de semana, decidiu dar "destinação social" cedendo-o, em regime de comodato, a famílias de lavradores da periferia da cidade. Mas os indígenas não contam com qualquer ajuda, quer da FUNAI, Igreja Católica ou da comunidade em geral. A Cúria Metropolitana, que cuida da implantação do projeto de cessão do uso das terras, ainda não sabe o que fará com os indígenas. A preservação ou não da tribo nos terrenos da Igreja, diz o padre Adalberto Karan, "é o grande problema que teremos que estudar. Os índios foram para as terras, há 15 anos, numa situação de emergência e se acomodaram por lá. O problema está lá e precisa ser resolvido dentro dos limites do bom senso, olhando não só a parte das pessoas que necessitam de terras para trabalhar, mas também a situação dos índios. Para onde eles iriam?", pergunta o sacerdote. (FSP — 7/11/81)

FUNAI revê critério de indianidade aplicado aos Guarani de Ocoí

O presidente da FUNAI, coronel Paulo Moreira Leal, prometeu ontem que o Conselho Indigenista da FUNAI vai reavaliar os critérios de indianidade adotados pelo antropólogo Célio Horst para classificar os Guarani que vivem em Jacutinga (PR) como "não-índios". Os índios terão suas terras inundadas pela hidroelétrica de Itaipu e esperam uma indenização por parte da FUNAI. Ontem, um grupo de Guarani esteve com o coronel Leal em Brasília, acompanhados do presidente da Comissão Justiça e Paz do Paraná, Wagner Rocha D'Angelis. (ESP — 15/12/81) (Ver seção "Antropólogos").

Prometida solução aos Guarani de Ocoí

O presidente da FUNAI, coronel Leal, prometeu uma solução "pelo menos teórica" até dia 14 de janeiro para as seis famílias de Guarani de Ocoí que deverão deixar suas terras em quatro meses. A informação foi transmitida ontem, em Curitiba, pela Comissão de Justiça e Paz do Paraná, CIMI e ANAI ao Delegado Regional da FUNAI no Paraná, Harry Teles. As entidades de apoio ao índio estiveram em Brasília para entregar um documento ao coronel Leal que trazia algumas reivindicações da comunidade Guarani. Em primeiro lugar foi pedida uma revisão no laudo da FUNAI que apontou a existência de três famílias de não-indígenas no local. "Essa informação foi manipulada por um lavrador da área, Nicolau Fernandes, que tinha interesses nas terras", declarou o Guarani Fernando Martines, dirigente religioso da comunidade. Segundo Martines o antropólogo da FUNAI não manteve contato com as três famílias. O coronel Leal, que teve a oportunidade de comprovar pessoalmente que as pessoas apontadas como não-índias tinham todas as características de índios, comprometeu-se a pedir ao Conselho Indi-

genista da FUNAI uma revisão do laudo e incluir, na relação das famílias residentes na área, mais três famílias da tribo que se encontravam no Paraguai durante a realização do laudo e que foram expulsas da área por Nicolau Fernandes. A FUNAI prometeu verificar as possibilidades de reassentamento das seis famílias em alguma área do oeste paranaense (território tradicional dos Xiripá-Guarani), em alguma área próxima a Cascavel ou então na serra do Mar, pois os índios desejam ser transferidos para uma área que tenha "bastante mato". (ESP — 22/12/81)

Kadiweu

FUNAI arrenda terra dos índios

Dos 400 mil hectares doados pelo imperador D. Pedro II aos índios Kadiweu, em reconhecimento à sua participação na Guerra do Paraguai, existem atualmente pouco mais de 24 mil, denunciou, no plenário da Câmara, o deputado Antonio Carlos de Oliveira, que disse ter constatado, pessoalmente, que a FUNAI arrenda cerca de 300 mil ha a grandes latifundiários, sem que nenhum benefício seja revertidos aos índios.

"A FUNAI não permite o funcionamento de escolas porque a área é dos índios e, pelo mesmo motivo, não permite a entrada de brancos, embora não impeça a saída dos índios que, em contato com a civilização, vão, dia a dia, perdendo sua identidade e caminham celeremente para a extinção" — afirmou o deputado. (O Povo — 8/5/81)

Terras serão demarcadas

Equipes do Exército já estão na região da Serra da Bodoquena para iniciarem a demarcação dos 400 mil ha das terras dos Kadiweu, invadidas por centenas de posseiros e arrendatários há muitos anos. A informação é da coordenadoria geral da FUNAI em Campo Grande, acrescentando que nessa 1ª etapa dos trabalhos, apenas os levantamentos topográficos da área e também a implantação da infra-estrutura para as demarcações serão feitas. (Correio do Estado — 23/5/81)

FUNAI promete solucionar conflito

O delegado da FUNAI em Mato Grosso do Sul, Amaro Barbietas Ferreira, distribuirá nota à imprensa sobre os problemas entre os índios Kadiweu, funcionários do órgão e fazendeiros instalados na reserva da Bodoquena.

Os atritos são provocados pela demarcação da reserva por uma equipe de militares do DSGE, sob a supervisão de engenheiros da FUNAI. Alegando que 150 mil ha de suas propriedades estão sendo prejudicados, 30 fazendeiros pedirão à Justiça uma nova demarcação.

A demarcação inicial da reserva foi feita em 1903, estabelecendo uma área de aproximadamente 400 mil ha, limitadas pelos rios Paraguai, Aquidabã e pela Serra de Bodoquena. A partir de 1916 até 1948, o Governo do Estado do Mato Grosso distribuiu títulos de propriedade de terras naquela região, levando um grande número de fazendeiros a instalarem-se na reserva, também invadida por mais de 300 famílias de colonos. No ano passado, a delegacia da FUNAI em Mato Grosso do Sul contratou uma empresa de Goiânia para fazer uma nova demarcação, que não chegou a ser concluída, porque um grupo de fazendeiros apelou à Justiça e conseguiu paralisar os trabalhos.

E agora, com a atual demarcação, os 30 fazendeiros constituíram advogados e pretendem impetrar mandado de segurança, visando uma nova paralisação dos trabalhos de demarcação. Muitos deles, com títulos de propriedade doados pelo Estado de Mato Grosso há várias décadas, temem que após a homologação da demarcação pelo presidente da República não possam mais entrar com recursos judiciais.

A FUNAI pretende propor-lhes a permanência na área, mesmo que suas propriedades fiquem dentro da reserva. Será preciso, porém, solucionar o problema dos colonos e posseiros que não têm outro local para se instalar. (O Globo — 28/6/81)

Pró-Índio denuncia invasão da reserva Kadiweu

A CPI-SP denunciou ontem, através de nota à imprensa, que os índios Kadiweu estão confinados a uma pequena parcela da reserva Bodoquena, no Mato Grosso do Sul. Embora a reserva tenha mais de 400 mil hectares, "está quase totalmente tomada por 98 arrendatários e dez mil posseiros", segundo a nota. A Comissão informou que o Exército está realizando a quarta demarcação da área, com prazo de término dos trabalhos marcado para depois de amanhã. "Ao contrário da última demarcação, em 79, os arrendatários e proprietários limítrofes não estão impedindo os trabalhos. Os índios sabem, de conversas, que os fazendeiros não vão reagir agora, mas também não respeitarão a linha demarcatória do Exército", acrescenta a nota. "Há informações de que a FUNAI vai renovar os contratos de todos os arrendatários da área no final deste ano, o que o Estatuto do Índio proíbe. Para os pequenos invasores, não existe nenhum plano de reassentamento, muito pelo contrário, renovam-se promessas de políticos locais, no sentido de regularizar essas posses", conclui a nota. (FSP — 18/8/81)

Reserva será preservada, diz a FUNAI

A área da reserva dos índios Kadiweu, do Mato Grosso do Sul, não será alterada, apesar do descontentamento e das pressões de fazendeiros da região compreendida pelos municípios de Bodoquena, Miranda, Bonito e parte de Corumbá, que reivindicam para si a posse dessa área. Segundo o delegado da FUNAI no Estado, os fazendeiros têm todo o direito de reclamar, inclusive na Justiça. Mas as terras da reserva — disse ontem o delegado — são um patrimônio inalienável dos índios, que as receberam de dom Pedro II depois da Guerra do Paraguai; e já estão totalmente redemarcadas pelo Exército a pedido da Fundação. (FSP — 16/10/81)

Kaingang

Kaingang denuncia exploração de índios no PI Xapacó

O índio Kaingang Avelino Alípio Fongreh, ex-gerente de uma serraria que a FUNAI mantém no PI Xapacó, fez uma série de denúncias aos funcionários do órgão e ao cacique desta aldeia catarinense. Além de espancamentos de índios, o cacique José Domingos Paliano (escolhido pelos índios desde que o antigo chefe de posto, Franklin Mader, foi expulso pelos Kaingang) exige que os índios lhe paguem 10% do dinheiro obtido com a venda de sua produção agrícola. O dinheiro seria usado para a compra de remédios, prossegue o denunciante, que nunca aparecem. O que existe na aldeia, segundo Fongreh, é o atendimento médico da FUNAI que é "simplesmente horrível". Além disso o cacique já chegou a espancar o chefe de posto, Leônidas Ferreira Vale e usa a polícia indígena para prender e espancar os que discordam das suas ordens. Fongreh denunciou o cacique de destruir o patrimônio indígena "permitindo que a serraria instalada na sede do Posto extraia 290 dúzias de madeira de pinho e cerca de 100 metros cúbicos de madeira de lei, mensalmente, desrespeitando portaria do presidente da FUNAI que permite apenas o abate de madeira desvitalizada". A destruição de veículos do posto em festas e bebedeiras no meretrício também foi denunciada. Para finalizar, Fongreh, que vive em Xanxerê depois de ser expulso da aldeia, disse que o cacique mantém preso um índio nessa cidade, contrariando o Estatuto do Índio, que proíbe a prisão de índios em prisões comuns. As denúncias foram encaminhadas ao Delegado Regional da FUNAI em Curitiba, acompanhadas de um pedido

de destituição do cacique, do seu genro Adão Ferreira, do executor Isaltino Silvério e de seu irmão, o Auxiliar Administrativo João Silvério. (O Estado — 3/1/81)

Morte de "Paraguaio" cria tensão na reserva

A morte do líder Norberto Gabriel, o "Paraguaio", Guarani da reserva de Mangueirinha, poderá desencadear uma nova onda de animosidade entre os Guarani e Kaingang daquela reserva paranaense que há mais de trinta anos lutam para reaver as terras (sete mil hectares), que estão hoje nas mãos da firma Slaviero Comércio e Indústria. Paraguaio, como o líder Kaingang Angelo Cretã, morreu em acidente automobilístico em condições suspeitas. Ambos os casos estão sendo investigados pela Polícia Federal. Os índios perderam suas terras em 1947 quando o então governador Moisés Lupion reduziu e vendeu parte da área indígena ao grupo Fort Khouri, que a vendeu ao grupo Slaviero. (FSP — 4/1/81)

Deputado afirma que "Paraguaio" foi assassinado

O deputado Hélio Duque contestou ontem em Londrina a hipótese da polícia paranaense de que a morte do líder Guarani "Paraguaio" tenha sido acidental. "Na verdade — afirmou — houve assassinato premeditado na morte do Kaingang Angelo Cretã, o que agora se repete com seu sucessor, o índio 'Paraguaio', também vítima de um simulado acidente rodoviário." (O Globo — 5/1/81)

FUNAI reforça projeto agrícola para Guarani e Kaingang

A FUNAI concedeu um reforço de dois milhões e setecentos mil cruzeiros ao projeto agrícola desenvolvido no PI Votouro, município de São Valentim, no Rio Grande do Sul. O projeto beneficia 637 pessoas e parte do investimento feito é resultado de verba obtida com safras de projetos anteriores. O reforço será utilizado na ampliação da área trabalhada com 600 hectares para roças individuais de milho, soja, arroz e feijão, além de 60 hectares de uma roça coletiva de soja. (Gazeta de Notícias — 15/1/81)

PAULIPETRO confirma interesse em Nonoai

Está confirmado oficialmente o interesse do consórcio PAULIPETRO em iniciar perfurações na reserva indígena Nonoai, no Rio Grande do Sul. O secretário de Minas e Energia do Estado, Romeu Ramos, confirmou ontem que o governo Amaral de Souza já havia recebido telex de São Paulo confirmando esse interesse, mas lembrou que o governador do Estado do Rio Grande do Sul não tem qualquer tipo de ingerência neste assunto, "que deve ser tratado a nível federal". Romeu Ramos lembrou ainda que é a FUNAI quem deve liberar a área para o início dos trabalhos. Na FUNAI, o delegado regional Severino de Toni explicou que este tipo de autorização só pode ser dado em Brasília, para onde já foi enviado um relatório acerca das vistorias executadas por técnicos da PAULIPETRO na área, ocasião em que foram colocadas estacas no lugar denominado Tamanduá, na divisa da reserva da FUNAI com o Parque Florestal Estadual. (Diário do Grande ABC — 27/1/81)

FUNAI aplica projeto agrícola para comunidade indígena de Nonoai

A FUNAI aprovou e pôs em execução um novo projeto agrícola, que vem reforçar os demais projetos já aplicados em Nonoai anteriormente, visando a implantação de 450 hectares de soja, arroz e milho, em que serão empregados Cr\$ 5.846.000,00. Com o lucro obtido na comercialização dos excedentes serão atendidas as despesas de manutenção da enfermaria e da escola, além de assegurar o financiamento da próxima safra. Deverá ainda reembolsar os fornecimentos feitos pela cantina aos índios no período de entressafra. (Gazeta de Notícias — 28/1/81)

Surto de desidratação ameaça índios de Nonoai

A comunidade indígena de Nonoai, calculada em 1.900 índios Kaingang e Guarani, está seriamente ameaçada por um surto de desidratação desde o início da semana. Entre as causas do surto de desidratação aventou-se a hipótese de que talvez seja devido à água consumida na reserva, carregada de grande quantidade de defensivos agrícolas usados nas lavouras da região. A qualidade da água consumida pelos índios já teria inclusive causado morte entre as crianças. (ESP — 28/1/81)

ANAI organiza culto em memória de Cretã

Um culto ecumênico em memória do cacique Kaingang Angelo Cretã, falecido em acidente automobilístico há um ano, será realizado amanhã na Igreja Bom Jesus, em Curitiba. Na cerimônia, organizada pela ANAI, será prestada também uma homenagem ao cacique Norberto Gabriel, o "Paraguaio", líder Guarani da reserva de Mangueirinha (PR), também falecido em acidente automobilístico. Durante o culto será feita a leitura da "Missa da Terra Sem Males" de autoria de Pedro Terra e Dom Pedro Casaldáliga. (O Estado do Paraná — 28/1/81)

FUNAI ignora pedido da PAULIPETRO

A FUNAI só examinará uma eventual exploração de petróleo em áreas indígenas se receber um pedido formal da PETROBRÁS. A licença vem sendo reivindicada pela PAULIPETRO que pretende realizar prospecções na reserva indígena de Nonoai. A FUNAI, no entanto, alega que só tomou conhecimento do assunto através da imprensa. Apesar das informações da FUNAI é possível que o assunto esteja preocupando os órgãos do Executivo: uma portaria assinada em conjunto pelos ministros do Interior e das Minas e Energia, Mário Andreazza e César Cals, libera às empresas estatais a mineração nas áreas indígenas, inclusive nas reservas já demarcadas. (Gazeta Mercantil — 30/1/81)

Busca de petróleo causa apreensão em Nonoai

O presidente do Conselho Tribal da tribo dos Kaingang, Angelo Garcia, reuniu o Conselho para tratar do assunto que vem preocupando a comunidade: prospecção de petróleo. Ao falar sobre a reunião disse que a comunidade indígena "está triste outra vez, acho que se não falarem com nós vai dar outra revolta". Os índios exigem pelo menos 50% do "benefício" para a comunidade indígena. O cacique da reserva de Nonoai, José Lopes, também manifestou a apreensão da comunidade em relação às prospecções que foram realizadas e à desinformação em que estão os índios: "O índio devia primeiro ser consultado sobre esse petróleo que eles querem achar aqui". (Zero Hora — 30/1/81)

Foram 12 os Kaingang mortos em Nonoai

Somente ontem surgiu a confirmação do número de índios mortos nos primeiros 50 dias do ano na reserva Nonoai no Rio Grande do Sul. O relatório que o médico epidemiologista Claudio Silveira entregou ao secretário de Saúde do Estado revela que dois índios adultos morreram por complicações cardíacas e dez crianças por sarampo e diarreia. Os indígenas da reserva sofrem, além disso, de conjuntivite, sarna e problemas intestinais. (Diário da Manhã — 28/2/81)

Projeto para os Kaingang

Recursos da ordem de dois milhões e cem mil cruzeiros estão sendo aplicados pela FUNAI na execução do projeto de desenvolvimento agrícola do PI Guarapuava, localizado no município paranaense de mesmo nome, que tem jurisdição sobre 456 índios Kaingang. O projeto vai dar continuidade aos programas de produção de milho, arroz e feijão implantados desde 1977. (Diário Popular — 3/3/81)

Andreazza: PAULIPETRO não perfurará na reserva de Nonoai

O ministro do Interior Mario Andreazza assegurou ontem que a PAULIPETRO não vai instalar equipamentos de prospecção e exploração de petróleo em nenhuma reserva indígena do país. O ministro garantiu que "já está afastada" a possibilidade de exploração de equipamento no local e afirmou que esta decisão é extensiva a todas as reservas nacionais. (ESP — 11/2/81)

A desistência da PAULIPETRO

A PAULIPETRO, através de telex do gerente-geral adjunto Luís Saragitto, comunicou à FUNAI a desistência de explorar petróleo na área indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul. (ESP — 17/2/81)

Falta de saneamento básico causa morte de 10 índios em Nonoai

A falta de condições mínimas de saneamento e inexistência de água potável, além do descaso da FUNAI que vem prometendo mas não implanta rede de distribuição de água, foram as causas principais da morte de 10 índios Kaingang na reserva indígena de Nonoai. As mortes são consequência de um surto de diarreia e desidratação que desde o mês passado afeta à comunidade indígena. (Jornal de Santa Catarina — 21/2/81)

Justiça Federal julga roubo de madeira em área indígena
Acolhendo voto do ministro Américo Luz, o TFR decidiu caber à Justiça Federal o processamento e julgamento referente a crime de furto de madeira em área indígena. A decisão do TFR foi proferida no julgamento pelo Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul contra Liberato dos Santos. Vicentino dos Santos e José Adir dos Reis por furto praticado naquele estado em 1978. (Jornal de Brasília — 7/3/81)

Bloqueada colheita em reserva

Para impedir a colheita de 9 mil hectares plantados com soja e milho numa parte da reserva indígena de Guarita, no interior do Rio Grande do Sul, arrendada diretamente dos índios por um grupo de 400 agricultores sem terra, a FUNAI e a Polícia Federal interditaram a área, no último fim de semana, e apreenderam diversas máquinas que vinham sendo utilizadas. A tensão na área aumenta, com índios e colonos pressionando a Polícia Federal e a FUNAI para que liberem a terra. (ESP — 18/3/81)

Colheita indígena é liberada depois de agressão a tapa

A FUNAI autorizou o início da colheita de soja e milho, plantada por colonos na reserva de Guarita (RS) e estimada em Cr\$ 110 milhões. Ficou acertado ainda que 30% da colheita reverterá para os índios e 70% para os colonos. De manhã, o assessor da presidência da FUNAI, Coronel Anael Gonçalves, foi agredido a tapas e puxões de cabelo, ao propor cinicamente, durante reunião com índios e colonos, a fórmula inicial da FUNAI: 30% para os índios, 30% para os colonos e 40% para a Fundação. Após conchavos entre o governador do Rio Grande do Sul e Brasília, o Ministro do Interior liberou a colheita, plantada em 10 mil dos 15 mil hectares da reserva, através de arrendamentos feitos pelos colonos junto aos índios, aos quais pagavam até Cr\$ 4 mil por hectare ou davam porcentagem na futura venda da produção. Um dos agricultores, disse que arrendou 60 hectares na reserva, prometendo pagar a um índio, cujo nome não reve-

lou, 25% na venda da soja e milho que plantou. Ontem à tarde, cerca de 800 índios se concentraram na Vila Irapoá, próxima à cidade de Miraguai mas não conseguiram, como queriam, falar com o Coronel Anael, após uma reunião anterior, encerrada com a agressão das índias ao assessor da FUNAI. O índio Hélio Alves, ferido na perna direita com um tiro disparado por um agente federal — segundo acusa o Prefeito Noedi de Almeida — já foi liberado pelo Hospital de Miraguai. O Secretário de Administração de Miraguai, admite que é proibido aos brancos arrendarem terras na reserva, mas lembrou que a FUNAI não proibiu os colonos de plantarem e que só interferiu agora, na hora da colheita, para "ficar com o lucro na venda". (JB — 19/3/81)

Presidente do CIMI condena arrendamento

O presidente do CIMI, Dom José Gomes, bispo de Xapacó, defendeu o uso das áreas indígenas unicamente pelos silvícolas, condenando qualquer forma de arrendamento dessas terras a fim de que "se evite confusões" como a ocorrida recentemente em Guarita, no Rio Grande do Sul. (Correio Braziliense — 26/3/81)

Cardeal viu situação dos índios em Nonoai

O cardeal Agnelo Rossi, assessor direto do Papa João Paulo II e prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, concluiu ontem sua viagem à região do médio e alto rio Uruguai, visitando as reservas indígenas de Nonoai e Planalto. O cardeal realizou missa para mais de 200 índios na localidade de Pinhalzinho e evitou comentar a ação da FUNAI alegando não estar a par das realizações do órgão indigenista. (Correio do Povo — 21/5/81)

Comissão quer reabrir processo de Ângelo Cretã

Três meses depois da Polícia concluir que o cacique Ângelo Cretã da reserva de Mangueirinha não morreu em consequência de atentado, hipótese levantada pela FUNAI e pelas comunidades indígenas, a Comissão de Justiça e Paz do Paraná enviará hoje à Secretaria de Segurança e à Delegacia Regional da FUNAI um parecer sugerindo novas investigações por entender que houve falhas no processo. Os índios de Mangueirinha ameaçam invadir uma área de 3.707 alqueires em litígio e que era a principal reivindicação de Cretã. (ESP — 29/5/81)

Empréstimos aos índios para lavoura de trigo

Cinco índios representando as comunidades de Tenente Portela e Guarita testemunharam assinatura, ontem, de convênio entre a FUNAI e o Banco do Brasil para repasse de 3.750 milhões a serem utilizados nas lavouras de trigo dos indígenas. Os índios solicitaram a reabertura da serraria fechada pelo IBDF e um "papel escrito", que lhes garanta a posse da terra. (Correio do Povo — 12/6/81)

Reunião debate situação de Guarita

Os sindicatos de trabalhadores da região celeiro do Estado do Rio Grande do Sul estão promovendo hoje, no município de Redentora, uma reunião para discutir a situação da utilização da reserva de Guarita, que teria sua madeira e sua área agrícola explorada contra os interesses dos índios. À reunião, aberta a sindicatos e partidos, foram convidados a FUNAI, CIMI, IBDF, OAB, Assembléia Legislativa, Igreja e Imprensa. As entidades que promovem a reunião tentarão comprometer a FUNAI e o IBDF com a defesa da reserva fazendo com que a extração da madeira da reserva não beneficie uma minoria da "cúpula indígena" e às grandes serrarias. (Correio do Povo — 26/8/81)

Ato público em favor de Mangueirinha

Os bipsos d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, e d. Tomás Balduino, de Goiás Velho, e também os índios Marcos e Domingos Terena, representando a UNI, estarão presentes na próxima quinta-feira em ato público a ser realizado em Curitiba com objetivo de pressionar a Justiça a decidir em favor dos índios de Mangueirinha, no interior do Paraná, no caso da área de 3.707 alqueires de terra que vêm sendo disputada entre a FUNAI e a madeireira Slaviero. O ato foi marcado pelo Comitê Nacional Pró-Mangueirinha, instituído durante a última reunião da SBPC. O ato público tem ainda a finalidade de exigir da FUNAI que recorra ao STF caso a sentença do TFR for novamente desfavorável aos índios. O comitê organizou ainda, com os mesmos objetivos, atos públicos em Brasília e São Paulo. (ESP — 28/8/81)

TFR dá despacho favorável aos índios

Em Brasília, o ministro do TFR, José Cândido, deferiu ontem o pedido de interdito proibitório feito pelos índios Guaraní da reserva dos municípios de Mangueirinha e Chopinzinho e que estão em litígio com a madeireira Slaviero e Filhos S.A. Indústria e Comércio de Madeira, no Paraná. Os Guaraní e Kaingang reivindicam a posse de uma área de 900 hectares e são apoiados pela FUNAI. Os índios perderam estas terras em 1949 quando o governo do Estado alienou e vendeu, inconstitucionalmente, parte das terras dos índios. A área é uma das maiores reservas de Pinheiro Araucária do país. (ESP — 19/9/81)

Kaingang reivindicam terras

O cacique Kaingang Ambrósio Santos, 25 anos, seu pai,

Francisco, 61 anos, o avô, Joaquim, 83 anos, e mais alguns outros índios da reserva de Mangueirinha (PR) estão em Brasília para denunciar o tratamento dispensado à comunidade pela Delegacia da FUNAI em Curitiba e reclamar 8 mil e 976 hectares de terras, que estão de posse da empresa Slaviero S/A, mediante decisão judicial contestada pelo órgão tutelar no TFR. Em entrevista coletiva na sede da CNBB, o cacique Ambrósio — sucessor de Ângelo Cretã, morto no final de 1979 num acidente automobilístico suspeito — afirmou não se tratar de índios revoltados, mas se a solução demorar “chegará o momento de partir para a luta”. Afirmou ter apoio garantido das aldeias de Chapecozinho (SC), Palmas (SC), Marrecas, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Rio das Cobras (PR). (JB — 28/9/81)

Assembléia de Deus: nova ameaça a índios do Rio Grande do Sul

Uma nova ameaça aos indígenas das reservas do Rio Grande do Sul foi constatada por técnicos da Delegacia da FUNAI naquele Estado: a interferência de pastores da Assembléia de Deus, que estão recomendando aos seus seguidores que só procurem auxílio médico em casos extremos. De acordo com o delegado da FUNAI, os pastores dizem aos índios que em casos de doença “orem, pedindo auxílio a Deus”. Em consequência disso, quando a assistência médica é procurada, na maioria dos casos já é muito tarde. A ação da Assembléia também está influenciando as formas de lazer entre aquelas tribos, pois não permite que as crianças joguem futebol nos intervalos das aulas, esporte que eles apreciam muito, nem que vejam televisão. (ESP — 15/10/81)

Vestígios de habitações Kaingang na área grilada de Mangueirinha, pelo acordo de 1949, hoje da firma Slaviero. (foto Jacó Picoli)



Kaingang adoecem em Votouro

Na área indígena de Votouro, a 20 km de São Valentim, no Rio Grande do Sul, verificaram-se 81 casos de diarreia entre os índios. Segundo o delegado de Saúde de Erechim, Paulo D. Fernandes, a causa provável é a contaminação das águas de uma lagoa e do poço de que os índios se utilizam. (Correio do Povo — 20/11/81)

Satélite aponta desmatamento ilegal em reserva indígena

Com base na análise de imagens transmitidas pelo satélite norte-americano Landsat, a Delegacia Regional do IBDF detectou, esta semana, o desmatamento de 300 hectares na reserva indígena de "Toldo Guaritá", no município riograndense de Tenente Portela. A FUNAI está investigando para apurar os responsáveis pelo corte da madeira que, pelas suspeitas, está sendo vendida pelos próprios índios. (O Liberal — 8/11/81)

Madeira de Guarita ainda em discussão

Walter Ilber, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela, afirmou que a madeira extraída clandestinamente da reserva de Guarita é patrimônio dos índios e, portanto, cabe à FUNAI o cumprimento da lei. Já o IBDF e a Polícia Federal salientam que, desde o início de suas investigações, já houve uma diminuição da retirada de madeira. (Zero Hora — 3/11/81)

Flagrante na retirada clandestina de madeira em reserva

O vice-prefeito do município gaúcho de Redentora, Enélio Cossetin, o irmão do prefeito, Eugênio Roewer e o madeireiro Sabino Dalberto foram autuados em flagrante e presos por agentes da delegacia de Polícia Federal em Santo Ângelo quando retiravam, clandestinamente, madeira da reserva indígena de Guarita, no Rio Grande do Sul. O desmatamento clandestino é feito há anos nesta área e, embora seja considerado muito grande, o delegado Regional da FUNAI, Severino de Toni, não soube informar ontem o que foi retirado efetivamente de madeira até o momento. (ESP — 5/12/81)

Terena

Terena criam bicho-da-seda

Os índios Terena do Posto Indígena de Araribá, em Avaí, perto de Bauru (SP), serão auxiliados nos próximos dias, na criação do bicho-da-seda. A experiência é promovida pela 12ª DR da FUNAI em Bauru. A população do PI Araribá é de 228 Terena e Guarani e, através dos projetos da FUNAI, já foram iniciados em técnicas agrícolas, inclusive na criação do bicho-da-seda, além de outras culturas. Técnicos contratados pela FUNAI tentarão melhorar a produção do grupo. (Luta Democrática — 1/2/81)

Vereador Terena pede ajuda

O presidente Figueiredo, que veio ao Mato Grosso do Sul para presidir à assinatura de convênios e dar início à campanha do PDS para as eleições do próximo ano, conversou com o vereador Jair Oliveira, do PDS de Aquidauana. O vereador, um índio Terena, conversou com o presidente durante um almoço promovido por políticos locais e relatou haver pedido ajuda do presidente para o seu povo, "porque meu povo quer participar da comunhão nacional". (FSP — 13/2/81)

Xokleng

Índios esperam indenização

A construção de uma barragem provisória pelo DNOS, deno-

minada "ensecadeira", nas proximidades da reserva de Ibirama, causou uma enchente nas casas e lavouras dos índios e um prejuízo estimado em Cr\$ 5 milhões, além da disenteria nas crianças. Um mês após a enchente, apesar do DNOS ter admitido sua responsabilidade, os índios não receberam nenhuma indenização e não dispõem de recursos para retomarem os trabalhos de lavoura deste ano. Após o término das obras da Barragem no rio Itajaí do Norte serão inundados 817 ha da reserva. O DNOS está propondo uma permuta desta área por outras duas num total de 714 ha, trocando as terras férteis do vale por estreitas faixas nos contrafortes da Serra. (O Estado de Florianópolis — 18/1/81)

Madeira apreendida em Ibirama

A Polícia Federal, a FUNAI e o IBDF procederam à prisão e autuação de madeireiros que estavam retirando madeira ilegalmente da região. Mais de quarenta caminhões foram presos pela PF que aplicou multas que variam de 100 a 250 mil cruzeiros. (Jornal de Santa Catarina — 20/2/81)

Índios protestam contra apreensão de madeira

Vêi-Tchá, membro do Conselho Tribal dos índios Xokleng, esteve em Blumenau para manter contatos com políticos para apurar as medidas tomadas pela FUNAI contra sua tribo. Referindo-se aos problemas enfrentados pelos índios com a FUNAI e a Polícia Federal, quando foram flagrados vários caminhões de madeira que eram vendidas pelos índios, disse que tudo começou com uma promessa feita pela FUNAI em conceder aos índios uma área de terras que beneficiaria a população indígena atingida pelas águas represadas com a construção da Barragem Norte. Os prejuízos sofridos na lavoura com as enchentes levou os índios a venderem madeira. (Jornal de Santa Catarina — 28/2/81)

Nova apreensão de madeira

Foram presos e autuados ontem 22 madeireiros pela Polícia Federal, FUNAI e IBDF, por estarem com seus caminhões no interior da reserva, retirando madeira há vários dias. Várias serrarias foram fechadas aguardando-se para hoje a continuação da blitz promovida pelo órgão federal. (Jornal de Santa Catarina — 11/4/81)

Deputado pede Comissão para apurar furto de madeira

O Deputado Alvaro Correia (PMDB) pediu que fosse reativada a Comissão Parlamentar Externa que no ano passado tratou do assunto de roubo de madeira na reserva de Ibirama. O Deputado lembrou que exatamente um ano atrás a FUNAI publicou um comunicado proibindo o corte de madeira mas que vários madeireiros, acobertados por alguns índios, voltaram a operar. O parlamentar vê com satisfação que o delegado do IBDF acaba de desencadear enérgica ofensiva contra os invasores daquele posto que resultaram na prisão de 12 pessoas, além de 27 outras que foram indiciadas em inquérito policial. (Jornal de Santa Catarina — 14/4/81)

Lideranças anunciam rebelião

Os líderes Xokleng Antonio Caxias Popó, Aimar Kham-Ram, Olímpio Severino Nunforo alertaram ontem nesta capital que poderá ocorrer uma rebelião entre os índios caso seus problemas não sejam sanados. A principal queixa, é a de que a FUNAI proíbe a venda de madeira pelos índios. Segundo Antonio, a FUNAI vende a madeira por Cr\$ 1 mil e 700 enquanto os índios vendem por Cr\$ 6 mil o metro cúbico. "A FUNAI proíbe os legítimos proprietários das terras de utilizarem suas riquezas naturais", dizem os índios. (O Estado/SC — 3/5/81)



Polícia Federal intima índios e ameaça processá-los.

Xokleng obrigam FUNAI a abandonar reserva

Os índios Xokleng da reserva de Ibirama, a 300 quilômetros de Florianópolis, mantiveram como refém o chefe do posto da FUNAI por mais de 10 horas, até receberem, ontem à

tarde, a visita do delegado regional da Fundação. Querem a emancipação para negociar a madeira dos quase 15 mil hectares da reserva. Por imposição deles, o delegado da FUNAI decidiu retirar da reserva todos os funcionários do órgão e suas famílias. (JB — 22/5/81)

DPF amplia vigilância

Enquanto a FUNAI removía seus funcionários, a Polícia Federal intensifica a fiscalização nos limites da reserva para evitar a retirada ilegal de madeira. O conflito tem mais de cinco anos e neste período a FUNAI mudou 19 vezes o chefe do posto. No final do ano passado os índios de Ibirama encaminharam um abaixo-assinado à FUNAI pedindo a emancipação. Depois de um levantamento na área a FUNAI concluiu que os índios não tinham condições de serem emancipados, e que este pedido correspondia à vontade de menos da metade dos índios da reserva. (O Globo — 24/5/81)

DPF abre inquérito

A Polícia Federal instaurou inquérito para apurar responsabilidade por venda ilegal de madeira indiciando 40 madeireiros. Segundo o delegado, todos são réus confessos e estão sujeitos a penas de um a quatro anos de reclusão. Foram apreendidas em diversas serrarias cerca de 300 metros cúbicos de madeiras, que serão vendidas pela FUNAI, bem como mais mil metros cúbicos que se encontram derrubados dentro da reserva. (Jornal de Santa Catarina — 26/5/81)

IBDF apreendeu grande volume de madeira

O IBDF apreendeu, na reserva de Ibirama, um volume de 1.700 metros cúbicos de madeira num valor aproximado de Cr\$ 13 milhões e 600. E aplicou multas a 17 madeireiras no valor total de Cr\$ 1 milhão e 330 mil. Estes números referem-se a ação desenvolvida entre 8 de abril e 23 de maio passado. (O Estado/SC — 30/5/81)

Deputados buscam verbas para os Xokleng

Os Deputados Alvaro Correia (PMDB-SC) e Gervásio Maciel (PDS-SC) da Comissão Parlamentar de Blumenau mantiveram contatos, no Rio e em Brasília, com o ministério do Interior, a FUNAI e o DNOS para conseguirem a liberação da indenização decorrente dos prejuízos da enchente de dezembro último. A FUNAI diz que já autorizou o pagamento da indenização mas que só será efetivado quando o clima de normalidade voltar à reserva. (Jornal de Santa Catarina — 5/6/81)

Índios contra fechamento de escolas

Uma comitiva de sete índios da reserva de Ibirama pediu ao governador Jorge Bornhausen sua interferência junto à FUNAI para que o órgão reconsidere sua decisão de fechar dois postos de saúde e duas escolas de primeiro grau existentes no local. (O Estado/SC — 6/6/81)

Barragem em reserva indígena

A FUNAI e o DNOS assinaram ontem um convênio objetivando a utilização de parte da reserva indígena de Ibirama (SC) para a construção de uma barragem, a fim de controlar as enchentes do vale do Itajaí. Um dos objetivos do convênio é a remoção de famílias cujas casas serão atingidas pela inundação da barragem. Todos os recursos para a construção de benfeitorias serão repassados à FUNAI. Esses recursos, da ordem de 30 milhões de cruzeiros, serão pagos em três parcelas. A FUNAI, pelo convênio, deverá prestar contas aos donos de todas as parcelas recebidas. (FSP — 18/6/81)

Índios e FUNAI assinam acordo

Depois de vários desentendimentos foi firmado em Curitiba um acordo entre as lideranças indígenas e a FUNAI que consiste de oito pontos: 1) Comprometem-se os índios a aceitar toda a equipe de trabalho designada pela FUNAI para atuar naquele posto indígena. 2) Participarem ativamente em todos os projetos de desenvolvimento promovidos pela FUNAI. 3) Cessar definitivamente a extração da ma-

deira. 4) Reorganizarem-se de forma a ter somente uma liderança. 5) Não permitirem que elementos não-índios existentes dentro da área tenham os mesmos direitos que os índios. 6) Aplicar os recursos da alienação da madeira já derrubada em benefício de toda a comunidade. 7) Concordarem em que todas as benfeitorias a serem construídas na reserva o sejam às margens do rio Itajaí e não no Bugio. 8) Sempre que convidados, participarem da alienação de recursos naturais da reserva. (Jornal de Santa Catarina — 26/6/81)

FUNAI nega emancipação

Foi indeferido o pedido de emancipação feito pelos índios Xokleng, encaminhado à FUNAI em outubro passado. "A maioria dos 889 índios são analfabetos e incapazes para o trabalho", alega a FUNAI. O deputado estadual Alvaro Correia frisou que a emancipação vinha sendo defendida com insistência por um pequeno grupo de índios, exatamente os mais acumpliciados com a venda ilegal de madeira, a pretexto de livrarem-se da tutela da FUNAI. O deputado frisou ainda que estes índios foram incentivados por um grupo de madeireiros e orientados por um advogado local. (Correio do Povo — 28/8/81)

Briga na reserva

As brigas entre dois grupos de índios da reserva indígena de Ibirama poderão levar a delegacia da FUNAI a retirar essas famílias do local. A briga ocorreu no final do mês passado, quando o índio Olímpio Nuncforo foi ferido a golpes de foice, o mesmo ocorrendo com Aimar Camen, que permaneceram três dias hospitalizados. Segundo testemunhas, a causa da briga foi a posse de terras na reserva. (ESP — 3/11/81)

Ibirama em pé de guerra

Em decorrência da briga ocorrida novembro último os índios continuam divididos e estão armados para a briga. A expectativa é de que correrá muito sangue, disseram três índios em Blumenau. E acusaram o chefe de posto de ter permitido que a comunidade se armasse. (O Estado — 11/12/81)

Polícia Federal intima FUNAI e índios

Sete índios de Ibirama e o Delegado Regional da FUNAI foram ouvidos pelo Superintendente da Polícia Federal em Santa Catarina. O Superintendente advertiu que se os índios continuarem a brigar serão processados na forma da lei, mas os índios prometeram entrar em entendimentos. A ANAÍ de Florianópolis voltou a alertar que a situação em Ibirama é grave porque, embora haja um convênio entre o DNOS e a FUNAI para que os índios sejam indenizados, até agora nada se concretizou. (ESP — 17/12/81)

Movimentos de organização indígena

Nessa seção foram incluídas as notícias a respeito das iniciativas e dificuldades para o prosseguimento e legitimação de um movimento indígena a nível nacional. Nesse sentido concorrem as ações dos índios ligados à UNI — organização surgida em 80 — e das entidades de apoio (Igrejas, Comissões Pró-Índio, etc.), na medida em que viabilizam encontros e reuniões — algumas de caráter regional — entre índios de diferentes povos. A FUNAI, o MINTER e outros órgãos de segurança se opuseram à articulação da UNI e tentaram várias represálias indiretas contra seus membros. Com a mudança da presidência da FUNAI no final do ano, a intransigência e a perseguição foram substituídas por uma política de aproximação com índios da UNI — embora sem reconhecê-la como entidade —, seguindo uma nova orientação de relacionamento com alguns setores de oposição no campo do indigenismo (Ver seção “Política Indigenista Oficial: FUNAI/MINTER”).

A relação desse movimento a nível nacional com as lutas concretas e específicas, que estão sendo travadas pelos povos indígenas nas comunidades locais com suas lideranças, é um grande desafio. Alguns lances dessas lutas locais estão registrados por povo, nas seções regionais desse ACONTECEU.

Terena quer ser piloto sem emancipação

O índio Terena, Mariano Justino Marcos, impetrará mandado de segurança contra a FUNAI, para prestar concurso de piloto nos quadros do órgão, sem requerer a sua emancipação, como impõe o coronel Nobre da Veiga. Marcos Terena, piloto comercial desde setembro do ano passado, procura apoio da OAB através de parlamentares. O deputado José Costa (PMDB-AL) afirma que a consultoria da República tem um anteprojeto de decreto-lei que prevê a emancipação compulsória ou “ex-officio”. (FSP — 9/1/81)

Índios debatem problemas em Minas Gerais

O Bispo de Teófilo Otoni (MG), D. Quirino Adolfo Schmitz, informou ontem que índios Tupiniquim, Guaraní, Maxacali, Krenack, Xacriaba e Pataxó, de Minas, Espírito Santo e Bahia, começaram ontem, naquela cidade, uma assembléia indígena para debater o problema de demarcação das terras, a atuação da FUNAI e outros problemas. O Bispo explicou que esse tipo de encontro é raro, e que agentes pastorais realizam reunião paralela. Informou ainda que o encontro dos índios está sendo coordenado pelo CIMI e resulta de idéia dos próprios índios. (JB — 15/1/81)

Encontro indígena acusa a FUNAI

“A FUNAI só dá terras pelas promessas dos jornais e favorece sempre os posseiros e as multinacionais.” Estas foram as principais conclusões da 1ª Assembléia Indígena do Leste, encerrada sábado, em Teófilo Otoni, Minas Gerais, e que contou com a participação das lideranças de cinco tribos de Minas, Espírito Santo e Bahia, representando 6 mil índios sob a tutela da 11ª Delegacia da FUNAI. Os representantes das tribos Tupiniquim, Guaraní, Maxacali, Krenack e Pataxó estiveram reunidos de quinta-feira a sábado na Colônia Dom Bosco de Teófilo Otoni, em encontro coordenado pela Diocese e o CIMI. Discutiram os problemas da demarcação de terras, atuação da Delegacia da FUNAI e problemas enfrentados pelas lideranças. (JB — 10/1/81)

FUNAI não aceita Terena como piloto

A FUNAI informou ontem que o pedido do índio Mariano Marcos, solicitando seu ingresso nos quadros de piloto daquela fundação, foi indeferido, tendo em vista que nas normas que visam à seleção de pilotos elaboradas pelo órgão, uma das exigências é a do candidato possuir 500 horas de

vão, exigência não cumprida pelo interessado. Além disso, o Terena não satisfaz o exigido pelo parágrafo terceiro do artigo 16 do Estatuto do Índio, que determina que "o órgão de assistência ao indígena propiciará o acesso aos seus quadros de índios integrados, estimulando sua especialização indigenista", conforme foi lembrado pelo coronel Nobre da Veiga. Em outras palavras: o índio teria que declinar de sua condição de tutelado pelo Estado para concorrer aos quadros do órgão tutor. (FT — 15/1/81)

Índios estudantes no DF podem ser expulsos

Quinze índios de diversas nações, que estudam e residem em Brasília desde 1977, estão sendo pressionados pela FUNAI para retornarem a suas aldeias de origem. Segundo estes índios estudantes, o órgão tutor já nomeou até mesmo uma comissão de técnicos, cujo trabalho seria "tentar convencer-nos da necessidade da medida". Eles não querem abandonar os estudos e, em último caso, pretendem recorrer à Presidência da República para evitar a efetivação da medida. A recém-criada União das Nações Indígenas (UNIND) sente que a decisão, segundo seu líder, o Terena Marcos, "pretende dividir nossa organização de índios estudantes" — que conta com quinze membros das nações Canela, Bororo, Terena, Karajá, Tuxá e Bakairi. A maioria está fazendo cursinho pré-vestibular, enquanto pelo menos um, o Terena Marcos, já entrou para o curso de Administração de Empresas. (FSP — 27/1/81)

Índios transferidos impetrarão "habeas"

O deputado José Costa, do PMDB de Alagoas, entrará com "habeas-corpus" preventivo no Tribunal Federal de Recursos, para garantir a permanência em Brasília, dos índios ameaçados pela FUNAI de serem removidos para escolas próximas às suas aldeias. O deputado também entrou em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Distrito Federal, que ficará responsável pela nomeação de um advogado para acionar judicialmente a FUNAI, obrigando-a a custear, com recursos próprios, os estudos e a hospedagem dos índios em Brasília. Ontem, os índios, entre eles Marcos e Carlos Terena e o Karajá Curerrede, disseram que a decisão do ministro do Interior, Mário Andreazza, de apoiar a atitude da FUNAI, voltando atrás na sua posição de garantir a permanência dos estudantes, "foi uma surpresa triste". Os índios ficaram especialmente contrariados com as críticas feitas por Andreazza à UNIND, criada por eles em Brasília. "O ministro afirmou que as tribos indígenas não podem ser encaradas como nações dentro da nação brasileira, que é uma só. Ocorre que nós, índios, pertencemos a tribos distintas, cada qual com hábitos e costumes próprios. Isso, no entanto, não impede que façamos parte da nação brasileira. Somos um dos componentes dessa nação, mas somos distintos ao mesmo tempo." (ESP — 6/2/81)

Índio vai à Justiça para poder pilotar

O índio Terena, Mariano Justino Marcos, com o auxílio de um advogado designado pela OAB-DF, entrará hoje com um mandado de segurança contra a decisão da FUNAI, que condicionou sua entrada no quadro de pilotos do órgão a um pedido de emancipação da tutela governamental. (Correio Braziliense — 26/2/81).

Conselho tribal decide: índios ficam estudando no Distrito Federal

O Conselho tribal dos Terena decidiu em sua reunião extraordinária realizada em Taunay (MS), que os índios estudantes devem permanecer em Brasília. A decisão será comunicada ao presidente da FUNAI pelos caciques Domingos Veríssimo, de Taunay, e Modesto Terena, de Bananal. Domingos Veríssimo disse que o ensino ministrado próximo às aldeias e nas próprias aldeias é muito fraco. Modesto Terena

acrescentou que "preferimos que eles (os estudantes) fiquem aqui, em Brasília, porque, mais tarde, eles podem nos ajudar". "A FUNAI está fugindo de seus deveres e os Terena exigem o cumprimento do Estatuto do Índio. A FUNAI existe para isso, para beneficiar o índio e não para prejudicar. A saída deles da aldeia foi forçada. Eles não tinham como estudar", finalizou Domingos Veríssimo, que também é presidente da UNI. (Jornal de Brasília — 27/2/81)

Assembléia Indígena aponta seus problemas

"Quem sente o problema dos índios é o próprio índio e quem tem de resolver o problema do índio me parece que deve ser os povos indígenas unidos." As palavras de Lino, da Nação Miranha, refletem a tônica da Assembléia Indígena que ocorreu na aldeia do Simão, do rio Andirá, município de Barreirinha (AM), dos Satere-Mawé, nos dias 10 a 12 de dezembro de 80. Estiveram presentes 26 tuxauas Satere e 33 tuxauas e líderes de nações como Karipuna, Tikuna, Mundurukú, Wapixana, Kanamary, Miranha e Tukano. Foi feito um documento de duas páginas, onde as dez nações apontaram os seus problemas e traçaram formas de solução. Grande parte das declarações recaem sobre a FUNAI, por não ter feito a demarcação das reservas ou estar negligente no controle destes limites. (O Liberal — 1/3/81)

Justiça dá cinco dias a Andreazza

O ministro do Interior Mário Andreazza tem prazo de cinco dias para responder ao pedido de informações feito pelo ministro José Pereira de Paiva, relator do "habeas corpus" impetrado pelo advogado e deputado José Costa (PMDB-AL), em favor dos índios Terena da aldeia de Taunay, município de Aquidauana (MS). O "habeas-corpus" foi impetrado contra a decisão do ministro de transferir os índios para suas aldeias, alegando que, por não possuírem empregos, são ociosos. O "habeas corpus" foi impetrado em favor dos índios Samuel Gomes Marcos, Milton Marcos Galache, Sebastião de Souza Coelho Filho, Wilson Francisco e Mariano Justino Marcos. No pedido, o advogado faz inclusive a solicitação de um salvo-conduto para os índios poderem continuar seus estudos e para viajarem livremente pelo interior do país. (Correio Braziliense — 6/3/81)

Índios estudantes ficam em Brasília

Atendendo às reivindicações feitas pelas lideranças Terena, o ministro do Interior decidiu não transferir os índios estudantes de Brasília. A medida beneficia os índios Marcos Terena, estudante de Administração de Empresas na Faculdade Católica de Brasília, Wilson Francisco, Nilton Galache, Samuel Marcos e Sebastião Coelho, estudantes do segundo grau em escolas públicas de Brasília. (FSP — 17/3/81)

Indígenas nordestinos criticam ação da FUNAI

Líderes de 31 tribos do Nordeste divulgaram, ontem, ao final da I Assembléia Indígena do Nordeste — realizada em Garanhuns, a 200 km de Recife — um documento contendo críticas à FUNAI e ao seu presidente coronel João Carlos Nobre da Veiga. No documento, os índios se posicionam contra a emancipação, a estadualização e os projetos de demarcação de terras indígenas por equipes do Projeto Rondon. O memorial narra a situação de várias tribos do Nordeste, entre as quais os Kapinawá, de Buíque, no sertão pernambucano, "que desde 1970, vêm sendo perseguidos pelos policiais e, por isso, a tribo vive espalhada pela região". Os indígenas acusam de grilagem os fazendeiros Zuza Tavares e Ernestino Pedro de Andrade, que, segundo denunciam, agem sob as ordens de Romero Costa Maranhão, político sertanejo. (Correio do Povo — 17/3/81)

Presidente da República contra a UNIND e favorável à emancipação

O Presidente da República é contra a UNIND, entidade criada no ano passado por silvícolas de diferentes grupos, por considerá-la "inconveniente" e "apadrinhada" por pessoas que visam a incompatibilizar os índios com a política indigenista oficial. Nesse sentido, proibiu a FUNAI de prestar qualquer apoio àquela entidade. A decisão presidencial baseou-se em relatório do SNI, segundo o qual são graves os inconvenientes de as nações indígenas se agruparem num só organismo com apoio de pessoas dispostas a incentivar os índios contra o governo. Em consequência dessa orientação, a FUNAI já está preparando a revisão no Estatuto do Índio, evitando que se repitam situações desse tipo, bem como regulamentando o capítulo referente à emancipação, para que não ocorram problemas como o do cacique Mário Juruna, que impedido pelo Governo brasileiro de comparecer ao IV Tribunal Russell, pôde embarcar graças a "habeas corpus" do Tribunal Federal de Recursos. O novo projeto de emancipação está sendo elaborado pela antropóloga Sônia Marcato e nele os índios poderão ser emancipados mesmo que não requeiram a liberação da tutela. Os primeiros visados no novo projeto são o cacique Mário Juruna e o índio Marcos Terena, que estuda em Brasília e pertence à UNIND. Enquanto o projeto de emancipação não fica pronto, a FUNAI vai aplicar os "indicadores de indianidade". Esses indicadores serão usados pela primeira vez entre os Pataxó, da Bahia e os Tinguí, de Alagoas, grupos em elevado grau de integração. Os indicadores, projeto elaborado pela professora de religião, Neide do Vale, a pedido do coronel Zanoni Hausen, assessor especial da Presidência da FUNAI, estão divididos em quatro pontos: indicadores apontados pela Comunidade Científica, apontados pelos índios (identidade étnica), conceitos apontados pela Sociedade Nacional e indicadores apontados pela FUNAI. Neste último capítulo, o órgão tutor pretende usar critérios históricos, geográficos, raciais e biológicos, legais e jurídicos, culturais, lingüísticos e outros. (FT — 30/3/81)

73 tuxauas na Assembléia de Roraima

Nos dias 13, 14 e 15 de janeiro, realizou-se na Missão São José, em Surumu, uma Assembléia Geral das autoridades indígenas do Território Federal de Roraima, onde participaram 73 tuxauas, acompanhados de seus secretários e conselheiros, somando um total de 200 pessoas. Que representavam os povos Macuxi, Wapixana, Taurepang e Igaricó, vindos de várias comunidades.

Nesta assembléia, os índios procuraram medir suas forças em relação aos brancos (fazendeiros) da região, contaram suas conquistas e lamentaram certos empecilhos que vêm encontrando na luta pelos seus direitos. (Porantim — 3/81)

CIMI diz que governo se opõe a entidade indígena

O CIMI divulgou nota acompanhada de cópias de documentos confidenciais, que afirma terem sido encaminhados pelo Gabinete Civil da Presidência da República para o Ministro Mário Andreazza. Um dos documentos contém orientação, por "ordem do Senhor Presidente da República", para que a FUNAI não ajude ou estimule a constituição da entidade União das Nações Indígenas. O CIMI afirma que em outro documento, não divulgado, o SNI propõe ao Gabinete Civil da Presidência da República a promoção imediata da revisão do Estatuto do Índio. O CIMI acentua que os documentos comprovam a intenção do Governo de modificar o Estatuto do Índio, "fato que o Ministro Mário Andreazza vinha negando através da imprensa". A medida visaria a atingir diretamente a "crescente organização dos povos indígenas e a UNI, órgão independente e criado pelos índios". Com a divulgação dos documentos, o CIMI pretende mostrar que tem fundamento o pronunciamento feito pelo Deputado Modesto da Silveira na Câmara, anteontem, sobre a decisão

presidencial de promover mudanças no Estatuto do Índio. Diz o documento: "Chegou ao conhecimento do Senhor Presidente da República a constituição de entidade denominada União das Nações Indígenas, cuja finalidade seria congregar as tribos Xavante, Guaraní, Terena, Guató, Kadiwéu e Kaiwá (...). "Concluídos estudos solicitados e evidenciadas a inconveniência e a inviabilidade jurídica da projetada entidade, como exposto na Nota anexa da Assessoria Jurídica do Gabinete Civil, apresso-me em transmitir a Vossa Excelência, de ordem do Senhor Presidente da República, orientação no sentido de que a FUNAI se abstenha de qualquer providência ou ajuda tendente a estimular a constituição da chamada União das Nações Indígenas." (JB — 11/4/81)

Caciques protestam durante comemoração da FUNAI

Na abertura oficial da Semana do Índio, o ministro do Interior teve uma surpresa ontem: o cacique Maluaré, da Ilha do Bananal, entregou-lhe um documento protestando contra a forma pela qual a FUNAI trouxe os índios a Brasília para participarem do 2º Moitará (exposição e venda de artesanato indígena). Diz a carta assinada por cinco caciques: "Ficamos muito alegres quando recebemos comunicado da FUNAI para comparecer a Brasília. Pensamos que agora a FUNAI ia ouvir a gente e atender nossos pedidos. Mas quando chegamos aqui ficamos surpresos e tristes pois não era para discutir os nossos problemas que a FUNAI chamou a gente, deixamos nossos afazeres, nossas roças, nossas roupas, para atender esse chamado". Indignados pela forma como foram trazidos a Brasília, os caciques Maluaré, Idjau, Taharé, Uairihá, Tiuari e Tachirâma, contaram que não sabiam qual a razão do convite e "quando soubemos que viemos aqui para a abertura da semana do índio, para ajudar a FUNAI a tapar buraco, parece que a FUNAI trouxe a gente para a exposição como se fôssemos gado dela e ficamos aborrecidos". Toda a denúncia encontra-se na carta entregue ao ministro que imediatamente colocou-a no bolso. Eles protestam ainda porque enquanto se encontram em Brasília, "os posseiros e fazendeiros estão invadindo nossas terras, acabando com nossas áreas, acabando nossas matas e nossos rios, nossa pesca". (FSP — 14/4/81) (Ver "Karajá" na "Região III").

Chefes denunciam a invasão de suas terras

Chefes de sete grupos indígenas reuniram-se na aldeia de Jarauara, de Casa Nova, no Purus, dia 22 de abril, para fazer um balanço dos seus problemas, denunciar ameaças de fazendeiros e tomar uma posição sobre o futuro das tribos. Dezoito índios Apurinã, Kaxinawá, Jarawara, Jamamadí, Kulina, Macuxi e Wapixana disseram que suas terras estão sendo invadidas e cercadas pelo homem branco, no leste e norte de Roraima, no Purus e no Alto Solimões. (O Liberal — 28/4/81)

Índios rejeitam planos para emancipação

A situação jurídica do índio brasileiro foi debatida ontem por líderes indígenas, antropólogos, missionários, advogados e representantes da Comissão Pró-Índio, no auditório do Convento dos Dominicanos, nas Perdizes (SP). Os líderes indígenas afirmaram que o Estatuto do Índio é suficiente para sua proteção, "desde que bem aplicado", e criticaram a inoperância da FUNAI. A emancipação do índio foi atacada e se falou em "interesses econômicos" para determinar essa emancipação: dom Tomás Balduino disse que "a FUNAI não quer emancipar o índio, quer emancipar suas terras". A presidente da CPI-SP, abriu os debates condenando a forma paternalista com que os índios são tratados há 40 anos, "recebendo benefícios mas não sendo ouvidos em seus anseios. Os índios querem organizar-se, reivindicar, mas a FUNAI não interessa isso. Tanto assim que se está acenando com uma modificação no estatuto, que introduziria a emancipação compulsória a índios incômodos à Fundação". (FSP

— 28/4/81) (Ver seção “Emancipação e Critérios de Indianidade”).

Encontro de líderes indígenas em São Paulo

Ao divulgar ontem as propostas aprovadas na Assembléia de líderes indígenas realizada em São Paulo e encerrada quarta-feira, o novo presidente da UNI, o índio Mariano Marcos Terena, afirmou a necessidade do Estado reconhecer que “a sociedade brasileira é uma sociedade pluriétnica”. Dentre as propostas consta uma campanha nacional pelo direito dos índios se organizarem livremente sem sofrerem pressões do Estado. Os 73 líderes indígenas e 32 entidades de apoio ao índio presentes à reunião repudiaram a alteração do Estatuto do Índio visando a emancipação compulsória imposta aos índios, que está sendo proposta pelo governo — FUNAI e CSN. Eles defenderam a importância de possuir um organismo próprio de representação, cuja extinção foi recomendada pelo ministro chefe da Casa Civil da Presidência e pelo CSN, diante da inoperância da FUNAI, que, “ao invés de assistir aos índios, reprime seus verdadeiros líderes, corrompe e promove falsas lideranças”. Defendeu-se também a impção de que somente as comunidades indígenas possam definir quem é índio e quem não é índio e que só elas melhor cuidam de seu ecossistema, não cabendo, portanto, a superposição de áreas de preservação ambiental às áreas ocupadas por índios. O encontro defendeu ainda a participação das comunidades no processo de demarcação de suas terras e a garantia de acesso à educação, conservadas a língua e a história dos povos indígenas. (ESP — 1/5/81) (Ver seção “Entidades Cíveis de Apoio ao Índio”).

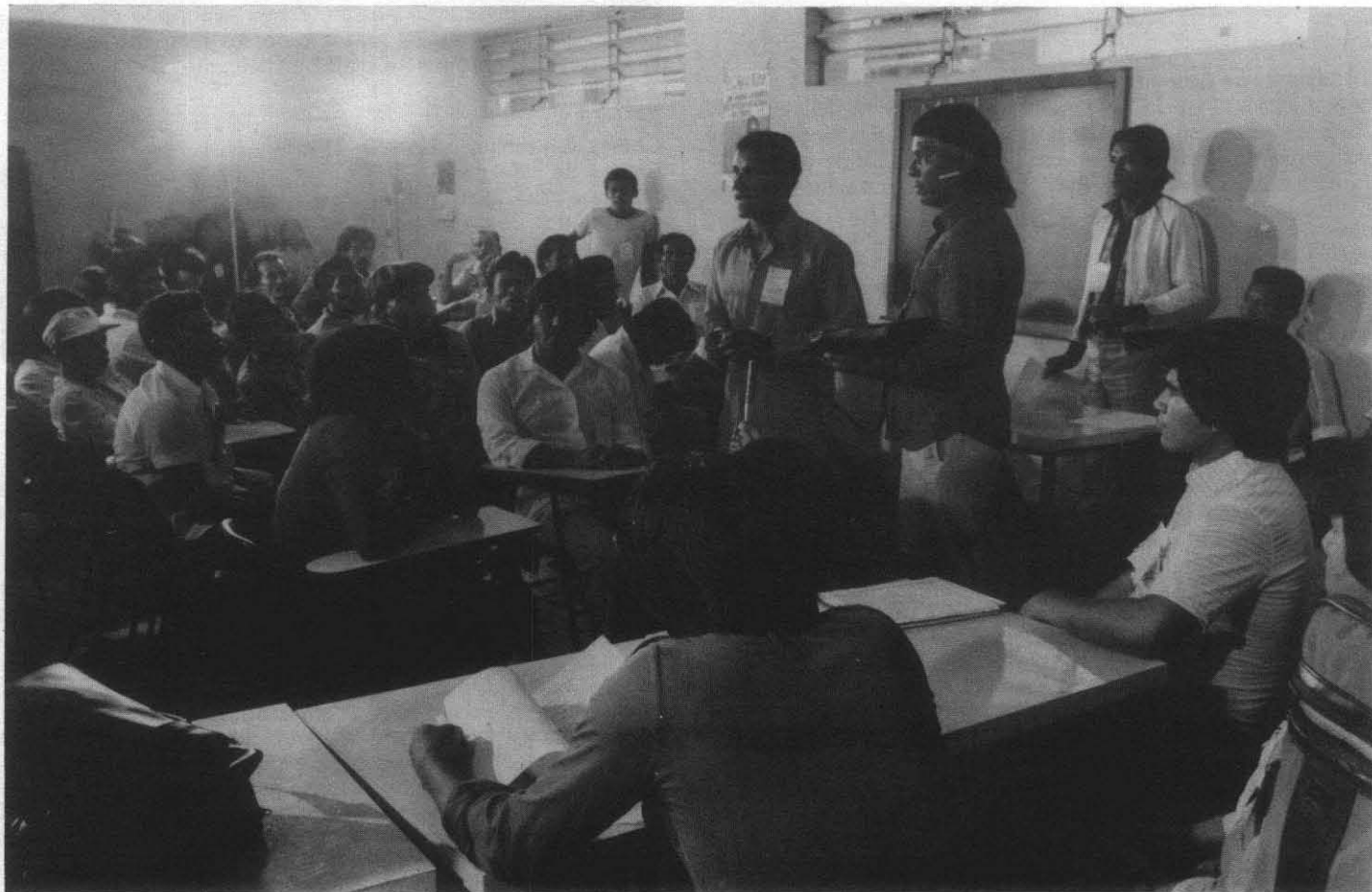
Encontro de líderes indígenas escolhe nova diretoria da UNIND

Representantes de 32 tribos, de várias regiões do país, estiveram presentes ao Seminário realizado entre 26 e 29 de abril, na Igreja de São Domingos, promovido pela Comissão Pró-Índio/SP. Numa reunião fechada, sem a participação de brancos, realizada na tarde do dia 28, foi eleita a diretoria da UNIND, tendo na presidência Marcos Terena, 27 anos, estudante de Administração de Empresas em Brasília; na vice-presidência, Álvaro Fernandes Sampaio da tribo Tukano e Lino Cordeiro, secretário, da tribo Miranha. O cacique Domingos Veríssimo Matos, ex-presidente da UNIND, apresentou, na noite do dia 28, ao público que lotava a Igreja S. Domingos, o novo presidente da entidade Marcos Terena. Na oportunidade ressaltou que através de sua entidade o índio vai mostrar que sabe falar e sabe resolver seus problemas. O novo presidente criticou a FUNAI, assinalando que “a entidade se diz protetora do índio, preocupada com a demarcação das terras, mas o que adianta a demarcação se não existirem índios para habitar essas terras?”. (O São Paulo — 8-14/5/81)

Encontro de líderes indígenas em MS

Começa hoje em Aquidauana (MS) a assembléia indígena reunindo todas as lideranças de Mato Grosso e líderes que estiveram na última assembléia, realizada em São Paulo. Este encontro será dirigido por Marcos Terena, presidente da UNIND. Marcos teme pressões por parte da FUNAI uma vez que alguns participantes da assembléia foram interrogados pela polícia. Para esta reunião já se encontram em Aquidauana chefes das nações Terena, Kadiwéu, Guaraní, Xavante e outros. O tema principal da assembléia é o problema

Encontro de índios, em São Paulo, (foto Vincent Carelli)



da emancipação compulsória que será incluída no Estatuto do Índio, como confirmou o presidente da FUNAI. Os líderes indígenas vão discutir ainda "o direito de se organizarem livremente", partindo da proposta aprovada durante a assembléia de São Paulo e contestando as determinações do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, que em recente comunicado orientou a FUNAI para desestimular a formação de entidades ao estilo da UNIND. Depois do encontro deverão iniciar uma campanha em todo o País reivindicando o direito de organização. (FSP — 3/5/81)

Índios dão prazo para demarcação de suas terras

Um grupo de sete caciques que participaram da assembléia de dezoito líderes indígenas da região amazônica — realizada no mês passado na aldeia Jarauara de Casa Nova — passou por Porto Velho, rumo a Brasília, insistindo na advertência de que "se até o mês de setembro o problema da terra não for solucionado, a FUNAI se responsabilizará por tudo o que acontecer. A terra representa a nossa vida. Não queremos terra para vender, mas para sobreviver, conservar nossos costumes, nossa cultura e tradições". Reivindicando a demarcação de suas terras "com muita urgência", os líderes indígenas voltaram a denunciar invasões por parte de fazendeiros e seringueiros; vendas de bebidas alcoólicas; dificuldades em obter assistência médica; abusos, inclusive sexuais, por parte de peões e comerciantes que entram em contato com as tribos; e uma série de problemas de relacionamento com a FUNAI. Os caciques ainda reiteraram o apelo para que a FUNAI "deixe de proibir a gente de sair de nossas aldeias para participar de assembléias, pois não somos prisioneiros e queremos a liberdade. Sabemos que a FUNAI é um órgão defensor dos índios e esperamos que cumpra o seu dever de defendê-los". (FSP — 10/5/81)

Terena vai a Congresso na Flórida

A FUNAI distribuiu um "release" informando que o índio Terena Jair Moreira, da aldeia Moreira, município de Aquidauana (MS) foi autorizado a embarcar para os Estados Unidos da América do Norte onde representará os índios brasileiros no Congresso Internacional de Americanos Nativos. O congresso será realizado na Flórida e o Terena deverá embarcar dia 25 deste mês. (O Globo — 23/5/81).

FUNAI reitera veto à UNI

O coronel presidente da FUNAI afirmou que a idéia de alguns chefes de tribos de criarem uma União Nacional do Índio não contará com o apoio da FUNAI, que "não permitirá que ela se concretize". Justificou dizendo que "os índios não têm a plenitude de seus direitos civis; e uma entidade dessas é ilegal, pois os índios são considerados menores de idade". (JB — 12/6/81)

Terena ganham causa no TFR

Os índios Terena Samuel Marcos, Nilton, Sebastião e Wilson poderão continuar estudando em Brasília. A decisão é do Tribunal Federal de Recursos, acolhendo o parecer da subprocuradoria-geral da República, segundo o qual a transferência de matrículas nesta época do ano acarretaria transtornos às atividades escolares. Assim, estão mantidas as bolsas de estudos, na forma e nas condições que foram concedidas. O TFR determinou a remessa dos autos para a seção judiciária do Distrito Federal. Os indígenas alegavam que a FUNAI havia cancelado suas matrículas numa escola de Brasília e teria efetuado novas matrículas em estabelecimentos de ensino de Campo Grande (MS). Por isso requereram a concessão de salvo-condutos para permanecer na Capital Federal, onde pretendem continuar os estudos, e

para que possam viajar, independente de autorização do Ministério do Interior, para qualquer parte do País. (ESP — 26/6/81)

UNIND faz denúncia na CDDH-OAB

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB de Brasília recebeu ontem a informação de que o corpo do índio Tuxá José Nabo — desaparecido na Capital Federal desde março, foi encontrado num terreno baldio próximo à cidade satélite de Taguatinga. A informação foi levada aos advogados pelos dirigentes da UNIND — União das Nações Indígenas —, que acusaram a FUNAI de não ter se interessado pelo desaparecimento desse índio, bem como de um outro, da tribo Txucarramãe, do Parque Nacional do Xingu, que sumiu em 1979, quando estava em Brasília. O presidente da UNIND, Marcos Terena, afirmou na OAB que o índio Tukano Álvaro Sampaio — que denunciou o transporte de índias para Manaus, onde elas se prostituíram, e de artesanato indígena em aviões da FAB — está sendo ameaçado de morte. Depois de ter feito essa denúncia, segundo Terena, ele passou a ser ameaçado de morte por outros índios de sua tribo, que seriam amigos do brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira, comandante da INFRAERO em Manaus. (ESP — 26/6/81)

Povos indígenas lutam pela UNI

Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, transformou-se no palco de uma reunião dos povos indígenas do Brasil. Participaram 14 nações da Assembléia da União das Nações Indígenas, UNI, do dia 2 a 5 de maio. Respondendo às manifestações do general Golbery do Couto e Silva, que ordenou à FUNAI proibir a UNI, as lideranças presentes firmaram o compromisso de consolidar a organização autônoma dos povos indígenas.

Compareceram os Tukuna, Xukuru-Kariri, Terena, Wassu, Iranxe, Tukano, Galibi, Kaingang, Guarani, Bakairi, Pareci, Wapixana, Makuxi e Miranha.

Questionou-se a escolha da nova diretoria da UNI, em São Paulo, por ocasião do Seminário Sobre os Direitos Históricos dos Índios, ocorrido de 26 a 30 de abril. Obteve-se certo consenso que a diretoria provisória antiga deveria continuar até ser convocada uma nova reunião, quando se decidiria sobre a diretoria definitiva. (Porantim — jun.-jul./81)

Índios querem manter identidade

Na última reunião, o Conselho Indigenista gastou seu tempo discutindo os nomes a serem dados aos aviões da FUNAI. "Isso não é assunto de índio", comentou Marcos Terena, defendendo mais uma vez a inclusão de um representante indígena no Conselho, criado para assessorar a presidência da FUNAI, mas que se apegava a debates que nada têm a ver com a questão indígena. Participando pela primeira vez de uma reunião da SBPC, índios de várias tribos realizaram ontem uma mesa-redonda sobre a ação das associações indígenas, coordenada pelo presidente da UNIND, Marcos Terena, e que serviu para nova reivindicação de seus direitos como índios. A mesa-redonda teve por objetivo tentar definir métodos de ação para que o trabalho das várias entidades de apoio não fique apenas na crítica, mas que se possa chegar a um consenso quanto ao interesse do índio como pessoa humana diante do relacionamento com a FUNAI e com a situação brasileira. E o que os índios pretendem, na reunião da SBPC, é mostrar sua capacidade de desenvolver seu potencial e de participar da sociedade brasileira, sem que para isso precise deixar de ser índio. A UNIND — que não conta com o apoio da FUNAI — já tem como afiliadas mais de 50 tribos e visa, entre outros objetivos, à educação adequada em todos os graus, a nível nacional e nas mesmas condições que o branco, como está previsto no Estatuto do Índio, e o

ensinamento básico adequado para permitir aos índios bons resultados na lavoura. (JB — 12/7/81)

Encontro indígena em Puyo, Equador

"O mais importante é que as resoluções aprovadas foram boas. Agora vamos esperar que o governo brasileiro não as guarde no arquivo, mas que realmente as aplique." A declaração é do índio Marcos Terena, ao relatar ontem os resultados do encontro de representantes oficiais do Pacto Amazônico e delegados de organizações indígenas, realizado na cidade de Puyo, no Equador. O encontro foi promovido pelo Instituto Indigenista Interamericano, da OEA e terminou no último sábado. No que diz respeito às políticas oficiais dos países signatários do Pacto Amazônico, entre os quais se inclui o Brasil, foram aprovadas as seguintes recomendações: 1) que os respectivos governos apliquem de maneira efetiva os dispositivos legais e acordos internacionais que garantam os direitos das nacionalidades indígenas; 2) que sejam abolidos os dispositivos legais que, de maneira direta ou indireta, atentam contra os direitos fundamentais das nacionalidades indígenas e suas formas autônomas de organização; e 3) que os respectivos governos, no processo de elaboração, formulação e execução da política indigenista, consultem e deem participação às organizações indígenas e que a referida política seja submetida à aprovação daquelas organizações. Um

dos objetivos mais importantes do encontro era a formação de uma comissão permanente, que funcionaria vinculada ao Instituto Indigenista Sul-Americano e ao Pacto Amazônico. Mas sua criação acabou não sendo aprovada. (FSP — 5/8/81)

FUNAI transfere Marcos Terena de Brasília

A FUNAI determinou a transferência do índio Marcos Terena, que estava matriculado na Universidade Católica de Brasília, para a Universidade de Campo Grande (MS), sob a justificativa de que todo índio deve estudar em cidades próximas de suas aldeias. Marcos Terena é presidente da União das Nações Indígenas e afirmou que não aceitará a mudança, pois a FUNAI estaria interessada, na realidade, "em afastar de Brasília os índios que estão questionando a política indigenista aplicada pelo órgão". (ESP — 13/8/81) (Ver seção "Política Indigenista Oficial/FUNAI e MINTER").

Pela primeira vez Andreazza recebe índios

Pela primeira vez, desde que assumiu o Ministério do Interior, o ministro Mário Andreazza recebeu uma comissão de líderes indígenas. Marcos Terena, presidente da União das Nações Indígenas (UNIND), Idjarruri Karajá, Carlos Terena

Mário, ex-cacique. Juruna, deputado?

De chefe da aldeia Xavante de Namukurá a candidato a uma vaga na Câmara Federal pelo PDT do Rio, Juruna se transformou no índio mais conhecido do Brasil e figura controvertida nos meios indigenistas. No ano de 81, prosseguiu ocupando grande espaço na imprensa. Seus pronunciamentos foram veiculados por nada menos que 60 jornais de todo país, além das entrevistas especiais para a televisão. À sua escalada como político, a FUNAI respondeu com um bombardeio de "notinhas" acerca de sua vida pessoal e de sua "integração" aos costumes dos brancos, veiculadas pela imprensa através de colonistas sociais do Rio e de São Paulo. Essa tentativa de "emancipação pela difamação", contudo, não arrefeceu o ânimo do cacique, que em 81 enriqueceu seu acervo de frases de efeito, sempre cheias de humor e ridicularizando as ações da política indigenista oficial. Veremos agora se, em 82, Juruna passará no teste das urnas, para o que dependerá basicamente do apoio de setores da classe média carioca.

Comercial dá o que falar

"Eu índio, não sofre figado. Eu usa planta jurubeba. Cacique Juruna tá na cidade, só toma Atalaia Jurubeba", bastaram quinze segundos com o cacique Mário Juruna no ar para que o comercial passasse a ser um dos mais comentados pelo público e pelos publicitários. As classificações vão de "genial" a "horível", mas a verdade é que ninguém conseguiu ignorar o comercial, que já ganhou até críticas em jornal e notas em colunas sociais. (FSP — 12/1/81)

FUNAI acusa Juruna de roubar jipe

O cacique Xavante Mário Juruna está sendo acusado, na delegacia da Barra do Garça, município de Cuiabá, de ter roubado um jipe da FUNAI no dia 16 de janeiro, quando solicitou condução para ir até a Casa do Índio, a 200 m de onde estava. Segundo a FUNAI, Juruna roubou o jipe, mas grande parte da população da cidade, entre políticos, estu-

dantes e comerciantes, afirma que o veículo jamais poderia ser roubado: ele pertence à aldeia Namukurá, da qual Mário Juruna é líder. (ESP — 8/2/81)

Índio também tem vez

"Branco pode fazer propaganda e ninguém fala nada. Político também. Pelé ganha milhões e ninguém pergunta como ele gasta." A reclamação irritada, foi feita pelo cacique Mário Juruna. (O Popular — 20/2/81)

Minhocagem

Juruna fala do tratamento de minhoca que a FUNAI dá aos povos indígenas: "Minhoca cava por baixo, destrói choupana de índio, e depois desaparece. Assim é FUNAI. Foi criada para proteger o índio mas hoje FUNAI quer acabar com o índio." (O Popular — 20/2/81)

Juruna: "FUNAI nos trata como violão"

O cacique Mário Juruna acusou a FUNAI de tratar os índios como se fossem violão, "tocam quando querem e depois botam num canto". (Jornal da Bahia — 20/2/81)

Juruna critica Igreja, Figueiredo e a FUNAI
Juruna disse ontem, em entrevista, que o presidente João Figueiredo "não tem interesse pelo problema do índio brasileiro, pois não recebe seus representantes" e fez críticas à Igreja, "em particular aos salesianos", e à FUNAI.

Na entrevista, Mário Juruna divulgou o texto do ofício enviado no mês passado ao Palácio do Planalto, solicitando uma audiência e pedindo que o presidente "acabe com este órgão incompetente" (FUNAI) e "nomeie pessoas idôneas que estejam dispostas a viver junto com o índio".

Juruna explicou que estava divulgando o documento porque "cansou de esperar uma resposta do presidente sobre as reivindicações dos índios". Em suas críticas à Igreja, disse que "padre só pode ser considerado padre se estiver na de-

fesa dos pobres". Para ele, existem poucos religiosos que seguem esta linha na Igreja do Brasil. (O Globo — 20/2/81)

Juruna quer morte de cacique esclarecida

No sexto dia de visita a Salvador (BA) o cacique Xavante Mário Juruna revelou ontem que no encontro com o Governador pediu a divulgação dos resultados das investigações sobre o assassinato do cacique Pankararé, Ângelo Xavier, ocorrido em dezembro de 79. Os criminosos não foram presos até hoje. Após receber relatório sobre o caso da Associação de Apoio aos Índios, o líder Xavante lembrou que o cacique Pankararé foi morto em emboscada por um pistoleiro conhecido como Antônio de Lino, que em seguida teria se refugiado na região desértica do Raso da Catarina, próximo à tribo. Juruna acha estranho que o pistoleiro não tenha sido ainda encontrado pela polícia. (JB — 25/2/81)

FUNAI não impede candidatura de Juruna

A FUNAI pronunciou-se sobre a intenção do cacique Mário Juruna de se candidatar a deputado federal nas próximas eleições legislativas: "De direito ele não pode ser candidato, mas de fato, sim". Juruna justificou sua candidatura como consequência da política de pressão da FUNAI.

Para a FUNAI, embora o Estatuto do Índio estabeleça a capacidade civil do índio, o órgão não pensa em impedir a sua candidatura "porque já há precedentes". Os precedentes a que se refere a FUNAI foram as candidaturas de alguns índios a vereador nas últimas eleições. Em sua justificativa, Juruna acusa o órgão de tentar desativar as atuais lideranças Xavante, já tendo retirado da chefia os caciques Aniceto e Cipriano.

Na opinião da FUNAI, Juruna, "para se calcar dentro da legalidade, deveria apresentar requerimento pedindo a sua emancipação" (Correio Braziliense — 6/3/81)

Juruna filia-se ao PDT e pretende ser deputado

O cacique Xavante Mário Juruna assinou

e Paulo Miracureu (Bororó), foram recebidos no gabinete do ministro Andreazza em companhia do coronel Paulo Leal, presidente da FUNAI. Os índios foram ao Ministério atendendo a um convite de Andreazza, informou Marcos Terena. "Por nossa cabeça nunca passou a idéia de facção — disse o presidente da UNIND dirigindo-se ao ministro —, de atender a determinados grupos políticos ou partidários. Nossa intenção sempre foi a de cordialidade, colocar nossos problemas de homem para homem, com lealdade. Devemos respeito às autoridades, mas elas também devem respeito às comunidades indígenas, dentro dos princípios dos direitos humanos." (ESP — 27/10/81)

Encontro entre CNBB e UNIND

O secretário-geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, afirmou que "é necessária uma tomada de consciência da importância dos povos indígenas para a nação brasileira. Que a Nação seja capaz não só de recuperar as falhas do passado, mas de alcançar um nível superior de valorização da pessoa humana". D. Luciano fez essa afirmação ao receber o presidente da União das Nações Indígenas (UNIND), Marcos Terena, acompanhado pelos representantes das comunidades Bakairi, Bororo e Karajá, todos do Mato Grosso. Durante o encontro, Marcos Terena entregou ao bispo um

documento completo sobre as atividades da UNIND, até mesmo a troca da correspondência entre os índios e os dirigentes da FUNAI, que desconhecem a UNIND como entidade. (FSP — 19/12/81) (Ver seção "Igrejas e Índios").

Líderes indígenas decidem trabalhar dentro da FUNAI

Os criadores da União das Nações Indígenas (UNIND), entre eles o atual presidente da entidade, Marcos Terena, bem como Paulo Miracureu, do grupo Bororó, de Mato Grosso, estão pretendendo trabalhar dentro da FUNAI. Essa proposta — explicou Marcos Terena — "faz parte dos novos planos, da nova fase da UNIND, que não quer mais ficar simplesmente na denúncia, mas atuar onde se decidem os destinos dos povos indígenas do País". Justificando sua proposta em levar a UNIND a atuar dentro da FUNAI, Marcos Terena afirma que "esta pode ser uma forma de se reduzir ao máximo o índice de erros dos executores da política indigenista, pois um erro, por menor que seja, pode trazer consequências desastrosas para os índios, inclusive com perdas de vidas, como já fomos testemunhas muitas vezes". Depois de 18 meses de atividades, os integrantes da UNIND já começam a pensar em novas maneiras de agir. Marcos Terena fez um balanço sobre as atividades da UNIND, afirmando que o ano de 81 "foi de fortalecimento interno do grupo". (FSP — 21/12/81).

ontem à tarde, na sede do PDT, a ficha de filiação ao partido do ex-governador Leonel Brizola, confirmando que pretende se candidatar a deputado federal pelo Estado do Rio, com o propósito de defender "não só os direitos dos índios, mas do posseiro, do trabalhador, de todo esse pessoal sofrido, que só recebe ferida, miséria e fome". Juruna suou muito diante dos refletores, microfones e gravadores, mas respondeu aos repórteres com muita firmeza: "O branco aprende o que tinha que aprender com o índio. Agora, sou eu que vou aprender com o branco para ajudar os índios. Vou me candidatar a deputado federal pelo Rio — declarou Juruna — porque sou brasileiro e livre. Por isso posso me candidatar por onde quiser, neste País." O cacique explicou também porque escolheu o PDT como o partido ideal para a sua candidatura: "Como eu sou livre, poderia escolher qualquer partido. Antes eu tinha escolhido o PMDB. Mas, como o PMDB demorou muito a me chamar, a se interessar por mim, eu conversei com o companheiro Norberto, que encontrei na esquina, lá em Barra do Garças. Em quatro minutos ele acertou comigo de falar com o Brizola. Acho que agora está na hora de assumir grande responsabilidade. Espero que o PDT me ajude, porque sozinho não dá para lutar. O governo vai ter que ouvir o representante indígena. Não vou abrir mão dos nossos direitos, não vou brincar à frente da minha comunidade. Minha luta em favor do índio terá três pontos. Demarcar as terras indígenas, exigir o respeito à demarcação e escritura das terras demarcadas." Mário Juruna prometeu ainda lutar contra a FUNAI, "que não precisa acabar, o que precisa é tirar os homens que mandam lá. A FUNAI está pisando em cima do índio." (FSP — 22/9/81)

Líderes apóiam Juruna para deputado

"Para defender a causa indígena, os índios devem se candidatar em qualquer partido, até no PDS. Este negócio de partido é coisa de branco. O mais importante para nós é ter mais um canal para buscar alguma solução para o problema indígena no País." A declaração é do presidente da UNIND, Marcos

Terena, que juntamente com outras três importantes lideranças representativas dos Tukano, Xavante e Juruna, decidiram ontem apoiar a candidatura de Mário Juruna a deputado federal, pelo PDT. (FSP — 8/10/81)

"Não fiquem tristes com o casamento do Juruna"

O cacique Aniceto, da reserva Xavante de São Marcos, anunciou ontem em Brasília, que Mário Juruna vai realmente se casar hoje na cidade de Barra do Garças, com uma mulher branca e que nenhum índio foi convidado para a cerimônia. Aniceto preferiu não julgar a atitude do cacique afirmando apenas que se preocupa com a possibilidade de o casamento não dar certo, já que "o branco é diferente do índio". Ele apoiou a iniciativa de Juruna de candidatar-se a deputado pelo PDT, acreditando que como deputado, ele poderá trabalhar mais pela sua tribo. "Não fiquei triste por não ter sido convidado para o casamento de Mário" — disse Aniceto. Fico realmente triste quando a FUNAI não cumpre as promessas que faz para os índios. Isso sim realmente nos magoa." Aniceto foi a Brasília pedir ao presidente da FUNAI o afastamento do chefe da Ajudância do órgão em Barra do Garças, Rodolfo Valentim. (ESP — 12/12/81)

Juruna defende criação de uma federação indígena

Após ressaltar que a FUNAI "tomou conta do índio e não há necessidade dele ser instrumento, objeto do governo, que não dá direito nem para branco", o cacique Mário Juruna afirmou que a criação da Federação das Nações Indígenas permitirá levar os problemas dos índios ao governo: "Quero que o índio seja ouvido como pessoa, como brasileiro, não quero que a FUNAI seja tutora do índio".

Ao rebater as críticas de que as constantes viagens o afastam de sua tribo, o cacique Mário Juruna salientou que não está se desligando dos índios: "Estou falando dos seus problemas em todos os lugares. O branco sai

toda hora e ninguém fala. Agora quando é o índio, acham que ele está deixando sua tribo". Ele também considerou que o comercial que gravou para a televisão não prejudicou sua imagem de líder indígena. (Jornal de Brasília — 5/5/81)

Juruna amargurado com críticas de certa "imprensa"

Juruna passou por Curitiba, com destino a Mangueirinha, mostrando-se muito decepcionado com certa imprensa: "Estão dizendo muita mentira, muita calúnia a meu respeito, me acusando sem nenhuma prova", disse o líder Xavante ao acrescentar que alguns jornais e revistas que "falam coisas sem prova sobre minha pessoa não dizem nada contra o governo, contra o Ministro do Interior, que vende terra do índio para estrangeiro". (O Dia — 10/5/81)

"Notinhas" da FUNAI denigrem imagem

Mário Juruna andou desautorizando muita gente que andava colocando frases em sua boca. O recado serve para a assessoria de imprensa da FUNAI que adora mandar "notinhas" para as colunas sociais ridicularizando o índio. Aliás não fica bem para o órgão tutor procurar denegrir a imagem do líder Xavante — pois isso atinge a toda a comunidade índia a quem a FUNAI tem o dever, ainda não revogado, de assistir. (Correio Braziliense — 22/6/81)

Juruna discursa para vereadores

"O índio não deve continuar sendo tratado como o foi no passado, quando foi massacrado, empurrado, afastado e teve suas terras roubadas. Está na hora do governo ajudar o índio, dando-lhe trabalho, educação, escola, hospital, recursos para agricultura e informações." As afirmações são do cacique Mário Juruna, que visitou ontem a Câmara Municipal de São Paulo e fez um discurso, onde também pediu o auxílio dos políticos que, segundo ele, não devem se afastar do povo depois de eleitos. (FSP — 26/8/81)

Política indigenista oficial/ FUNAI e MINTER

As metas **anunciadas** pela FUNAI e MINTER não sofreram grandes alterações em 81, em relação ao ano anterior. Como sempre a ênfase recaiu no programa de demarcação de terras — cujos progressos reais foram insignificantes —, nas grandes inversões de recursos para os chamados “projetos de desenvolvimento comunitário” (ver seção “Região V: Sul”) e melhoria dos serviços de assistência médica.

Apesar da velha retórica oficial, o destaque em 81 foi a incompatibilização aberta da FUNAI e da política indigenista oficial com as reivindicações indígenas e com os setores que apoiam os povos indígenas nas lutas em defesa dos seus direitos.

A FUNAI deu seqüência ao seu projeto de emancipação compulsória de índios, cujo ponto culminante foram os tais “critérios de indianidade” formulados sob responsabilidade da AGESP, documento classificado como “racista e fascista” pela presidente da ABA (ver seções “Emancipação e Critérios de Indianidade” e “Antropólogos”). Na mesma linha, a FUNAI incentivou estudos para alterar o Estatuto do Índio para responsabilizar índios criminalmente perante a justiça comum.

As tentativas de controlar as lideranças indígenas que começam a despontar a nível regional e nacional incluíram medidas arbitrárias, como as ameaças de cassar as bolsas de estudo que mantinham em Brasília estudantes indígenas e cerceamento do trânsito de lideranças que buscavam a Capital para levar suas reivindicações.

Ao encerrar-se em outubro de 81, a gestão do cel. Nobre da Veiga havia conseguido ainda acrescentar ao seu currículo de atrelamento à política desenvolvimentista mais geral do governo uma portaria que facilita a exploração de minérios em áreas indígenas.

A nomeação do cel. Leal para presidente da FUNAI, com larga experiência de trabalho junto ao CSN, reabriu os contatos com as Igrejas, a ABA, os indigenistas e as lideranças

indígenas. As promessas de demarcações localizadas em áreas de conflito, mais especialmente nas áreas de grande “visibilidade política” (como a área Yanomami e Nambiquara), parecem estar apoiadas nos arquivos do CSN e nos serviços cartográficos e topográficos do Exército. Essa situação sugere um certo divórcio entre as intenções do presidente e os atuais quadros dirigentes da FUNAI.

Mineração em área indígena autorizada

A partir de agora as empresas estatais poderão lavrar minérios em áreas indígenas. As autorizações serão concedidas “quando se tratar de minerais estratégicos necessários à segurança e ao desenvolvimento nacional”. Esta decisão foi tomada em conjunto pelos ministros Mário Andreazza, do Interior, e César Cals, das Minas e Energia, através de portaria assinada dia 15 passado.

A portaria interministerial estabelece, ainda, que as autorizações só serão outorgadas, “após assentimento da FUNAI, através de processo regularmente examinado e informado pela FUNAI”. Caberá ainda ao órgão tutor encaminhar ao DNPM, num prazo de 60 dias, planta da situação das terras indígenas ou “presumivelmente habitadas pelos índios”. (FSP — 20/1/81)

FUNAI perde departamento

O DGPC da FUNAI foi transformado em Assessoria de Estudos e Pesquisas por decisão do coronel Nobre da Veiga, presidente do órgão. O diretor do ex-departamento, coronel Ivan Zanoni Hausen, agora está subordinado à presidência da FUNAI como assessor técnico e limitado a pesquisas e estudos lingüísticos, etnológicos, sócio-culturais e psicológicos. As antigas atribuições do DGPC estão agora sob responsabi-

lidade do DGO, que além de controlar o atendimento dos postos indígenas, será responsável ainda pelo planejamento comunitário, saúde e educação. O DGO é dirigido pelo coronel José Silveira. (FSP — 23/3/81)

FUNAI inspeciona "Novas Tribos"

O presidente e diretores da FUNAI, acompanhados do secretário-geral do Ministério do Interior, iniciam hoje uma viagem de quatro dias aos grupos indígenas do Alto Rio Negro, no Amazonas, incluindo 14 comunidades, com o objetivo oficial, conforme foi anunciado ontem, de avaliar o trabalho das missões "Novas Tribos do Brasil". Fontes da FUNAI revelaram que a viagem tem por finalidade, na verdade, inspecionar o trabalho daquelas missões diante de denúncias do CIMI e de antropólogos, de que estariam utilizando meios de aculturação contrários à política indigenista do País e, com isto, deturpando a cultura indígena. As mesmas fontes da FUNAI informaram terem sido demarcados até agora apenas 13,7 milhões de hectares de um total de 41 milhões de hectares de terras indígenas. (ESP — 7/4/81)

FUNAI dificulta saídas de índios das reservas

Toda pessoa ou entidade que retirar índios das aldeias para participar de reuniões, encontros, congressos e quaisquer outras atividades, inclusive passeios, sem autorização do órgão tutelar, ficará responsabilizada por toda despesa decorrente da movimentação de qualquer acidente que possa ocorrer e responderá criminalmente por danos causados. (JB — 22/5/81)

Ameaças do presidente da FUNAI

"Desatinos e desvarios cometidos por índios contra pessoas ou propriedades, fora de suas reservas e que se configurarem como delitos, serão de inteira e exclusiva responsabilidade de quem os praticar. Isto posto, os silvícolas que assim procederem, estarão sujeitos aos procedimentos legais cabíveis, inclusive com ações policiais próprias, a cargo dos governos estaduais, que se esforçarão em mantê-las a nível preventivo, conforme estabelece o Estatuto do Índio." A declaração foi feita ontem pelo presidente da FUNAI através de nota. A divulgação desta nota foi desaconselhada pelo Ministério do Interior mas não houve tempo de evitar sua distribuição. (FSP — 3/6/81)

FUNAI ganha ações contra juízes

Seis ações em defesa do índio foram ganhas pela FUNAI junto ao Tribunal Federal de Recursos. Entre elas estão: a ação para retirar invasores das terras dos índios Suruí, no Posto 7 de Setembro; a ação que suspendeu a liminar concedida pelo juiz do Amazonas, em mandado de segurança impetrado por madeireiros de Benjamim Constant, contra ato do Chefe da Ajudância da FUNAI no Alto Solimões, proibindo o abate de madeiras nas áreas indígenas Ituí, São Luís, e Rio Branco; outra, cassou a segurança concedida pelo juiz federal de Mato Grosso e determinou a cessação do abate de madeira na área dos índios Nambiquara, no Vale do Guaporé; outra deu ganho à FUNAI na apelação de José Pinto pela reintegração de posse de terras da colônia indígena Teresa Cristina, no Mato Grosso. O TFR afirmou que "são manifestadamente inconstitucionais leis e convênios estaduais que visem a reduzir as terras reservadas aos silvícolas, ou transferi-las a terceiros". (JB — 3/7/81)

FUNAI deve prestar contas

Ao suspender, ontem, o julgamento de um processo de tomada de contas da FUNAI, o Tribunal de Contas da União exigiu daquele órgão "esclarecimentos ou justificativas" sobre diversas falhas nas suas contas referentes ao exercício de

1980. Uma das falhas que a FUNAI deverá esclarecer, refere-se ao recebimento de recursos no valor de 2.280.780,74 cruzeiros, "ainda não justificados". (FSP — 8/7/81)

Dados da FUNAI sobre demarcação de terras

O Presidente da FUNAI comentou que está sendo acelerado o processo de regularização de terras indígenas. Assim, em sua administração, 24 áreas, num total de 1.564.613 hectares, deverão ser demarcadas, utilizando um montante de Cr\$ 70.516.500,00. Em 1981 e 82 deverão gastar 1.321.000 cruzeiros. A partir da criação da FUNAI, em substituição ao SPI, foram demarcadas até agora, 12.548.613 hectares de terras indígenas, que não cobrem nem a metade das existentes no País. Estes são dados oficiais. (ESP — 9/7/81)

FUNAI quer demitir funcionários índios

A FUNAI está ameaçando demitir cerca de 300 funcionários indígenas que trabalham para o órgão em diversas regiões do País. A denúncia foi feita também ontem por Marcos Terena. Segundo ele, o fato surgiu há uma semana e a posição da FUNAI é demitir os índios que não quiserem se emancipar, alegando irregularidades nas relações de trabalho. "Para nós, essa posição é inaceitável, pois somente ao índio compete decidir sobre sua emancipação" — afirmou Marcos Terena. (FSP — 10/7/81)

Elogiada política do governo

"Nunca o governo esteve tão preocupado com a demarcação das terras indígenas como agora" — afirmou ontem o sertanista Orlando Vilas Boas, após ter participado de um almoço na sede do Rotary Club, quando fez uma breve palestra sobre o índio brasileiro.

Atualmente ele é assessor da Presidência da FUNAI e membro do Conselho da entidade, trabalhando somente em áreas de atrito entre comunidades indígenas e a civilização. (FT — 25/7/81)

Advogados da FUNAI defendem pena de prisão para os índios

Um amplo estudo sugerindo alterações no Estatuto do Índio, entre as quais um capítulo que confere aos silvícolas responsabilidade criminal, podendo ser até julgado pela Justiça Comum para cumprirem pena em presídios — será encaminhado na próxima semana ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, como conclusões do I Encontro Nacional dos Advogados da FUNAI.

No Encontro, os advogados discutiram a questão da terra, da integração do índio e da liberação do regime tutelar — medida que, segundo o procurador jurídico do órgão, Afonso Augusto de Moraes, poderá ser provocada pela FUNAI com uma ação declaratória na Justiça. A definição destes temas estava sendo aguardada desde que a FUNAI iniciou estudos sobre "critérios de Indianidade" e depois que o Gabinete Civil da Presidência, em ofício encaminhado ao órgão, em maio, determinou alterações no Estatuto do Índio. (Jornal de Brasília — 26/7/81)

Sem explicação FUNAI pune Terena...

A FUNAI "transferiu" a matrícula escolar do índio Marcos Terena de Brasília para Campo Grande (MS), sem qualquer consulta ao aluno. Ao mesmo tempo, tomou a iniciativa de anunciar que não mais pagará sua hospedagem e a alimentação na Casa do Ceará, onde ele reside. Marcos Terena, presidente da UNI, foi surpreendido por essas informações ao retornar do Equador, onde participou de um congresso internacional de nações indígenas da Região Amazônica. Ele estuda atualmente na Faculdade Católica de Ciências Humanas de Brasília, onde cursa o 6º semestre do curso de

Administração de Empresas, e o ofício da FUNAI diz que o órgão "tomou providências e efetivou sua matrícula nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso — Campo Grande, por transferência". Além de estudante de nível universitário, Marcos Terena é piloto e trabalhava para a própria FUNAI, que o demitiu quando ele se recusou a requerer sua emancipação. Para sobreviver em Brasília, ele acabou aceitando um emprego na Câmara dos Deputados, contratado pela CLT, onde está montando uma assessoria indigenista. (FSP — 12/8/81)

FUNAI diz que não foi "castigo"

A transferência do índio Marcos Terena, de Brasília para Campo Grande (MS), não deve ser vista como uma punição imposta pela FUNAI. Esta foi a explicação dada ontem, em nota, pela assessoria de imprensa do órgão a respeito da determinação do DGO da FUNAI, que, sem qualquer aviso prévio, comunicou a Marcos Terena sua transferência. Segundo a FUNAI, "o que houve foi o cumprimento de normas do órgão, relativas à concessão de bolsas de estudo para localidades mais próximas das aldeias dos índios-estudantes, onde existem níveis de instrução compatíveis com o curso a ser cumprido pelo estudante". Diz ainda a nota que a FUNAI tem como objetivo levar os índios para as cidades mais próximas das aldeias, "permitindo sua presença mais constante, mantendo assim seus padrões culturais de origem". (FSP — 13/8/81)

O raciocínio do coronel da FUNAI

O coronel-presidente da FUNAI, comentando ontem em Belém do Pará o que ele próprio considerou um excesso de reservas existente atualmente no País, que eram 86 em 1973 e se elevaram para 256 até o ano passado, admitiu a seguinte explicação para o fenômeno: "Das duas uma. Ou o antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) foi ineficiente e depois houve uma eficiência muito grande da FUNAI, ou então houve má-fé da FUNAI e eficiência do SPI". No entender do coronel Nobre da Veiga, que abordou a questão durante um debate na reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, após vários governadores e representantes de governos da Amazônia terem criticado os critérios adotados para a criação de algumas reservas, o excesso de áreas destinadas exclusivamente às populações indígenas seria resultado de más administrações anteriores. (ESP — 28/8/81)

FUNAI não colocará obstáculo

A Fundação Nacional do Índio não fará nenhuma objeção à candidatura do ex-cacique Mário Juruna a deputado pelo PDT do Rio. Sua elegibilidade depende apenas de parecer do Superior Tribunal Eleitoral que, se favorável, não implicará emancipação "ex-officio" por parte do órgão tutelar. O assessor de imprensa da FUNAI disse que a diretoria do órgão estranhou a atitude do ex-cacique. Há dois meses Juruna esteve aqui e reuniu todo mundo para dizer que precisava de auxílio, porque desejava abandonar a política e se tornar fazendeiro. E ele, agora, vem com essa — desabafou. Há quatro indígenas exercendo o mandato de vereador: Jair Oliveira, Terena de Aquidauana (MS) e presidente da Câmara local pelo PDS; Isaias Amorim Ferreira (MS), do posto indígena Pilade Rebois, em Miranda, e Pedro Vitorino da Silva (MS), do posto indígena Nioaque e também presidente do diretório do PDS. O cacique Antônio Taré, do posto Cariri, de Porto Real do Colégio, Alagoas, é vereador eleito pelo ex-MDB e hoje está no PTB. O cacique Kaingang Ângelo Cretã, de Mangueirinha (PR), era vereador pelo MDB e tido como um dos mais combativos, entre os líderes indígenas do Sul do país, até morrer num acidente automobilístico no final de 1969. (JB — 22/9/81) (Ver Box "Juruna").

Pedida demissão do coronel presidente da FUNAI

O deputado Antônio Carlos de Oliveira (PT-MS) pediu ontem, na tribuna da Câmara Federal, a demissão do presidente em exercício da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, "em nome da moralidade pública". O dirigente da FUNAI é acusado de haver adquirido, sem licitação, um prédio para o órgão no valor de 111 milhões de cruzeiros, e de ter gasto 115 milhões na sua reforma. Além de encaminhar documentos e declarações de cartórios que, segundo ele, comprovam a prática de corrupção pelo coronel Nobre da Veiga, Antônio Carlos considerou "estranha" a aquisição de um apartamento por 29 milhões de cruzeiros, no Rio de Janeiro, pelo "chefão da FUNAI, que é um assalariado e funcionário público", 30 dias após a compra do prédio. O parlamentar matogrossense aponta ainda que, na reforma do prédio, a empresa de engenharia Santa Bárbara será remunerada com 115 milhões de cruzeiros, embora tenha cobrado 60 milhões pelo serviço. (FSP — 24/9/81)

Demissão do coronel-presidente da FUNAI não é confirmada

O assessor de imprensa da FUNAI disse ontem que as notícias sobre a demissão do coronel-presidente "não passam de boato e ele está voltando no dia 7 de outubro". Os boatos sobre a provável demissão do coronel começaram a circular quando embarcou para a Europa no início de setembro, em seu segundo período de férias neste ano, e se intensificaram nos últimos dias, depois que os deputados federais Antônio Carlos de Oliveira (PT-MS) e Modesto da Silveira (PMDB-RJ) acusaram o coronel de corrupção. Segundo os parlamentares, ele cometeu irregularidades, inclusive em seu próprio benefício, na operação de compra e reforma de um prédio para a FUNAI — o que também foi desmentido pelo órgão. Segundo assessores do ministro do Interior, o coronel-presidente continua gozando de inteira confiança do ministro e não deverá se afastar do cargo, pois "está cumprindo missão". Esses mesmos assessores admitem, entretanto, que o coronel Nobre da Veiga já está "cansado" da FUNAI e, "considerando ter cumprido a missão de reorganizar o órgão tutor, está disposto a sair". (FSP — 30/9/81)

FUNAI não se manifesta sobre denúncia de antropólogos

Os dirigentes da FUNAI procurados ontem, em Brasília, esquivaram-se de se manifestar sobre a denúncia da presidente da ABA, Eunice Durhan, segundo a qual alguns critérios apontados pela FUNAI como indicadores de indianidade "são perigosos, fascistas e racistas". Eles adiantaram apenas que o órgão tomou conhecimento das acusações e que sobre elas se pronunciará hoje, provavelmente em nota oficial. Ainda ontem, o deputado peemedebista Ronan Tito, de Minas Gerais, propôs que na direção da FUNAI sejam colocados antropólogos e indigenistas "que tenham maior sensibilidade para viver e conviver com os problemas dos índios", substituindo-se, assim, "uma posição militar que impede os índios de irem se desenvolvendo de acordo com a sua cultura e com as suas tradições". (FSP — 5/10/81) (Ver seção "Antropólogos").

O coronel da "disciplina"

A partir de novembro de 1979, quando o coronel João Carlos Nobre da Veiga assumiu a presidência da FUNAI, a palavra de ordem foi "disciplina". Por indisciplina, o coronel demitiu 39 funcionários, entre antropólogos, professores, sociólogos e médicos, no dia 1º de julho do ano passado. Por disciplina, seus assessores (cerca de 12 coronéis), convocaram a Polícia Militar de Brasília para cercar o prédio da FUNAI quando, no dia 5 de maio de 1980, 33 Xavante invadiram o gabinete do coronel Nobre da Veiga, exigindo suas terras, respeito à sua cultura e punição dos corruptos. Era preciso manter a ordem a todo custo, e o coronel Nobre da Veiga jamais admitiu oposição. Paranaense, 54 anos, o co-

ronel sempre trabalhou em funções ligadas à segurança e informação. Seu último emprego, antes da FUNAI, foi de chefe da assessoria de segurança e informação da DOCEGEO (empresa de mineração, subsidiária da Vale do Rio Doce). A maioria de seus assessores também estiveram ligados aos problemas de segurança. Apesar de toda a disciplina, o coronel não conseguiu evitar os graves conflitos que ocorreram durante sua administração. (ESP — 15/10/81)

Coronel-presidente deixa, tarde, a FUNAI

O ministério do Interior aceitou ontem à noite o pedido de demissão do coronel João Carlos Nobre da Veiga da presidência da FUNAI. O sucessor deverá ser o coronel-aviador Paulo Moreira Leal, atual assessor da FUNAI, segundo nota divulgada pelo Ministério. A administração de Nobre da Veiga foi marcada inicialmente por vários problemas internos da FUNAI que culminaram com a demissão de 39 indigenistas e de vários antropólogos. Os funcionários foram acusados de indisciplina, depois de terem encaminhado uma carta ao ministro do Interior, criticando a política indigenista oficial. Indigenistas e entidades de apoio ao índio criticaram, nesses dois anos, o número excessivo de militares que Nobre da Veiga empregou na FUNAI, todos eles ocupando cargos de chefia. Além disso, o coronel assistiu a vários conflitos em áreas indígenas por problemas de terra, dois deles com a morte de várias pessoas em ataques feitos pelos índios. Ocorreram também epidemias de sarampo e coqueluche em várias tribos e a FUNAI foi acusada de não dar assistência adequada, havendo inclusive denúncias de negligência médica na morte de 16 crianças do Xingu. (ESP — 15/10/81)

O novo presidente da FUNAI: coronel da Aeronáutica Paulo Leal

O coronel da Aeronáutica Paulo Moreira Leal, foi nomeado ontem presidente da Fundação Nacional do Índio, por ato assinado pelo vice-presidente em exercício Aureliano Chaves. O coronel Leal concedeu uma rápida entrevista em que convocou a imprensa para ajudá-lo em sua nova missão. A posse do novo presidente está marcada para segunda-feira, às 16h30m, no auditório do Ministério do Interior. Em contato com os índios desde 1955, quando começou a pilotar os "saudosos B-17" à procura de petróleo, o coronel Leal é o primeiro presidente da FUNAI que assume o cargo com uma larga experiência dos problemas indígenas, pois até setembro passado trabalhava na Terceira Subchefia do CSN. Este departamento — explicou — "trata do campo psico-social, tensões, conflitos, e por isso entrei em contato com o problema do índio". "A FUNAI é uma missão difícil — disse. Mas alguém deve ir para a trincheira, alguém deve tentar esta missão." Desde que assumiu o cargo de assessor da presidência da FUNAI, em 15 de setembro passado, o novo presidente começou a visitar todos os departamentos, dedicando-se, fazendo observações e estudando todos os processos e pesquisas, mas afirma que, até ser convidado para o cargo de presidente, "não sabia de nada". (FSP — 16/10/81)

As mudanças com o novo coronel

Paulo Leal fará algumas modificações nos quadros da FUNAI, mas os nomes de seus principais assessores ainda não foram revelados. Sabe-se apenas que o coronel Ivan Zanoni Hausen, diretor da AGESP, também da Aeronáutica, desempenhará importante papel na nova administração. Na FUNAI, há um clima de suspense, mas os mais antigos funcionários da casa, inclusive sertanistas, não escondem a satisfação pela saída do coronel Nobre da Veiga, demonstrando muita confiança no novo presidente. (FSP — 16/10/81)

Novo coronel-presidente da FUNAI seguirá "obra" do anterior

A principal meta da nova administração da FUNAI será a

demarcação das terras indígenas, dando continuidade ao trabalho de seu antecessor, disse ontem o novo presidente do órgão, Coronel Paulo Leal, após palestra na Escola Superior de Guerra, da qual também participou o Coronel ex-presidente da Fundação. Sobre a candidatura do Cacique Juruna a deputado federal, o Coronel Paulo Leal afirmou que a FUNAI não foi consultada, mas que Juruna tem "todas as condições para se candidatar e até se eleger. A FUNAI não colocará qualquer obstáculo a esta pretensão de Mário Juruna. Chegando à sala de imprensa da ESG, o Coronel Paulo Leal disse que a nova administração da FUNAI dará toda a ênfase à demarcação de terras, à saúde e à educação das tribos indígenas. O Coronel Leal insistiu na continuação da política adotada pelo seu antecessor "em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto do Índio, as diretrizes setoriais do Presidente da República e as normas do Ministério do Interior". Acrescentou que o órgão dará proteção às famílias que porventura ocupem terras indígenas, "pois elas para lá foram bem-intencionadas". "A FUNAI não é um instrumento de desassossego social. Se possível, queremos que os fazendeiros, os posseiros, os grileiros e os índios fiquem satisfeitos com nossas ações. Sobre o envolvimento de setores da Igreja em áreas conflitadas, o Coronel Paulo Leal afirmou que todas as organizações religiosas sempre fizeram, estão fazendo e farão muito pelas comunidades indígenas". A FUNAI sempre buscará um assessoramento, um conselho de todas estas organizações religiosas. Fez um apelo para que a imprensa o ajude, levando possíveis denúncias ao seu conhecimento, antes de publicá-las nos jornais. "Índio e imprensa têm prioridade na minha agenda e não esperam na porta de meu gabinete. Se não puderem ir lá, podem telefonar." — "Qual o seu telefone?" "Bem, eu não posso dizer, porque assumi há muito pouco tempo. Mas, assim que souber, eu o fornecerei." (JB — 23/10/81)

FUNAI aperfeiçoa projeto para se vincular ao CSN

A FUNAI poderá ser vinculada ao CSN. A notícia vem sendo mantida em sigilo pelos assessores da FUNAI, mas os estudos para a vinculação estão sendo feitos há quase um ano e agora recebem um aperfeiçoamento do novo presidente do órgão tutor dos índios, Coronel Paulo Moreira Leal, que até assumir a presidência da FUNAI trabalhava na secretaria do CSN. (FSP — 8/12/81)

Emancipação e critérios de indianidade

A FUNAI voltou a insistir em 81 na emancipação compulsória de índios, ensaiando mudanças na legislação e produzindo um documento sobre "critérios de indianidade", sob coordenação do diretor da AGESP (antigo DGPC), cel. Ivan Zanoni Hausen. Ambas as iniciativas foram bastante criticadas por líderes indígenas e entidades de apoio. Sobre tais "critérios" recaíram boa parte das críticas que antropólogos fizeram à política indigenista oficial desse período (Ver seção "Antropólogos").

Emancipação dos índios volta ao debate

O projeto de emancipação dos índios brasileiros voltou a ser discutido. Três anos depois de ter sido abandonada a idéia proposta pelo ex-ministro do Interior Rangel Reis, a FUNAI pretende alterar o Estatuto do Índio nos capítulos referentes à emancipação e o anteprojeto do decreto-lei já se encontra na Consultoria Geral da República, segundo informação do deputado José Costa (PMDB-AL). (FSP — 6/1/81)

Comissão Pró-Índio faz crítica à emancipação

A diretora da CPI-SP, a advogada Maria Helena Pimentel, disse ontem que "a emancipação ex-officio dos índios representaria uma ingerência indevida do Governo na vida dos indígenas, com o objetivo imediato de afastar as lideranças das comunidades".

Segundo Maria Helena, a CPI-SP está tentando averiguar a veracidade das informações de que o Executivo estaria pretendendo reformular o Estatuto do Índio, "introduzindo um tipo de emancipação compulsória".

Mas desde já — afirmou — a CPI-SP é contrária a essa medida e a outras que pretendam resolver o problema indígena com a emancipação. Seria a mesma coisa que tentar solu-

cionar a questão do menor, reduzindo a faixa etária para a maioria. (O Globo — 10/1/81)

FUNAI: não há minuta de novo Estatuto

O presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, desmentiu ontem, em nota oficial, as informações do deputado José Costa (PMDB-AL), segundo as quais as sugestões para mudanças no Estatuto do Índio já estão na Procuradoria Geral da República, em minuta de decreto-lei.

Depois de dizer que a emancipação "ex-officio" "é apenas uma hipótese", Nobre da Veiga estranha que se tenha comentado, nos últimos dias de modo insistente e até afirmativo, a existência de sugestões para mudanças no Estatuto do Índio na Consultoria-Geral da República. (O Globo — 13/1/81)

CIMI prevê emancipação dos índios

O presidente do CIMI, Dom José Gomes, denunciou que a FUNAI pretende voltar a forçar a emancipação dos índios brasileiros, desta vez através de um dispositivo legal que possivelmente será apreciado pelo Congresso em março. A informação surgiu durante a reunião regional do CIMI, realizada no Acre, da qual ele participou.

Esta medida, segundo o Bispo de Chapecó, prevê o fim da tutela aos índios maiores de 21 anos, que falam português, conhecem a problemática nacional e possuem ofício. "O objetivo da medida é retirar a tutela dos índios mais conscientes e combativos que, assim, poderão ser presos e responder a qualquer tipo de processo penal ou criminal, inclusive através da Lei de Segurança Nacional." (JB — 21/1/81)

Antropólogo critica a FUNAI

O antropólogo Pedro Agostinho, da UFBA, declarou que o

projeto de emancipação do índio, que volta a ser cogitado pela FUNAI, "é a maneira que o Estado procura de se furtar à obrigação constitucional de proteger os índios contra interesses econômicos e discriminação". Segundo o professor, o projeto é também "uma forma inescrupulosa de enganar o público". Na sua opinião, há poderosos interesses econômicos por trás do projeto que — ele lembra — "vai permitir que grandes e pequenos interesses, assim como o preconceito, trabalhem no sentido da extinção e desagregação das socie-

dades indigenistas". Pedro Agostinho é também coordenador da Comissão Especial de Assuntos Indigenistas da ABA. (JB — 20/1/81)

FUNAI quer medir o "grau" de indianidade dos índios
Os estudos do Departamento de Pesquisa da FUNAI para avaliar o grau de "indianidade" e de "integração" dos índios brasileiros deverão estar concluídos em poucos dias. O De-

A CONCEPÇÃO DE INDIANIDADE DO DO CORONEL ZANONI

O diálogo a seguir, é a transcrição de entrevista gravada entre o cacique José Saraiva e outros representantes do grupo Tingui-Botó, de Feira Grande (AL), com o coronel Ivan Zanoni Hausen, diretor da AGESP/FUNAI. Os Tingui-Botó reivindicam da FUNAI o reconhecimento de que são remanescentes indígenas e que têm, conseqüentemente, direito às terras e à assistência do órgão indigenista. Ficam bem explicitados, no decorrer da entrevista alguns dos "Critérios de Indianidade" aplicados pela FUNAI. Através das definições de "indianidade" do coronel Zanoni vê-se claramente a importância atribuída aos critérios raciais na definição de quem é ou não índio em detrimento da consideração de critérios culturais (como a preservação de rituais) e sociológicos (os Tingui-Botó se consideram índios e assim são considerados pela população regional). (A transcrição da entrevista foi publicada no jornal PORANTIM, nº 35, de dezembro de 1981) (Ver "Tingui, Kariri, Botó" na seção "Região IV: Leste/NE").

Zanoni: Que é que há? Você tá esperando há muito tempo? Senta aí e fala rápido porque eu já estou de saída.

Saraiva: Coronel Zanoni, aqui quem vai falar é o senhor. Porque o senhor como professor tem plenos poderes. Eu acredito que não pode haver uma condenação dessa (refere-se à notícia do jornal em que o Cel. Nobre da Veiga nega a identidade étnica dos Tingui-Botó). Inclusive nunca foi feita uma pesquisa na parte do setor indígena deles. É... de objetos sagrados. Então eu acredito que o negócio foi errado. Era prá ter demonstrado ontem, mas...

Z — Não. Não tem nada errado aqui não. Tão confundindo terra com reconhecimento de Grupo. O que o presidente fez foi o seguinte: enquanto não for feito um laudo etno-histórico, não se pode tratar desse problema. Porque o problema da terra, hoje, tá todo ele conflitado no Estado. Então, como eu disse a você, o que o presidente falou foi o seguinte: o presidente sentiu que não adiantava querer regularizar uma terra, quando a própria sociedade tá dizendo que vocês não são índios. E ninguém disse se vocês são índios ou não. Alguém tem que se explicar. Alguém tem que se explicar e dizer que vocês são meio-índios, são remanescentes, não são. Isso é que tem que ser feito. Então a posição do presidente foi essa. Agora o que o jornal diz, o jornal tá sempre deturpando.

S — É... não sei...

Z — Vocês têm que ter confiança na FUNAI...

S — Ah, eu tenho confiança na FUNAI e... é melhor falar eu vou falar logo a verdade. Eu tenho confiança no senhor como me disseram que o senhor é antro... não sei como é?

Z — Sociólogo.

S — Sim. É que entende de muitas coisas de índio. Então nós viemos aqui...

Z — Isso é boa vontade deles.

S — Sim, Coronel Zanoni, nós viemos apreparado. Nós trouxemos nossos objetos sagrados como o Cel. Silveira viu ontem. Um tipo

de máscara que nem os brancos chama. Mas nós num chamamos máscara. Nós chama veste do nosso ritual, do nosso Ouricuri.

Z — Como é teu nome?

S — Meu nome é José Saraiva.

Z — José, é o seguinte. Ontem eu já disse a você qual é a nossa posição. Vamos sentar aí. Se eu chegar lá agora e mandar alguém do DGPI dizer que quer ver o arquivo, você sabe o que é que eles fazem. Vão queimar tudo o que tá escrito lá porque naquela terra daquela época foi há duzentos anos dos índios. Agora eu vou dizer uma coisa a vocês. Aquilo que o professor (inaudível) disse é o seguinte: Quando a gente olha prá você, por exemplo, a gente sabe que você tem sangue de índio, mas também tem sangue de africano.

S — De africano.

Z — Quando a gente olha prá mim, não sabe de que é que eu tenho sangue, mas eu tenho sangue de índio.

S — Sim senhor.

Z — Eu tenho um oitavo de sangue de índio Xarrua da Província de Dorrentes, na Argentina. Porque minha avó, minha avó veio daqui, oh... veio daqui. Aqui tava cheio de índio.

S — Sim senhor.

Z — Tenho sangue de português. No entanto meu nome é alemão, tenho cara de alemão, mas lá no sangue tenho um pedacinho de... Agora o que tá acontecendo é que quando foi se levar o problema da terra... Como é que a FUNAI vai defender a terra se não tá nem sabendo quem é índio, quem não. Daí que começou o nosso trabalho.

S — Foi... foi...

Z — Isso é prá acabar com essa guerra. Porque se não muito antes da gente fazer qualquer coisa eles vão lá e queimam tudo como queimaram os cartórios todinhos. Você sabe disso, né Saraiva?

S — Não.

Z — Eles vão e queimam os cartórios pro INCRA não reconhecer negócio de título e tudo... É uma coisa terrível. Então o que é que eu boleí aqui. Foi uma maneira de a gente ir pros arquivos como se fosse não tem nada a ver com isso. Ninguém fala mais em negócio de terra. Nós vamos procurar como negócio de cultura, Museu do Índio e cadê os arquivos? Então nessa hora a gente bota a mão no negócio. Aí tá lá: Em mil setecentos e tanto Dom João num sei o que vendeu a terra... No ano tal assim e assim tem o testemunho do Padre Fulano que escreveu o relatório... Entendeu a diferença?

S — Entendi.

Z — Depois que a gente pegar isso a gente diz: Olha, o Zé Saraiva de fato hoje não é índio. Porque ele tem tanto de sangue índio, tanto de preto, tanto de português, tanto de não sei de quê. Mas, há cento e vinte anos atrás existia uma tribo de índios aqui que era dona dessa terra. Foi roubada pelo seu fulano... Você entendeu?

S — Entendi.

Z — É esse o trabalho que vamos fazer.

S — É. E mesmo assim outra coisa que eu quero perguntar ao senhor. O senhor... nós vamos em conversa aqui... nós pedimos ao senhor, inclusive que tava os cinco índios ou remanescentes...

Z — A história é essa...

S — Nós perguntamos ao senhor e dissemos

ao senhor que o problema da terra, por enquanto, a gente vai devagarinho. O que nós vamos precisando e a nossa viagem...

Z — É o meu trabalho.

S — Tá dependendo do senhor. O senhor falou que nesses trinta dias, não sei quando, ia no Recife.

Z — Eu vou.

S — Eia ver se tinha condições ou de dar uma passada por lá ou de mandar alguém ir fazer lá uma pesquisa sobre a aldeia.

Z — A minha ida não tem nada a ver com isso. Eu posso mandar lá alguém fazer uma pesquisa, mesmo não indo. O importante não sou eu, é o pesquisador.

S — O pesquisador.

Z — Não era isso que você tava preocupado?

S — É isso que eu tô preocupado. E eu quero, Coronel Zanoni, eu lhe peço até pelo amor de Deus, que o senhor faça isso por nós logo. Prá decidir uma vez por todas. Porque a gente tira essa idéia de ficar andando prá aqui, dando preocupação a todos...

Z — Eu entendo. Você tá debaixo hoje de uma angústia que você não... É preferível dizer não é...

S — Não é.

Z — Tá bom.

S — Exatamente. Você é um brasileiro como qualquer outro. Tem sangue disso, daquilo, mas...

Z — Se disser é, então agora... Agora é diferente. Aí a gente vai lutar, tomar a terra, num sei o quê.

S — Perfeitamente.

Z — Agora o que eu quero pedir a você, é o seguinte: Primeiro, confiança na FUNAI. Segundo, não briguem contra o governo lá. Porque se você brigar contra o governo, contra o deputado, o prefeito, os caras poderosos, você já cria uma antipatia prá causa de vocês. Pense bem nisso.

S — Perfeito.

Z — Aí dificulta depois a ação da FUNAI. Porque todo mundo se prepara para ir contra. Então essa declaração do presidente esvaziou o negócio. Aí os caras: Não é não, não se trata disso... Quer dizer, os fazendeiros que estão lá compraram as terras de gente que vendeu e que roubou num sei há quantos anos, ele tá agora tranqüilo. Quer dizer: ele não vai lutar contra ela. Quando ele menos espera a FUNAI bota a mão no arquivo histórico e descobre que vocês são remanescentes dos índios tal, tal, tal. Mesmo que vocês não sejam índios e que não tenham direito, mas alguém ali (inaudível) que existia índios e que devia estar naquelas terras. Então quem está naquela terra... É. Você entendeu a jogada?

S — Entendi.

Z — Prá quem joga xadrez ou joga dama às vezes faz uma jogada e prepara prá dois, três lances depois. Tem que ser feito assim.

S — Agora, Cel. Zanoni, eu proponho ao senhor... Sei que tô aborrecendo... Mas...

Z — Não tá aborrecendo nada.

S — O senhor vá me desculpar.

Z — Não tá aborrecendo nada.

S — Eu como analfabeto não sei nem falar o português, nem tenho a minha língua tribal...

Z — Você pode não saber escrever, mas falar você fala muito bem.

S — Agora eu queria uma confirmação do

partamento teve o prazo de dez dias a partir do dia 26 de janeiro para entregar os resultados. A idéia de estabelecer critérios de indianidade vem sendo alimentada há mais de um ano pelo coronel Zanoni Hausen, diretor do DGPC. Mantido em sigilo pela FUNAI, os dados com os quais os antropólogos estão trabalhando para determinar a indianidade e integração das comunidades indígenas brasileiras, o estudo vem preocupando antropólogos e entidades de apoio ao índio. (Jornal de Brasília — 7/2/81)

FUNAI quer a emancipação compulsória do índio, crê o Bispo

Cópia de uma instrução técnica da FUNAI, de janeiro último, determinando o estudo sobre tutela e integração será distribuída a todo o Episcopado brasileiro pelo presidente do CIMI, Dom José Gomes. Ele interpretou o documento como prova de que a FUNAI pretende estabelecer, através de resolução interna, a emancipação compulsória de índios brasileiros. (JB — 23/2/81)

senhor. O senhor como um professor, se o senhor quisesse... Nós não tem costume de mostrar uma parte do nosso ritual ao branco nunca na vida. Quem tá forçando — eu não vou negar ao senhor — quem tá forçando nós chegar aqui — como eu mostrei ao Cel. Silveira — é uma parte é... sinceramente eu vou falar ao senhor. É a FUNAI. Porque eu me sinto magoado da FUNAI, embora que eu não vou por conselho de branco nenhum que tem chegado lá na nossa aldeia, pedindo entrevista de nós, o que é que a FUNAI faz contra nós, prá nós dar entrevista na TV Gazeta, isso e aquilo outro. Não. A gente espera pela FUNAI. No momento, até aqui, nós considera que a FUNAI seja a nossa paz. E por isso nós, enquanto não houver uma realidade da FUNAI, num vai fazer isso. Nós vem se mantendo a não fazer mal à FUNAI porque é muito sério a gente agir contra a FUNAI numa coisa que ela ainda não foi lá. Mas...

Z — Zé, você sabe que não é culpa da FUNAI. Por que vocês, durante muito tempo... Vamos sentar... Vocês, durante muito tempo, vocês toda a vida foram identificados como caboclos. Eu aprendi na escola quem tem meio sangue de branco com preto é mulato.

S — Mulato.

Z — Quem tem sangue de índio com branco é caboclo. E quem tem meio sangue índio com preto é cafuso. Nós não aprendemos isso? Agora chegou um determinado dia, chegou uns caras a dizer o seguinte: Não, quem tem um tal e tal de índio é índio. Claro! Se eu disser que tenho o sangue de alemão, eu tenho um vinte num sei o quê de alemão. Mas eu não sou alemão. Não sou alemão coisa nenhuma. Eu já não sou mais alemão. Agora eu tenho o sangue de alemão. Como eu tenho o sangue de francês, de português dos Açores, e de índio.

Z — Então, Saraiva, pense bem. Um americano, nos Estados Unidos, ele matou a charada. Ele disse assim: Só é índio quem é meio índio ou mais. Então você é meio índio. Que quer dizer meio índio? Você tem aqui o índio, né? E aqui você tem o branco. Se casa o branco com o índio, então nós chamamos esse aqui de caboclo puro. Lá nos Estados Unidos é índio. Porque está escrito que é meio sangue. Agora, esse aqui é branco. Esse aqui, portanto, vai ser o meio índio. Mas se ele casar com um branco, já não vai ser mais, porque aí o sangue não é meio, já é um quarto.

S — Um quarto.

Z — Agora se esse aqui casa de novo com um índio, então realimenta o sangue. Então é índio. Me parece uma coisa assim. Mas, aqui no Brasil, não tem nada escrito a respeito disso. No dia que existir uma lei dizendo isso ou que alguém diga, não há essa briga forte. Então o que é que é um remanescente indígena? O remanescente indígena é alguém que tem sangue de índio, como eu sou remanescente. Eu sou um remanescente alemão. Como um menino filho de japonês é um remanescente japonês. Tem que ver até onde vai o sangue. Então ele chega prá você, o antropólogo, e levanta e diz assim: José Saraiva, você é filho de quem? Você diz assim: Meu pai era índio, minha mãe branca. Sua avó? Bom, o pai de minha mãe era preto e ela

era índia. Mas o pai... Entendeu? Quando você botar isso prá frente você sabe qual é o seu sangue ou não. Eu sei que nunca foi feito isso. É isso que você quer que eu faça?

S — Eu quero que o senhor realmente faça um levantamento lá. Veja as nossas tradições, se com...

Z — Mas veja, o problema da tradição aí é que entra outra coisa. Qual é a tua tradição? A tua tradição é a mais forte por causa exatamente do traço. Se você tá lá dentro de uma terra de índio, aquele pessoal, mesmo preto, com cabelo carapinha, assumiu a cultura do índio, tem trezentos anos que entrou o preto no meio por causa dos Palmares...

S — Exatamente.

Z — Então nós vamos chegar à conclusão, a FUNAI vai dizer não. Que, embora na parte cultural histórica continua sendo índio, quer dizer, esse é o laudo que a FUNAI dá. Isto é o que nós fizemos...

S — Pois é isso que eu vim lhe pedir...

Z — Então fique tranqüilo, rapaz. Agora uma coisa que eu vou lhe pedir. Você fez mal em ter vindo aqui sem falar com o seu delegado.

S — Coronel... Coronel Zanoni, eu sei que fiz mal. Mas o senhor...

Z — Não vou dizer que você fez mal. Mas não foi a melhor solução. Não fez mal, mas não foi a melhor solução.

S — Exatamente.

Z — Por exemplo, se você me vende esse arco por dez cruzeiros, você não vendeu mal. Mas não foi a melhor venda. Você poderia vender a outro por quinze.

S — Exatamente.

Z — Eu vou dizer porquê. Se você tivesse ido, entre vindo a Brasília, tivesse ido ao Leonardo, hoje ele já me teria passado um telegrama, pedindo prá eu mandar um técnico meu prá fazer um laudo etno-histórico sobre os remanescentes ou a comunidade que se diz índio...

S — Tinguí-Botó.

Z — Ganhava. Antes mesmo de você sair de Recife prá Alagoas talvez já tivesse ido lá o técnico.

S — Mas o senhor sabe o que é que acontece? O senhor sabe o que é comunidade? Comunidade agita.

Z — Tudo bem.

S — Agita...

Z — Não tem, como eu disse, não tem nada de errado. Apenas não foi a melhor solução. O importante é o seguinte, Saraiva. Você volte lá pro seu povo e diga o seguinte: Nós vamos ter uma definição da FUNAI. Agora, não agitem. Não briguem. E não criem problema. Porque se o indivíduo te avisa que vai brigar com você, você já fica de arma, esperando ele. Agora se vem o cara aí para conversar com você, é diferente.

S — É diferente.

Z — Você oferece um café prá ele. Mostra a mulher, mostra os filhos, mostra a casa. Entendeu a diferença?

S — Entendi.

Z — Nós não podemos brigar com a sociedade envolvente.

S — Exato.

Z — Quem vai dizer se você é índio ou não é, é o laudo. Todo o mundo. O índio é aquele que é índio. Assume a sua condição. Agora,

não tem nada a ver com esse problema de terra. Esse é um negócio muito mais difícil e que tem que ser feito (inaudível). Por exemplo, o Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul tomaram as terras dos índios. Quem tomou foi o governo do Estado. Não foi esse governador, não. Foi outro. Foi Brizola, foram os outros. Então, no momento, essa terra do índio está cheia de colono, de gaúcho que comprou aquela terra. Você não pode chegar e botar aqueles caras prá fora da noite pro dia. Agora, o que é que eu disse. Nós não temos que brigar com esse povo. Nós só temos que levantar quem é que é índio e quem não é. Depois que a gente levanta... Então, você é índio. Morou toda a vida aqui, então não podiam ter vendido a terra do índio. Aí é que... É uma outra operação que vem depois. Então você pegou muito bem. A primeira coisa que você precisa é do técnico lá prá fazer esse trabalho. E vai ser feito.

S — Exatamente. Agora eu quero que o senhor como chefe que vai designar esse trabalho, eu queria pedir o favor ao senhor. Que o senhor marcasse assim o tempo. Assim, de trinta dias prá cá. E me desse a palavra do senhor por escrito porque assim é a firmeza.

Z — Por escrito não precisa. Tô lhe dando minha palavra que eu vou mandar gente prá lá. E lhe dou minha palavra que eu vou mandar gente logo que puder.

S — Mas qual é o tempo mais ou menos? Marque, nem que seja um tempo longo. Mas eu quero ter a certeza.

Z — Eu digo, então, a você. Dentro de trinta dias vai um técnico à área.

S — O senhor não se incomoda de ver um pouco de nossa cultura? Do nosso ritual? Aqui na sua presença?

Z — Não vai dar agora. Porque eu tenho compromisso, como eu disse a você. Hoje de tarde eu tenho uma reunião no Ministério do Interior. Agora eu tenho gente que vai almoçar na minha casa. Eu não posso. Eu preferiria que vocês me honrassem, quando eu fosse visitar a sua aldeia.

S — Até demais.

Z — Então aí vocês preparam e eu estarei lá com o delegado e, possivelmente com meu técnico.

S — Muito bem. Nesses trinta dias?

Z — De hoje a trinta dias. Que dia é hoje?

S — Hoje, eu não sei.

Z — Vinte e cinco de setembro. Antes de vinte e cinco de outubro tem gente lá.

S — Muito bem. Olhe, eu vou apertar a mão do senhor. E vou confiar no Sr.

Z — Sem dúvida. E lá você prepara uma senhora recepção. Eu vou com o delegado. Eu vou com o meu técnico.

S — Muito bem. Palavra do Coronel Zanoni, não é?

Z — Não. É a mesma do Coronel Nobre da Veiga. Que eu sou amigo do Cel. Nobre da Veiga. É um homem de palavra.

S — Essa coisa que tá no jornal não tem nada que ver?

Z — Não. Isso é até bom prá vocês. Você entenda. Porque com isso aí todo mundo ficou, ninguém vai incomodar mais.

S — Então tá. E adeus e muito obrigado.

Z — Nos vemos lá na sua terra.

S — Muito obrigado. Eu vou me embora. Até logo.

FUNAI pretende mudar Estatuto do Índio

O presidente da FUNAI, admitiu ontem que o órgão vem desenvolvendo estudos que possam ser apresentados como sugestões para as alterações no Estatuto do Índio, especialmente no que se refere à emancipação.

Nobre da Veiga acentuou que, embora o Governo ainda não tenha se manifestado oficialmente sobre a liberação da tutela individual, a FUNAI quer deixar os estudos concluídos para o caso de um pedido oficial sobre o assunto. (FT — 11/3/81)

FUNAI nega revisão do Estatuto

A FUNAI não possui, segundo sua assessoria de imprensa, qualquer estudo de alteração do Estatuto do Índio para estabelecer novos critérios de emancipação. Apesar do documento divulgado pelo CIMI, em Manaus, preparado pelo SNI e encaminhado ao ministro do Interior, Mário Andreazza, recomendando a imediata revisão da Lei, a assessoria do órgão assegurou que desconhece qualquer solicitação de estudo neste sentido. (ESP — 11/4/81)

Índio condena projeto de emancipação

"O que a FUNAI quer com o projeto de emancipação é abrir uma brecha para atingir toda a população indígena e criar condições para que pessoas altamente interessadas venham a tomar as terras dos índios." A advertência é do índio Marcos Terena. "Se este projeto vingar nunca haverá condições para a autodeterminação dos índios, nem para que eles tenham uma economia forte a ponto de partilhar o progresso com a sociedade brasileira", afirmou Terena. Para ele, o que se chama de progresso hoje no Brasil só tem revertido em prejuízo para os índios. (JB — 22/4/81)

FUNAI volta a negar emancipação

O presidente da FUNAI divulgou nota ontem voltando a negar que o órgão esteja examinando a alteração do Estatuto do Índio com objetivo de promover a emancipação dos indígenas, por meio da extinção da tutela governamental. (FSP — 8/5/81)

Nobre da Veiga: índio estará emancipado em cinco gerações

A integração do índio à sociedade brasileira e o fim da tutela do Estado devem acontecer dentro de cinco gerações, 125 anos, conforme as previsões do presidente da FUNAI.

Ao observar que esta seria a consequência natural levando-se em conta o processo de integração desenvolvida atualmente pelo órgão que dirige, Nobre da Veiga afirmou que "se fosse índio, a primeira coisa que faria seria pedir a liberação da tutela". (O Globo — 12/7/81)

FUNAI vai sugerir a emancipação individual

A FUNAI deverá encaminhar na próxima semana ao ministro do Interior Mário Andreazza, documento propondo a liberação do índio do regime tutelar em casos individuais e novos critérios para a responsabilidade criminal do silvícola. O procurador geral da FUNAI, Afonso Augusto de Moraes, disse que o documento foi elaborado por 23 advogados da FUNAI em encontro realizado na semana passada, quando também foi tratada a questão da terra indígena.

Caso a proposta seja aprovada pela Procuradoria Geral da República — que examinará o documento após apreciação do ministro Andreazza — cerca de 40 mil índios serão liberados do regime de tutela, entre eles os que vivem no Rio Negro, os Terena de Mato Grosso, Macuxi de Roraima, Kaingang e Guaraní do Sul, Wapixana e todos os da região Leste. (O Globo — 25/7/81)

Comissão Pró-Índio condena proposta de emancipação

A presidente da Comissão Pró-Índio de SP, antropóloga Ma-

nuela Carneiro da Cunha, condenou ontem a proposta que a FUNAI encaminhará ao Ministério do Interior, sugerindo a possibilidade de recorrer ao Judiciário para liberar da tutela os índios considerados integrados.

Na sua opinião, isso confirma a intenção da FUNAI de instituir a emancipação compulsória e a estimativa de que 40 mil índios poderão ser liberados do regime de tutela se a proposta for aprovada, demonstra que não serão atingidos apenas indivíduos, mas comunidades inteiras.

Quarenta mil índios — afirmou — significa um quinto da população indígena do Brasil, incluindo as crianças. Portanto, isso mostra que o objetivo é emancipar grupos inteiros. Segundo Manuela, a intenção de se instituir a emancipação compulsória está intimamente ligada às questões das terras indígenas, visando a liberá-las para as grandes empresas agropecuárias. (O Globo — 26/7/81)

FUNAI retém estudo sobre emancipação

A presidência da FUNAI decidiu que não encaminhará ao Ministério do Interior os estudos sobre emancipação dos índios. Esses estudos foram preparados durante o 1º Encontro dos Advogados da FUNAI e o seu objetivo, segundo informou a assessoria de imprensa do órgão, é coordenar este trabalho caso o ministério do Interior decida alterar o Estatuto quanto à emancipação dos índios. (FSP — 29/7/81)

FUNAI acha justo emancipar índios destribalizados

O índio destribalizado, portador de carteira de identidade, título de eleitor e com grau de escolaridade razoável deve perder a tutela da FUNAI, passando a ter os mesmos direitos e deveres que qualquer cidadão brasileiro. A FUNAI estaria disposto a entrar na Justiça com as declaratórias, emancipando vários indígenas "emancipados de fato, não de direito", segundo palavras do coronel.

"Vários índios, atualmente — afirmou Nobre da Veiga — só assumem a identidade indígena quando lhes parece conveniente, como é o caso de Marcos Terena, presidente da UNI, que ainda é tutelado, viajou no mês passado para o Equador sem ter pedido qualquer autorização ao órgão tutor, apresentando à Polícia Federal a documentação necessária para a saída do País, exigida de qualquer cidadão". (ESP — 9/8/81)

Crêterios de indianidade da FUNAI contra "índios novos"

A FUNAI esclareceu ontem, em Brasília, que os critérios de indianidade fixados pela Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da Fundação não foram aplicados ainda em qualquer comunidade indígena, desmentindo a denúncia feita pelos participantes do III Encontro Nacional das Entidades Indígenas, de que a FUNAI estaria classificando como não-índias pessoas que vivem em tribos indígenas, como alguns índios Tembê, no Pará, e Guaraní, no Paraná. Segundo informações dos assessores da FUNAI, o trabalho que determinou os critérios de indianidade está pronto, mas não foi aprovado oficialmente pelo presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga. Os assessores afirmam, ainda, que o presidente da FUNAI decidiu fixar critérios de indianidade, por achar que é inadmissível que em plena década de 70 continuem aparecendo índios novos no Nordeste e no Sul do País. (ESP — 1/10/81)

Antropólogos

Os antropólogos, especialmente aqueles que trabalham em áreas indígenas, passaram por um período de crise aguda no relacionamento com a FUNAI, em 81. A ABA — entidade que congrega cerca de 500 associados, a quase totalidade dos profissionais da categoria no Brasil — centrou suas críticas à política indigenista oficial nos seguintes pontos: na incompetência técnica e científica dos quadros de assessoria da FUNAI (com a saída dos poucos antropólogos que possuía), nas crescentes dificuldades e cerceamento das atividades de pesquisa de campo e nos arquivos (controle burocrático/policia das “autorizações para pesquisa” e campanha sistemática entre os funcionários do órgão contra os antropólogos) e nos chamados “critérios de indianidade” (obra da gestão do Cel. Zanoni Hausen, na direção da AGESP).

ABA defende antropólogo

Em nota divulgada ontem em Brasília, a ABA defendeu o antropólogo Terry Vale de Aquino das acusações de que teria incitado os índios Kaxinawá, do Acre, a receberem “à bala” estudantes do Projeto Rondon e um funcionário da FUNAI que se dirigia para a aldeia com o objetivo de realizar um levantamento sócio-demográfico daquela comunidade. O documento considera irresponsável a política da Fundação Projeto Rondon. No entender da associação, é muito natural que o antropólogo esteja preocupado com a atuação do Rondon nas áreas tribais porque “esses estudantes não têm condições sequer de realizar um levantamento demográfico sério, quanto mais de prestar alguma assistência a populações tão necessitadas”. Critica ainda o projeto de levantamento sócio-demográfico temendo que os estudantes “por inadvertência, ou ignorância, criem conflitos com os índios, contribuam para disseminação de doenças, colem informações deformadas, participando da irresponsabilidade geral no trato com as questões tribais que vem caracterizando a

política indigenista oficial”: (ESP — 11/2/81) (Ver “Kaxinawá” na seção “Região I”).

FUNAI é acusada de discriminar

A FUNAI foi acusada, pela ABA, de “promover discriminação odiosa ao negar a jovens índios que conseguiram transpor os obstáculos quase insuperáveis das escolas tribais, a oportunidade de prosseguirem seus estudos em Brasília”. Em documento assinado pela presidente e pela coordenadora da Comissão de Educação para as Populações Indígenas da ABA, Eunice Durham e Maria Araci Lopes da Silva, a entidade acusa a FUNAI de “incongruente, contraditória e arbitrária em sua política oficial de integração do índio”. No documento, a Associação Brasileira de Antropologia acusa de “precário o sistema de educação formal implantado em áreas indígenas do País” afirmando que “de 77 até hoje, período em que foram aguardadas melhorias no setor, a situação da educação junto às populações indígenas, se torna ainda mais grave, caracterizando-se pela completa ausência de pessoal qualificado para a tarefa árdua e complexa de ministrar uma educação formal às crianças índias”. Segundo a ABA “as escolas estão nas mãos de pessoas que não possuem os conhecimentos mínimos indispensáveis de antropologia e lingüística, sem qualquer informação sobre cultura, costumes e tradições das tribos com as quais trabalham”. (FSP — 16/3/81) (Ver seção “Movimentos de Organização Indígena”).

Antropólogos, “a praga dos índios”?

“A pior praga para todas as tribos de índios do Brasil é a presença do antropólogo. É um elemento agitador, que prejudica a cultura indígena e cria falsas lideranças no seio das comunidades.” A denúncia partiu de Álvaro Villas Boas,

chefe da 12ª Delegacia da FUNAI em Bauru, ao se manifestar sobre o "Dia do Índio". "Tenho experiência no assunto, porque em 1979 consegui expulsar da tribo de Araribá, em Avaí, um grupo de antropólogos da FUNAI, que paralisava um projeto agrícola por nós desenvolvido, colocando os índios em pé de guerra." (JT — 20/4/81)

Antropóloga rebate críticas de Villas Boas

A presidente da ABA, antropóloga Eunice Durham, lamentou as críticas de Álvaro Villas Boas aos antropólogos. Mas considerou "compreensível que os irmãos Villas Boas, impossibilitados de atacar a FUNAI, que os emprega, sem instrumentos intelectuais para compreender as forças econômicas que estão destruindo as sociedades e culturas indígenas, busquem um bode expiatório — no caso os antropólogos — sobre o qual colocam a culpa de um processo que não conseguem ou não querem entender". Eunice acrescentou que não interessa aos antropólogos criar uma polêmica com os irmãos Villas Boas, pois não os consideram inimigos dos índios e no passado realizaram "uma obra meritória em defesa dos indígenas brasileiros". Na sua opinião, "defender o índio no Brasil é uma tarefa ingrata que produz frustrações e por isso, é compreensível que esta família de indigenistas tenha envelhecido amargurada". (O Globo, 20/4/81)

Desfolhantes em área indígena

A ABA, seção do Pará, denunciou ontem o uso do desfolhante químico "Tordon 101 BR", não menos perigoso que o similar "Tordon 155 BR", na devastação de áreas indígenas, para implantação de grandes projetos de empresas nacionais e estrangeiras, ou para a abertura de estradas, "minando a base de sobrevivência do índio".

As denúncias da ABA-Pará constam de uma nota ao público, na qual rebate declarações do chefe da 12ª Delegacia da FUNAI.

Respondendo a essas acusações a nota diz: "declarações desastrosas, torpes, infelizes e tendenciosas só visam a denegrir, cercear e aviltar a atividade de uma categoria profissional empenhada, com conhecimento de causa profundo e sistemático em lutar e defender os direitos inalienáveis da sociedade indígena ameaçada de extermínio por um processo etnocida, que lhe vem sendo dirigido vorazmente, ao longo dos anos, através da invasão de suas terras por grandes empresas nacionais e estrangeiras; pela transferência inadequada de grupos tribais...". (FT — 23/4/81)

Antropólogos protestam

Em telegrama enviado ao presidente da FUNAI, a ABA pede que "antes de abrir uma guerra injusta contra um povo que deveria defender, a FUNAI deve investigar o procedimento de seus funcionários na época da demarcação de Sangradouro". O telegrama que os funcionários Ronaldo Quirino, Laia Matar Rodrigues e Getúlio Barros Barreto, processados por terem negociado a reserva Xavante de Pimentel Barbosa, podem estar envolvidos na demarcação da reserva de Sangradouro. Justificando o pedido, a presidente da Associação, antropóloga Eunice Durham, afirma que a área reivindicada pelos Xavante de Sangradouro é "habitat" tradicional desses índios. (FSP — 16/6/81)

Antropóloga fala da política da FUNAI

"Nunca se viveu neste país um momento tão sombrio na política indigenista. Uma política omissa e irresponsável que não elege como prioridade o Índio, assim como tenta desmoralizar as lideranças indígenas combativas para impedir as discussões realmente importantes. Do mesmo modo, os antropólogos têm seu trabalho prejudicado, com o constante impedimento desses profissionais quando pretendem entrar nas aldeias indígenas". Estas denúncias foram feitas pela

antropóloga Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, da UFBA, durante mesa-redonda sobre "Política Indigenista Oficial", realizada no primeiro dia da 33ª Reunião da SBPC. (Estado de Minas, 10/7/81)

"Critério fascista" da FUNAI ameaça os índios

Alguns critérios apontados pela FUNAI como "indicadores de indianidade" são "perigosos, fascistas e racistas", denuncia a professora Eunice Durham, presidente da ABA, em entrevista especial que concedeu à Folha de São Paulo, juntamente com a antropóloga Lux Vidal, também da USP. O que mais escandalizou as antropólogas é que o documento oficial da FUNAI ("Instrução Técnica Executiva" nº 02/81, e anexos, assinada pelo diretor do DGPC, coronel Ivan Zanoni Hausen) cita a comunidade científica sem que ela jamais tenha sido consultada. Segundo a presidente da ABA, nenhum dos três funcionários da FUNAI encarregados de levantar os "indicadores" é antropólogo ou tem qualificação específica para realização desse trabalho. Para a profª Durham "a intenção da FUNAI é utilizar os 'indicadores' como instrumento político de repressão às comunidades indígenas reivindicantes". Para as antropólogas o documento da FUNAI não resiste a uma análise cientificamente séria. A profª Eunice explicou que "a única maneira de se saber se uma pessoa é ou não é índio é através do reconhecimento da própria comunidade e da análise dos seus direitos históricos. Em outras palavras, é índio quem se considera e é reconhecido como tal pela comunidade, em oposição à sociedade envolvente. Depois de comentar a total falta de racionalidade no documento da FUNAI, com uma série de indicadores inócuos, as antropólogas apontam critérios "perigosos, fascistas e racistas", referindo-se aos itens que distinguem a "mentalidade primitiva" e as "características biológicas, psíquicas e culturais indesejáveis". Sem falar na humilhação que implica a identificação da "indianidade" através da constatação ou não da "mancha mongólica ou sacral", do exame da "forma ou perfil do nariz" ou da verificação da presença de "pêlos no corpo". A profª Durham avança ainda mais nas suas críticas, ao lembrar que em 1980 a FUNAI demitiu todos os antropólogos do órgão, "que bem ou mal eram uma ponte entre a sociedade civil e a FUNAI e entre esta e as comunidades indígenas". A presidente da ABA constata com preocupação a "militarização da FUNAI" e comenta: "Os quadros do órgão foram preenchidos com militares aposentados. Ora, sem desrespeito pela instituição militar, o fato de uma pessoa se aposentar no Exército não lhe dá capacitação para trabalhar com índios. É de assinalar que o presidente da FUNAI, sr. João Carlos Nobre da Veiga, é coronel da reserva."

Nas palavras da antropóloga, "com a instituição dos 'Indicadores de Integração' a FUNAI lavra o ato final da sua própria incompetência no trato da questão dos índios. Não há exemplo de instituição governamental no mundo que, dedicando-se ao problema indígena, tenha tido a coragem de perpetrar uma coisa como esta".

Diante da constatação, as professoras Durham e Vidal consideram de "necessidade urgente" a reformulação da FUNAI, "para lhe dar um mínimo de seriedade". E propõem quatro medidas:

1 — O fortalecimento do atual Conselho Indigenista, que deve voltar a ser o órgão diretor da FUNAI e deve ser composto por membros da comunidade científica, dos órgãos governamentais, das instituições interessadas na causa indígena e, principalmente, por representantes das próprias comunidades indígenas;

2 — O fortalecimento do Conselho Indigenista implica em que ao menos parte de seus membros não sejam nomeados diretamente pelos órgãos governamentais, mas sim eleitos ou indicados por entidades da sociedade civil;

3 — A direção da FUNAI, assim como a chefia dos órgãos técnicos, devem passar às mãos de pessoas qualificadas; e

4 — A reformulação da FUNAI deve ser feita consultando-se organizações indígenas, associações científicas e entidades de apoio à causa do índio. (FSP — 4/10/81).

Antropólogos criticam “indicadores” da FUNAI

O antropólogo Gilberto Velho denunciou ontem que os indicadores de indianidade estabelecidos pela FUNAI têm “conteúdo racista”. Segundo ele, a FUNAI utilizou critérios “absolutamente ultrapassados”, sem consultar a comunidade científica nem os próprios indígenas para definir quem é ou não índio. O professor Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo do Museu Nacional e que faz pesquisa em área indígena, explica que a decisão da FUNAI de criar os critérios de indianidade foi tomada há mais ou menos um ano, quando o cacique Mário Juruna teve permissão do Tribunal Federal de Recursos para viajar à Holanda, onde participou do Tribunal Russell. Nós estamos protestando, portanto, há um ano contra os critérios — prossegue. Viveiros de Castro vê dois objetivos na preocupação da FUNAI em identificar quem é ou não índio. “A FUNAI está obcecada com isso”, observou, enquanto os antropólogos vêm “martelando” contra essa preocupação. O primeiro objetivo é lavar as mãos com relação ao amparo legal que é obrigada a dar às comunidades indígenas, sobretudo as do Nordeste da Bahia e Espírito Santo, além do Sul do país. Em contato com os habitantes da região, essas tribos assimilaram muitas características dos camponeses pobres e, segundo o professor Viveiros de Castro, podem ser facilmente expulsas das suas terras por fazendeiros, beneficiando os interesses da expansão econômica. O segundo objetivo identificado na preocupação de definir quem é ou não índio, segundo ele, é “a repressão às lideranças indígenas”. Considera que, nos últimos anos, um fenômeno absolutamente auspicioso para a democracia brasileira foi o surgimento de líderes incômodos para a FUNAI. Através do que chamou de “cassação branca”, a FUNAI manipulou: A FUNAI diz que o líder não é índio, podendo ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ser preso e processado. (JB — 8/10/81)

Antropólogos opinam sobre “mudança” na FUNAI

Não somos ingênuos em achar que a saída do coronel Nobre da Veiga vai resolver o problema indígena no Brasil — disse ontem representante dos antropólogos — ao analisar a substituição do Coronel da Veiga na presidência da FUNAI. Explicou que as críticas dos antropólogos não eram dirigidas à administração e sim à política do órgão. O professor expressa um temor: Nós não gostaríamos que essa mudança redunde na aplicação com mais eficiência dos princípios de uma política indigenista da qual discordamos — observa, acrescentando que as restrições “não eram apenas à incompetência da FUNAI, mas críticas bem mais profundas”. Acha que a política indigenista exige ser discutida por toda a sociedade brasileira, sobretudo os índios, “e submetida a um exame democrático”. Não são críticas à administração e sim à política acoplada a uma estrutura viciada. A questão indígena não é uma questão de segurança nacional e sim uma questão de violação de direitos humanos. O pedido de demissão do Coronel Nobre da Veiga “foi visto por todos os antropólogos brasileiros como uma esperança de que a FUNAI venha, afinal, a desempenhar as funções para as quais foi criada”. A definição foi dada pela presidente da ABA, professora Eunice Ribeiro Durham, da Universidade de São Paulo. A Associação congrega 500 membros, “ou seja praticamente todos os antropólogos com formação profissional no Brasil”. (JB — 16/10/81)

Outros antropólogos apóiam ABA

Os antropólogos Edgard Assis Carvalho e Josildeth Consorte da PUC-SP divulgaram nota criticando os critérios de indianidade da FUNAI e apoiando as críticas feitas pela ABA ao documento oficial. “Esses indicadores, altamente espólios e antidemocráticos, ferem frontalmente o direito de autodeterminação dos povos...” (JT — 22/10/81).

Crítérios de indianidade: primeiros resultados

O presidente da FUNAI, coronel Paulo Moreira Leal, prometeu ontem que o Conselho Indigenista da FUNAI vai reavaliar os critérios de indianidade que foram adotados pelo “antropólogo” Célio Horst para classificar como não-índias algumas das famílias Guarani que vivem em Jacutinga, no Paraná, área que será inundada pela barragem de Itaipu. Ontem, um grupo de Guarani esteve com o coronel, em Brasília, acompanhado do presidente da Comissão Justiça e Paz do Paraná, Wagner Rocha D’Angelis. Um dos índios presentes foi o Guarani Balbino que, para o antropólogo, não é índio. Por causa disso ele não teve direito de ser reassentado em outra área pela FUNAI e ontem quis provar ao coronel Leal que fala mal o português e tem características físicas de índio. A situação dele é semelhante a de muitas outras famílias, que reclamam o fato de ainda não terem recebido outra terra igual à que irão perder. (ESP — 15/12/81) (Ver “Guarani”, na seção “Região V: Sul”).

“Antropólogo da FUNAI” foi ver índios mas só conversou com grileiro

Segundo o índio Guarani Fernando Martines, o “antropólogo da FUNAI” Célio Horst, quando esteve em Ocoí, não se encontrou com as famílias indígenas sobre as quais deveria escrever seu laudo técnico. Conversou somente com Nicolau Fernandes, grileiro que pretendia a expulsão dos índios da área para receber a indenização. Essa informação foi reforçada pela Comissão Justiça e Paz do Paraná, CIMI e ANAÍ que estiveram em Brasília para entregar documento ao presidente da FUNAI, contendo reivindicações da comunidade Guarani, entre as quais a revisão do “laudo técnico” do órgão oficial. (ESP — 22/11/81) (Ver “Guarani” na seção “Região V: Sul”).

Igrejas e Índios

Das Igrejas, somente a Católica — principalmente através do seu órgão oficial para assuntos de pastoral indigenista, o CIMI — manteve, em 81, uma postura vigilante e de denúncia frente aos rumos da política indigenista oficial. Essa foi a tônica constantemente expressa no jornal mensal PORANTIM, órgão do regional Norte I do CIMI, com sede em Manaus. Outro veículo importante utilizado pelo CIMI, nesse ano, para divulgar notas e documentos, foi o jornal O SÃO PAULO, órgão da Arquidiocese de SP.

A chamada “grande imprensa”, embora dedicando um espaço comparativamente menor, também veiculou as denúncias do CIMI e destacou as atuações diretas da cúpula da CNBB em várias ocasiões, prenúncio da “Semana do Índio”, que pretendem realizar (CIMI-CNBB) em 82. As Igrejas protestantes não divulgaram pela imprensa seus pontos de vista a respeito da questão indígena. Parecem ter reservado suas opiniões ao espaço dos boletins internos.

Nota do CIMI acusa o governo

O CIMI encerrou sua 6ª assembléia regional, em Rio Branco, Acre, divulgando nota em que acusa o Governo Federal de estar novamente com planos de aprovar um decreto-lei que prevê a emancipação compulsória das lideranças indígenas mais conseqüentes do país.

A nota diz que o anteprojeto está na Consultoria Geral da República, de onde será encaminhado ao Congresso Nacional. O CIMI repudia “com veemência esta atitude ditatorial e paternalista que, tratando em sigilo de assunto de interesse nacional, não faz questão de ouvir os principais atingidos, os índios”.

A nota do CIMI acusa a FUNAI de estar prestando, na região do Acre e Rondônia, uma péssima assistência aos índios.

Com a criação de estruturas artificiais e prejudiciais às comu-

nidades indígenas, a FUNAI procura desviar a opinião pública daquilo que seria a sua principal tarefa: garantir o “habitat” das nações indígenas através de demarcação das suas terras. (JB — 16/1/81)

Criticada nota da FUNAI sobre Rondon

O secretário-geral do CIMI contestou nota divulgada em Brasília pela FUNAI, segundo a qual “os ideais de Rondon estão sendo concretizados, porque a FUNAI já demarcou 14,1 milhões de hectares de terras indígenas”. O secretário do CIMI assegurou que “as demarcações de terras da FUNAI são, na verdade, redelimitações nas quais ela sempre diminui o território indígena, como por exemplo o dos Pataxó da Bahia ou dos Tupiniquim do Espírito Santo”. O CIMI denunciou que “de dois em dois meses, a FUNAI distribui a lista dessas ‘demarcações’ para iludir a opinião pública, pois na verdade são sempre as mesmas terras, ao invés de realmente demarcar as terras de conflito, como a dos Tapirapé, que há sete anos vêm suplicando a demarcação de suas áreas, nas mãos dos fazendeiros”. Já a nota da FUNAI, lembra que o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cuja data de aniversário se comemorou nesta semana, “traçou e inspirou os princípios da política indigenista nacional”. (FSP — 10/5/81)

CIMI denuncia projetos econômicos

“Os projetos econômicos que vêm sendo implantados em áreas indígenas pela ideologia capitalista em que estão fundamentados, ferem mortalmente a estrutura econômica e cultural dos grupos tribais. Tais projetos são ainda mais perniciosos por reduzirem a terra das nações indígenas, pela compra corruptora de lideranças tribais e até pelo fracasso

inevitável, inclusive no plano econômico, a que esses projetos estão destinados.” (Diário da Manhã — 2/7/81)

CIMI denuncia falta de apoio aos indígenas

O CIMI Norte I denunciou, através de nota à imprensa, a falta de assistência médica da FUNAI para os povos indígenas, “o que se traduz pelos surtos epidêmicos numa verdadeira guerra bacteriológica, que reduz drasticamente a população indígena, tal como acontece com os Waimiri-Atroari, os índios do Xingu, os Yanomami e os Makuxi”. (Correio Braziliense — 3/7/81)

Assembléia do CIMI em Cuiabá

Cerca de 150 pessoas — entre elas 10 bispos brasileiros e dois chefes indígenas de cada povo abrangido pelo Conselho — abriram ontem a quarta assembléia nacional do CIMI, em Cuiabá (MT), para “discutir nossa política de atuação, solidarizar-se com os índios, afetados pela política indigenista oficial do Brasil e protestar contra essa política”, segundo dom José Gomes, bispo de Chapecó (SC) e presidente nacional do órgão. Participam do encontro, que vai até sábado, o bispo de Goiás Velho (GO), dom Tomás Balduino, e o bispo de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga. Segundo o presidente do CIMI, dom José Gomes, “este é um encontro que se realiza a cada dois anos, no qual pretendemos redimensionar nossa atuação junto aos povos indígenas. Este ano, o tema principal é a educação do índio. Em cima disso, nós definiremos, junto com os próprios índios — eles participarão ativamente das discussões — como deve ser feita a alfabetização e o encaminhamento do silvícola dentro das aldeias, em termos educacionais”. Outro assunto considerado importante pelos organizadores da assembléia é a situação do povo Nambiquara, atualmente habitante da região do Vale do Guaporé (MT), que será cortada pela rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), obra financiada pelo Banco Mundial. “Nós pretendemos denunciar essa situação, protestar junto ao Banco Mundial pelo mal que está fazendo ao índio brasileiro auxiliando nessa obra”, disse dom José Gomes. Para ele, os Nambiquara representam “o símbolo da morte do índio no Brasil”. (ESP — 23/7/81)

CIMI denuncia ação de empresas contra índios

Uma ampla ofensiva contra as lideranças indígenas, aos missionários e agentes pastorais da Igreja, foi denunciada ontem pela 4ª Assembléia Nacional do CIMI. Fazem parte dessa ofensiva, segundo o grupo de porta-vozes do encontro, entre os quais d. Quirino Adolfo Schmitz, arcebispo de Teófilo Otoni (MG), “a intensificação da ação das empresas agropecuárias e mineradoras, a repressão mais violenta às lideranças indígenas, a expulsão ou proibição de religiosos atuarem junto às comunidades silvícolas, os projetos econômicos e a demora proposital da FUNAI em demarcar as reservas”. Depois de analisar durante o dia de ontem os relatórios das situações de conflitos, “que são pontos comuns a todas as áreas indígenas do País”, os porta-vozes da 4ª Assembléia do CIMI destacaram que “tudo isso faz parte de uma nova tática posta em prática pela FUNAI que, por sua vez, obedece a toda uma conjuntura política que visa escamotear, debaixo de uma falsa abertura, a verdade das situações em que se encontram os povos indígenas do Brasil”. Uma das principais armas da nova política da FUNAI, segundo o CIMI, são os projetos econômicos. “Depois de ver fracassadas as tentativas de integração e emancipação por decreto, a FUNAI passou a adotar outra tática, que é a de corromper as lideranças indígenas, através de presentes, como tratores, cadernetas de poupança e muito dinheiro. Nunca os índios receberam tanto dinheiro como estão recebendo agora da FUNAI”, afirmou d. Quirino Schmitz, acrescentando que ao combinar “a repressão aos líderes indígenas

e aos agentes pastorais, com os projetos econômicos, a FUNAI percebeu que esta é uma fórmula muito mais sutil e mais cruel, mas ao mesmo tempo mais aceita pela opinião pública nacional e internacional, já que promove a falsa imagem de que está fomentando o bem-estar das comunidades indígenas”. (FSP — 25/7/81)

O CIMI denuncia a “política do terror”

A denúncia da “política de choque e do terror”, caracterizada pela “corrupção de lideranças indígenas, por uma premeditada estratégia, por atos de ‘emancipação de fato’ e por uma crescente repressão sobre índios, missionários e outros aliados da causa indígena” é uma das principais denúncias da 4ª Assembléia Nacional do CIMI, que constam de seu documento final, divulgado ontem, no seu encerramento. A assembléia, realizada em Cuiabá, de 22 a 26, “para expressarmos, como nossa presença na região Centro-Oeste, a profunda solidariedade do CIMI com o povo Nambiquara, em risco iminente de extermínio”, contou com a presença de delegados, católicos e evangélicos, 13 bispos e 13 representantes de diferentes povos indígenas do Brasil. Faltaram entre estes, conforme assinala o documento, os três representantes do grupo Kadiweu — “atualmente em grave situação de terra” — que foram detidos pela FUNAI e Polícia Federal, em Campo Grande, quando se dirigiam a Cuiabá, para participar da assembléia. (FSP — 27/7/81)

Acusações do CIMI à FUNAI irritam coronel

O encerramento oficial da quarta Assembléia Nacional do CIMI, domingo em Cuiabá, quase terminou em tumulto: revoltado por não ter conseguido apartear a missa concelebrada por três arcebispos e 10 bispos brasileiros, o coronel Barbosa Lima, que se identificou como “chefe do setor de Saúde da FUNAI em todo o Brasil”, invadiu a sacristia da Catedral metropolitana para protestar contra o sermão da missa “Terra sem Males”, celebrada com base na situação indígena e nas denúncias feitas pela assembléia do CIMI na semana passada. (ESP — 28/7/81)

CNBB contra proibição da FUNAI

A comissão episcopal Regional Norte II da CNBB denunciou ontem em Belém, a decisão do delegado da FUNAI no Pará, Paulo Cesar Abreu de proibir o coordenador da CIMI-NORTE II, padre Nello Ruffaldi, “de ingressar em qualquer área indígena jurisdicionada por esta delegacia regional”. Segundo os bispos, essa decisão contraria a anterior do próprio presidente da FUNAI, que autorizava o padre Nello a ingressar em áreas indígenas do Estado. E, conscientes de que esta missão é um dever — diz a nota da CNBB — queremos manifestar nossa solidariedade e apoio ao padre Nello Ruffaldi pela sua dedicação ao trabalho pastoral que vem desenvolvendo junto aos pobres indígenas da nossa região. (ESP — 18/8/81)

Hospital indígena com dificuldades financeiras

Único hospital indígena no País especializado no combate à tuberculose, a Missão Evangélica Caiuá completou ontem 53 anos de fundação e, segundo a diretora da instituição em Dourados, Loyde Bonfim Andrade, isso ocorre no momento em que passa por grave crise financeira, com prejuízos para o trabalho assistencial. Seus convênios são apenas com a FUNAI “e as verbas não têm sido suficientes para manter o atendimento, sendo necessária a utilização de verbas do governo do Estado”. Mas o governo ainda não confirmou a assinatura do convênio proposto no ano passado para o funcionamento da nova unidade, com capacidade para 60 pessoas, além dos 40 leitos que possui atualmente. (ESP — 29/8/81)

FUNAI acusada de impedir evangelização

O Conselho Permanente da CNBB aprovou ontem um documento em que acusa "a incompreensão da FUNAI que vem negando à Igreja o direito e o dever de exercer com liberdade a sua missão de evangelização juntos aos povos indígenas". Esclarece a CNBB, na acusação feita à FUNAI, que os fatos relativos à proibição aos missionários, ocorreram nos Estados da Paraíba, Espírito Santo, Acre, e, mais recentemente, no Pará e Amapá. Em defesa de seus missionários "injustiçados" a CNBB lembra o dever cristão de "ir por todo o mundo a pregar o Evangelho a toda a criatura". (FSP — 30/8/81)

CIMI mostra na Suíça situação do índio

A situação dramática dos povos indígenas do Brasil, especialmente dos índios Tapirapé e dos Nambiquara, será levada pelo secretário executivo do CIMI, Paulo Süess, à Conferência das Organizações Não-Governamentais sobre as Populações Indígenas e a Terra, a se realizar de 14 a 18 de setembro, em Genebra, Suíça, numa promoção do Comitê sobre o Racismo, Discriminação Racial, Apartheid e Descolonização, órgão da Organização das Nações Unidas. (O Popular — 10/9/81)

Depois de 38 anos, salesiano confessa violência de missão do Alto Rio Negro

A prostituição das índias Tukano e os castigos impostos pelos salesianos do Alto Rio Negro contra os Tukano, denúncia feita pelo líder dessa comunidade, Alvaro Sampaio, foi confirmada pelo missionário salesiano Eduardo Lagório que trabalhou durante 38 anos na missão do Rio Negro. Disse ele que as índias são levadas para Manaus para trabalharem como empregadas domésticas nas casas dos militares e, posteriormente, não conseguindo sobreviver com os salários pagos, se prostituem. Esses salários, segundo o missionário, "variavam de 500 cruzeiros a cinco mil cruzeiros". Trabalhando junto aos Tukano desde 1943 o missionário salesiano informou que ao chegar à missão do Rio Negro, dirigida pelo bispo dom Miguel Alagna, recebeu a orientação de castigar os índios que falassem Tukano, "pois eles deveriam falar somente o português. Eu mesmo castiguei muitos índios", disse o padre. O castigo é aplicado nas salas de aula da missão, observou. "Eu entregava um anel a todos os alunos que falassem Tukano. Na hora do recreio perguntava quem havia recebido o anel e estes, como castigo, ficavam na sala de aula escrevendo cem vezes, "Eu não vou mais falar Tukano, só português". Quanto à prostituição, o padre confirmou a denúncia feita informando que as índias se prostituem em Manaus por dois motivos básicos: baixo salário que recebem na casa dos militares e despreparo para viver em cidade grande. Os empregos como doméstica nas casas dos militares são oferecidos pelas Irmãs Salesianas. Os religiosos são ligados às autoridades e não permitem que os índios mais velhos, os pais das índias, fiquem sabendo o que acontece com as filhas. Desabafando, padre Eduardo afirmou que "não se pode carregar, eternamente, a culpa de um erro sem tentar se redimir". Ele mesmo confessa que muitas vezes os índios reclamavam da atitude dos salesianos dizendo: "Vocês, com o desconhecimento da nossa língua e dos nossos costumes, causaram muita tristeza aos nossos pais que morreram em consequência disso", conta ele com a voz triste e completa: "Eu cometi esses erros, se outros cometeram ou cometerem, o problema é deles." O índio Alvaro Sampaio, o primeiro a denunciar a prostituição e descaracterização do grupo, imposta pelos salesianos do Rio Negro, não pode voltar para Manaus, onde estuda. Os companheiros de Alvaro, Tukano que moram em Manaus, estão preocupados pois frequentemente são procurados pela Polícia Federal que quer saber do paradeiro do índio. (FSP — 20/9/81) (Ver na seção "Região I", o item "Alto Rio Negro").

D. Avelar teme pelo trabalho junto às tribos do Amazonas
"Essas imensas plagas amazônicas tanto podem salvar o Brasil como também escravizá-lo para sempre" — esta advertência foi feita pelo cardeal D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, ao falar do trabalho das Missões Salesianas junto às tribos indígenas da região do Amazonas, em sua "oração dominical" divulgada ontem na capital baiana.

O arcebispo afirma que essa parte do País, visitada por ele recentemente, "já começa a despertar a cobiça do poder econômico nacional e internacional". E lembra que somente de uns anos para cá, sem falar no trabalho pioneiro da FAB e dos grupos do exército nas fronteiras, é que o Governo vem tentando ocupar tão vastas regiões".

A ocupação da terra, deverá ser disciplinada, racional, patriótica, levando-se em conta que aos indígenas interessam os elementos sadios e nobres da civilização dos brancos, jamais seus vícios, pecados, sua decadência moral e ambições avassaladoras".

Nesse sentido D. Avelar diz que o trabalho de evangelização dos índios não deve "matar os traços culturais básicos de sua configuração própria, nem dar-lhes uma superproteção cavilosa a ponto de deixá-los sem qualquer tipo de influência dos valores cristãos". Elogia a ação dos padres salesianos que estão na região do Rio Negro desde 1914 e ressalva as dificuldades do trabalho, acrescentando que "todo serviço de presença no meio das tribos deve merecer uma revisão para avaliar os efeitos da obra, dentro de um contexto maior e mais exigente". (A Tribuna — 5/10/81)

CIMI opina sobre coronel demitido

A respeito da demissão do Coronel Nobre da Veiga, Pedro Tierra, representante do CIMI em Goiânia, distribuiu a seguinte nota: "Os povos indígenas sobreviveram ao Coronel Nobre da Veiga, assim como, nos anos mais recentes, sobreviveram ao Gal. Bandeira de Mello, ao Ministro Rangel Reis e, no passado mais distante, sobreviveram a Anhangüera, Raposo Tavares e outros". Nobre da Veiga retira-se cantando vitória. Vendo com mais objetividade, não há motivos para tanto. A vitória do Coronel foi quase inexpressiva, pode ser computada em números: 62 índios mortos de sarampo, coqueluche e pneumonia; 30 peões mortos em conflitos com os Tuxucarramãe e Gorotire, no Pará; 700 ha esbulhados dos Tupiniquim e entregues de presente à Aracruz Celulose; 750 ha arrancados dos Tapirapé e cedidos à Companhia Tapirguaia em Santa Terezinha — MT. Não há motivo para orgulho. "Durante quase dois anos em que Nobre da Veiga dirigiu a FUNAI, a palavra mais ouvida nos corredores era disciplina. Em nome dela, Nobre da Veiga montou um estado-maior com 12 outros coronéis. A FUNAI conta hoje com mais coronéis do que qualquer divisão do Exército. Também em nome dela, Nobre da Veiga demitiu, em julho de 1980, mais de 60 funcionários, médicos, sertanistas e antropólogos. Para substituí-los, o presidente da FUNAI convocou cabos e sargentos reformados." A preocupação com a disciplina não livrou Nobre da Veiga de alguns aborrecimentos. Não teve, por exemplo, como evitar que 33 Xavante entrassem no seu gabinete para dizer-lhe algumas verdades e tentassem jogar pela janela um de seus assessores. "Aos povos indígenas o Coronel Nobre da Veiga não deixa saudades. Hoje é dia de festa nas aldeias. Difícilmente se encontrará dentro da FUNAI ou fora dela alguém que seja, como o Cel. Nobre da Veiga, um inimigo jurado dos povos indígenas." (JB — 16/10/81)

FUNAI permite ação missionária

As delegacias da FUNAI em todo o País serão instruídas para permitir a entrada de missionários religiosos nas áreas indígenas. A decisão foi tomada pelo presidente da FUNAI, coronel Paulo Moreira Leal, neste final de semana, durante o

encontro com o secretário-geral do CIMI, pe. Paulo Süess. Em algumas delegacias da FUNAI, como a de Belém e Dourados (MS) os missionários estavam proibidos de frequentar as áreas indígenas.

A autorização para a entrada dos missionários será automática, informou pe. Süess. No caso de o missionário não conhecer a área, ele deverá ser apresentado pelo bispo da Diocese local através de uma carta enviada ao delegado regional. (FSP — 24/11/81)

CNBB promoverá Semana do Índio em 1982

Pela primeira vez em sua história, a CNBB vai promover uma Semana do Índio. Até o momento ela era feita pela FUNAI, a nível oficial, e pelas entidades alternativas de apoio ao índio, como o CIMI, comissões pró-índios e outras. O tema escolhido pela CNBB para a Semana do Índio, em abril de 82, é "Paz e terra para os povos indígenas". A decisão de promover a campanha foi tomada pelo Conselho Permanente da CNBB, informou ontem o secretário-geral do CIMI padre Paulo Süess. A decisão já foi comunicada ao presidente da FUNAI, pelo secretário-geral da CNBB. A campanha a ser promovida pela CNBB atingirá todas as paróquias do País, mesmo nos Estados onde não há índios (Ceará e Piauí). Segundo o secretário do CIMI, essa campanha tem como principal objetivo "conscientizar a população para que se eliminem os preconceitos raciais existentes, principalmente nas cidades mais próximas às comunidades indígenas". (FSP — 1/12/81)

Entidades civis de apoio ao índio

As entidades de apoio ao índio continuaram, neste ano, a manter uma vigilância constante à política oficial, reagindo — através da imprensa, atos públicos, seminários de estudos e encontros — à liberação das áreas indígenas à mineração, às tentativas de emancipação e ao não cumprimento da demarcação das áreas. Têm também voltado seu apoio às lideranças indígenas nas capitais, onde fazem suas denúncias e reivindicações, e estimulando as suas organizações na busca da autodeterminação.

Indigenistas protestam

A ABA e a CPI-SP, em nota oficial emitida ontem, em São Paulo, protestaram contra a portaria assinada em conjunto pelos ministros do Interior e das Minas e Energia, liberando às empresas estatais a mineração nas áreas indígenas. As duas entidades classificaram a medida de “arbitrária, tomada no recesso dos gabinetes sem consulta aos interessados e sem explicações à sociedade civil”.

A nota, assinada por Eunice Durham, da ABA, e Manuela Carneiro da Cunha, da Comissão Pró-Índio, explica que “cabe enérgico protesto contra o fato de que medidas dessa importância sejam tomadas sem que se tenha notícia de qualquer estudo prévio, sobre seu impacto sobre as populações tribais”. (ESP — 24/1/81) (Ver Seção “Política Indigenista Oficial/FUNAI e MINTER”).

Culto ecumênico lembra morte de Ângelo Cretã

A ANAÍ lembrou ontem, em Curitiba, com um culto ecumênico, um ano da morte de Ângelo Cretã, cacique da reserva indígena de Mangueirinha, no Sudoeste do Paraná, morto após sofrer um acidente de carro cujo processo ainda não está concluído. Representando os Kaingang, Luiz Francisco dos Santos, sogro de Cretã, observou que os índios

ainda aguardam justiça e uma solução para os 3.707 alqueires de terra em litígio. (ESP — 30/1/81)

Prospecção de petróleo violenta área indígena

“A prospecção e exploração de petróleo ou outros recursos em áreas indígenas violenta a determinação constitucional pela qual é exclusivo dos índios o usufruto de todas as riquezas naturais e utilidades existentes em terras indígenas, sem exceção nem distinções.” O posicionamento da ANAÍ de Porto Alegre, relativo às ações da PAULIPETRO, em Nonoai, está expresso em nota oficial distribuída à imprensa. A ANAÍ telegrafou para o presidente da FUNAI advertindo-o de que a exploração de petróleo na área indígena de Nonoai “atenta contra o artigo 198 da Constituição Federal e disposições no Estatuto do Índio”, afirmando intenção de agir judicialmente caso prossiga o projeto. (Correio do Povo — 5/2/81) (Ver “Kaingang” na seção “Região V: Sul”).

Associação acusa FUNAI

O Grupo de Estudos da Questão Indígena (GREQUI) acusou ontem, em Belo Horizonte, a FUNAI de estar pressionando a Cruz Vermelha, para impedir que a entidade lhe entregue Cr\$ 370 mil de sua participação na renda da partida de futebol disputada em 7 de setembro, por artistas e atletas profissionais, entre os quais Sócrates, Dario, Chico Buarque de Holanda, Fagner e Gonzaguinha. O advogado Hildebrando Pontes Neto considera o fato uma represália da FUNAI ao apoio dado pelo GREQUI aos índios Krenack, em maio de 80, quando retornaram às terras de que haviam sido retirados pelo órgão. Manifestou, ainda, sua esperança de que a Cruz Vermelha cumpra o contrato assinado, para que o GREQUI possa utilizar o dinheiro em benefício dos índios de Minas, Espírito Santo e Bahia. ESP — 18/2/81)

Minas comemora Semana do Índio

A Semana do Índio foi aberta nesta capital, em solenidade organizada pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente, pela Comissão Pastoral de Direitos Humanos e o Grupo de Estudos na Questão Indígena na Praça da Liberdade, com poesias tendo como tema o índio. Durante a semana, será analisada a disputa de terra, no Norte de Minas, entre índios Krenack e posseiros. Todo o piso da rua que corta a Praça da Liberdade foi pintado no estilo indígena, com tintas naturais, pelos alunos das Escolas de Belas Artes e de Música da Universidade Federal de Minas Gerais. A Semana do Índio prosseguirá com a exibição de filmes e debates sobre a situação das tribos Krenack e Machali, na quarta-feira. (JB — 20/4/81)

Entidades de apoio realizam seminário sobre direitos históricos

Os 73 líderes indígenas de 32 povos e várias entidades de apoio ao índio presentes à reunião — promovida pela CPI-SP — repudiaram a alteração do Estatuto do Índio visando a emancipação compulsória dos índios, que está sendo proposta pelo Governo (FUNAI e CSN). Defenderam a importância dos índios possuírem um organismo próprio de representação, cuja extinção foi recomendada pelo General Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e pelo CSN. (ESP — 1/5/81)

Mais protestos

A CPI-SP distribuiu nota protestando contra “a forma como vêm sendo tratadas pela FUNAI as reivindicações de grupos indígenas, hoje novamente patentes, principalmente no que se refere ao caso de Sangradouro. São soluções autoritárias, onde se usa de pressões e intimidações, levando os índios a se resignarem ou a se venderem”. Diz ainda a nota que esses métodos já foram usados contra os Tupiniquim do Espírito Santo. (FSP — 18/6/81)

Ecologia e as áreas indígenas

A advogada Maria Helena Pimentel da CPI-SP, disse, ontem, que “a sociedade brasileira devastou o seu território e se volta agora para a terra dos índios, sob o pretexto da preservação ecológica, criando parques nacionais, estações ecológicas e reservas florestais”.

Em mesa-redonda sobre a “justaposição de áreas indígenas e áreas ecológicas” na 33ª reunião anual da SBPC, a advogada observou que “a ecologia existe dentro de uma dinâmica que não exclui a presença do homem pois este faz parte do ecossistema”. (O Globo — 16/7/81)

Entidades protestam contra coronel da FUNAI

A ABA, a ANAÍ, a CPI-SP e o Comitê Nacional Pró-Mangueirinha Indígena divulgaram ontem carta de protesto enviada ao presidente da FUNAI, coronel João Carlos Nobre da Veiga, por declarações a ele atribuídas no sentido de que “há reservas demais” e que o índio, depois de ter a posse da reserva, “quer logo expulsar todo mundo que está dentro”. Os signatários do protesto afirmam que essas declarações revelam “uma ótica invertida”, pois “o índio tem direito exclusivo à posse e usufruto de suas terras, e a função de resguardá-las de invasões deveria ser exercida pela própria FUNAI, por força do disposto na legislação competente”. (FSP — 5/9/81) (Ver Seção “Política Indigenista Oficial/FUNAI e MINTER”).

Pró-Índio defende reserva

A decisão do TFR, que nos próximos dias deve julgar a questão relativa à reserva indígena de Mangueirinha, no

Paraná — cuja área está sendo disputada na Justiça por grupo de empresários e uma madeireira — “é de importância capital, não apenas para as comunidades locais, ameaçadas na sua sobrevivência, mas também para toda a população indígena”. É o que afirma a nota divulgada ontem pela CPI-SP, pela ABA, pela ANAÍ e pelo Comitê Nacional Pró-Mangueirinha Indígena. Para essas entidades, “o que está em jogo é o direito básico dos índios às terras por eles tradicionalmente habitadas e a possibilidade de se fazer respeitar, na prática, através do Poder Judiciário, o preceito constitucional de proteção às terras indígenas”. Domingos Terena, presidente da União Nacional Indígena, manifestou a esperança de que “os direitos dos índios sejam reconhecidos pelo tribunal”. Os dirigentes dos grupos de Mangueirinha, entretanto, preparam-se para invadir a área se a TFR der ganho de causa à madeireira e a FUNAI não recorrer ao Supremo. A reserva de Mangueirinha é tradicionalmente habitada pelos índios Kaingang e Guarani. Ao todo, esses dois grupos reivindicam um total de 8 mil e 976 hectares que formam uma das maiores reservas contínuas de pinheiros-arauária do país. (JB — 5/9/81). (Ver “Kaingang” na seção “Região V: Sul”).

Entidades acusam FUNAI de ocultar estudos oficiais

Nos dias 25, 26 e 27 de setembro realizou-se em Brasília a III Reunião das Entidades de Apoio ao Índio com a presença de representantes de entidades de vários estados.

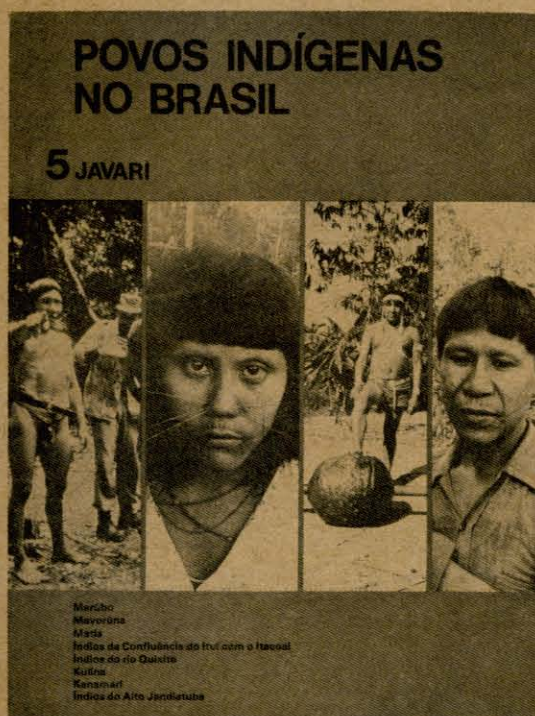
Foi feito um comunicado à imprensa acusando a FUNAI de “transformar os documentos sobre os índios em arquivos sigilosos, absolutamente distanciados do conhecimento da opinião pública, e configurar as decisões sobre definição de reservas indígenas em casos do Conselho de Segurança Nacional excluindo-as da consideração das necessidades dos povos indígenas”.

Entre os documentos da FUNAI mantidos em sigilo encontra-se o estudo sobre “Critérios de Indianidade”, espécie de guia para antropólogos identificarem grupos indígenas a partir de características biológicas, históricas, geográficas e antropológicas.

Segundo a nota das entidades, os critérios de indianidade são uma “nova investida da política indigenista oficial de emancipação compulsória e de estadualização. No espírito das duas investidas — diz a nota — os critérios de indianidade se constituem num instrumento para negação do ‘status’ jurídico do índio e conseqüentemente do direito à tutela e posse coletiva da terra.”... (FSP — 29/9/81)

OAB propõe nova legislação para indígena

A OAB através de sua seção do Rio de Janeiro — criou ontem um grupo de trabalho, com a participação de integrantes da UNI e CIMI, para elaborar uma proposta alternativa de legislação indigenista que acabe com as violências e usurpações de terras contra os índios brasileiros. A decisão foi tomada pelo presidente Costa Neto, após relato feito no plenário da OAB-RJ pelos índios Marcos Terena e Álvaro Sampaio sobre o que está acontecendo com os índios, especialmente depois que a FUNAI decidiu criar critérios de avaliação de quem é ou não é índio no País. (ESP — 20/11/81)



POVOS INDÍGENAS NO BRASIL JAVARI

coordenado pelo antropólogo Julio Cezar Melatti

JAVARI é o 5º volume, o primeiro publicado, de uma obra de 18 volumes que pretende cobrir todas as áreas indígenas do país. Ela sistematiza os resultados de uma ampla pesquisa participante, envolvendo antropólogos, missionários, indigenistas, índios, fotógrafos, lingüistas, jornalistas, médicos e outros.

Cada um dos volumes contém texto, fotos, iconografias, mapas, documentos, depoimentos e fontes sobre os povos indígenas existentes em cada Área, que são: 1 Noroeste da Amazônia; 2 Roraima; 3 Amapá/Norte do Pará; 4 Solimões; 5 Javari; 6 Juruá/Jutai; 7 Tapajós/Madeira; 8 Sudeste do Pará; 9 Maranhão; 10 Nordeste; 11 Acre/Purus; 12 Rondônia; 13 Oeste do Mato Grosso; 14 Parque Indígena do Xingu; 15 Leste do Mato Grosso/Goiás; 16 Leste; 17 Mato Grosso do Sul; 18 Sul.

A edição da obra deverá se estender por um período de dois anos e será completada com a publicação das conclusões e índices em volume(s) separado(s). Prevê-se a sua continuidade, com a atualização permanente das informações e sua divulgação.

Colabore com o Levantamento

Para colaborar com os próximos volumes você pode enviar fotos, documentos, artigos, teses ou preencher a **ficha-padrão** para a coleta de informações sobre: nome, língua, população, localização, histórico do contato, modo de vida, tutela e assistência (com ênfase na educação escolar e serviços de saúde) e situação atual das terras, a respeito dos povos que você conhece.

Informações sobre prazos, solicitação de fichas-padrão e demais esclarecimentos podem ser obtidos escrevendo-se para Caixa Postal 54097, 01000, São Paulo, S.P., Brasil.

O volume não está à venda. A sua distribuição é feita como retribuição à colaboração com o Levantamento.